

**BRASÍLIA:
do projeto hegeliano
ao espaço da
acumulação**



César Ricardo Simoni Santos

César Ricardo Simoni Santos

**Brasília: do projeto hegeliano
ao espaço da acumulação**

1ª Edição

**São Paulo
FFLCH
2013**

acumulação

ISBN: 978-85-7506-214-2
Copyright © César Ricardo Simoni Santos
Direitos desta edição reservados à FFLCH
Av. Prof. Lineu Prestes, 338 (Laboratório de Geografia Urbana)
Cidade Universitária – Butantã
05508-900 – São Paulo – Brasil
Telefone: (11) 3091-3714
E-mail: gesp@usp.br
<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

Editado no Brasil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº 5988)
1ª edição – 2013

Projeto Editorial: Comissão Editorial Labor
Diagramação: Dilson Nascimento da Silva
Imagem Capa: César Ricardo Simoni Santos
Logo Labor: Caio Spósito
Logo GESP: Mayra Barbosa Pereira

Ficha Catalográfica

SANTOS, César R. Simoni. Brasília: do projeto hegeliano ao espaço da acumulação.

São Paulo: FFLCH, 2013. 222p.

Inclui bibliografia.

1. Fim da História; 2. Acumulação Primitiva do Espaço
3. Sobreacumulação; 4. Expansão Territorial
-

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.
A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme a ficha catalográfica.

Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

***À Marília
e Lalá***

Índice

Prefácio e introdução

Parte I - O Projeto Hegeliano de Brasília: o Estado, a arquitetura e urbanismo e a finalização da história

A DIALÉTICA DA MODERNIDADE ENTRE O ETERNO E O TRANSITÓRIO: ELEMENTOS PARA A CRÍTICA DA RAZÃO ARQUITETÔNICA. 12

1.1 - Sobre a lógica territorial e reprodutiva do Estado e a dinâmica da economia capitalista. 12

1.2 - A arquitetura de Hegel: alguns aspectos de mobilidade e fixidez na teoria hegeliana da história. 16

1.2.1 - A filosofia de uma história de contradições: entre o movimento e a eternidade. 16

1.2.2 - O prospecto conciliatório: a síntese. 19

1.2.3 - O aborto da história: o fim. 24

1.3 – Sobre a razão hegeliana de Le Corbusier e o vínculo da moderna arquitetura com uma filosofia do Estado. 29

1.3.1 - Le Corbusier entre o eterno e o transitório e o pensamento hegeliano da modernidade. 29

1.3.2 - Sobre a tendência imobilista da modernidade: a reprodução. 38

1.4 - O desfecho moderno de uma tendência imobilista: a hegemonia. 46

BRASÍLIA: A CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BURGUEÊS E A REALIZAÇÃO NO ESPAÇO DE UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA. 48

2.1 - Brasília: a obra de um governo ou do Estado em processo de hegemonização? 53

UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA NO PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA ARQUITETURA MODERNA BRASILEIRA E SEU VÍNCULO INTERNO COM AS ASPIRAÇÕES FORMATIVAS DO ESTADO NACIONAL 72

3.1 - Sobre as categorias temporais e espaciais articuladas no prospecto formativo de Lucio Costa. 78

3.1.1 – A História e o presente eternizado de Lucio Costa. 78

3.1.2 - A confluência com o Estado: o espaço. 81

3.2 - A razão na arquitetura: a filosofia da história de Lucio Costa. 83

3.3 - Da colônia à Nação: o conteúdo de uma filosofia da história na periferia do capitalismo. 89

3.4 - Sobre a opção pela civilização e a estética oficial da arquitetura moderna brasileira. 96

3.5 - Brasília: o passo conclusivo. 102

Parte II - O Sentido da Finalização da História e a Produção Capitalista do Espaço: uma nova sorte de acumulação primitiva do espaço

SOBREACUMULAÇÃO E PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM DAVID HARVEY. 109

- 1.1 - Sobre o caráter geograficamente expansível do modo de produção capitalista e o legado da acumulação primitiva. 109**
- 1.2 - Da contradição entre produção e circulação do capital à produção do espaço. 118**
 - 1.2.1 - O “deslocamento temporal” do capital excedente em Harvey. 123
 - 1.2.2 - A produção do espaço: os novos “arranjos espaciais”, o “deslocamento espacial” e a “ordenação espaço-temporal” 130

A CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA MEDIANTE O REPRESAMENTO DE CAPITALIS EXCEDENTES NO ESPAÇO ECONÔMICO NACIONAL. 145

- 2.1 - A industrialização no rastro da urbanização. 145**
- 2.2 - Uma tendência à sobreacumulação apontada para a segunda metade da década de 50: a experiência de Brasília e o adiamento da crise 158**
 - 2.2.1 - Os mecanismos internos da produção de excedentes de capital e de sua utilização no espaço econômico brasileiro durante a década de 1950. 158
 - 2.2.2 - O capital excedente estrangeiro no Brasil: o território nacional como fronteira de expansão capitalista. 162
- 2.2.3 - A formação de um mercado financeiro e as migrações intersetorial e espacial do capital. 170*

PRODUÇÃO DO ESPAÇO E REPRODUÇÃO DO CAPITAL: DO POLÍTICO AO ECONÔMICO EM BRASÍLIA COMO PRESSUPOSTO DA ACUMULAÇÃO PRIMITIVA. 172

- 3.1 - Política Territorial e Ocupação Capitalista das Novas Fronteiras. 172**
- 3.2 - Os Investimentos Imobiliários. 180**
- 3.3 - A Formação de Capitais na Indústria da Construção Civil, a Aceleração Setorial Econômica e a Produção Territorial dos Espaços Urbanos. 188**
 - 3.3.1 - O Programa de Metas e a consolidação de um oligopólio no setor da construção civil. 188
 - 3.3.2 - Brasília e o impulso primordial ao subsector edificações. 198

CONCLUSÃO

FIM DA HISTÓRIA E ACUMULAÇÃO PRIMITIVA NA REPRODUÇÃO ESPACIAL DO CAPITALISMO: DO ESPAÇO COMO LOCALIZAÇÃO À PRODUÇÃO DO ESPAÇO. 208

Prefácio e Introdução

O trabalho apresentado aqui na forma de livro é o resultado da pesquisa e dos estudos feitos no contexto de elaboração de uma dissertação de mestrado que foi apresentada no ano de 2006. O texto sofreu somente pequenas alterações em relação a sua concepção inicial. O trabalho mantém, portanto, a sua estrutura original em duas partes. Na primeira parte, a construção de Brasília é analisada do ponto de vista da racionalidade que fundamenta o plano urbanístico, o projeto de transferência da capital e o programa de modernização do Estado no Brasil. Nesse momento são postos em destaque os planos de identidade que essa racionalidade mantém com a filosofia e o pensamento hegelianos. É nesse plano que a teleologia hegeliana transforma-se em projeto de finalização da história, tendo o espaço urbano de Brasília como símbolo maior, produto e condição de realização desse projeto (sempre incompleto). Trata-se, pois, de um projeto de constituição de uma hegemonia estatista que se consolida no domínio efetivo do espaço (e do território). A imposição dessa racionalidade tem, portanto, na produção e na organização do espaço um de seus elementos estruturantes. A produção de um espaço racional, lógico e “higiénico” faz parte da “lisibilidade” das normas e da ordem que são próprias da dominação do Estado. Ao mesmo tempo, a promoção dessa ordem é avessa ao diferente e às contradições e somente se realiza a partir da aniquilação dos diversos conteúdos sociais e históricos que não se coadunam ao projeto. É nesses termos que o esforço de finalização da história carrega consigo um elevado teor de violência e aniquila os conteúdos do espaço social. Esse esvaziamento advém de um esforço de substituição da história pela lógica, de um esforço de superação que essa racionalidade executa sobre o movimento contraditório da história. O espaço “quase pura lógica” de Brasília carrega esse sentido.

Numa aproximação maior dos conteúdos do trabalho, a primeira parte apresenta um esforço de reconhecimento da moderna arquitetura do “estilo internacional” e, mais especificamente, da arquitetura moderna brasileira como um campo fundado numa perspectiva hegeliana de mundo. Dessa forma, pode-se entender que se trata de uma recomposição do aparecimento de uma filosofia da história no seio das produções arquitetônicas e de crítica dos arquitetos vinculados à moderna arquitetura. Brasília, nesse contexto, será lida como um projeto hegeliano, de finalização da história bem no momento do presente que se quer eternizar sob o jugo das formas abstratas produzidas pelo urbanismo modernista. Será comum ao longo desta parte uma não diferenciação entre os campos da arquitetura e do urbanismo uma vez reconhecida a mesma matriz fundante e condutora das produções aí realizadas: “a razão (hegeliana) na história”. Dessa forma, as escalas e os diferentes campos em que atuam serão considerados complementares do ponto de vista da realização de um único projeto. Para empreender, no entanto, esse trajeto, passaremos por uma breve reconstituição do significado do pensamento hegeliano para a modernidade, assim como em que forma ele aparecerá nas produções de um dos principais pilares da vertente oficial brasileira da moderna arquitetura: em Le Corbusier.

Após feito isso, no segundo capítulo serão analisadas as condições políticas e de produção do discurso a respeito da formação do Estado nacional no contexto do debate acerca da construção da nova Capital. Isso encontra lugar aqui, pois entende-se que tanto pela matriz teórica e de pensamento a que esta parte dedica-se a estudar, quanto pelo papel

que desempenhou junto ao programa de normalização da arquitetura moderna no Brasil, no significado da construção de Brasília como centro político e de acordo com os interesses em jogo, o Estado não poderia ser negligenciado. Brasília se trata efetivamente de um esforço de composição de uma hegemonia estatista no processo de formação do Estado nacional. Na filosofia hegeliana a história se finaliza quando se apronta o grande edifício estatal para seu reinado hegemônico, como manifestação da Ideia na Terra. A finalização da história, assim como todo o trajeto formado ao longo dessas tortuosas viagens pelo tempo de sucessivas guerras, lutas e contradições, servem bem ao estatuto reprodutivo do poder estatista. O Estado é o centro de confluência de toda a história, no fim da história. O Estado, além de garantir a reprodução do poder político ao se apropriar do espaço social, reproduzindo-o centralizadamente e com a mediação de um saber específico - o urbanismo -, foi o grande promotor – até por isso mesmo – da moderna arquitetura no Brasil. Além disso, ainda, a contenção social promovida pela produção estratégica do espaço em Brasília referia-se a uma ordem estática, de reprodução não histórica do poder. Sem essa análise a respeito da propensão de consolidação de um Estado Nacional nos conformes da perspectiva finalista da história não seria possível prolongar esse debate de forma concreta, sem cair num idealismo vulgar ou numa ontologia do espaço, do urbanismo ou do tempo.

O terceiro capítulo dessa primeira parte coloca em foco a produção brasileira da arquitetura e urbanismo, levando em consideração os textos canônicos de Lúcio Costa e as obras de Costa e Niemeyer. Esse material, aqui, será reapresentado de forma a resgatar no conjunto dessas produções uma filosofia da história de cunho teleológico. Esse mecanismo seria, então, o grande responsável pela articulação do projeto hegemônico de “formação” da “Arquitetura Moderna Brasileira” com a perspectiva de um Estado em formação que rumava também para a hegemonia. Esses diferentes campos compactuam no que diz respeito à filosofia da história, mas também no que se refere ao momento de imputar-lhe um fim. A consagração da moderna arquitetura brasileira deveria se dar no mesmo instante em que o Estado tomava a cena da organização social, política e econômica da sociedade brasileira. O extenso material dessa filosofia da história serve aos dois momentos de consagração de uma única hegemonia no espaço: do saber (arquitetura e urbanismo) e do poder (Estado). Dessa forma, engendra-se uma cooperação lógica e prática entre o urbanismo modernista e o Estado nacional na sua fase conclusiva de formação. Assim, essa primeira parte se incumbe de pontuar a identidade entre os campos da arquitetura e urbanismo e o do Estado para a realização do programa de hegemonização estatista através da produção do espaço e da finalização, nesse espaço concebido, da história e do movimento formativo. Esse saber (arquitetura e urbanismo) é, nesse sentido, mediação fundamental para a realização dos poderes políticos do Estado.

Na segunda parte, o esvaziamento primitivo do espaço aparece, no entanto, como condição do reinício do processo de acumulação para além dos espaços já tomados pela economia do capital. Operando como “uma sorte de acumulação primitiva do espaço”, a aniquilação dos conteúdos anteriores e adversos ao plano prepara o território para sucessivas e novas rodadas de investimentos capitalistas. O mutualismo entre Estado e capital, aqui, promove fenômenos inversos de acordo com o ponto de vista. Se, por um lado, Brasília nasce prenha do sentido de finalização da história, por outro, do ponto de vista do capital, fazendo uso de uma retórica de inspiração turneriana, sua história se reinicia na



fronteira, com a urbanização do território. Foi somente com o alargamento das bases espaciais da acumulação que a economia do capital pode avançar em território brasileiro. A produção de excedentes não utilizáveis de forma corrente em investimentos no interior dessa mesma economia capitalista exigiu sempre novos espaços livres para o emprego lucrativo dessa “parte maldita”. Isso foi conquistado decididamente a partir da urbanização expandida do território. A empresa expansionista, desse ponto de vista, tinha no Estado desenvolvimentista seu elemento propulsor que promovia o avanço da urbanização sempre à frente das necessidades do capital. Os anos (nem tão) “dourados” de crescimento econômico no Brasil tiveram na estratégia expansionista, da qual Brasília é mais que um símbolo, parte de sua justificativa. A “reciclagem” com lucro dos capitais excedentes inutilizáveis endogenamente criou uma dependência estrutural entre a acumulação e as dinâmicas de perfil “geofágico”, para empregar um termo de Martine Droulers.

A segunda parte do trabalho trata de recolocar o movimento na análise sob uma nova perspectiva. Se na primeira parte a história, o movimento, o fluxo temporal da sucessividade, que representam o campo de inteligibilidade dos acontecimentos efetivamente históricos, foram tratados da perspectiva do estancamento, do acabamento e do fim, a segunda mostra a necessária mobilidade do capital como justificativa para a construção da nova Capital. A partir das análises de David Harvey, sobre a fluidez do capital em circulação, a produção do espaço reaparece como elemento dinâmico da acumulação – perspectiva oposta a da adotada na primeira parte, quando o espaço era sinônimo de inflexibilidade, de estancamento e cristalização do presente temporal. O movimento é repostado como justificativa da construção de Brasília num outro patamar, não mais como história, mas como lógica, a partir da lógica de acumulação capitalista.

Se para Hegel “a razão governa o mundo”, no mundo moderno essa razão não pode ser aquela prevista em perfeita identidade com o empírico, o material ou o determinado. Na realidade, essa razão que move e dirige as ações aparentemente cegas dos homens recebeu um nome; ela é o capital, entendido como movimento de valorização do valor, tendendo à totalidade. Dessa forma, ela é abstrata. A razão que governa o mundo foi alienada daqueles que constituem esse mundo. O projeto hegeliano de Brasília, assim definido na primeira parte, se realiza negativamente, negando a identidade proposta entre os termos e impingindo autoritariamente a lógica de reprodução capitalista no espaço. O primeiro capítulo dessa segunda parte trata de resgatar o sentido da produção do espaço nos textos de Harvey, abordando os mecanismos de reprodução ampliada do capital como elemento fundamental para se compreender a produção do espaço num mundo governado pelo capital.

O segundo capítulo da segunda parte recupera algumas características da economia brasileira, apontando para o fato de que, nos períodos limites da construção de Brasília, produziu-se no espaço econômico brasileiro excedentes de capital que enfrentavam sérios problemas de realização, com dificuldades para se encontrar possíveis investimentos lucrativos dada a configuração territorial nacional. A tendência à sobreacumulação capitalista em território nacional levou a um aumento nos gastos públicos, com o Estado atuando diretamente na produção do espaço como forma de absorção da crise e dos excedentes gerados em condições estabelecidas num patamar muito superior ao da capacidade de inversões. E, por fim, o terceiro e último capítulo procura demonstrar algumas formas em

que esses excedentes foram absorvidos, a partir da ação do Estado, através da produção do espaço.

Mas, por que não falar da conclusão, uma vez em que ela não é meramente um apanhado das discussões já realizadas ao longo do trabalho? A conclusão se coloca no corpo deste trabalho como algumas considerações sobre as implicações da primeira parte sobre a segunda. É nesse momento que a finalização da história, o esvaziamento dos conteúdos sociais do espaço e a substituição da história pela lógica (do espaço) vai ser lida como estratégia de reprodução capitalista. A finalização da história, o esvaziamento dos conteúdos sociais do espaço e a planificação desse espaço vão ser lidas nesse momento como uma estratégia que libera ativos de capital sob sua forma espacial, no e do espaço. Nesse sentido, trata-se de um processo de reposição de mecanismos de acumulação primitiva que ampliam as possibilidades de reprodução do capital. Brasília teve esse significado para a reprodução do capital industrial brasileiro mesmo quando este se realizava fora de suas órbitas originárias de valorização.

A reedição deste trabalho, agora como livro, assume novo significado após sete anos. As dinâmicas expansionistas verificadas, sobretudo, na segunda parte do livro podem ser observadas num contexto de análise que conta atualmente com uma tendência à centralização geográfica do capital. O seu conhecimento, portanto, não é desprezível. As estratégias expansionistas estão na base da compreensão do processo espacialmente dinâmico de acumulação do capital. As sutilezas do processo e alto grau de violência embutido nas estratégias espaciais que visam promover a acumulação têm uma longa trajetória de aprendizagem que foi muito intensa durante os anos do desenvolvimentismo. Se hoje o processo de intensificação do capital, que ocorre como padrão alternativo ou complementar ao antigo comportamento expansionista, emerge como dinâmica prioritária da acumulação, sua força e seu comportamento se amparam nessa história. Os desdobramentos dessa investigação inicial deram continuidade a alguns trabalhos de pesquisa posteriores que foram publicados na forma de artigos e apresentados em algumas comunicações, seminários, aulas e palestras. Mas nada disso teria sido assim se não fosse pela participação daqueles que me apoiaram e me ajudaram nessa trajetória.

A ideia, aqui, de fazer alguns agradecimentos consiste em mais do que propriamente prestar homenagem àqueles que colaboraram para a realização deste trabalho. Ela se justifica diante da tentativa de revelar o caráter necessariamente social dos processos de produção do conhecimento. Nesse sentido, a autoria, concebida a partir da manifestação do gênio subjetivo e individual se perde entre tantos quantos foram aqueles que participaram direta ou indiretamente do processo de realização do trabalho, numa cadeia que tende ao infinito. Por isso também seria impossível contemplar nominalmente a todos que se fazem presentes no corpo deste trabalho. Mas alguns, cotidianamente envolvidos à época, não poderiam deixar de ser mencionados. As conversas e aconselhamentos de Fani – esta, sempre mais que orientadora –, Amélia e Odete e o eterno apoio de Joel e Margarida (meus pais) e Roberta e Fabíola (minhas irmãs) foram imprescindíveis. A companhia agradável e muitíssimo enriquecedora de Murilo, Fabiana, Sessé, Flávia, Ricardo, Sávio, Danilo, Rafael, Camila, Noffs, Raquel, Cássia e Lia, são exemplos desses que não poderiam ficar de fora dessa interminável lista. A querida presença de Maria Lucia, Altevir, Marcela e Carol, fornecendo, além de tudo, um suporte técnico vital, está

garantida também nessa lista. A extraordinária compreensão, ajuda, parceria e companheirismo de Marília e a alegria de Lalá foram determinantes e tornaram possível a cada instante a realização deste trabalho.

Não poderia também deixar de agradecer ao CNPq e ao Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, que deram o suporte institucional necessário para a realização da dissertação. Agradecimento aos funcionários da “secretaria de pós” do departamento, sempre muito solícitos, e a todos aqueles que, por falta de espaço, não foram mencionados.



Parte I

**O Projeto Hegeliano de Brasília:
o Estado, a arquitetura e urbanismo
e a finalização da história.**

Capítulo 1

A dialética da modernidade entre o eterno e o transitório: elementos para a crítica da razão arquitetônica.

O ponto de partida deste trabalho se configura mais precisamente ao final desse trajeto. A identidade proposta entre as formas do Estado, da arquitetura moderna no Brasil (do alto modernismo, como muitas vezes nos referiremos em função de uma identidade útil aos nossos propósitos) e o espaço, como dimensão importante na configuração da vida moderna e campo da realização de uma racionalidade constrangedora, conduzirá, no corpo do trabalho, a uma crítica da modernidade e, na realidade social, a uma crise do moderno e da própria historicidade.

Antes de tudo, é preciso definir a relação do Estado com os diversos aspectos da vida moderna e, assim, seu papel no jogo das determinações que fundamentam a modernidade. Entender o Estado como um plano de realização da ordem burguesa no mundo já não se põe como tarefa difícil, mas vale ressaltar que, além disso, este não é simplesmente mais um elemento cooptado para o êxito das estratégias de acumulação, mas a estrutura mesma pela qual se torna possível esse conjunto de ações que configuram a predominância das vicissitudes da astúcia burguesa no mundo moderno. Contudo, criar uma estrutura desse porte para o bom funcionamento da economia capitalista, sendo que aquela não poderia, de mesma forma, assumir as feições de mais um dentre os agentes que determinam o conteúdo e o movimento desta, ou seja, que não poderia jogar esse mesmo jogo de dentro da própria lógica da acumulação e fosse, da mesma maneira, obrigada a lidar com parâmetros lógicos diferentes, representou o ponto de partida para o desdobramento das contradições fundamentais do capitalismo para outros âmbitos da vida. Sendo assim, a identidade da lógica do Estado com as lógicas territoriais pontuou, muitas vezes, o descompasso entre a realização das estratégias capitalistas (do lucro) e a reprodução do poder do Estado, assim como, em tantas outras, possibilitou a continuidade dos processos moleculares de acumulação capitalista.

Vejamos, então, como algumas dessas contradições puderam ser apresentadas de uma forma menos agressiva ao projeto burguês de produção do espaço moderno mundial, não sem ter de falar em seguida das implicações dessas ações em outros setores quase que como uma exportação das contradições no tempo e no espaço para outros campos da reprodução da vida social sob o capitalismo.

1.1 - Sobre a lógica territorial e reprodutiva do Estado e a dinâmica da economia capitalista.

David Harvey¹, em *O Novo Imperialismo*, retoma uma questão lançada por Giovanni Arrighi², em *Caos e Governabilidade*, a respeito de “como a relativa fixidez e a lógica peculiar

¹ Harvey, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004. (p. 82).

² Arrighi, Giovanni. *Caos e Governabilidade*. Rio de Janeiro. UFRJ/Contraponto. 2001.



do poder territorial se compatibilizam com a fluida dinâmica da acumulação do capital no espaço e no tempo” Essa resposta a esse aparente paradoxo poderá ser melhor esboçada ao fim deste trabalho, no entanto alguns elementos terão que ser abordados já nesta primeira parte. Aqui interessa melhor definir, ainda que de forma genérica, os campos de atuação do Estado e da economia (poder e capital) que se constituíram em separado e foram reunificados somente mais tarde, num movimento considerado importante para a segunda parte do trabalho.

A moldura do poder político no Estado tem assumido formas que oscilam ora entre uma postura mais dirigista ora uma postura mais liberal, e assim, desde os primórdios do Estado nacional moderno. Essa oscilação representa uma adequação da estrutura de Estado às demandas mais imediatas que passam pelas necessidades de reprodução das relações sociais de produção. “A burguesia ascendente não construiu o ‘modo de produção’ como tal, mas o Estado que lhe convinha, com todas as contradições que ela carrega, notadamente o *conflito*: ‘democracia burguesa-ditadura da burguesia’”³. Isso acontece graças à possibilidade estrutural e ininterrupta de uma “intervenção” - nesse sentido, porque, aparentemente, trata-se de ordens externas ao corpo lógico da economia capitalista, que conta com uma classe dirigente armada com seus instrumentos disparadores da irrefreável dinâmica burguesa da economia. Para Lefebvre, “o poder político dispõe de instrumentos (ideológicos e científicos). Ele tem capacidades de ação, podendo modificar a distribuição dos recursos, dos rendimentos, do ‘valor’ criado pelo trabalho produtivo (ou seja, da mais-valia)”⁴.

“Sabe-se que nos países capitalistas atualmente existem duas estratégias principais: o *neoliberalismo* (que permite o máximo de iniciativa à empresa privada e, no que concerne ao ‘urbanismo’, aos promotores imobiliários e aos bancos) e o *neodirigismo* (que acentua uma planificação, pelo menos indicativa, que, no domínio urbanístico, favorece à intervenção dos especialistas e tecnocratas, do capitalismo de Estado). Sabe-se também que existem compromissos: o neoliberalismo deixa algum lugar ao ‘setor’ público e às ações concertadas dos serviços de Estado; o neodirigismo apenas prudentemente apodera-se do ‘setor privado’. Sabe-se, enfim, que setores e estratégias diversificados podem coexistir (...)”⁵.

No entanto, essa pretensa flexibilidade da estrutura de Estado para se adequar às necessidades do desenvolvimento das forças produtivas ou do crescimento econômico barra na concepção sob a qual padece todo o grande monumento em que se constituiu o próprio Estado. A burocracia, a fixação de normas, a reprodução da estrutura e superestrutura do Estado reproduzem simultaneamente a fixidez e a imobilidade. A lógica e ação do Estado, limitadas ao vínculo interno com o próprio território, à reprodução da estrutura de poder e ao controle que se exerce como estratégia dessa reprodução, atribuem ao espaço os conteúdos adversos à dinâmica temporal do capitalismo. Há conflito entre as lógicas.

O dinamismo burguês, quando representado pela fuga para frente no tempo, se manifesta como um movimento que é próprio da dinâmica capitalista em busca do lucro. O aumento da produtividade do trabalho, a diminuição do tempo de trabalho socialmente

³ Lefebvre, Henri. *De l'Etat*. Paris: Union Générale d'Éditions. 1977. (p. 79).

⁴ Lefebvre, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte. UFMG. 1999. (p. 78)

⁵ Lefebvre, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte. UFMG. 1999. (p. 78)





necessário e, conseqüentemente, a retirada progressiva do elemento que agrega valor às mercadorias (o trabalho), estimulados pela fuga da concorrência, representa, na modernidade, o motor da história que retira da condição presente o produtor astuto na busca irrefreável do lucro. Assim, toda a classe dos empreendedores, estimulados a buscar sua mais-valia, se empenha nesse campo de ordenação temporal tipicamente cumulativa e em suposto progresso. A isso corresponde a verdade parcial apresentada por Adam Smith. Isso define a identidade entre o movimento histórico e a dinâmica capitalista (da corrida individual em busca do lucro) na modernidade. O crescimento econômico sob o modo de produção capitalista e a dinâmica temporal representada na idéia de “progresso” histórico respeitam, aqui, a um mesmo registro. Mesmo quando as ações do capital se orientam no sentido de uma quebra com essa estrutura temporal da busca do lucro, como um desdobramento espacial da falência ou da insuficiência do conjunto de estratégias que se delineiam numa inteligibilidade do tempo e da sucessão no capitalismo avançado, há conflito. No caso dos deslocamentos de linhas de montagem inteiras ou parciais, como uma estratégia espacial de superação das crises capitalistas, o que está em questão ainda é o dinamismo próprio do capital para a busca incessante do lucro. Essa dinâmica espacial burguesa repõe, de mesma forma, a insegurança e instabilidade, se tomarmos por base, por exemplo, as condições estabelecidas de empregos, de “prosperidade” urbana, de riquezas etc., o que vai de encontro com as estratégias de manutenção e estabilidade requeridas pelo Estado ou pela necessidade de reprodução do poder.

Temos que a sociedade civil burguesa, então, como o lugar de manifestação das ações concertadas do capital, é o campo que se liga a uma dinâmica irrefreável que determina o movimento fundamental da modernidade, e que o Estado, como a estrutura de reprodução do poder e da ordem burocrática da vida, é o campo de um esforço de estabilização e fixidez que pesa sobre todo o movimento com vistas à eternidade de sua própria condição. Temos, portanto, dois registros distintos e até opostos conjugados num mesmo momento histórico - na modernidade - que se pretende sistêmico. É esse vínculo que se pretende sistêmico entre lógicas opostas que dá origem à contradição entre esses campos e, ao mesmo tempo, torna-a manifesta na tensão fixidez-mobilidade que é própria da modernidade.

Contudo, Harvey aponta para a necessidade de um ajuste nessa relação para a manutenção dos mecanismos moleculares de acumulação capitalista e de reprodução do poder do Estado, simultaneamente, sem, evidentemente, resolvê-la ou pôr um fim à contradição sobre a qual se funda essa relação.

“A tensão entre a fixidez (e, portanto, a estabilidade) que a regulação do Estado impõe e o movimento fluido do capital permanece um problema crucial para a organização social e política do capitalismo. Essa dificuldade é modificada pela maneira como o próprio Estado é disciplinado por forças internas (nas quais baseia o seu poder) e por condições externas - competição na economia mundial, taxas de cambio, movimento de capital, migração, ou, às vezes, intervenções políticas diretas de potências superiores. Por conseguinte, a relação entre o desenvolvimento capitalista e o Estado tem de ser vista como mutuamente determinante, e não unidirecional. Em última análise, o poder do Estado não pode ser mais nem menos estável do que o permite a economia política da modernidade capitalista”⁶.

⁶ Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1994. (p.105)

Nesse jogo, algumas diretrizes de atuação se abrem para regular a atividade entre o Estado e a economia. A fixidez das estruturas promovidas em vistas da manutenção do poder por parte do Estado não pode ser tal que impeça o dinamismo dos processos de acumulação capitalista, mas, ao mesmo tempo, o Estado não pode abrir mão da promoção de estruturas rígidas que, por outro lado, possibilitam os novos mecanismos requeridos de dentro dos processos de valorização capitalista. A atuação do Estado, nesse sentido, recai fundamentalmente sobre a promoção de estruturas espaciais, consideradas aqui uma das formas de intervenção estatista mais rígidas com relação às dificuldades de uma posterior remoção engendrada de acordo com as novas necessidades surgidas no curso do desenvolvimento das forças produtivas. Nesse momento da análise, a identidade entre as formas de atuação e reprodução do poder do Estado aparece como elemento da produção de condições estáticas, de estruturas fixas, que permitem a implantação segura dos dinâmicos mecanismos de valorização capitalista em um determinado território. Desse ponto de vista, o espaço, produzido a partir dessa relação fundamental entre Estado e território, para a promoção de situações vantajosas a partir da ótica das estratégias da valorização capitalista, é sinônimo de fixidez e imobilidade; um quadro congelado das relações materializadas entre poder e capital. Contudo, a regulação entre as ações concertadas do Estado e as necessidades de reprodução ampliada do capital, manifesta num conjunto de obras que produzem o espaço do capital (da circulação capitalista), não aniquila a contradição entre os termos. Ela é mantida a partir da manutenção necessária da separação entre esses momentos de realização social. A unidade entre os termos é logicamente impossível sem a elaboração de um terceiro termo. Para Habermas, é só nas sociedades modernas que

“a circulação de mercadorias da economia capitalista, organizada no direito privado, desliga-se da administração do poder. Por meio dos *media* que são o valor de troca e o poder, dois sistemas de ação se diferenciam, completando-se funcionalmente: o social separou-se do político, a sociedade econômica despoltizada separou-se do Estado burocratizado. Esse desenvolvimento acabou por exceder a capacidade explicativa da doutrina clássica da política. Por isso, desde os finais do século XVIII, esta se decompõe em uma teoria social fundada na economia política, por um lado, e em uma teoria do Estado inspirada no direito natural moderno, por outro”⁷.

Hegel está bem no centro do nascedouro dessas novas tendências e irá lidar com elas de maneira a incluí-las em seu sistema, no intuito de produzir uma explicação do mundo moderno ou, como pretendeu, da “história universal”. Para Hegel, a sociedade civil se contrapõe ao Estado como momento distinto e até contraditório do processo de realização da razão. Ainda para Habermas, “as novas estruturas sociais são caracterizadas pela diferenciação daqueles dois sistemas, funcionalmente interligados, que se cristalizaram em torno dos núcleos organizacionais da empresa capitalista e do aparelho burocratizado do Estado. Weber entende esse processo como a institucionalização de uma ação econômica e

⁷ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 54).



administrativa racional”⁸. Essa racionalidade estabelece um vínculo interno com a própria época moderna a partir do discurso filosófico da modernidade, essa razão dialética é contemplada pela síntese dessas contradições que ganha corpo na modernidade, e é, nesse sentido, que podemos dizer que “Hegel foi o primeiro filósofo que desenvolveu um conceito claro de modernidade”. “Em razão disso é necessário retornar a Hegel se quisermos entender o que significou a relação *interna* entre modernidade e racionalidade”⁹.

1.2 - A arquitetura de Hegel:

alguns aspectos de mobilidade e fixidez na teoria hegeliana da história.

1.2.1 - A filosofia de uma história de contradições: entre o movimento e a eternidade.

A filosofia da história de Hegel surge em meio a um período de transformações que evidenciam os caracteres do movimento temporal pelo qual as sociedades se lançam numa busca histórica calcada num forte sentido de progresso. A isso, muitas vezes, foi associada a necessidade da dinâmica temporal no sistema de Hegel. A filiação desse filósofo às ideias de uma intelectualidade burguesa determinou o sentido de sua própria filosofia da história na recuperação de alguns aspectos de filosofias da história anteriores; as quais, por sua vez, surgiram em momentos que, ligadas aos propósitos evolutivos e progressistas de uma burguesia nascente, faziam frente à imobilidade sistêmica do Estado absolutista¹⁰. Hegel vive em um momento em que a história se faz a pleno vapor, e isso trará consequências ao sistema como um todo: as revoluções burguesas que incidiam tanto no plano ético e moral quanto sobre a estrutura produtiva situavam esse pensador em meio aos mais significativos acontecimentos que marcaram a dinâmica de um capitalismo jovem - um período histórico por excelência. Assim, “a filosofia de Hegel completa a filosofia do século XVIII e abre a do XIX, é a articulação de duas épocas. Este juízo se confirma se considerarmos a posição que toma Hegel em face da História e da Razão. Razão e História, eis, poderíamos dizer, os dois termos que ele encara, para opô-los ou conciliá-los”¹¹. Para Habermas, “o espírito do tempo (*Zeitgeist*), um dos novos termos que inspiram Hegel, caracteriza o presente como uma transição que se consome na consciência da aceleração e na expectativa da heterogeneidade do futuro: ‘Não é difícil ver’, escreve Hegel no prefácio à *Fenomenologia do espírito*, ‘que nosso tempo é um tempo de nascimento e passagem para um novo período’”¹². Assim, “é nesse sentido que os conceitos de movimento, que no século XVIII, juntamente com as expressões ‘modernidade’ ou ‘novos’ tempos, se inserem ou adquirem os seus novos significados, válidos até hoje: revolução, progresso, emancipação, desenvolvimento, crise, espírito do tempo etc. Estas expressões tornaram-se palavras-chave da filosofia hegeliana”¹³.

No entanto, vale levantar a questão a respeito da qual se faz impossível considerar a tônica do movimento como a única presente na obra de Hegel. Também para Hegel, a

⁸ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 04).

⁹ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 08).

¹⁰ Koselleck, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto. 1999.

¹¹ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 33).

¹² Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 10).

¹³ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (pp. 11-2).

modernidade se coloca como o último estágio da história universal. O momento em que todo o movimento será encerrado sob o forte significado da realização dos conceitos universais tais como a justiça ou a liberdade; o momento em que os homens colherão os resultados de uma história de lutas, perdas e sacrifícios em nome do grande Espírito absoluto. É por isso que, para Hegel, “exceto algumas tentativas anteriores, coube sobretudo aos nossos dias reivindicar como propriedade dos homens, ao menos em teoria, os tesouros generosamente entregues ao céu”¹⁴. Essa consideração, portanto, marca a ligação da modernidade com os aspectos de uma eternidade extraída de sua própria condição. A modernidade, em Hegel, é o que está, desse modo, entre o tempo e o eterno; entre a mobilidade histórica e a consagração de seu sistema no espaço de uma vida burocratizada sob o domínio do Estado elevado à condição do absoluto. Esse foi um ponto tratado na filosofia hegeliana a partir da oposição entre os momentos da realização da sociedade civil e do Estado propriamente dito; contradição a partir da qual se desenrola o fluxo temporal consumido pela história até o “fim último da história universal”. Mas, a validação desses momentos opostos na filosofia hegeliana se daria de forma negativa.

Mesmo ao se apropriar dele, Hegel reconheceu as limitações do esquema de Adam Smith que conduziam imediatamente o egoísmo individualista do sujeito econômico ao universalismo das realizações históricas no plano ético, o qual concernia especificamente ao Estado¹⁵. No esquema smithiano não havia contradição aparente entre a sociedade civil e o Estado (representação da razão universal, para Hegel), cabendo imediatamente à primeira toda a dinâmica responsável pela realização das boas-aventuranças do espírito no mundo; por isso a redução a um plano quase irrisório do papel do Estado em sua teoria. Desenvolver concretamente a realização simultânea, a síntese, entre esses termos foi uma das preocupações embutidas no grande sistema de Hegel; desconstruir a predominância da tônica da mobilidade e do tempo no sistema de Hegel foi um problema posto inclusive pelo próprio Hegel. “Ora, uma das características do mundo moderno é o desenvolvimento do individualismo sob todas as suas formas. Desde o século XVI o individualismo se torna um problema angustiante. A sociedade, as instituições políticas, o Estado, se manifestam como coações contra as quais os homens não cessam de se revoltar”¹⁶. Grande parte da Fenomenologia, acrescenta Hyppolite, é consagrada a esse problema. “É no cristianismo e na consciência cristã que se encontram as origens desse individualismo, no princípio da

¹⁴ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (pp. 12-3).

¹⁵ “Desde 1805 Hegel conhecia a obra de Adam Smith: *Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of Nations* que Grave acabava de traduzir para o alemão. Ele a integra em sua filosofia política, mas longe de ver nessa doutrina econômica uma filosofia política que poderia bastar-se a si mesma, vê antes um momento necessário, mas que por si mesmo revela sua insuficiência. Nesse mundo econômico o homem se julga livre, trabalha e possui, escolhe sua profissão, procura realizar seu interesse pessoal; de fato, topa em toda a parte com os seus limites, permanece na contingência e em vez de querer diretamente o universal, o sofre como uma dura coação que lhe será estranha. Eis por que nesse nível o Estado aparece somente como o Estado do entendimento e da necessidade. A sociedade civil é uma realização mediata do universal; sua harmonia, como viriam os economistas, resulta de uma espécie de estratégia. Cada qual acredita trabalhar por si, e de fato dá assim aos outros a oportunidade de trabalhar. Aquilo que de fato é realizado (o universal) e aquilo que é desejado em cada caso (o particular) são distintos”. Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (pp. 102-3).

¹⁶ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 93).





subjetividade absoluta. A divisão da consciência em dois mundos, apontada na famosa frase: ‘Dai a César o que é de César e a Deus o que é de Deus’, impede o homem de encontrar seu absoluto na cidade terrestre¹⁷, e, portanto, de ter imediatamente reconhecido no Estado, no todo que esse representa e realiza, a si mesmo como universal. Essa cisão seria responsável, segundo Hegel, pela inviabilidade do projeto liberal no que tange à identidade imediata entre o indivíduo e o todo, o universal ou o Estado, entre o que é do campo da livre ação dos indivíduos e o que responde a uma vontade geral. Por outro lado, a partir do próprio idealismo alemão, o tratamento dado à questão incidia no objeto unicamente a partir da consideração de uma cisão absoluta, que reforçava os aspectos de uma individualidade subjetiva deslocada de uma prática¹⁸. Diante desse quadro, Hegel se colocava entre duas possibilidades de tratamento da questão que, ao mesmo tempo, se remetiam a duas vertentes que também entrarão em oposição em seu sistema. Se, por um lado, a unidade imediata entre indivíduo e todo representava uma limitação de ambos os termos por redução, por outro lado, a separação absoluta entre eles representava a limitação da perspectiva histórica e prática, com base num individualismo infértil. Hegel irá negar as duas resoluções, mas o fará de modo a integrá-las em seu sistema.

Nesse ponto podemos começar a responder o porque dessa digressão a respeito do indivíduo e do todo. O emblema da modernidade, o sujeito e o individualismo modernos, são as marcas e a condição da mobilidade desenfreada do capital, da guerra e de tudo aquilo que impulsiona e move a história. É grande a quantidade de manifestações que partem do indivíduo que promove o movimento pelo qual se caracterizou a história. Por isso talvez a modernidade seja, em si mesma, o momento por excelência da história, e haja, de fato, uma identidade entre a subjetividade e o progresso temporal (a mobilidade). No caso da guerra, por exemplo, no sistema hegeliano, um elemento de importância para a realização histórica da liberdade, da mobilização de categorias temporais e conseqüentemente do Estado, Hyppolite nos diz que, segundo Hegel, “sem dúvida a guerra surge em aparência da coexistência de povos individuais, mas ela está inscrita na própria noção da individualidade”¹⁹. E é a partir daí que se desatina, então, uma ordem de instabilidade generalizada que é causada pelo próprio estado de guerra, e, assim, na sua necessidade, está o vínculo interno com uma razão da história²⁰. Para essa filosofia da história, então, a

¹⁷ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 93).

¹⁸ “Permanecendo na oposição abstrata, as filosofias idealistas de Kant e Fichte condenaram-se a ser filosofias *individualistas*; porque o ponto de vista da oposição da razão e da natureza é principalmente o ponto de vista do indivíduo separado, ao passo que o contrário, o da unidade realizada, é um ponto de vista que ultrapassa o indivíduo como tal, e, segundo Hegel, só pode ser dada nessa totalidade ética que é um povo no conjunto de sua vida. ‘É num povo livre que a razão se realiza’”. Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 70).

¹⁹ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 80). “A relação de povo a povo pode ser uma relação de coexistência, uma ordem mais ou menos estável de paz, mas pelo próprio fato da individualidade do povo, do seu caráter exclusivo e negativo, é necessariamente num momento ou noutro uma relação de guerra”. Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 79).

²⁰ “A guerra parece explicar-se num povo por circunstâncias estranhas. O conflito que explode tem em cada vez causas diversas e que parecem mais ou menos contingentes aos historiadores. Contudo, a necessidade da guerra em geral não deixa de ser afirmada por Hegel. Contrariamente aos filósofos do século XVIII, que esboçaram projetos de paz perpétua e planos de organização jurídica da humanidade, Hegel, que assiste às guerras da

mobilidade alavancada pelo sujeito e pelo indivíduo moderno é essencial. Ela se opõe ao imediatismo de uma busca pela eternidade - pelo universal perpétuo -, e essa, por sua vez, por conta de sua oposição reencontrada no indivíduo, passa a levar necessariamente em conta “a paciência e o trabalho do negativo”, porquanto a própria individualidade e a guerra, que dela é decorrência, são reciprocamente o lugar e a atividade desse negativo que impulsiona o movimento da história rumo ao *telos* da liberdade²¹.

Ao indivíduo do liberalismo e da economia política, e à sociedade civil, como representantes dessa mobilidade histórica do capital, se opõe, mesmo que num registro de reconciliação e de inclusão em si, o Estado, como representante supremo da vontade geral - mas que só momentaneamente deve se opor à vontade particular. “A oposição irreduzível, que faz o trágico do Estado moderno, parece ser aqui para Hegel a do *cidadão* e a do *burguês*. Na sua última *Filosofia do Direito*, ele tentará sobrepujar essa oposição, concebendo no próprio seio do Estado uma sociedade civil que será um momento do todo, o momento da vida econômica”²². E isso porque:

“a sociedade civil (...) não é outra coisa que o Estado do *liberalismo econômico*. A esse Estado, que é o ideal para os teóricos da economia política, Hegel dá um lugar no conjunto de seu sistema, mas um lugar subordinado. ‘Se confundirmos o Estado com a sociedade civil e se o destinarmos à segurança e à proteção da propriedade e da liberdade pessoal, o interesse dos indivíduos, como tais, será o fim supremo em vista do qual eles se reuniram, e daí resultará que é facultativo ser membro de um Estado. Mas sua relação com o indivíduo é inteiramente diversa; se ele for o *espírito objetivo*, então o indivíduo em si só terá objetividade, verdade e moralidade se for um membro dele. A associação, como tal, é ela própria o verdadeiro conteúdo e o verdadeiro fim, e a destinação dos indivíduos é levarem uma vida coletiva; e sua outra satisfação, sua atividade e as modalidades de sua conduta têm esse ato substancial e universal como ponto de partida e como resultado”²³.

Assim Hegel dá testemunho de uma necessidade de consideração sobre o Estado que transcenda sua mais própria e íntima ligação com a vida econômica, fundando-se como algo maior e mesmo pertencente a outro registro do que o considerado pelo liberalismo clássico.

1.2.2 - O prospecto conciliatório: a síntese.

A existência independente de um Estado fundamentado numa base amplamente diversa e verificadamente maior que e a da própria sociedade civil seria fatal diante da

Revolução Francesa, desenvolve uma filosofia da história na qual a guerra desempenha papel essencial”. Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 79).

²¹ “...uma individualidade, traz portanto em si o momento da negatividade absoluta... Ora, a individualidade é unidade exclusão. Um povo é o único na história, possui um gênio próprio, uma maneira de existir, e por isso mesmo se opõe a outros povos, exclui de si outras individualidades”. Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 79). Assim, a busca pelo universal deve ter postas as mediações que lhe são próprias para um universal concreto, a partir do negativo.

²² Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 86).

²³ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (pp. 101-2).



estrutura histórica da modernidade. Ela estancaria numa organização despótica em que reina, no lugar da razão, o caos promovido pela arbitrariedade de um sistema em que um só indivíduo se reconhece no Estado. Assim, esse Estado se colocaria impossibilitado de realizar a grande síntese a que está destinado no sistema hegeliano para a consagração de uma unidade e coletividade superiores. A consagração do grande edifício estatal na obra de Hegel não deve se dar de forma arbitrária, a partir da imposição autoritária de um Estado alheio aos mecanismos da sociedade civil. Dessa forma, a prioridade conferida ao acabamento do Estado como um organismo vivo e superior ao conjunto das ações moleculares empreendidas no plano da sociedade civil deve respeitar os mecanismos concretos desse percurso até o seu pináculo, no fim da história. A concretude desse movimento se opõe à abstração conquistada através dos mecanismos arbitrários de uma autoridade despótica. *Concrescere* (crescer conjuntamente) é a raiz da idéia que mobiliza a filosofia hegeliana no sentido da formação histórica dos conceitos universais. Isso significa que os opostos (dialéticos) respeitam, no movimento a que dão origem, a um crescimento conjunto. Assim como Hegel busca em seu sistema a superação da cisão entre razão e natureza, sem desconsiderar a oposição que lhes é própria, de mesma forma se empenha numa busca por essa identidade concreta entre os momentos próprios da sociedade civil e do Estado.

Portanto, é somente ao abandonar a exigência desse vínculo imediato, estabelecido pela economia política e pelo liberalismo clássico, entre os indivíduos (a vontade particular) e o universal (a vontade geral que se realiza efetivamente no Estado), caracterizado pela confusão entre sociedade civil e Estado, esse projeto, esse destino - para ser mais específico com relação ao vocabulário hegeliano -, não se realizaria. “No mundo moderno o homem privado, o proprietário, o burguês tomaram demasiada importância para serem ao mesmo tempo cidadãos. Por isso é que o universal e o singular se opõem na realidade em lugar de se confundirem harmoniosamente como no mundo antigo. Desde então o governo não é mais a expressão de todos, e aparece como tendo uma existência independente”²⁴.

É por isso que, para Hegel, “a sociedade civil deve ser ultrapassada, ela não é o verdadeiro Estado. ‘O Estado, como realidade em ato da vontade substancial, realidade que ela recebe em sua consciência particular, é o racional em si e por si; esta unidade substancial é um fim próprio, absoluto, imóvel, no qual a liberdade obtém seu valor supremo, e assim esse fim final tem um direito soberano em face dos indivíduos, cujo mais alto dever é serem membros do Estado’”²⁵. No entanto, essa tensão que existe entre esses campos, que remete aos registros opostos da mobilidade e da fixidez, não poderia ser solucionada senão arbitrariamente, dentro ou fora do sistema, na vida ou na filosofia, pela impugnação de um poder superior - ou anterior - capaz de render todos os demais momentos em si mesmo. Nem mesmo Hegel, e talvez isso seja significativo, um indicativo para o nosso trajeto, conseguiu solucioná-la. Para Hyppolite, “subsiste em seu pensamento uma ambigüidade”. E essa ambigüidade “é que a reconciliação do espírito subjetivo e do espírito objetivo, síntese suprema desse sistema, não pode ser integralmente realizável”. E, dessa forma, Hyppolite nos deixa mais que um resíduo analítico da obra de Hegel, talvez nos deixe também um

²⁴ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (pp. 97-8).

²⁵ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 106).

elemento para a crítica substancial da modernidade, uma crítica que passa necessariamente pelo conflito mobilidade-fixidez e deve chegar ao próprio Estado em sua constituição hegemônica – despoticamente hegeliano.

Esse conflito já nos foi apresentado de outras maneiras. Na filosofia hegeliana essa tensão existe subjacente a todas as configurações da consciência, na *Fenomenologia do Espírito*, ou do espírito universal, em *A Razão na História*. Em ambas, algo maior e infinitamente elevado parece dar sentido ao movimento que se estabelece entre as diversas configurações particulares e determinadas manifestações²⁶. A verdade dessas configurações particulares, seja do espírito ou da consciência, reside para além delas mesmas e, por isso, as envolve num percurso de autoconhecimento que as levará para fora de si - de sua configuração particular -, as envolve, enquanto categorias determinadas, num movimento e condição determinadas por um vir-a-ser. “Sua primeira filosofia do espírito será a descrição da organização social desde as suas bases nas necessidades concretas do homem até o seu pináculo no Estado...”²⁷. Assim, a verdade, categoria eterna e imutável, se realiza no movimento pelo qual as diferentes configurações determinadas buscam elevar-se até a manifestação (revelação) suprema de si mesmas. Para Hegel, o movimento apresentado em sua filosofia da história é subordinado à razão, é capturado por algo eterno, imutável e transcendente, numa abordagem em que a filosofia prepondera sobre a história. Aqui a vontade geral triunfa sobre a vontade particular, mas, ao assim fazer, contempla-a. “Há uma certa transcendência da vontade geral sobre as vontades individuais, e o fato de considerar o Estado como vontade é para Hegel a grande descoberta de Rousseau”²⁸. Para Hegel, esse processo que se apresenta na filosofia da história, na busca de uma “razão da história”, se trata de “uma consideração pensante da mesma história”²⁹. Essa é uma consideração que diz respeito à filosofia e à história. “À filosofia são atribuídos pensamentos próprios que a especulação produz por si mesma, sem atender ao que existe; e com estes pensamentos se dirige à História. Trata-a como um material, não a deixa como é, mas organiza-a segundo o pensamento, constrói *a priori* uma História”³⁰. Em Hegel esses termos não se separam; a verdade e o movimento que lhe dá concretude se determinam mutuamente, por isso movimento e fim do movimento aparecem um diante do outro.

Subordinada a essa relação aparece outra, que de mesma forma se resolve sinteticamente no sistema hegeliano. O que é do âmbito do dado, do empírico e imediatamente perceptível na realidade se opõe inicialmente ao que está ligado às categorias universais, ao conceito e aos pensamentos que se produzem com base somente no grande corpo lógico da razão. Essa contradição se remete ao debate que se estabeleceu

²⁶ “Em todo o sistema e desde os escritos da juventude um certo sentido do trágico e do destino se mistura a essa exigência do absoluto e lhe determina o sentido, determinando com isso a forma e o movimento da dialética e, assim, o próprio desenvolvimento do sistema”. Bertrand, P. “O Sentido do Trágico e do Destino na Dialética Hegeliana”, *Revista de Metafísica e de Moral*, agosto de 1940. Apud. Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 41).

²⁷ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 11).

²⁸ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (pp. 19-20).

²⁹ Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995. (p. 27).

³⁰ Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995. (p. 27).





entre o empirismo e o racionalismo e que, aqui, nesses termos, é capturada e tratada por esse exímio pensador da modernidade, que se nega a lidar com as categorias puramente no plano das ideias, como a contradição entre o contingente e o universal³¹. Hegel parte do direito para compreender a relação entre esses dois campos distintos, pois, para ele, “não há direito universal que possa transcender ao organismo ético”.

“Hegel deve opor o seu método ao dos seus antecessores e tomar posição em relação a dois caminhos possíveis, o do empirismo e do racionalismo abstrato, que ele chama de método de reflexão absoluta. De uma parte há as concepções do direito natural que se encontram nos filósofos do século XVII e século XVIII, em Hobbes, Spinoza e Locke; de outra parte há o realismo moral de Kant e de Fichte. As duas primeiras partes do artigo sobre o direito natural são consagradas a uma apreciação desses dois conceitos divergentes. Hegel, segundo uma maneira que nele será constante, faz justiça a uma e a outra, analisa-as para poder ultrapassá-las e integrá-las no seu próprio ponto de vista. A terceira parte do artigo é consagrada ao espírito original da filosofia moral de Hegel e termina com profundas observações sobre a tragédia e a comédia, sobre a sua significação para a vida humana e para a filosofia da história. Finalmente, numa última parte, Hegel mostra a relação que pode existir entre a teoria do direito natural e aquilo que se pode chamar de direito positivo, entre a sua concepção geral da totalidade ética e da história”³².

Dessa forma, podemos observar que desse conjunto de oposições resulta o material mais substancial da filosofia hegeliana para os nossos propósitos, ou seja, a contradição entre a história e o absoluto, entre o fato, a vida e o indivíduo e a razão, a Ideia ou o Estado. Hegel não se contenta em simplesmente fazer uma história da filosofia separada de uma filosofia da história, e, para ele, assim como para nós, esse é o laço que permite entrever no mundo a realização da Idéia. Esse talvez seja um movimento apreendido por Hegel em Shelling, já que “a filosofia de Shelling, particularmente sua filosofia da natureza, reconciliava o domínio empírico e o *a priori*”³³.

Dessa série de oposições que, ao longo do tempo (ou do sistema), vão se resolvendo nas formas sintéticas que o movimento produz, ganha relevância o significado de história. Aqui, na realização do grande “Espírito do Mundo” e na produção dessa unidade ideal entre a razão universal e o espírito individual, prepondera o movimento como o campo privilegiado de sua - e de todas as outras - filosofia da história. O progresso do espírito no mundo é a categoria temporal que define a historicidade hegeliana. Esse desenvolvimento histórico, balizado pela idéia de progresso, recebe sua fundamentação e tem seu ponto de partida nas ideias da *Aufklärung*, mas, em Hegel, a receptividade e o lugar que essa concepção ocupa em

³¹ “Mas esta apelação para a universal participação do pensar em todo o humano e na História pode parecer insuficiente, porque julgamos que o pensar está subordinado ao ente, ao dado, fazendo deste o seu fundamento e seu guia. Mas à filosofia são atribuídos pensamentos próprios que a especulação produz por si mesma, sem atender ao que existe; e com esses pensamentos se dirige à História. Trata-a como um material, não a deixa como é, mas organiza-a segundo o pensamento, constrói *a priori* uma História.” Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995. (p. 27).

³² Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 60-1).

³³ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 61).

sua teoria serão definidos por esse universo de oposições que determina os textos hegelianos, assim como um limite lhe será imposto pela própria concepção do absoluto que subjaz em seu pensamento. O progresso em Hegel não é representação do infinito.

“A *Aufklärung* visava um progresso unilateral, uma marcha para a unidade de uma humanidade sempre idêntica a si mesma, mas ainda prisioneira dos prejuízos da infância. Mas a ideia não pode mais ser a mesma para os teóricos como Herder e Hegel, que dividem a unicidade divina, e veem nos povos realizações diversas, mas sempre expressões da vida absoluta. ‘Uma espécie de panteísmo pluralista sucedeu ao monismo racionalista do Ocidente’, e pode-se mesmo dizer que, nos primeiros esboços sobre sua filosofia da história, Hegel pensa menos no progresso contínuo do que em desenvolvimentos diversos, em sucessões de realizações tão incomparáveis em seu gênero como uma tragédia antiga ou um drama de Shakespeare”³⁴.

Assim também ele faz com a história da filosofia, nos lembra Hyppolite. Ao invés de se debruçar por completo sobre a ordem do progresso instaurada no pensamento dos filósofos que surgem no grande teatro da história universal, ele reconhece a particularidade de cada um como uma singular manifestação do universal. “Todavia, a ideia de evolução histórica ocupará cada vez maior lugar na visão hegeliana do mundo, e é quase uma síntese da concepção do progresso da *Aufklärung* e da ideia da diversidade das expressões do absoluto que ele dará mais tarde na sua filosofia da história. É que, efetivamente, a vida substituirá o progresso da ideia”³⁵. Contudo, isso, ao contrario de confirmar a predominância dos aspectos de mobilidade no sistema hegeliano, tem repercussões negativas no que tange à própria historicidade nesse sistema. Dado que “o conceito de progresso serviu não apenas para a secularização de esperanças escatológicas e a abertura utópica do horizonte de expectativas, mas também para mais uma vez obstruir, com o auxílio de construções teleológicas da história, o futuro visto como fonte de inquietude”³⁶. A previsibilidade da história e a certeza advinda do fato de uma regência da razão universal sobre o dado e o contingente, que por vezes recebem em si mesmos essa substância para dar-lhe forma num movimento de concreção, determinado por esse aspecto teleológico do pensamento (e neste, da história) e de uma certa estratégia da hegemonização, se manifesta contra aquele que era o lado mais sensível da modernidade: o movimento que produz incessantemente o novo. “Onde o progresso coagula, tornando-se norma histórica, é eliminada da relação do presente com o futuro a qualidade do novo, a ênfase no começo imprevisível”³⁷. Esse é o mecanismo que permite Hegel pensar as categorias puras do pensamento e da razão sobre a realidade concreta que se verifica na história do mundo de forma que ela se realize no Estado. Essa operação sintética determina, na filosofia da história de Hegel, o reinado da razão sobre o movimento que a realiza; é, efetivamente, o curso da ideia na história que está em jogo. Por isso a mobilidade, conferida pelas categorias temporais que fundam a história dos povos, é

³⁴ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 59).

³⁵ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 59).

³⁶ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (pp. 19 e 20).

³⁷ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 20).



um campo de extremo interesse para a doutrina e realização da filosofia hegeliana, mas que, no entanto, acaba subjugada ao grande estatuto monumental da razão, coroada pelo fim da história.

1.2.3 - O aborto da história: o fim.

István Mészáros aponta com precisão o significado da finalização da história em Hegel para o movimento que se desenrolava temporalmente com base nas ações do capital em sua época. Para o momento de consagração das relações capitalistas de produção, a partir da subordinação do movimento que consome incessantemente as diversas configurações do espírito na história a um estatuto temporal de estabilidade e estagnação - e, portanto, de reprodução -, “Hegel enfraqueceu e até aboliu completamente os antagonismos percebidos da dinâmica histórica objetiva em suas sínteses conciliatórias idealistas”³⁸. O fim da história coincide com a identidade absoluta entre os termos envolvidos ao longo de sua jornada: o movimento do capital e a estabilidade necessária a sua reprodução - garantida no Estado.

De todas as maneiras, essas contradições postas em ação na filosofia da história de Hegel, que se resolvem sucessivamente em sínteses parciais num conjunto em que prevalece a identidade entre os termos, se delineiam no campo de uma contradição maior e que, por isso mesmo, deve também encontrar termo numa síntese identitária no fim último da história universal. Isso pode ser dito a respeito da contradição entre os aspectos de mobilidade e de fixidez presentes no conjunto da época moderna.

O movimento que Hegel toma pelo movimento da história universal, Marx localiza no capital e, assim, entende a dialética como o movimento pelo qual se organiza a dinâmica exclusiva dessa relação social fundamental. Dessa forma, então, a partir do ponto de vista de Marx, ao ampliar generalizadamente o movimento do capital para toda a história dos povos, Hegel se vincula a um interesse de classe específico justamente quando atribui ao movimento que serve aos interesses particulares do capital uma condição imanente ao curso de realização do espírito universal e de toda a história mundial³⁹. Assim, ele naturaliza e

³⁸ Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 55). Para abordar especificamente esse ponto da filosofia hegeliana é mais revelador estar de posse de algumas considerações de Mészáros, já que é possível perceber uma tônica diferente nas análises desenvolvidas por esse autor em relação a Hyppolite. Se, por um lado, Hyppolite, mesmo, evidentemente, reconhecendo os aspectos de imobilidade e fechamento do sistema, desenvolve uma abordagem que recai com mais ênfase sobre os aspectos de mobilidade. Trata-se, aqui, de um mergulho na própria filosofia da história, no intuito de compreender, por dentro, a própria filosofia hegeliana. Mészáros, por outro lado, insiste numa abordagem desse sistema no que se refere as suas implicações na realidade. Suas considerações, portanto, caminham no sentido de desvendar o significado do próprio fechamento do sistema para a realidade, como ele representou uma manifestação ideológica da modernidade e como essa representação ideológica se impôs para o rumo dos acontecimentos dessa história da modernidade. De antemão, vale ressaltar que nenhum, nem outro, ignoram em suas teses esses dois aspectos da filosofia hegeliana e que somente se faz possível compreender Hegel e essa modernidade hegeliana, de certa forma, se forem feitas as devidas considerações a respeito desses momentos do desenvolvimento do sistema. Mas, de mesma forma, vale lembrar que a tônica dada a algum desses momentos incide na especificidade de análises qualitativamente diferentes.

³⁹ “Exatamente como Adam Smith, Hegel adotou o ponto de vista do capital, incorporando com grande sensibilidade os princípios fundamentais da economia política de Smith em sua própria magistral concepção filosófica”. Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 55).



generaliza o ponto de vista do capital, a partir do movimento que lhe é próprio, para todas as sociedades incluídas em sua perspectiva histórica - e, dessa forma, permanece preso à ideologia que se aplica tanto à psicanálise quanto à economia política quando naturalizam uma condição ideal para a reprodução do capital (nesses casos, a prioridade lógica do indivíduo, e, em Hegel, o movimento e a contradição que têm no indivíduo um elemento fundamental)⁴⁰. Dessa forma, ele consegue incluir todo o momento da economia capitalista não só como um momento legítimo dessa história, mas como a organização mais bem acabada e que melhor traduziu as aspirações e as necessidades de um povo na história universal.

Para a consagração, então, do ponto de vista do capital como a condição universal de realização da Ideia na Terra, Hegel teria que fundamentá-lo não simplesmente em pressupostos abstratos ou em convenções apriorísticas, mas, como um exímio representante do pensamento dialético da modernidade, demonstrá-lo, a partir da razão, na realidade. A história, desse modo, como o campo propício ao registro da formação, de uma legitimidade conquistada pelo próprio movimento das categorias no tempo e de uma inteligibilidade demonstrável a partir do esquema básico da sucessão, passa a ser o grande teatro do mundo em que se encenam as vitórias de um espírito universal convergindo às formas da sociedade civil burguesa. Hegel o faz, portanto, lançando mão de uma filosofia da história, a qual atribui o movimento necessário para a consagração social do ponto de vista do capital. O movimento da história é o instrumento de demonstração dessa ideia - tanto no sistema quanto na realidade. É assim que se pode dizer que a sociedade civil burguesa, no sistema hegeliano, pertence a essa história e que lhe pertence também o lugar privilegiado que ocupa - bem no instante do presente que se quer eternizar.

Ao mesmo tempo, esse movimento, demonstrado ao longo da história universal, enquanto o fluxo histórico das configurações particulares no tempo, válido para os diversos povos na história segundo uma lógica que se repete seguindo a trilha nascimento-percicimento-morte e que preencheria esse cenário temporal, representa a mobilidade do capital de forma a atá-la a um registro de incertezas que recairia sobre o próprio capital, o qual figuraria, ou assim poderia figurar, como mais uma das configurações do espírito que se colocaria sujeita a ser abandonada e deixada para trás, pereceria e morreria. Essa foi a armadilha que Hegel criou para si mesmo, em seu sistema (na sua filosofia da história), e expôs para sua própria classe no movimento que a consumia. A filiação de Hegel aos teóricos liberais era patente. O contexto histórico de mobilidade formulado pelo conjunto das filosofias da história serviria bem aos propósitos do capital até o momento das revoluções burguesas⁴¹, momento em que o próprio movimento da história como algo motivado por uma razão superior inexorável afligiria também o espírito de uma época já centrada nas relações capitalistas de produção. “A circunstância reveladora de que, após a revolução burguesa de 1848/49, Hegel se tenha tornado um grande embaraço para sua própria classe só serviu para enfatizar a importância dessa ligação real. A tentativa de Hegel de encerrar arbitrariamente, em seus textos, a dinâmica histórica no ponto central do presente eternizado do capital sob a supremacia colonial europeia não poderia alterar o fato de que, acima de tudo, ele compreendesse a história como um movimento objetivo inexorável, com

⁴⁰ Adorno, T. e Horkheimer, M. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1985.

⁴¹ Koselleck, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto/EDUERJ. 1999.



uma lógica própria irresistível que não poderia ser atenuada por projetos subjetivos sonhados nem pela correspondente intervenção voluntarista”⁴².

No entanto, o vínculo ou essa “ligação” entre Hegel e o ponto de vista do capital nos ajuda a compreender, por dentro mesmo dessa concepção arraigada de uma filosofia da história burguesa, a necessidade de pontuar um outro elemento determinante para o fechamento do “sistema”. Hegel teria de lidar com o fato de que o movimento utilizado para se chegar ao presente da sociedade civil capitalista serviria também para ultrapassá-la. A eternização da condição desse presente teria de derivar de outras regiões para além daquela da lógica dos desdobramentos internos, mesmo que aparecesse sob sua forma. “A adoção por Hegel do capital como horizonte absoluto insuperável e como a culminação da história do homem e suas instituições concebíveis, coroado pelo Estado ‘germânico’ capitalista (a encarnação do ‘princípio do Norte’ de Hegel), orientou o ‘positivismo acrítico’ do grande dialético para a ordem estabelecida. Um ponto de vista apologético que terminou por prevalecer no sistema de Hegel, apesar da resignação com que ele descrevia o papel da filosofia em relação aos desenvolvimentos inalteráveis decididos pelo Espírito do Mundo”⁴³. Assim, o elemento eterno que acompanha as realizações do grande “Espírito do Mundo” na filosofia de Hegel, a razão, toma sua forma final no fim último da história universal, eternidade em que reinará o Estado sobre toda a sociedade civil, e esse é o momento - a modernidade - em que se prepara o seu reinado absoluto, num registro adverso ao da dinâmica temporal.

Diante das formas já desenvolvidas do capital, era hora, então, de pôr fim ao movimento que consome as formas já consagradas de configurações espirituais que se perpetuam apenas pelo hábito e já não se mantém com respaldo da razão. Hora, portanto, de dar lugar à manifestação absoluta das formas dessa eternidade, que acompanhou e dirigiu todo o movimento da história universal, em Hegel, em completa identidade com os conteúdos particulares da sociedade civil. Esse é o momento, na filosofia de Hegel, em que o movimento aparece subordinado aos aspectos imutáveis de uma razão universal absoluta, é o momento em que a razão se identifica com o horizonte de expectativas do capital.

No discurso hegeliano, os conceitos universais estão postos ao desfrute como herança e dádivas de um trajeto de ressentimentos, dores e sacrifícios, mas dirigido pela razão. A “Liberdade”, própria de um momento em que as coações e o esforço por atingir uma razão mais elevada não têm mais razão de ser, de um momento em que as pressões para a realização do grande “Espírito do Mundo” cessaram, e a “Verdade”, como resultado da adequação das formas ideais da razão à vida na Terra, vigoram com toda a sua força sob o resguardo de uma estrutura racional e de porte monumental como o Estado. O campo de inteligibilidade da formação desses novos acontecimentos não deixou de ser a história, mas, ao mesmo tempo, para o prejuízo desse movimento, ele culmina em seu fim, no Estado, numa reconciliação⁴⁴. Hegel, para Mészáros, “tentou tornar a história inteligível em relação a

⁴² Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 55).

⁴³ Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 57-8).

⁴⁴ “Num texto particularmente obscuro, no fim da *Fenomenologia*, Hegel dirá que a tarefa moderna é reconciliar o Espírito e o Tempo, como o século XVII quis reconciliar o Espírito e a Extensão”. Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 34).

uma atuação em que *tinha de* empenhar-se para se manter na estrada da ‘história do mundo’ que se desenrolava e que levou ao moderno ‘Estado germânico’⁴⁵. Foi tomada dessa maneira que a história revelou seus conteúdos universalizantes dentro da filosofia da história de Hegel; a totalidade em que estava envolvida era patente no curso dos acontecimentos que rumavam no sentido da realização do espírito universal. “Para Hegel, o tempo histórico não era a sucessão de narrativas detalhadas que falavam apenas por si, nem a concatenação de ciclos repetitivos, mas o tempo de um inesgotável movimento de avanço na realização da idéia de liberdade”⁴⁶. É isso que dá unidade e atribui um aspecto de totalidade à história que tem como pano de fundo as categorias eternas e imutáveis da razão, derivadas diretamente de uma filosofia da história. O horizonte teleológico da filosofia da história de Hegel determina a unidade de todo o movimento do espírito no tempo no sentido da consagração do presente como a época que surge em identidade consigo mesma nas formas do capital enquanto relação social fundamental. Um fim *a priori*, do ponto de vista do sistema, determina *a posteriori*, na história, o significado do curso dos acontecimentos passados. É a partir, então, desse mesmo vínculo com o ponto de vista do capital, que Hegel percebe a necessidade de lidar com as categorias históricas de um modo fundamentalmente não aberto. Ligar o fim da história, do movimento, a todo o processo de revelação, manifestação e realização da razão na história bem no estágio em que fora consagrado o modo de produção capitalista foi o meio que permitiu a essa filosofia se identificar com esse determinado ponto de vista. Para Mészáros, “os determinantes ideológicos de sua posição estipulavam a necessidade de conciliação com o presente e daí o arbitrário *encerramento* da dinâmica histórica no quadro da ‘sociedade civil’ capitalista e de sua formação do Estado. A história poderia ser tratada como aberta, desdobrando-se objetivamente até o presente, mas cujas portas voltadas para um futuro radicalmente diferente teriam de continuar fechadas”⁴⁷. Assim, Hegel finaliza o movimento em seu fim último da história universal e consagra os termos do eterno e imutável atribuindo-lhes concreteness dentro de seu sistema.

O problema que aparece entre história e razão não é outro que entre as demais derivações da contradição empirismo-racionalismo. Para unificá-los entorno de uma só problemática, a da realização do espírito universal, e fazer um pertencer ao outro, para a consagração do sistema a partir de um casamento feliz entre o movimento (que legitima o capital) e a eternidade (que assegura sua reprodução), Hegel não poderia opor, “segundo a maneira própria da reflexão, um dado irreduzível, uma ‘empíria’ e um pensamento puro que permaneceria formal; ao contrário, cumpre chegar a reconciliar, como o fizera Shelling para a natureza, *a posteriori* e *a priori*, intuição empírica e conceito”⁴⁸. É dessa forma que Hegel estabelece a relação entre o contingente e o necessário no curso dos acontecimentos, assim também como delinea sua dialética do particular-universal, tudo isso no conjunto de uma

⁴⁵ Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 60).

⁴⁶ Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 60).

⁴⁷ Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 61).

⁴⁸ Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (p. 62)



oposição declarada e da qual Hegel não consegue, de fato, se desfazer, a não ser arbitrariamente, entre a dinâmica e a mobilidade que são próprios de sua filosofia da história e a necessidade de pôr termo a esse movimento, fazendo reinar as categorias desse eterno e imutável que nunca puderam abandonar, dentro do sistema, a história aparentemente errante dos povos. É nesse ponto que Hegel abandona, ou se esquivava, da necessidade de autofundamentação da modernidade em seu sistema. A mobilidade, a partir da dinâmica dos desdobramentos históricos de caráter imanente, retirados de um registro de uma lógica interna ao movimento, sofre com os prejuízos de uma necessidade externa de proclamar o reinado do absoluto e do eterno universais. Com o seu Estado atado a esse conjunto de variantes não históricas - e, portanto, não modernas -, “Hegel pressupõe uma totalidade ética que não nasceu do solo da modernidade, mas que *retirou* de um passado idealizado da comunidade religiosa do cristianismo primitivo e da *polis grega*”⁴⁹.

Esse caráter apressadamente teleológico, embotado pela externalidade desse *telos* - do Estado -, se justifica então, no corpo da filosofia da história de Hegel, na necessidade de finalizar ali (ou aqui) o movimento que em Marx significava a possibilidade de uma crítica ou crise do capital. “Marx teve de separar-se de Hegel, pois não via o capital como uma *terminação* inalterável do processo histórico, mas como um *movimento dinâmico* que, mesmo com sua aparente irresistível *lógica global expansionista*, deveria ser considerado transitório”⁵⁰. A partir desse debate, entre o sentido escatológico da filosofia hegeliana e o dinamismo do capital em Marx, torna-se mais claro o papel dessa teleologia na consagração dos atributos inalteráveis e eternos ideais aos quais Hegel pretendia transformar em reais. Assim, e isso não foi à toa, Hegel lança mão da figura do Estado na tarefa dessa consagração⁵¹. “A teleologia semiteológica característica da ‘sociedade civil’ capitalista, em sua reciprocidade circular com o Estado burguês, afirmava-se como último referencial conciliatório - e ‘ponto final’ - do sistema hegeliano”⁵².

É dessa forma que o Estado figura no fim último e universal da história em Hegel, carregando consigo os atributos de uma eternidade não-histórica. O Estado, em Hegel, é o porta-voz da “Verdade” e o guardião da “Liberdade”, senão mesmo as suas próprias formas e realidade. E assim o é a partir de seu potencial conciliatório, dando substância concreta e real à necessidade lógica de identidade para o fechamento do sistema. É nesse contexto da filosofia hegeliana que o Estado assume na realidade o papel da “indeterminação inerente” da razão ou do espírito universal na lógica. Assim, como essas categorias universais e indeterminadas exerciam sobre todo o movimento, pelo qual as configurações particulares e determinadas do espírito teriam que atravessar, um papel diretivo e corretor - para por no

⁴⁹ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 44).

⁵⁰ Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 58).

⁵¹ “Na história do mundo, só podemos observar os povos que formaram um Estado. Devemos entender que este último é a realização da Liberdade, ou seja, da *meta final absoluta*, que existe *para si mesmo*. Deve-se ainda entender que todo o mérito que possui o ser humano - toda a realidade espiritual -, ele só o possui por meio do Estado. ... Pois a Verdade é a Unidade da Vontade subjetiva universal; e o *Universal* será encontrado no Estado, em suas leis, em seus arranjos universais e racionais. *O Estado é a presença da Idéia Divina na Terra.*” Hegel. *The Philosophy of History*. (p. 39). Apud. Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002.

⁵² Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 61).

caminho de realização do “Espírito do Mundo” a massa aparentemente caótica dos fatos, distribuídos no tempo e no espaço -, o Estado, sua organização e sua base - a “sociedade civil” burguesa -, prepondera sobre toda a sociedade “livre” e suas ações. Esse é o movimento da filosofia hegeliana que promove o discurso da hegemonia estatista e, ao mesmo tempo, promulga o domínio de uma eternidade (e imutabilidade) sobre o tempo histórico⁵³.

1.3 – Sobre a razão hegeliana de Le Corbusier e o vínculo da moderna arquitetura com uma filosofia do Estado.

1.3.1 - Le Corbusier entre o eterno e o transitório e o pensamento hegeliano da modernidade.

Se nos detivermos um pouco mais sobre o descompasso entre as lógicas do Estado e da dinâmica capitalista, perceberemos que se trata ainda de um velho conhecido conflito que se apresenta entre as formas do eterno, imutável, e do fugidio, fugaz, entre o espaço e o tempo e entre o que fica (permanece e continua) e o que muda (descontinuidade). Harvey eleger essa contradição como a contradição fundamental da modernidade. Ele recorre a um enunciado de Baudelaire para apresentá-la e faz desse o seu ponto de partida para introduzir a discussão da modernidade. É assim que “‘a modernidade’, escreveu Baudelaire em seu artigo seminal, ‘The painter of modern life’ (publicado em 1863), ‘é o transitório, o fugidio, o contingente; é uma metade da arte, sendo a outra o eterno e o imutável’”⁵⁴.

Essa era a posição de Hegel também no que diz respeito ao conhecimento e à história. Assim, podemos entender que tanto a arte quanto a ciência ou as relações definidoras desse contexto de incertezas em que se tornou a modernidade referenciam essa oposição dentro de seus próprios corpos lógicos, resgatando esse espírito de contradições que marca a vigência do período moderno. Para Baudelaire, “a experiência *estética* confundia-se, nesse momento, com a experiência *histórica* da modernidade”⁵⁵. Quanto à arquitetura, que pretendeu se por no cenário das realizações espirituais como a “síntese das artes” - o mesmo papel que Hegel tomou para si diante de toda a história da filosofia -, não foi diferente. Permanecer entre o eterno e o transitório é o dado que assegura legitimidade à obra de arte entregue ao seu povo, a seu lugar e a seu tempo na modernidade, como também se pode extrair de Hegel. Para Baudelaire, o belo teria suas duas faces definidas a partir de um aspecto relativo e de um outro absoluto. Por isso “o belo é constituído por um elemento eterno, invariável... e de um elemento relativo, circunstancial, que será... sucessiva ou combinadamente, a época, a moda, a moral, a paixão. Sem este segundo, que é como o invólucro apazível, palpitante, aperitivo do divino manjar, o primeiro elemento seria

⁵³ “Como esse Estado idealizado, apesar de suas contradições, subordinou a si mesmo o mundo da ‘sociedade civil’, todo o constructo poderia ser eternizado sem crítica em nome da ‘Idéia Divina’, de modo a racionalizar e a legitimizar a ordem sociometabólica vigente do capital como absolutamente insuperável”. Mészáros, István. *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP. 2002. (p. 61).

⁵⁴ Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1994. (p.21)

⁵⁵ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 14).



indigesto, inapreciável, não adaptado e não apreciável à natureza humana”⁵⁶, assim como a razão ou o Espírito absoluto o seriam, em Hegel, sem o tecido lentamente constituído pela história. Essa pretensão ao absoluto, à eternidade, se justifica, portanto, na modernidade, somente diante das categorias autorreferenciadas do movimento temporal e histórico que constitui a si mesmo como forma de elevação ao universal. É esse movimento que legitima, na modernidade, as categorias *a priori* do eterno e imutável. “Para Baudelaire”, ainda, “a obra de arte moderna ocupa, por isso, um lugar notável na intersecção do eixo entre atualidade e eternidade”⁵⁷, assim como, para Hegel, o problema pode ser localizado entre o conceito e o tempo, também no que se refere ao Estado⁵⁸. “A atualidade só pode se constituir como o ponto de intersecção entre o tempo e a eternidade”⁵⁹ para os diversos campos de manifestação dessa história moderna, desde Hegel.

Le Corbusier tinha, também ele, em seus escritos teóricos, o “objetivo de conciliar [os] novos fenômenos decorrentes da produção industrial moderna com certos valores arquitetônicos *a priori*”⁶⁰. Assim, ele recuperava no debate da arquitetura os elementos determinantes de um momento histórico e os colocava frente à frente às categorias mais fundamentais e absolutas que esse campo do saber e da produção poderia contar. O jogo entre a mobilidade e os aspectos imutáveis de uma eternidade apriorística é recolocado em Le Corbusier. De mesma forma, aqui, o que está em questão é um retorno, com a intenção de solucioná-lo, ao grande debate que se estabeleceu no século XVII e que prosseguiu bem mais adiante, em torno das tendências divergentes entre racionalistas e empiristas. Esse problema, que se remete às grandes temáticas do século XIX e coincide com o momento em que surge a grande teoria moderna do Estado, em Hegel, não abandonou a arquitetura⁶¹.

“Le Corbusier tem sido frequentemente chamado de positivista e criticado por tentar aplicar ao século XX uma mentalidade que pertence ao século XIX”. No entanto, “apesar de compartilhar com os positivistas seu formalismo epistemológico, Le Corbusier não compartilhava a prioridade que eles atribuíam ao Fato. Como diz em *Por uma Arquitetura*: ‘a abstração arquitetônica possui a particular e magnífica propriedade de que, quando

⁵⁶ Baudelaire. *Ges. Schriften*, vol IV, p. 271; trad. p. 10. Apud. Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 15).

⁵⁷ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 14).

⁵⁸ Essas lições de estética podem encontrar suas origens desde os primeiros pensadores da modernidade. Hegel, por exemplo, para chegar ao absoluto no Estado a partir do Estado concreto, “transpõe a concepção de Schelling sobre a obra de arte para o plano da filosofia do Estado”. “Poder-se-ia dizer que este é bem o ponto de partida do pensamento hegeliano. Trata-se pois de apresentar essa obra de arte, essa idéia do Estado que permanece imanente a todas as realizações históricas sem contudo fazer desaparecer seu saber concreto”. Para Hegel, “não se trata, pois, de construir uma utopia, um modelo do Estado, o que não deixaria de ser mais ou menos um mecanismo em relação à vida. O fim de Hegel é diferente. Em todo Estado real já há uma idéia de Estado, e trata-se de desprendê-la... , somente de compreender o organismo espiritual que é presença do infinito no finito, manifestação concreta e positiva do absoluto”. Hyppolite, Jean. *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971. (pp. 75 e 77).

⁵⁹ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 14).

⁶⁰ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 99).

⁶¹ Colquhoun, Alan. “Racionalismo: um conceito filosófico em arquitetura”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

arraigada no fato bruto, ela o espiritualiza, pois o fato bruto não é nada senão a materialização, o símbolo da Idéia possível”⁶².

É dessa forma que Corbusier dá testemunho da subordinação pela qual o fato, o empírico e o contingente chegam ao grande postulado da razão em sua obra. Assim como Hegel, Corbusier lança mão, precipitadamente de artifícios arbitrários para dar conta dessa confecção identitária entre os objetos particulares manifestos e consumidos na dinâmica temporal da modernidade capitalista e a universalidade de conceitos arquitetônicos atemporais. Segundo Colquhoun, assim como Hegel, “ele jamais conciliou satisfatoriamente sua busca pelos valores humanos atemporais da arquitetura com sua crença de que a tecnologia moderna e as estruturas do capitalismo moderno forneciam os meios pelos quais esses valores poderiam ser restabelecidos em uma nova forma”⁶³. Assim, o mesmo problema hegeliano apontado por Jean Hyppolite se renova no século XX sob os cuidados do maior representante da arquitetura moderna do estilo internacional. Corbusier corria o grande risco de, ao propor essa unidade identitária entre o conceito e o movimento de seus conteúdos nesse momento, estar dinamitando uma dinâmica temporal a partir da imposição de rígidas estruturas conceituais para a consciência e realidade de um período histórico que, por isso, teria de abortar a história. Assim, a partir dessa perspectiva, surge uma proximidade com as intenções finalizadoras do movimento histórico, ancorada nas categorias do eterno e imutável que residem no seio de uma estratégia de Estado. Esse encerramento da história, por meio da imposição de um aparato conceitual “transcendental” ou da consagração da modernidade como a última estação do espírito durante seu trajeto na história, identifica-se, de mesma forma, com as estratégias de consagração da consciência burguesa e da reprodução do capital como o último e permanente estágio do desenvolvimento do espírito na história. Assim, ele corrobora com a promulgação do estatuto da reprodução estancado no conjunto que lhe atribui o conteúdo da *reprodução das relações sociais de produção*.

Dessa forma, o pensamento de Le Corbusier está, de mesmo modo, ancorado numa sistematização trinitária dos elementos, formas e movimento da realidade. Aparece em Le Corbusier um terceiro termo sempre ligado à síntese das oposições que se estabeleceram no curso da apresentação ou formulação do problema; aí reside o conteúdo do idealismo corbusiano. “O discurso de Le Corbusier tentava sintetizar”, também, “no que dizia respeito à arquitetura, as contraditórias visões de mundo que eram correntes na época de sua formação intelectual”⁶⁴. Essa é, genericamente, a forma que, ao mesmo tempo, permite a

⁶² Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 100).

⁶³ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 100).

⁶⁴ “Para compreender essas visões de mundo e suas decorrentes ideologias e contradições, deve-se voltar ao discurso arquitetônico do século XVII, no momento em que a tradição de Vitruvius foi desafiada pela primeira vez”. Esse momento representou uma cisão da unidade fundamental, ocasionada pela quebra com os padrões clássicos de pensamento, que deu origem ao movimento animado pelas contradições (a dialética) a que se chama história. “A forma desse desafio é bem conhecida. Ao dividir a beleza arquitetônica em dois tipos, *beleza certa e beleza arbitrária*, Claude Perrault introduziu no discurso arquitetônico a distinção epistemológica entre o conhecimento *a priori* e o conhecimento empírico, entre o signo natural e o signo arbitrário, distinção esta que ocorreu paralelamente na filosofia contemporânea e na teoria linguística. A definição de Perrault podia ser interpretada de duas maneiras: ou como estímulo à busca das causas naturais da beleza absoluta, que não mais eram vistas como decorrentes da autoridade antiga, ou como um estímulo ao ceticismo. A primeira, aquela em



concepção de uma genuína mobilidade histórica dos fatos e acontecimentos contingentes bem como a formação de uma entidade superior que ordene esse movimento e dê sentido a ele na desembocadura da síntese. E, assim, é dessa forma também que se instrumentaliza o corpo lógico desse pensamento, preparando-o ao grande lance final, no qual tudo desemboca, num procedimento sintético absoluto e total.

Como já foi dito, muito desse cenário foi constituído a partir do embate que se estabeleceu entorno dos campos opostos do conhecimento *a priori* - no *racionalismo* e no inatismo da ideia em que alguns filósofos se apoiavam - e da experimentação - caracterizada pela máxima de que o conhecimento se produz *a posteriori*, na experiência e nos contatos externos com o mundo, ideias essas apoiadas no conjunto definido pelo *empirismo*. Mas não se pode negligenciar o fato de que esse debate não permaneceu da mesma forma em que nasceu, quando ainda se aventurava nos caminhos da história. Mesmo porque, aqui, ele já servia à construção de novos preceitos conceituais, que recuperavam o próprio debate como a sua matéria. O aparecimento do positivismo e do historicismo tomaram a cena nesse campo de oposições e atribuíram-lhe novas perspectivas. O positivismo manteve muito de quem herdou a tradição do conhecimento empírico, para ele, significado e comprovação últimos do conhecimento residiam na ação sobre o mundo material. Já o historicismo se estabeleceu “tentando conciliar a *verdade absoluta* com a *mudança e o progresso históricos*”. Esses dois impulsos rebatem em Le Corbusier, mas, ao mesmo tempo, “são sobrepostos pelo idealismo prevalecente no final do século XIX, que era antipositivista e antimaterialista e que, de alguma maneira, aceitou o idealismo de Hegel sem o relativismo cultural propiciado pelo sistema hegeliano”⁶⁵.

Assim, a síntese de que falávamos, a propensão corbusiana a estabelecer um pensamento sintético, ganha uma nova dimensão. A Ideia, que domina o sistema hegeliano e não só é responsável por ela mas é também a própria encarnação da síntese total, aparece da mesma forma em Le Corbusier. “Em *The Education of Le Corbusier*, Paul Turner dá evidências de que Le Corbusier foi fortemente influenciado pelo livro de Henry Provencal, *L’Art de Demain*, publicado em 1907”. Para Colquhoun, “segundo Turner, esse livro enfatiza a acessibilidade da ‘Ideia’ hegeliana à compreensão intuitiva do artista”. No entanto, essa ligação da intuição do artista com o absoluto ou com a “Ideia” hegeliana permite um desdobramento que se responsabilizará pela inclusão da arquitetura moderna no programa de formação e fortalecimento das bases burocráticas do Estado nacional. Se, segundo a filosofia hegeliana, o artista carrega consigo, nas obras, o que há de absoluto naquela formação específica, ele populariza os aspectos universais da Ideia que era então acessível somente à filosofia. É nesse sentido que “a arte como poder de reconciliação... aponta para o futuro”, transmite, na roupagem do contingente e do imediato, o eterno e o universal. É por isso que, desse ponto de vista, “a religião racional deve ser confiada à *arte* para transformar-se em religião popular. O monoteísmo da razão e do coração deve unir-se ao politeísmo da

que a “convicção de que o gosto e julgamento estético fundamentavam-se em princípios naturais é característica de uma importante vertente do século XVIII. Reconhecemos elementos dessa visão em Le Corbusier”.

Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 100-1).

⁶⁵ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 101).

imaginação e criar uma mitologia a serviço das ideias”. Assim, para Hegel, “enquanto não tornarmos as ideias estéticas, isto é, mitológicas, elas não terão nenhum interesse para o povo”⁶⁶. É nesse sentido e com esse repertório que a arquitetura, ancorando-se no discurso da estética, assume a função de veículo do absoluto que subjaz no Estado para a massa que será o objeto dessa dominação.

Evidentemente, a arquitetura não ocupa seu lugar privilegiado entre as artes, às quais o Estado se apegou para consolidar seu estatuto reprodutivo diante de toda a sociedade, pelo simples fato de que carregava sua “Ideia” e a tornava, de alguma forma, inteligível para o povo. Entretanto, isso se deve, em princípio, também, pelo fato de que o veio de normatização do espaço, embutido na perspectiva de dominação presente no programa de constituição hegemônica do Estado, é potencializado diante das novas técnicas do urbanismo modernista, descendente dos mesmos princípios que deram origem à moderna arquitetura. A arquitetura e o urbanismo se constituíram nos saberes mais adequados a essa empreitada. Então, se o Estado não realiza seu poder e seu estatuto de dominação senão sobre uma base real, um espaço, um território e um povo localizado e determinado, ele permanece na condição de Ideia abstrata, não realizada. A transmissão das condições de exercício da dominação e do poder para a base real do território conta com o domínio do espaço: a arquitetura e o urbanismo se colocam a serviço desse Estado do capitalismo como mediação fundamental para o exercício dessa dominação. É nesse sentido que, para Guy Debord, “a sociedade que modela tudo o que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território. O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como *seu próprio cenário*”⁶⁷. A arquitetura, por sua vez, também, no processo de produção do espaço urbano, carrega o potencial de repassar para as condições de vida as condições de dominação e reprodução do poder de Estado - ou da “Idéia” nele presente - bem no momento em que se possa efetivar esse poder - com o Estado formado - e que os instrumentos lhe estejam assegurados. Por isso, “pela primeira vez uma arquitetura nova, que em cada época anterior era reservada à satisfação das classes dominantes, acha-se diretamente destinada *aos pobres*. A miséria formal e a extensão gigantesca dessa nova experiência de hábitat provêm ambas de seu caráter *de massa*, implícito tanto por sua destinação quanto pelas condições modernas de construção. A *decisão autoritária*, que planeja abstratamente o território como território da abstração, está bem evidente no centro dessas condições modernas de construção. Nos lugares onde se inicia a industrialização dos países atrasados, aparece a mesma arquitetura, terreno adequado ao novo gênero de existência social que se deseja aí implantar”⁶⁸.

Dessa forma, reaparecem fortalecidas as condições de mediação que a arquitetura e o urbanismo modernistas representam para o estágio de hegemonização estatista e consagração do capital como o horizonte de expectativa de uma história em seu termo. Se, para Hegel, a modernidade é a época em que a história se prepara para o seu fim, é no alto modernismo que devem se produzir as condições para sua realização final. A arquitetura e o urbanismo do alto modernismo assumiram o papel diretivo desse processo com a produção

⁶⁶ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes. 2000. (p. 47).

⁶⁷ Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1997. (p.112).

⁶⁸ Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1997. (p.114).



do espaço, de forma a produzir um espaço mais lógico que histórico, abstrato portanto, finalizando ali todo o percurso de realização do “espírito” no tempo. Ao mesmo tempo, a realização da “Ideia” (em termos hegelianos) deve coincidir com a sua universalidade identitária e com a generalização de sua condição a um ponto em que retira a vida das condições fluidas e dinâmicas da história e lhe atribui um caráter sistêmico, preconizando a totalidade. A tentativa da arquitetura e do urbanismo modernistas nesse sentido coincidia com o momento de um grande esforço formativo do Estado Nacional no Brasil – que rumava à hegemonização – e com a formação de um capitalismo industrial na periferia – que representava a confirmação da vocação nacional diante do horizonte internacional do capital.

Por isso “essa ‘Ideia’ não parece ser idêntica às noções do século XVIII que sustentavam que a verdade e a beleza são eternas por que o homem é sempre, e em todos os lugares, o mesmo. Em vez disso, ela tenta supor uma Ideia emergente que seja capaz de ser percebida pela primeira vez devido ao estágio de desenvolvimento histórico que o homem alcançou”⁶⁹. Este procedimento, que estimula o pensamento a assumir uma postura conclusiva, de encerramento, bem no ponto em se está na história e que assim serve à manutenção e reprodução das condições vigentes de dominação e exploração, também aparece em Hegel. Para Le Corbusier, a modernidade é o momento da realização dessa “Ideia”, que é a síntese absoluta das contradições que tomaram conta da história e do movimento histórico. Le Corbusier, deste modo, revela em que sentido a arquitetura deve rumar para dar conta da espiritualidade da época mais recente. Ele foi um militante e um ativista dessa “Ideia”, em suas obras e dentro dos autos do alto modernismo arquitetônico mundial; carregava essa bandeira e com ela a perspectiva de finalização da história da arquitetura e de todas as outras pela identidade e adequação da “Ideia” ao real, da forma ao conteúdo (a função) e das perspectivas da ciência às das artes. “Após um período de divergência, a arte e a ciência haviam chegado a um ponto em que poderiam novamente unir-se e tornar-se transparentes uma para a outra”⁷⁰. Essa reconciliação, aqui protagonizada por esses dois campos da atividade humana, representou a possibilidade de constituição de uma nova técnica, mais eficaz, de transmissão e imposição dos caracteres do absoluto – que reside no seio da estratégia de reprodução do Estado.

Esse momento da síntese, e mais especificamente da síntese final, no pensamento de Le Corbusier, nos ajuda a compreender a conexão entre duas ideias contraditórias, levantadas por Colquhoun, no raciocínio do arquiteto: “a ideia dos valores artísticos absolutos e imutáveis, associados ao classicismo do século XVIII, e a ideia do espírito de época, que tem sua origem em Hegel e na tradição historicista alemã”⁷¹. Colquhoun chama a

⁶⁹ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 101).

⁷⁰ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 101).

⁷¹ Colquhoun toma a perspectiva hegeliana muito mais em função de seu pensamento historiador, portanto calado na mobilidade e no movimento do espírito no tempo, do que pela sua oponente dialética da absolutização dos conceitos, assim como parece também fazer Habermas. Evidentemente, esse é o lado da filosofia hegeliana mais fecundo, no entanto, sem a perspectiva do fechamento do sistema e da finalização do movimento ou da história, tal filosofia da história não encontraria respaldo enquanto tal em Hegel. O movimento é internamente dependente de seu fim, daí sua evidente caracterização como teleológico. E são, portanto, esses atributos de

atenção, ainda, para o fato de que “no livro de Provençal, encontramos a associação de valores absolutos à ideia vanguardista do ‘novo’”. É dessa forma que “o grande ciclo de Hegel parece ter chegado ao fim; o Espírito finalmente é exposto e, uma vez revelado por uma elite artística, se tornará acessível a todos”⁷². O papel das vanguardas na época de Le Corbusier, desse modo, era o de apresentar sob a forma do novo os conceitos e ideias mais fundamentais e eternas. Elas se armavam no movimento da história para virar-se contra ela. Esse seria também o momento do desmoronamento do próprio papel das vanguardas, de seu próprio fim.

Desse modo, a discussão do papel das vanguardas passava inevitavelmente pela discussão do lugar que tais vanguardas ocupavam no horizonte da história universal, o que remete novamente à delicada questão que se estabelece em função da necessidade de continuação do movimento, que consome sucessivamente as diversas configurações no tempo, ou se se trata do momento de sua finalização. Os debates entre as categorias do eterno e imutável, contrapostas as da mobilidade, do fluxo e dinâmica temporais, ganham espaço maior diante desses impasses⁷³. O momento exigia uma resposta diante de uma polarização quase partidária e ainda mais acirrada entre os termos. A contradição assumia uma nova posição diante do embate que se estabeleceu em torno dessa discussão, ela quase se dissolvia num confronto aberto frente a radicalidade com que se apegava cada partido a seu polo de defesa. A questão que se levantaria aqui foi, frequentemente, e com razão, a de quem venceria no final. As categorias do eterno e imutável, sob o desígnio da verdade absoluta e impingindo o glorioso fim da história, ou a do fugidio e transitório, como o prospecto de continuação da história? Para essa resposta, a solução de Corbusier, mais uma vez, se aproxima daquela dada pelo grande filósofo da modernidade.

“Em *Urbanismo*, os temas do engenheiro e do arquiteto, razão e emoção, são tratados com muito maior profundidade e em um nível mais filosófico. Primeiramente Le Corbusier propõe uma teoria da evolução cultural, fundamentada em modelos gerais do século XVIII, de Rousseau a Hegel, e que lembram aquela de Vico em suas implicações cíclicas. De acordo com esse esquema, a história da cultura consiste em três etapas: a do ‘Animal humano’, a do ‘caminho para a cultura’ e a do ‘alcance do Equilíbrio’. Na primeira etapa, o homem age

absolutização, do indeterminado ou da universalidade, que constroem o sistema ao campo do eterno e imutável sob os desígnios da razão. Assim, é a eles que se deve recorrer para compreender a crítica ao Estado e a uma vertente de pensamento modernizadora que se estabeleceu na modernidade. No entanto, as análises oferecidas por esse autor ainda nos servem de acordo com os propósitos estabelecidos nesse trabalho.

⁷² “O livro de Provençal indiscutivelmente ajudou a formar certos traços permanentes do pensamento de Le Corbusier em relação a eterna e geométrica natureza da arquitetura, sua relação com a ciência em um nível fundamental e a ideia de uma descoberta iminente, de um momento apocalíptico”. Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 102).

⁷³ “O trauma da guerra mundial e de suas respostas políticas e intelectuais abriu caminho para uma consideração daquilo que poderia constituir as qualidades essenciais e eternas da modernidade relacionadas na parte inferior da formulação de Baudelaire. Na ausência de certezas iluministas quanto à perfectibilidade do homem, a busca de um mito apropriado à modernidade tornou-se crucial... Mas também parecia possível construir pontes metafóricas entre mitos antigos e modernos. Joyce escolheu Ulisses, ao passo que Le Corbusier, segundo Frampton (1980), sempre procurou ‘resolver a dicotomia entre a Estética do Engenheiro e a Arquitetura, dar à utilidade a contribuição da hierarquia do mito’. Mas quem ou o que estava sendo mitologizado? Essa foi a principal interrogação do chamado período ‘heróico’ do modernismo”. Harvey, David. *A condição pós-moderna*. (p. 30).

instintivamente, de acordo com a lei universal; na segunda, a aquisição de conhecimento coloca-o em desequilíbrio e ele passa a ter consciência de sua ignorância; e na terceira há uma nova fusão entre conhecimento e lei universal”⁷⁴.

O movimento proposto por Le Corbusier, com suas paragens e configurações particulares ao longo de um trajeto de realização de um estado de consciência superior e em identidade com a “lei universal”, é muito próximo ao apresentado por Hegel em *A Fenomenologia do Espírito*. Em Hegel, a consciência, em sua configuração mais primitiva, se estabelece como consciência do outro, esse é o estado que se denomina “consciência natural”, que se remete exclusivamente às coisas exteriores, à percepção do mundo externo somente no que este lhe serve e da maneira mais imediata. No entanto, há um momento em que a consciência recai sobre si mesma, reconhece a si no mundo e se estabelece como critério e objeto de si mesma, esse é o momento, o estado e a configuração da “consciência de si”. Aqui, a reflexão leva ao reconhecimento de si no mundo, mas sem, ainda, uma identidade entre os termos, que só poderia ser imediata nesse momento. Aqui se estabelece a crítica da identidade imediata da consciência natural, esse é o momento do reconhecimento de si enquanto mediação e do desenvolvimento de uma consciência crítica. Somente então que a consciência, tendo superado a configuração mais fundamental da consciência natural e recaído sobre si mesma, pode preparar-se para um novo estado e uma nova configuração que é o da “consciência de si e para si”, quando reconhece a si mesma no outro em perfeita identidade, numa identidade entre as formas da razão (da consciência) e as forma do real, quando o real se reconhece racional e quando o particular se reconhece no universal, sem o ocultamento de nenhum desses momentos dialéticos que revelam uma identidade concreta entre os termos⁷⁵. Existem muitos autores que questionam a possibilidade de uma leitura temporal de *A Fenomenologia do Espírito*, mas não foi à toa que, por conta desse fluxo evolutivo pelo qual passam as configurações da consciência, Jean Hyppolite se autorizou a referir-se a ela como um *teodicéia*, recuperando o termo empregado por Bréhier⁷⁶.

De acordo com o esquema da história cultural de Le Corbusier, fica evidente a presença de uma mobilidade entre as configurações desses estágios de apreciação da evolução cultural. No entanto, também está latente nesse percurso a subordinação do movimento à um norte em que figura um estágio superior, para o qual se orienta, num desdobramento regrado, o progresso dessas configurações limitadas do homem. O aspecto evolutivo dessa abordagem é claro, e o fato de que essa evolução encontra um limite e um fim, também. Resta saber quais são os elementos concretos definidores desse estágio final, que somente apareceu em termos muito genéricos e abstratos.

Em Le Corbusier, “a terceira etapa é identificada com o classicismo (...). A geometria e o ângulo reto são os emblemas dessa etapa. ‘O propósito da arte’, diz Le Corbusier, ‘é nos elevar acima da desordem e, por meio disso, nos proporcionar o espetáculo do equilíbrio’.

⁷⁴ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 108).

⁷⁵ Hegel. *A Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis. Vozes. 1999.

⁷⁶ Hyppolite, Jean. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo. Discurso Editorial. 1999.



Existem três momentos clássicos - Grécia e Roma, o século XVIII e o mundo moderno”⁷⁷. O momento do classicismo é a representação da unidade entre os opostos, o momento do reinado da verdade e da reconciliação entre a representação e o mundo real. Os momentos que são remetidos ao classicismo contam com um fortalecimento dos significados eternos e imutáveis, e se consolida, nessas condições, o domínio de um certo dogmatismo: é a crença na potência unificadora e sintética da razão e das formas racionais.

Se lermos cuidadosamente os textos de Harvey, em *A Condição Pós-moderna*, perceberemos que há, também aí, um acento sobre as variações a partir da perspectiva histórica entre as categorias do eterno e imutável e as do transitório e fugidio. Essa variação de predominância ao longo da história se deu em função dos momentos que ora tendiam mais a um ceticismo e ora a um dogmatismo. No entanto, entre a análise de Harvey e a compreensão de Le Corbusier se opera aqui o mesmo mecanismo que está na origem do desacordo entre Hegel e Marx. O que Le Corbusier lê na história universal - ou universaliza na história - Harvey localiza como um movimento próprio à modernidade. A partir do período de reconstrução do entre guerras se estabelece novamente a prioridade do universalismo e da verdade como a tônica reinante no cenário de um pensamento sobre a modernidade; tratava-se de um retorno às categorias mais gerais do eterno e imutável que haviam sido deixadas para traz junto do iluminismo. Esse momento dogmático, nas análises de Harvey, foi seguido por outro, no pós-guerra, com o mesmo teor; tratava-se de um recrudescimento do dogmatismo e da fé na razão que sustentaria o Estado forte e interventor de tipo keynesiano desse momento⁷⁸. Essa fé na razão implicava a necessidade de uma síntese final, sem que nada fosse deixado ao acaso. Essa foi a tônica predominante no alto modernismo.

Essa perspectiva nos coloca novamente diante do caráter da dissolução das vanguardas. Se por um lado elas foram alvo de severas críticas por parte dos críticos do movimento moderno e dos pós-estruturalistas, dentro de um contexto de crítica avassaladora contra a própria razão, por outro lado, os pós-modernos não foram os únicos a vislumbrar a dissolução dessas vanguardas. Ao mesmo tempo, o programa de realização das propositivas racionais encampado pelas vanguardas modernistas previa já o fim do vanguardismo após o cumprimento da tarefa por parte dessas mesmas vanguardas. Tratava-se de um fim retirado de dentro mesmo do conjunto que dava sentido à existência dessas vanguardas, previsto e encampado por elas como parte da realização de seu papel. Esse fim, da autodissolução das vanguardas, respeita a um movimento parecido com o movimento que os hegelianos queriam atribuir à história: o de um fim dado pelas suas próprias determinações e necessidades internas. “Agora, diz Le Corbusier, chegamos ao momento fatal do ciclo histórico em que nossos impulsos sentimentais devem ser vistos como idênticos à regra da razão. O geral, o típico e o comum nos atraem mais do que o específico e o excepcional. O sentimento não se esforça mais para ser heroico: reconhece que aquilo que é verdadeiramente heroico encontra-se no aparentemente banal mundo dos fatos revelados pela ciência”⁷⁹. A vanguarda, então, segundo o papel que assumia frente ao modernismo,

⁷⁷ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 108).

⁷⁸ Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994.

⁷⁹ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 108-9).



carrega consigo a dupla determinação que orientou o texto até aqui. Em parte, ela é responsável pela realização do movimento que conduz a todos, pela normalização, ao rumo dos acontecimentos mais recentes, cuida para que o fluxo histórico permaneça orientado em direção ao progresso, e, ao mesmo tempo carrega as verdades mais universais que regem o movimento e que devem despontar e reinar no estágio de absoluto desenvolvimento das faculdades do espírito universal. Assim, “unem-se o clássico-eterno e o messiânico-revolucionário”.

Esse é o processo da autorrealização da razão. “O industrialismo moderno é o resultado do raciocínio abstrato, não da paixão. Ele não mais possui a necessidade de ‘grandes homens’, apenas de ‘homens pequenos’ com objetivos limitados. ‘A obra da razão’, diz Le Corbusier, ‘é cumulativa e alimenta a si mesma pouco a pouco’”⁸⁰. Esses enunciados de Le Corbusier estabelecem uma relação direta com a descrição de Hegel dos postulados e da realização de um mundo que funciona sob os auspícios da razão. Para Hegel, de mesma forma, “a razão descansa em si e tem em si própria o seu fim; apronta-se a si para a existência e a si própria se realiza”⁸¹.

É dessa forma que começam a se constituir duas frentes confluentes no pensamento moderno, de extrema importância para as nossas análises, que vão no sentido de deslindar as relações entre a constituição de uma hegemonia do Estado e a arquitetura e urbanismo no que diz respeito à produção do espaço urbano na cidade de Brasília. Essas duas frentes se colocam diante da contradição entre a história, os elementos ligados ao registro de uma inteligibilidade temporal - mobilidade, transitoriedade, fluidez e dinâmica -, e a finalização dessa história, que a acompanha em germe por todo o seu trajeto, pronta a desabrochar num momento certo - o qual os nossos autores da razão buscam defini-lo de acordo com as suas tendências ideológicas e no qual, também, reinaria (e para isso eles se esforçam) os signos e formas de uma eternidade, imobilidade e estabilidade implacáveis. A busca desses elementos ligados a uma inteligibilidade diversa a do movimento é o que nos permitirá compreender o momento e as condições propícias ao estabelecimento de um novo estatuto para a sociedade: a reprodução das relações sociais de produção, e a constituição de uma hegemonia do Estado capitalista através da produção do espaço.

1.3.2 - Sobre a tendência imobilista da modernidade: a reprodução.

Para Harvey, todo o curso da modernização capitalista e das diversas molduras pela quais esse processo representado na relação economia-Estado teve de passar oscilou entre os divergentes pólos da construção da arte referenciada por Baudelaire, manifestos nas figuras do eterno e imutável ou do transitório, do fugidio e do contingente. No entanto, teremos de lidar com a propensão à predominância de um desses pólos que recairá ao longo de toda a história do modernismo, e não é difícil em corroborar com mais uma tese de Harvey no que concerne a esse ponto: “os modernistas encontraram um meio de controlar e conter uma explosiva condição capitalista. Foram eficazes, por exemplo, na organização da vida urbana e na capacidade de construir o espaço de maneira a conter os processos

⁸⁰ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 109).

⁸¹ Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995. (pp. 32).

interferentes que contribuíram para a rápida mudança urbana no capitalismo do século XX⁸². Dessa forma, a vocação à eternidade, manifesta no seio da própria estrutura de Estado, contaminou o horizonte de realização de toda a perspectiva moderna.

Assim, também o modernismo e, inclusive, não por mera causalidade, o modernismo arquitetônico, revelam mais essa tendência que sua oponente dialética na modernidade. Isso se deve, em parte, a uma tendência específica de uma modernidade teleológica que é capaz de fundir em seu projeto a preponderância da história à realização de suas “promessas” no “fim último da história universal”: o pretense momento de um reencontro com as categorias eternas e imutáveis que a acompanharam por todo o seu trajeto. Esse movimento está muito bem “narrado” na *Introdução à filosofia da história universal* de Hegel⁸³. Ali o que está em jogo é a constituição de um mundo racional, de um mundo no qual a razão prepondera sobre quaisquer gestos, ações e impulsos que conduzem a vida; essa razão conduz e finaliza o movimento. Essa perspectiva de uma razão que governa o mundo é o que se refletiu tanto na justificativa de uma hegemonia do Estado como mediador das relações sociais quanto da arquitetura moderna como uma espécie realização “artística” disciplinadora do “espírito humano”: um casamento desses dois campos poderia ser determinante no projeto do modernismo. Tanto o Estado, para uma certa filosofia da história, aqui, quanto a arquitetura, a partir do modernismo corbusiano, compartilham de uma centralidade que a razão assume em suas próprias constituições, ambos como manifestação e veículos legítimos do projeto de uma razão que pretende ser absoluta.

1.3.2.1 - A razão e os aspectos de imobilidade do pensamento hegeliano de Le Corbusier.

O movimento da realização do *espírito universal* em Hegel passa pela ascensão e declínio sucessivos de configurações limitadas desse espírito, que, em seu conjunto, dão forma à história. Hegel, como um exímio representante do espírito moderno, portanto, lê toda a história a partir das categorias que estão compreendidas na modernidade; nesse sentido a modernidade é mais um instrumental potente, um observatório a partir do qual o olhar adentra na leitura das coisas, do que um simples conjunto de categorias normativas para a condução das práticas no período moderno. É assim que a modernidade ganha toda sua força. Para a realização da grande síntese final, do “espírito universal”, que é “toda a verdade do espírito”, a história, o movimento e o tempo se constroem entre negatividades e positivities. Para Hegel,

“o aspecto negativo deste pensamento da variação suscita a nossa tristeza. O que nos pode oprimir é que a mais rica configuração, a mais bela vida encontra o seu ocaso na história... as paixões fizeram-no sucumbir, é perecível. Tudo parece desvanecer-se e nada permanecer... É uma tristeza que não se detém em perdas pessoais e na caducidade dos fins próprios, como junto ao sepulcro de homens muito estimados, mas uma dor desinteressada a propósito da decadência da vida humana brilhante e culta. Mas logo um outro aspecto se liga a essa categoria da variação, a saber, que uma nova vida surge da morte... O espírito não só surge rejuvenescido, mas sublimado, esclarecido. Surge, sem dúvida, contra si próprio,

⁸² Harvey, David. *A condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola. 1994. (p.111)

⁸³ Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995.



consome a forma de sua configuração e eleva-se assim a uma nova formação... ,
ressurge das cinzas da sua figura anterior como um espírito mais puro. Esta é a
segunda categoria do espírito. O rejuvenescimento...”⁸⁴.

Contudo, aparece aqui uma terceira categoria na filosofia da história de Hegel, que parece dominar as anteriores. O movimento, animado pelas contradições entre o que o espírito sabe de si, sabe do que é, e as formas produzidas por e para esse espírito, conta com uma componente que se localiza mais próximo do campo do eterno e imutável. Algo de absoluto acompanha a história, domina-a e faz dela mesma sua substância, consome a história e deixa-a ser consumida por si própria no grande programa de realização da razão. Assim, a história pode aparecer, num clarão, como a imagem e a obra desse magnífico poder, um monumento, quando se olha para trás, ao fim do percurso. “Tal consideração conduz-nos à terceira categoria, à questão de um fim último em si e para si. É a categoria da própria razão; existe na consciência como a fé na razão que governa o mundo. A sua demonstração é o próprio tratado da história universal, esta é a imagem e a obra da razão”⁸⁵. Entre continuidades e descontinuidades, a razão está presente como a substância desses acontecimentos e é ela que governa esse movimento que, por isso, pode ser apreendido por uma filosofia da história.

“A razão governa o mundo”, diz Hegel n’*A Razão na História*. Para ele, “que tal Ideia é o verdadeiro, o eterno, o pura e simplesmente poderoso, que ela se revela no mundo e nada mais se manifesta a não ser por ela, a sua magnificência e dignidade, tudo isso está, como se disse, demonstrado na filosofia e, portanto, pressupõe-se aqui como demonstrado”⁸⁶. Assim, Hegel apresenta sua tese, com o recurso somente expositivo de apresentá-la como pressuposto, pois conhece bem as consequências para a dialética da utilização de um pressuposto como fundamento. Esse pressuposto deve ser demonstrado ao fim da exposição, num retorno que atribui concretude aos enunciados e categorias mais abstratos que apresentam o campo de desenvolvimento da exposição. Esse retorno dialético aponta para o fato de que o fundamento, o essencial e as verdades que iniciam e acompanham o texto estarão postos, de mesma forma, mas com um grau de concretude maior, ao fim da exposição. A demonstração retira dos enunciados mais gerais suas próprias condições de realização. A análise, a antítese e a síntese constituem o percurso que pretende levar essas categorias do abstrato para o concreto. Assim, todo o aparato conceitual que serve à finalização da ideia e do movimento textual estaria contido já no início desse texto e o acompanharia por todo o desenvolvimento, ganhando, passo a passo, a concretude necessária para o desenlace e o fechamento da exposição. Dessa forma, o *movimento* de exposição e dos conteúdos de realização da razão em Hegel coincidem. Todo o movimento da história universal é uma manifestação dos princípios autorrealizadores da razão, que prepara o próprio fim do movimento na consagração absoluta (hegemônica) da própria razão. Pois, para Hegel, “a razão descansa em si e tem em si própria o seu fim; apronta-se a si para a existência e a si própria se realiza”⁸⁷.

⁸⁴ Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995. (pp. 36-7).

⁸⁵ Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995. (pp. 37).

⁸⁶ Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995. (pp. 32).

⁸⁷ Hegel. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70. 1995. (pp. 32).



A história, como esse brinquedo da razão que prepara a si mesma, é dominada por essa tônica da Ideia que tem o seu lugar, a realização concreta, no Estado. O fim da história, o fim das lutas, das guerras, das contradições e da dialética é o próprio fim do movimento (da história), e para isso preparam o espaço os arquitetos e urbanistas do alto modernismo. Esse movimento ideal da razão se põe como uma dimensão real da vida, e o alto modernismo crê poder estabelecer a condição de sua realização final, o espaço em que reina a razão. Assim estaria dado, com a força, a realização de um fim hegeliano da história, como uma parte dessa narrativa fragmentada do mundo moderno.

A razão que estava pressuposta deveria, então, ser posta e, para tanto, deveria vencer os particularismos uns a uns, fazendo dessa luta uma luta concreta, que descobre no particular suas limitações, mas que o revele também como universal. Para Le Corbusier, da decomposição dos estilos passados, deveria nascer a nova arquitetura, do perecimento, brotar a nova vida, mais elevada. Mas, a despedida dos estilos passados, como nos disse Hegel, suscita a tristeza. A razão deve ser astuta, e, por ela mesma, ser posta. O esclarecimento a respeito dos novos tempos, da nova configuração da razão, ilumina o nascimento de uma forma mais elevada do espírito; deter-se nos passadismos obscurece a chegada de um novo tempo. No contexto dessa luta que a própria razão trava diante de suas formas anteriores e configurações passadas ainda não abandonadas, Le Corbusier se põe como um de seus soldados, na linha de frente dessa batalha por uma configuração nova e rejuvenescida da própria razão. Para ele,

“é preciso retirar os púlpitos dos pregadores, pois eles fazem barulho, detêm os impulsos, endoam com seus cancãs um dia novo e límpido. Eles não têm o direito de obscurecer o céu, quando desponta a manhã. O exame das realidades profundas do fenômeno arquitetônico contemporâneo irá nos mostrar, ainda uma vez, que uma página foi virada, que se trata de amanhã, e não de ontem - não de uma escola ilustre, encantadora, ou fácil, mas de exprimir pela arte a conquista épica dos novos tempos... A arquitetura dos novos tempos não está ainda nos palácios ou nas casas. Nada a autorizou, tudo se lhe opôs, uma vez que o programa social não está formulado ou é mal formulado, ou também perturbado pelo lastro dos fragmentos, dos resíduos, das decomposições... A arquitetura dos novos tempos está nos próprios objetos que são o produto do tempo”⁸⁸.

Essa batalha se tratava, com absoluta clareza para Le Corbusier, de uma batalha contra os fragmentos ou a massa caótica de fatos dispersos que impediam a chegada dos “novos tempos”. Esse empenho representava a militância desse soldado por fazer valer a “natureza dos acontecimentos em curso”. O que se pode ler nesses enunciados de Corbusier é o fato de que, também para ele, existe algo de maior e transcendente que domina o movimento da história, uma matéria superior que orienta os acontecimentos e que nada poderia estancá-la: o tempo é o campo e a substância desses novos acontecimentos. Essa substância tem, sem dificuldade, uma identidade com a razão ou com o “Espírito do Mundo” em Hegel. A história, como o progresso das manifestações da razão, assume um caráter linear e evolutivo em decorrência da aproximação das formas dessa razão de seus

⁸⁸ Le Corbusier. “A arquitetura e as Belas-artes”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº19. 1984. (p. 56).





verdadeiros conteúdos. A ideia de verdade, constituída nos termos de uma absoluta identidade entre a representação e o representado, contamina em escala os objetos referenciáveis dessa espécie de “espírito do tempo” para lhes atribuir um estatuto de legitimidade e conformidade de acordo com o grau do conjunto das realizações de um povo. Assim as obras dessa espiritualidade histórica passam, sob o domínio de categorias absolutizantes, a ser discerníveis apenas em termos de verdade (veracidade), quando correspondem à adequação das formas ao seu tempo, ou falsidade.

“O emprego de estilos do passado, sob pretextos estéticos, nas construções novas erigidas, nas zonas históricas, têm consequências nefastas. A manutenção de tais usos ou a introdução de tais iniciativas não serão toleradas de forma alguma. Tais métodos são contrários à grande lição da história. Nunca foi constatado um retrocesso, nunca o homem voltou sobre seus passos. As obras-primas do passado nos mostram que cada geração teve sua maneira de pensar, suas concepções, sua estética, recorrendo, como trampolim à sua imaginação à totalidade dos recursos técnicos de sua época. Copiar servilmente o passado é condenar-se à mentira, é erigir o ‘falso’ como princípio, pois as antigas condições de trabalho não poderiam ser reconstituídas e a aplicação da técnica moderna a um ideal ultrapassado sempre leva a um simulacro desprovido de qualquer vida. Misturando o ‘falso’ ao ‘verdadeiro’, longe de se alcançar uma impressão de conjunto e dar a sensação de pureza de estilo, chega-se somente a uma reconstituição factícia, capaz apenas de desacreditar os testemunhos autênticos que mais se tinha empenho em preservar”⁸⁹.

Assim, olhando para outras produções do nosso arquiteto e crítico suíço, também podemos derivar desses enunciados a base de construção de um ponto de vista teleológico calcado na universalidade dos conceitos e formas aos que se pretende atribuir à modernidade. Lê Corbusier se empenha na busca e realização da forma arquitetônica absolutamente adequada ao espírito humano em geral que revela, desinfetada de todos os ornamentos que “endoam” o dia e o nascimento de uma nova era, um infinito grau de pureza. “O esforço coerente no sentido da perfeição constitui um indício claro do desejo humano recorrente de vir a ser atingido um estado em que a necessidade condicionada seja substituída pela liberdade e harmonia”⁹⁰. Essa perspectiva pontuou também em Le Corbusier a necessidade de um arranjo identitário e sintético no que diz respeito à conformidade da nova arquitetura aos seus propósitos e contexto históricos da moderna era da máquina. O acaso, elemento disperso e externo ao grande conjunto dominado pela razão, deveria ser abolido ou integrado dentro das categorias que promoveriam o sucesso da empreitada racional. O terceiro termo, em Le Corbusier, a síntese, é o elemento que se projeta como perspectiva para a realização do movimento. Uma vez todos os objetos e ações de uma determinada sociedade capturados pela nova arquitetura, a “síntese das artes” e da prática humana e social, deveriam funcionar dentro de um *sistema* pré-concebido racionalmente *sem contradições*.

⁸⁹ Le Corbusier. *A Carta de Atenas*. São Paulo. Hucitec/Edusp. 1993.

⁹⁰ Elen Rosenau. *A Cidade Ideal: evolução arquitetônica na Europa*. Editorial Presença. Lisboa. 1988

“Liberdade individual e ação coletiva são os dois pólos entre os quais se desenrola o jogo da vida. Todo empreendimento cujo objetivo é a melhoria do destino humano deve levar em consideração esses dois fatores. Se ele não chega a satisfazer suas exigências, frequentemente contraditórias, ele se condena a um inevitável fracasso. É impossível, em todo o caso, coordená-los de maneira harmoniosa se não se elabora de antemão um programa cuidadosamente estudado e que nada deixe ao acaso”⁹¹.

1.3.2.2 - História e dinâmica temporal capturados pela categoria do presente eternizado no pensamento hegeliano de Le Corbusier.

A modernidade! Para Le Corbusier: “a *aurora*, um *dia que nasce*, os *novos tempos*”⁹². O fluxo histórico é capturado por essa consciência que se configura na modernidade, mas, ao mesmo tempo, ele ganha um estatuto de verdade e deve revelar uma *natureza*, eterna verdade humana; e que se não está em nenhum sentido do corpóreo, seguindo a linha do idealismo, repousa no próprio espírito. Em Le Corbusier, “se, diante da extensão ainda virgem dos acontecimentos criativos iminentes, sente o espírito o gosto de uma meditação preliminar reconfortante, é na manifestação das potências humanas *fundamentais, primárias, essenciais*, que ele buscará o eixo de suas *verdades*”⁹³. E essa busca a que se refere Corbusier, nada mais é que o lançar-se do espírito empenhado na realização de suas potências ilimitadas, já contidas no corpo lógico do homem histórico, como imagem e realidade divinas da razão – assim como Hegel subordinara a história à realização do “espírito absoluto”.

Podemos lembrar que para Habermas, “a consciência histórica, expressa no conceito de ‘tempos modernos’ ou ‘novos tempos’, constituiu uma perspectiva para a filosofia da história: a presentificação reflexiva do lugar que nos é próprio a partir do horizonte da história em sua totalidade”. Isso permitiu ao homem moderno refletir sobre sua história a partir da perspectiva da *formação*. Do ponto de vista da modernidade, toda a história poderia ser lida como a manifestação gradual da realização das categorias espirituais e racionais, que estavam em germe ou em potência abstrata desde o início de seu percurso, rumando até o presente, o que atribui sentido ao tempo histórico e legitimidade à época moderna, momento de uma conciliação entre as formas e o conteúdo da razão. Assim, toda a história seria mobilizada em função desses conceitos “universais”, a partir da finalidade de sua realização total na modernidade. Com esse mecanismo temporal, ao qual se nomeia filosofia da história, acionado para a construção do projeto de uma razão que nasce junto da classe que tomou para si o propósito de realização e divulgação dos ideais iluministas, a identidade conseguida no fim da história teria de ser unilateralmente constituída segundo os parâmetros do projeto burguês de sociedade, mas também conquistaria legitimidade em torno do que se convencionou chamar de tradição. A filosofia da história hegeliana serviu a esse projeto e, simultaneamente, endossou a contradição entre o dinamismo, garantido pelo

⁹¹ Le Corbusier. *A Carta de Atenas*. São Paulo. Hucitec/Edusp. 1993.

⁹² Le Corbusier. “A arquitetura e as Belas-artes”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº19. 1984. (p. 55). (grifo nosso)

⁹³ Le Corbusier. “A arquitetura e as Belas-artes”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº19. 1984. (p. 55). (grifo nosso)





fluxo temporal (assegurado logicamente no corpo desse sistema), e a imobilidade, de tradições que se utilizam dos conteúdos imediatamente reconhecíveis do lugar para levantar a bandeira da identidade que se realiza, exaltando sua aversão ao tempo e ao fugidio, no espaço, fincado sobre o solo firme da eternidade, da permanência e da estabilidade que a manutenção do projeto burguês necessita para sua própria reprodução. Assim, como registros de temporalidade distintos, *construção* e *reprodução* - do projeto burguês de sociedade - estariam garantidos por uma filosofia da história que se generalizaria por toda a sociedade passando pela arquitetura. Essa leitura sobre o particular, o histórico e o contingente com o olhar calcado nas bases de elementos eleitos universais e absolutos orienta o que deve ser retirado e aproveitado da grande massa de fatos e acontecimentos que preencheram o passado, atribuindo-lhe as feições de um grande projeto “natural”.

Mas, “também”, continua Habermas, “o singular coletivo ‘História’, que Hegel já utilizava naturalmente, foi cunhado no século XVIII: ‘A época moderna confere ao conjunto do passado a qualidade de uma história universal... O diagnóstico dos novos tempos e a análise das épocas passadas se correlacionam’. A isso correspondem a nova experiência do progresso e da aceleração dos acontecimentos históricos e a compreensão da simultaneidade cronológica de desenvolvimentos historicamente não simultâneos. Constitui-se então a representação da história como um processo homogêneo”⁹⁴. Dessa forma, a história é resgatada, de um só golpe, pelo pensamento que elegeu as categorias universais, vinculadas a uma metafísica orientada pela relação representação-verdade, como centro da razão que se delinea na modernidade. Esse pensamento se apropria do movimento para dar-lhe um sentido e fim, nos quais reinam essas mesmas categorias como o suporte de uma condição absoluta e cristalizada.

Mas a contradição, posta pela modernidade e pela necessidade de reprodução, coloca essa representação da história como um processo que é, ao mesmo tempo, “gerador de problemas”. “De modo concomitante, o tempo é experienciado como recurso escasso para a resolução dos problemas que surgem, isto é, como pressão do tempo. O espírito do tempo (*Zeitgeist*), um dos novos termos que inspiram Hegel, caracteriza o presente como uma transição que se consome na consciência da aceleração e na expectativa da heterogeneidade do futuro”⁹⁵. Daqui surgem a necessidade imediata de finalização da história e os problemas que tal perspectiva pontuavam nesse universo de contradições. Esses problemas estavam postos para a reprodução segura do capital da mesma forma e na medida em que o estavam também para o programa de realização identitária entre as oposições – que até então marcavam o tempo como histórico – já contido nos próprios conceitos universais.

Le Corbusier defende a nova arquitetura como uma prática necessária à realização do espírito da nova época. A modernidade, de acordo com Hegel, o último momento do curso em que o espírito se lança na construção de uma realidade absolutamente nova, porque não histórica, é o campo em que a nova arquitetura deve se estabelecer com a devida consciência de pertencer a esse campo, “exigindo um comportamento novo e dotando-nos pouco a pouco de uma consciência muito distinta”⁹⁶. O universalismo dos novos tempos

⁹⁴ J. Habermas. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo. Martins Fontes. 2000.

⁹⁵ J. Habermas. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo. Martins Fontes. 2000.

⁹⁶ Le Corbusier. “A arquitetura e as Belas-artes”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº19. 1984. (p. 56).

também está manifesto no discurso de Le Corbusier. Para ele, toda a retórica que alimentou a produção arquitetônica até o momento do despontar de sua arquitetura moderna deve ser abandonado. Essa retórica, a qual se referia, era a do ornamento, coisa que nos novos tempos, na era da máquina, não mais cabe em discussão⁹⁷. E é nesse tom que Corbusier prepara a cena para a apresentação de uma ruptura, de uma descontinuidade, a partir da qual reinará o universalismo dos “tempos modernos”. Para ele,

“uma nova página branca oferta às novas construções de uma *nova civilização* - a da máquina. Uma civilização construtiva em toda a sua profundidade, pródiga de *novos acontecimentos*, de *novos signos* e de *manifestações espirituais* amplas e *inovadoras*. Não mais o novo pelo prazer de fazer o novo, mas o novo porque os homens e as sociedades foram lançados em condições e numa aventura novas, profundamente distintas, opostas mesmo àquilo que ainda nos imobiliza e nos encarcera... É preciso admitir a descontinuidade, e não a continuidade; a ruptura e não a sequência... Pois temos todas as razões de poder fazer uma coisa *magnífica*, e não um retorno às coisas de outrora, re-nas-cen-ças etc. Jamais! Isto é contrário à própria *natureza dos acontecimentos em curso*⁹⁸”.

Para Le Corbusier, as possibilidades da reprodutibilidade técnica e da produção em massa pontuam com força a nova era de uma produção arquitetônica que deve atender aos reclames sociais: dentre eles a harmonia entre a necessidade de reprodução dos momentos de realização do capital (habitação, trabalho, lazer) e as demandas sociais de uma democratização dos produtos (arquitetônicos e urbanísticos inclusive e principalmente) possibilitados por essas novas técnicas do período industrial e da razão, da produção em massa. Le Corbusier diz que “o engenheiro, prosseguindo pela rota do conhecimento, mostra-nos meramente o caminho da verdade, enquanto o arquiteto torna tal verdade palpável... Porém, imediatamente e sem transição Le Corbusier opõe-se a essa ideia dizendo que nosso mundo exterior foi transformado em decorrência da máquina e que temos uma nova visão e uma nova vida social”. Para Colquhoun, há, “nesse argumento, uma distinção implícita entre um mundo interno e espiritual que, de alguma maneira, permanece constante, ante um mundo exterior que foi completamente transformado”⁹⁹.

No entanto, esse espírito que elege a inteligibilidade do crescimento, do aumento e acumulação industriais da era da máquina, que clama por uma história que lhe atribua substância, conteúdo e legitimidade, para realçar as especificidades do moderno, quando o ata a uma necessidade de descontinuidade, o faz na intenção de promover um discurso no qual a própria modernidade se põe no ápice da cadeia temporal que sustenta a absolutização de uma condição: a razão (eterna e imutável substância das coisas). Noutros termos: o Estado e a sociedade civil burguesa.

⁹⁷ “O odor que emana dos discursos, dos escritos, das discussões sobre esse tema, é um odor do passado. Incenso queimado em certas capelas. Apelo a um culto único apoiado numa época determinada por lugares precisos de atividade da raça branca... Na verdade, uma página virada”⁹⁷. Le Corbusier. “A arquitetura e as Belas-artes”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº19. 1984. (p. 55).

⁹⁸ Le Corbusier. “A arquitetura e as Belas-artes”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº19. 1984. (p. 55). (grifo meu)

⁹⁹ Colquhoun, Alan. “Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão”. In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004. (p. 106-7).

Assim, à modernidade, a última das estações do espírito do tempo, caberia preparar e arrematar a condição do desfecho e do desenlace do espírito universal na produção de um mundo adequado às formas dessa razão. Essa paragem da história significaria que nada mais haveria de mudar, já com a adequação necessária entre todas as oposições - a síntese: corpo-espírito; razão-emoção; particular-universal; homem-natureza; transcendente-contingente etc., seguidos da adequação forma-conteúdo. É nesse sentido que

“o presente como história contemporânea desfruta de uma posição de destaque dentro do horizonte da época moderna. Hegel também entende o ‘nosso tempo’ como o ‘tempo mais recente’. Ele data o começo do tempo presente a partir da cesura que o Iluminismo e a Revolução Francesa significaram para seus contemporâneos mais esclarecidos no final do século XVIII e início do XIX. Com esse ‘magnífico despertar’ alcançamos, assim pensa ainda o velho Hegel, ‘o último estágio da história, o nosso mundo, os nossos dias’. Um presente que se compreende, a partir do horizonte dos novos tempos, como a atualidade da época mais recente, tem de reconstituir a ruptura com o passado como uma *renovação contínua*”¹⁰⁰.

O novo, nesse conjunto de ideias de realização de uma filosofia da história, é o argumento da verdade autoritária que se busca como bem universal na modernidade. Para Le Corbusier, “a humanidade foi lançada nos *Tempos Novos*. As artes, expressão da própria consciência, serão novas. Quanto *mais novas*, mais *verdadeiras*, *justas* e *ilesas* de pilhagens”¹⁰¹. Esse é mais um aspecto de identidade entre o discurso da arquitetura moderna de Le Corbusier e a filosofia hegeliana que se prestou ao grande projeto dessa razão: da razão de Estado e do capital no momento de sua consagração.

1.4 - O desfecho moderno de uma tendência imobilista: a hegemonia.

A perspectiva de finalização da história, contida no curso das imanências dessa modernidade do discurso teleológico, recai, em princípio, sobre a própria razão. O intento do pensamento que se desprende de Hegel, de eleger o Estado ao topo da cadeia em que predomina a história e de concebê-lo como a síntese última das contradições dessa história, o coloca como o finalizador dessa mesma história. Assim, o Estado seria o portador máximo das formas da razão, a estrutura na qual ela predomina e a partir da qual se irradia, o ponto no qual a história encontraria termo. Essa vocação à estabilidade, à imobilidade e à eternidade encontrada no próprio corpo do Estado recebe sua justificativa última na filosofia hegeliana: o Estado coroa o movimento com a sua finalização. Esse Estado, articulador dos saberes, deveria também produzir o espaço dessa eternidade, um espaço sobre o qual a história não mais agiria, um espaço, portanto, que deveria conter os aspectos e formas concretos da razão: um espaço tão absoluto quanto a própria “razão universal”. Assim a arquitetura e o urbanismo modernista se ajustam bem aos propósitos e vocações do Estado. Segundo o que podemos perceber de acordo com o empenho das produções e críticas da

¹⁰⁰ J. Habermas. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo. Martins Fontes. 2000.

¹⁰¹ Le Corbusier. “A arquitetura e as Belas-artes”. *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº19. 1984. (p. 56). (grifo nosso)



arquitetura moderna é que “a tentativa de alcançar o absoluto encontra expressão não apenas na religião e filosofia, como também na arte e arquitetura”¹⁰².

Essa identidade entre as formas do Estado e da arquitetura e urbanismo produzidos nas mais expressivas obras do alto modernismo pode ser claramente percebida nos traçados urbanísticos e arquitetônicos da cidade planejada de Brasília. Aliás, a identidade entre todas as formas é um aspecto de extremo interesse para a realização dessa razão universal. Esse “fim da história” é, antes de tudo, um fim reconciliatório entre os aspectos da razão e as formas que foram e são produzidas sob seu desígnio; para Hegel, é aí que tudo se encontra e se realiza numa única e absoluta manifestação da razão universal concreta¹⁰³; a produção centralizada do espaço serve também a esse propósito. O Estado e a arquitetura e urbanismo modernistas elegeram as categorias do eterno e imutável contidas na razão, restituindo-lhes o movimento como justificativa do autoritarismo que ajudaram a promover. O polo eminentemente moderno dessa contradição, o novo e o movimento na extremidade do fugaz e do fugidio, atribui não só substância ao tempo como faz dele a própria substância dessa condição absoluta, estática, pronta e acabada, como negação da história. Aqui é o ponto em que a modernidade se põe como movimento histórico voltado ao “fim último da história universal”, na pretensão de fazer reinar seus atributos, produzidos sob o signo da razão, no esteio da eternidade. Temos de entender aqui a eternidade como algo pertencente a um registro completamente diverso e até oposto ao da história e do tempo histórico. Nessa perspectiva de uma finalização hegeliana da história, a história se acaba quando suas promessas se realizam e quando suas realizações se tornam absolutas, sem conflitos ou contradições internas, promovidas pela generalização da forma lógica da identidade. Predomina o movimento e o tempo como o meio de realização do eterno e imutável: campos do Estado, da arquitetura (moderna) e do espaço por eles concebido. O aspecto de imobilidade do pensamento e da realidade conduz, para além de si mesmo, à hegemonia.

¹⁰² Elen Rosenau. *A Cidade Ideal: evolução arquitetônica na Europa*. Editorial Presença. Lisboa. 1988.

¹⁰³ “O reino do fato se desfez de sua barbárie e de seu capricho amoral, ao passo em que o reino da verdade abandonou o mundo do além e sua força arbitrária, de modo que a verdadeira reconciliação, que expõe o Estado como a imagem e realidade da razão, tornou-se objetiva. No Estado, a consciência encontra a realidade de sua vontade e de seu conhecimento substantivos em um desenvolvimento orgânico”. Hegel. *The Philosophy of Right*. (p. 222-3).

Capítulo 2

Brasília: a consolidação do Estado burguês e a realização no espaço de uma filosofia da história.

A planificação, um dos pilares da racionalidade industrial que toma de assalto a cidade, tem por meta a produção e materialização dos atributos lógico-funcionais da coerência e da homogeneização dos espaços. Essa pretensão, que realiza suas formas no espaço social através do planejamento estatal do espaço urbano, passa a ser o núcleo gerador de problemas no momento de sua maior intensidade, no alto modernismo. O planejamento urbano e os urbanistas veem o caos no lugar das contradições que são próprias a essa sociedade. Em seu lugar querem impor a “coerência” como forma de regulação dos momentos da vida, seja no interior de cada um deles, no habitat, no trabalho, na regulação dos fluxos urbanos, ou entre eles, como forma de normatização mais ampla do cotidiano como um todo. Aprender e estancar o movimento são o seu fim. A finalização da história, carregada do sentido de superação das contradições propriamente históricas, incide na gestação de *novas contradições*¹; contradições espaciais que devem ser, de acordo com a racionalidade industrial do urbanismo moderno, resolvidas espacialmente. Assim,

O urbanismo como ideologia formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história... Nesta perspectiva, não se concebe a prioridade quase oficialmente reconhecida do espaço sobre o tempo como indício de patologia social, como um sintoma entre outros de uma realidade que engendra doenças sociais. Imagina-se, pelo contrário, espaços malsãos e espaços sãos. O urbanismo saberia discernir os espaços doentes dos espaços ligados à saúde mental e social, geradores dessa saúde. Médico do espaço, ele teria a capacidade de conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante².

O casamento com a ideologia da produção de “espaços saudáveis” (mimeticamente “higiênicos”), a qual por sua vez resultou em um espaço altamente normatizado e abstrato, onde reina o terror dos vazios e da vigia, deu margem ao nascimento de um urbanismo que via a si mesmo como a possibilidade de livrar a sociedade daquela situação doentia, que aparecia para estes mesmos como caótica. Faltava-lhes o sentido para enxergar as contradições e perceber a dialética do espaço.

“O médico da sociedade moderna se vê como o médico do espaço social moderno. A finalidade? O remédio? É a *coerência*. O racionalismo vai instaurar ou restaurar a coerência na realidade caótica que ele observa e que se oferece à sua ação. Este racionalista corre o risco de não perceber que a coerência é uma forma, portanto mais um meio do que um fim, e que ele vai sistematizar a *lógica do habitat*

¹ Carlos, Ana Fani A. “‘Novas’ Contradições do Espaço”. In: “O espaço no fim de século: a nova raridade”. São Paulo: Editora Contexto. 1999.

² Lefebvre, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes. 1991. (pp. 43).

subjacente à desordem e à coerência aparentes, que ele vai tomar por ponto de partida de suas demarches coerentes na direção da coerência do real”³.

No que concerne às questões de “saúde pública”, a arquitetura, até onde se sabe, traz suas preocupações desde Vitruvius - com o primeiro tratado de arquitetura e, pode-se dizer também, de urbanismo que se tem conhecimento -, quando o medo das pestes ocasionadas pela falta de arejamento dos ambientes, pela umidade intensa de algumas regiões expostas a climas mais quentes ou pela falta da luz solar, no caso das residências que se instalavam muito próximas uma das outras, se tornava iminente⁴. Poderíamos passar também pelo higienismo, fazer a sua crítica, mas, ainda assim, a saúde a qual se referiam, mesmo que esse argumento fosse usado para outros fins, encontrava correspondência nas ações praticadas pelos urbanistas e diziam respeito à saúde do corpo humano. Hoje o que se apresenta para esse grupo inquieto de planejadores e urbanistas são as contradições do espaço, que prefiguram como um enigma insolúvel à luz da racionalidade industrial: a higiene a que se remetem os urbanistas do alto modernismo corbusiano é, antes de tudo, a viabilidade da reprodução das relações sociais de produção, com o escoamento e trânsito rápido de homens e coisas, nas formas reduzidas do trabalhador e das mercadorias. A saúde a que se referem esses urbanistas tem a ver com a restauração, manutenção ou realização de uma racionalidade, degradada pelas contradições que se gestam nesse “ponto crítico” alavancado pela coexistência de duas ou mais lógicas subjacentes ao planejamento oficial do urbanismo moderno. Por isso, a saúde que acreditavam estar promovendo, diz respeito a um panorama de elevação espiritual, que, no glossário da filosofia e prática modernas, redundava nos atributos sociais do crescimento e da homogeneização e permanece contido, ao mesmo tempo, nas formas urbanas racionalmente planejadas, o que implica uma estrutura altamente normativa e castradora: os entraves ao vigor da racionalidade plena são tomados como as causas dessa doença do espírito. É por isso que essa “educação” espiritual, normativa e autoritária, recai necessariamente sobre a deformação corpórea promovida pelas formas abstratas do urbanismo modernista que não comportam as manifestações que não se coadunam com as intenções do plano: todos os momentos da vida devem ser reduzidos ao corpo funcional que demanda o esforço de manutenção do plano. Essa produção dirigida do espaço entra na vida cotidiana e determina seus ritmos e conteúdos ou se esforça por isso. A união de uma racionalidade industrial, como solução aos problemas postos pela organização do tempo a partir da “organização” do espaço, com a perspectiva de ordenamento social resultou no habitat como forma reduzida do habitat. A “máquina de morar” de Le Corbusier traz com força esse sentido.

Com a ordenação racional e autoritária do espaço há um favorecimento do poder. Ao mesmo tempo em que essa ordenação autoritária é fruto do poder, ela o favorece na medida em que retira do controle dos habitantes a possibilidade de se apropriarem desse espaço. Este é o espaço do controle burocratizado e centralizado. Brasília foi produzida assim, na tentativa de eliminar as contradições e seus resquícios - como os conflitos sociais que movem a história -; o Estado não os suportaria por muito tempo, há que se por um fim a essas

³ Lefebvre, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo: Moraes. 1991. (pp. 23).

⁴ Vitruvius. *O Primeiro Livro de Vitruvius sobre Arquitetura*. In: Vitruvius. “Da Arquitetura”. São Paulo: Hucitec. 1999.

contradições e conflitos, bem como, assim, a toda a história, bem no momento em que esta recai sobre a forma que favorece o acabamento do grande edifício estatal. Assim, em Brasília, “não há margem para qualquer participação ativa ou iniciativa criadora por parte do morador. Prevalece uma ditadura do plano original e do planejamento urbano que se direciona no sentido de reafirmá-lo continuamente”⁵. Para Vesentini, Brasília “acabou resultando numa obra extremamente apropriada para os inimigos da democracia [e] para o Estado autoritário”⁶. E a respeito dessa adequação aos regimes autoritários e ditatoriais que se seguiram no período militar,

“A nova capital do Brasil coadunou-se muito bem com o regime posterior a 1964. Os governos militares não precisaram realizar nenhum desvirtuamento no plano-piloto, mas somente trataram de preservá-lo e expandi-lo. E isso por vários motivos. O plano urbanístico concebido para a cidade enquanto “máquina de morar” a ser gerida por uma elite de tecnocratas, praticamente já antecipava, num nível local o que visou implantar na escala nacional com a supressão das eleições para presidente da República. Com a intervenção brutal em inúmeros sindicatos de trabalhadores e em outras organizações populares, com a política afinal sendo praticada ao extremo como técnica administrativa a ser monopolizada por um pequeno grupo de indivíduos. O Plano Piloto - aquele núcleo de Brasília onde o plano-piloto foi concretizado e é preservado até hoje às custas de um rigoroso controle - não apenas antecipou em escala local um certo acirramento no autoritarismo político brasileiro, como representa a ordem ideal deste, que não foi conseguida nas demais grandes cidades do País. É nesse microcosmo que o Estado autoritário logra a situação extrema a que tende - o totalitarismo mesmo, com a *raison d’État* permeando praticamente todas as formas de construção do espaço e, por essa via, alcançando um certo controle inclusive sobre o cotidiano dos indivíduos.”⁷

Mas, a partir desse vínculo entre as formas urbanas pretendidas pelo planejamento arquitetônico e urbanístico e uma *raison d’État* que leva ao fortalecimento das estruturas de Estado que permeiam a vida e as relações sociais no capitalismo, foi comum o desenvolvimento de argumentos que fazem menção à centralização como tendência de determinados governos como causa e justificativa dos traçados planejados para Brasília⁸. Isso aconteceu também na produção crítica de uma determinada esquerda nacional, como se o traçado urbano da cidade de Brasília representasse o resultado da união entre os princípios corbusianos da arquitetura e urbanismo modernos e o interesse localizado e pontual de governos depreciativos de uma democracia que seria subjacente à estrutura do grande edifício estatal, sem dar-se conta de que o veio autoritário e ditatorial desse plano normatizante respeita a uma racionalidade que pesa tanto no interior do Estado moderno quanto nas estruturas e formas promovidas pela arquitetura e urbanismo modernistas. Pode-se entender, portanto, equivocadamente, a partir do desenvolvimento desses argumentos,

⁵ Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 154).

⁶ Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 7).

⁷ Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 162).

⁸ Uso, aqui, a idéia de centralidade, centralização e de Estado centralizador, no que concerne à postura de um determinado governo, referindo-me à manifestação de momentos em que o Estado assume um teor que se indis põe, aparentemente, contra os postulados liberais da livre concorrência e da auto-regulação do mercado, assim como em oposição às matrizes do pensamento federalista.



que essas características normatizantes e ditatoriais do plano se devem ao modelo de governo adotado e às formas que esse Estado assumiu diante dessa tendência centralizadora e antidemocrática.

Daqui surgiram algumas complicações. Todos os trabalhos que optavam por essa via teriam que necessariamente investir-se em duas frentes: uma para reforçar alguns aspectos de continuidade na postura dos governos nacionais que apareceram entre 1946 e 1964, já que, tanto antes quanto depois, não era difícil identificar as tendências centralizadoras e ditatoriais daqueles governos; a outra para derivar da então postura centralizadora dos governos de 46 à 64 as justificativas do alto teor de normatização e autoritarismo que promoviam o plano urbanístico da cidade de Brasília⁹. Hoje podemos revisitar esses argumentos e perceber que eles engendram assertivas que contém correspondência na realidade, que esse casamento entre o urbanismo moderno e uma *raison d'État*, de fato, serviu aos governos de tendência mais centralizadora e antidemocrática e que a qualidade e quantidade da documentação levantada e dos argumentos desenvolvidos nos oferecem os elementos suficientes para perceber essa ligação. No entanto, nossa experiência histórica nos mostra que essas práticas identificadas como práticas de um governo mais centralizador não são exclusivas dessa manifestação particular de determinadas dirigências políticas ou de determinadas posturas que se adotam à frente de um governo de Estado, e podemos perscrutar mesmo se foram, sequer, aprendidas com eles. Caso contrário, a experiência do liberalismo, ou de uma liberalização por parte do Estado, deixaria em suspenso os atributos de controle, de mediação e de regulação que são próprios do desenvolvimento de uma estrutura burocrática e que, como tais, determinam a presença desse grande colosso que é o Estado entre as relações determinantes da vida no capitalismo. Não se trata, aqui, de estabelecer um vínculo direto entre as formas adotadas pelos governos ditatoriais e as formas urbanas de Brasília, que respondem mais aos postulados gerais do urbanismo moderno de Le Corbusier que às vontades particulares desses governos. Trata-se de perceber um vínculo entre a racionalidade do próprio urbanismo moderno e uma razão que, não podendo ser outra, envolve a estrutura de Estado como um todo e determina, inclusive, o próprio estatuto da “sociedade civil”, elegendo o monumento estatal ao centro do poder que rege e se inclui (pretensamente) em todas as relações.

A concepção autoritária presente no plano, identificada por Vesentini na prontidão das formas e concepções urbanísticas de Brasília ao exercício do regime autoritário da ditadura militar ou como manifestação tardia da violência que a construção da capital

⁹ Nesse fragmento podemos notar justamente esse esforço. “Se insistimos tanto na continuidade, mesmo que nuançada, do autoritarismo, é por que a transferência da Capital Federal do Rio de Janeiro para Brasília aí encontra uma de suas mais importantes explicações... As medidas liberalizantes engendradas na vida política brasileira a partir do final de 1945 - tais como as eleições periódicas para todos os cargos considerados políticos, a convocação de uma assembleia constituinte para elaborar uma nova Carta Magna, o final da censura prévia à imprensa - vieram juntamente com uma série de operações destinadas a manter sobre controle o processo de “democratização”. Essas operações não se resumiram àquelas medidas declaradamente autoritárias - como o decreto de 1946 sobre o “direito de greve”, por exemplo -, mas também incluíram formas mais sutis de controle social: a criação, em 1946, de instituições empresariais como o Sesi e o Sesc, destinadas a dirigir o usufruto do tempo livre pelos trabalhadores; as alterações no espaço urbano das grandes metrópoles do país, com a abertura de largas avenidas e com a crescente expulsão das camadas populares para as periferias; e a mudança da Capital para o “Planalto Central”. Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 98).





representou num regime de modernização nacional acelerada, centrado nas mãos do Estado, recebe as suas bases do encontro de um Estado disposto a entrar de vez na vida política nacional como mediador de todas as relações sociais, aliado com um saber sobre o espaço que não se restringe e vai além da própria geopolítica. Essa razão moderna, que tentou se erguer como a “Razão”, imbuída da tarefa de realização dos conceitos universais, encontrou no alto modernismo a vontade e os instrumentos de dar cabo desse percurso. Ela é em si mesma normativa e autoritária por que não pode aceitar as contradições que depõem contra sua integridade na construção de seu reinado. Ela se empenha na finalização da história como sinônimo do fim das contradições e diferenças que ameaçam a sua hegemonia.

Há por detrás das realizações do Estado a predominância de uma certa filosofia da história. O Estado compartilha do discurso dessa filosofia da história como justificativa para suas realizações no desenvolvimentismo. Contudo, no Brasil, assim como em outros países que não realizaram completamente a revolução burguesa pela via e pelas mãos de uma burguesia exercendo pressão sobre e no próprio Estado, os postulados de uma filosofia da história e de uma ordem liberal tem de ser implantados de um só golpe pela força, se se quer atingir as condições para o estabelecimento de padrões reprodutivos propriamente capitalistas. Isso requer do Estado uma postura empreendedora, centralizadora e diretiva, que necessita açambarcar o controle sobre os setores estratégicos da sociedade, sumariamente a economia e a produção do espaço. Para isso, esse Estado recorre aos especialistas - juristas, economistas e arquitetos - na busca de um saber - um saber que faça da grande obra a imagem de seu gerador. Esse saber, no que diz respeito à produção do espaço (a arquitetura e o urbanismo unificados em torno de um projeto comum que redunde no próprio Estado) é ele mesmo a manifestação desse conteúdo de dominação e poder que organiza esse espaço. Esse ímpeto ditatorial encontra-se presente dentre os especialistas e detentores do saber desde o início. A mesma filosofia da história que dá legitimidade à criação de um Estado de exceção fundamenta a prática de um urbanismo que age com base na ideologia da busca da felicidade, da liberdade e da salvação aqui na Terra a partir da produção de um espaço racional. Esse ímpeto soterológico da arquitetura e urbanismo modernos, manifesto no discurso de sua associação com os Estados, talvez nos deem elementos para pensar algo sobre a vocação despótica de um Le Corbusier.

Sendo uma ideologia da salvação, o modernismo luta por desmascarar os valores do urbanismo tradicional... Sua estratégia de ataque é eliminar a rua tradicional. Percebe-a como o baluarte de uma ordem cívica de estagnados valores públicos e privados impostos à cidade por meio de uma arquitetura de monumentos antiquários, ruas caóticas, ordenamentos decadentes e habitações anti-higiênicas. A receita do movimento moderno para a libertação é desavergonhadamente utópica: mude-se, simplesmente, a arquitetura e a sociedade certamente a seguirá... “No dia em que a sociedade contemporânea, atualmente tão enferma, estiver consciente de que somente a arquitetura e o planejamento urbano podem fornecer a receita exata para sua doença, então chegará o dia em que a grande máquina será posta em movimento” (Le Corbusier).¹⁰

¹⁰ Holston, James. *A Liguagem das Ruas: o discurso político em dois modelos de urbanismo*. Apud. Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 151). Vale lembrar, como chamou a atenção Vesentini, que, “ao denominar o urbanismo moderno como ‘utópico’, este autor usa o termo com o questionável

Assim, podemos perceber que a busca de uma justificativa para o caráter altamente normativo, castrador e autoritário do plano que deu origem à construção de Brasília não pode se basear nas diferenças de uma postura de Estado - em que pesem ora as tendências liberalizantes ora as tendências centralizadoras -, centrando-se nos momentos de maior centralização do Estado e, identificando a estes, as manifestações de conteúdos ditatoriais. Tentar estabelecer esse vínculo direto, entre a produção estratégica do espaço urbano de Brasília, seus conteúdos funcionalistas e redutores, que imprimem violentamente sobre o rótulo de cidadão as determinações normativas que regem o cotidiano de seus habitantes, e o fortalecimento de uma estrutura de Estado exclusivamente de porte mais centralizador no que tange às particularidades dessas manifestações do Estado moderno, como a que se demonstrava em alguns elementos e aspectos da gestão que levou a cabo um projeto que vai da concepção à realização do plano que deu origem a cidade de Brasília, é incorrer em um reducionismo que ofusca a tendência à constituição de uma hegemonia estatista que deriva mais de uma concepção ampla de Estado, dos postulados que o legitimam como um todo, do que de suas inclinações e configurações divergentes ao longo dessa história. Vesentini busca, em primorosas pesquisas documentais e linhas de raciocínio, os elementos que permitem entender o governo JK de acordo com as tendências mais centralizadoras para chegar nos conteúdos despóticos que fundamentam o plano. Mas, deste modo, teríamos que encontrar também, em todos os demais governos, nacionais, estaduais ou municipais, no Brasil e no mundo, em todas as épocas, essas tendências à adoção de uma postura de Estado que não se diferenciam em relação ao teor de centralização política, para explicarmos esse teor marcadamente despótico dos planos urbanísticos que tomaram o século XX.

2.1 - Brasília: a obra de um governo ou do Estado em processo de hegemonização?

Esse autoritarismo, referido como marca do plano urbanístico que deu origem à cidade de Brasília, deriva de uma tentativa de supressão das diferenças e das autonomias sociais no que tange à sua participação no processo de produção do espaço urbano das cidades; supressão, portanto, das manifestações do conteúdo social dos espaços produzidos. Esse autoritarismo se liga a uma lógica que é própria de uma estratégia de realização dos conteúdos de uma racionalidade tipicamente industrial, homogeneizadora e hierarquizante; uma lógica, portanto, que não suporta a coexistência em mesmo nível de outras lógicas, em uma palavra, do diferente. Essa é a faceta lógica a qual o Estado de nossa época se apegava para divulgar a razão da qual é tributário e representante. Essa lógica potencializa e legitima a ação do Estado e lhe atribui sentido, ela serve, portanto, às estratégias de realização desse grande monumento da história. O conteúdo visivelmente normativo do plano da cidade de Brasília provém da implantação dessa racionalidade, sendo ao mesmo tempo a inscrição da dinâmica de dominação do Estado sobre as relações econômicas e sociais.

significado usual de fantasia ou quimera; portanto, de forma diferente dos que encaram a utopia como uma sociedade mais igualitária no horizonte do futuro possível e desejável”.





Ora, no Brasil da “redemocratização”¹¹, estava em discussão nos mais altos circuitos da inteligência e intelectualidade brasileiras os caminhos e a importância de uma realização completa da “revolução burguesa nacional”. A nacionalidade era definida por um conteúdo expresso de nacionalismo, no qual somente cabiam as manifestações em prol do grande projeto de criação e desenvolvimento do capitalismo industrial nacional. Aqui, os conteúdos de uma revolução burguesa plenamente concebida (ou quase isso) se confundiriam com as estratégias de uma revolução industrial, fato que não é difícil de perceber dado o momento histórico em que se investe nesse “grande feito”.

A configuração de um Estado centralizador, que coincide com *welfare-state*, como a postura estadista de seu tempo em escala mundial, serve também e principalmente à realização desse projeto que traz consigo a divulgação e extensão dos princípios liberais modernos. No Brasil, por não estarem devidamente postos, esses princípios seriam os responsáveis, naquele momento, em contrapartida, por assegurar a constituição de um Estado efetivamente nacional (universal, com forte tendência a isto ou, pelo menos, apresentado assim no discurso) e a instauração de um programa de constituição de uma hegemonia estatista em todas as esferas da sociedade brasileira, mesmo que executado à força sob o punho forte de um governo autoritário e ditatorial. Aliás, é a esse recurso que, com frequência, recorrem os teóricos brasileiros da revolução burguesa nacional, já que talvez, mesmo estes, reconhecessem a inviabilidade da realização “espontânea” disso que reconheciam como uma espécie de caminho “natural” do desenvolvimento, dada a formação econômica desse País periférico.

“Tendo se formado um capitalismo brasileiro, a segurança nacional terá de ser uma peça na política de defesa desse capitalismo. O nosso capitalismo realiza-se, basicamente, na forma de um processo de industrialização e seus beneficiários não são apenas os donos dos bens de produção, mas o povo brasileiro em geral. Mais uma vez desejamos referir-nos à Clausewitz. Como teórico e general, os seus trabalhos ganharam o teor concreto que se lhe reconhece, principalmente por que soube compreender que a função histórica das Forças Armadas da Nação alemã só poderia ser a do ponto de vista da revolução burguesa alemã (...). A nossa segurança nacional não é a de um país economicamente amorfo ou abstrato, mas a de um país que iniciou sua revolução burguesa. Por conseguinte, se é inevitável que a segurança nacional tenha uma ideologia, essa ideologia só pode ser a da revolução industrial brasileira em processo (...). Integrando-se na política em geral de defesa do nosso processo de industrialização, incumbe-se à segurança nacional participar do combate aos fatores internos e externos que o ameacem.”¹²

Essa tônica marcou a postura de um grupo carioca de pensadores sobre a realidade brasileira e o problema do subdesenvolvimento. Para esse grupo, se fazia mister a associação do Estado a uma burguesia dirigente para a superação da condição do atraso nacional. Com isso eles promoviam, publicamente, um discurso que arrematava o elo entre o Estado e a história, permitindo aqui uma inversão: a história como resultado da atividade do Estado - a

¹¹ As aspas não são fortuitas, dado que, apesar de estar patente o esforço em desvincular o traçado da cidade de Brasília do conteúdo autoritário particular do período 46-64, está sedimentado em nossa literatura crítica que as nuances desse período mascararam o teor centralizador e antidemocrático desses governos.

¹² Ramos, Guerreiro. *Ideologias e segurança nacional*. Rio de Janeiro, ISEB, 1957. Apud. Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 134).

saída brasileira da pré-história em que estava presa, pela via do dirigismo da ação estatista. Para Luiz Werneck Vianna, “a cultura política do Rio de Janeiro, mais as condições organizacionais de seu ambiente cultural favoreciam em sua *intelligentzia* uma perspectiva de modernização e de reformas *por cima*, privilegiando o papel do Estado na ‘mudança social provocada’. Nos anos 50, o encontro dessa tradição, a essa altura exposta às instituições democráticas da Carta de 1946, com os movimentos popular e sindical em processo de crescimento e autonomização (...) inspirou o primeiro impulso ideologicamente consistente de nacional-desenvolvimentismo”¹³. Esse é o momento em que o Estado começa a se articular ou preencher os campos da criação de uma ideologia que se coaduna com o grande projeto de realização de sua própria hegemonia, a partir da produção de uma identidade nacional - o nacionalismo - em que o desenvolvimento do País figuraria como um aspecto *necessário* e *universal*. Assim, o Estado transforma em ideologia “nacional”, social e universal, os elementos que sustentam a necessidade de implantação e vigor de sua própria estrutura, contando, para a realização desse projeto, com as dirigências sociais, sindicais ou intelectuais que compraram a tônica do discurso estatista.

Mas, essa tendência de elaboração de um argumento que sustenta a ação de um Estado mais centralizador e direcionador da vida econômica e política nacionais, com vistas a uma efetiva formação do Estado brasileiro, não se criou, na literatura científica ou política nacionais, nesse momento, com o reconhecimento dessa vertente no Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Os teóricos do ISEB, nesse aspecto particular, seguem a tradição do ensaísmo das antigas elites intelectuais e só fazem reforçar o vínculo entre a institucionalização de um saber e o Estado¹⁴. Vínculo esse que se tornará mais claro na acepção da política como técnica administrativa, em que pese os saberes e a competência como os únicos elementos a serem considerados na avaliação do governo, mas que se manifesta desde o início no interior da constituição da estrutura do Estado.

Com o terreno preparado por uma intelectualidade, caracterizada pelo ensaísmo que tematizava diretamente os conteúdos de formação do Estado nacional, essas novas figuras, que serviram também à promoção da ordem burocrática liberal no Brasil, não precisariam mais versar diretamente sobre a constituição de um Estado neutro, universal e, de fato, nacional, como queriam e era próprio da filosofia a qual se apegavam, poderiam iniciar o debate de um ponto mais avançado. “A ensaística desses intelectuais” - que antecede historicamente o momento em que as publicações e produções do ISEB passaram ao primeiro plano no debate sobre as ideias que colocavam em pauta as questões nacionais -, como a de “Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres e Oliveira Vianna, entre tantos outros, de caráter eminentemente público, está orientada para a obra de conclusão do Estado nacional”¹⁵. É assim que, “sobrepuesto, como ente moderno e racional, a uma

¹³ Vianna, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ. 1996. (pp. 194).

¹⁴ O caso brasileiro é exemplar a esse respeito, “afinal, a presença forte das elites intelectuais na vida pública datava do próprio momento de construção do Estado nacional e da sua posterior consolidação, mais obra do voluntarismo político, como a qualifica José Murilo de Carvalho, do que uma integração exigida pelas necessidades do seu sistema econômico”. Vianna, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ. 1996. (pp. 195).

¹⁵ Vianna, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ. 1996. (pp. 181).





sociedade que, além de intrinsecamente atrasada, seria marcada pela fragmentação e ameaçada por forças centrífugas regionais, ele [o Estado] visa exercer uma tutela pedagógica sobre ela, impondo, pela ‘engenharia social’, uma configuração orgânica ao que antes era disperso e invertebrado”¹⁶. Fato que, como poderemos ver mais adiante, não é o que diferencia esses dois momentos da formação de um debate sobre as questões nacionais. Talvez o que nos sirva para apreender a diferença mais substancial dessa ensaística para a representação que as produções do ISEB obtiveram seja justamente o caráter público, de publicização e quase publicitário, com o qual o ISEB conduziu o debate ou a explanação de suas ideias – evidentemente que isso não deixa de ter relações com os rumos tomados dentro mesmo de algumas temáticas.

Na época dos artistas da Semana de 1922, “o moderno, o modernismo e a modernização nos chegam com os intelectuais separados do povo, em uma sociedade não inteiramente exposta às transformações que o avanço do capitalismo provoca, com a população majoritariamente agrária e mantida no campo sob formas de controle extraeconômicas e baseadas na dependência pessoal”¹⁷. No entanto, foi essa preparação, como base de sustentação das ideias, que o ISEB pode tomar como “tarefa realizada”: muito do vocabulário conceitual já havia, em sua época, se tornado corrente e, assim, os teóricos desse instituto poderiam transitar sem problemas numa argumentação que é própria do Estado, carregando a lógica como um atributo necessário da história e a bandeira do progresso e do desenvolvimento como o caminho a ser percorrido.

Vale ressaltar a importância que os postulados liberais têm nesse processo, enquanto legitimação da ordem das mediações abstratas que sustentam o arcabouço repertorial da burocracia em que o Estado moderno está calcado¹⁸. Nesse momento, foi frequente a associação de um discurso nacionalista aos postulados mais gerais de uma filosofia da história que preconizasse o progresso como percurso necessário da história. A grande quantidade de textos e publicações que o ISEB produziu nesse período teve grande influência sobre a “formação de uma consciência nacional”. Essa - a formação de uma consciência nacional -, que estava no fundo e podia mesmo ser colocada como o objetivo de algumas produções, se fazia, ou assim se pretendia, a partir de formulações que levavam em conta alguns atributos histórico-filosóficos de tendência universalizante e teleológica. “Roland Corbisier costumava dizer que antes do movimento modernista o que tínhamos no Brasil era simplesmente pré-história. A afirmação, de inspiração hegeliana, mostra como os intelectuais dos anos 50 estabeleciam sua filiação a uma corrente de pensamento distinta daquela representada por Silvio Romero ou Gilberto Freyre”¹⁹. Foi comum, mais tarde, a acusação, que recaía sobre os teóricos do ISEB, de uma vinculação exagerada dessas produções às leituras (se boas ou más não nos interessa)²⁰ de autores estrangeiros como Manheim ou

¹⁶ Vianna, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ. 1996. (pp. 184-184).

¹⁷ Vianna, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ. 1996. (pp. 182).

¹⁸ Lefebvre, Henri. “L’Abstraction Concrete”. In: *De l’Etat*. Paris: Union Générale d’Editions. 1977.

¹⁹ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 45).

²⁰ A preocupação que se desenha aqui é a de compreender não as filiações teóricas e a que elas se prestam, mas de procurar os elementos de uma filosofia da história que sustente o arcabouço de instauração do Estado moderno no Brasil com a sua tendência à constituição de uma hegemonia. Para isso, temos que existe uma discursiva a

Hegel, quando não explicitamente referiu-se aos textos isebianos como “cópia literal” ou “transposição simples” dos enunciados dessa sociologia ou filosofia à realidade brasileira²¹.

Essa filiação à Hegel rendeu diversas discussões, mas o que nos interessa aqui são os desdobramentos desse casamento no que diz respeito à história, como sistema e campo do progresso natural do espírito humano, até o despontar do Estado em seu topo, coroando a isso que capturou a ideia de totalidade.

Não é difícil perceber a cultura, a produção cultural assim como a produção de uma identidade, seja nacional ou não, como um campo institucionalizado da vida e que, por isso se liga diretamente ao Estado e a sua reprodução nas “diferentes” esferas da vida²². Principalmente quando esses temas se remetem à história, no escopo da realização de um projeto que é próprio a esse sentido de história criado por uma filosofia anterior ao iluminismo e que tinha como objetivo final um mundo capturado pelas relações burguesas de produção, com a pureza e neutralidade da ordem burocrática de uma “sociedade civil”. Nesse contexto, cabe ao Estado, ao momento de sua hegemonia, já que esse não mais pertence aos donos da matriz de um pensamento burguês ainda embrionário, a reprodução das relações sociais de produção e o controle do cotidiano. Esse vir-a-ser da cultura reflete o programa de realização de uma hegemonia do Estado e se põe como uma de suas estratégias, como institucionalização dos hábitos e costumes de um determinado povo, seguido de sua cartografia racional que coloca em destaque os conteúdos de uma dominação que se exerce sobre as manifestações sociais na via da organização e produção centralizadas do espaço. A própria história, seu desenvolvimento e progresso irremediáveis, o seu imanente vir-a-ser a luz da razão, desemboca, em Hegel, na figura mesma do Estado; é nesse sistema - hegeliano - que Estado e história compreendem a “totalidade”: religião, arte e filosofia aparecem como subsidiários desse grande monumento do espírito universal²³.

Vieira Pinto, nesse mesmo momento, se investe na defesa de um pensamento total, faz a crítica às análises que fragmentam a realidade, “no entanto, a categoria de totalidade se reveste logo a seguir de outro significado, e passa a se identificar sobretudo com a nação”.

“Critizando o pensamento causal, que compreende a realidade social a partir de pontos de vista parciais, Vieira Pinto reabilita o pensamento total, mas em seguida falará de ‘país subdesenvolvido como totalidade’ e da ‘nação como totalidade envolvente’. Esta passagem do plano metodológico para o diagnóstico concreto acarreta certamente problemas teóricos, mas, como no caso da dialética do senhor e do escravo, permite uma leitura ideológica, portanto política, da situação colonial.

respeito da história no mundo moderno amplamente aceita e que deriva de uma matriz de pensamento hegeliana. Para Lefebvre (1971), em *O Fim da História*, “há um mundo neo-hegeliano”, coexistindo com outros dois mundos: um neo-marxista e outro neo-nietzichiano. Mas, no que diz respeito às leituras executadas por nossos teóricos, precursores da “formação”, para Renato Ortiz, “poderíamos pensar que os intelectuais do ISEB, como Euclides da Cunha, ‘leram’ mal Hegel, mas sabemos que este tipo de resposta é insuficiente”. (id. ibid. pp.66).

²¹ “Seguindo os passos da sociologia e filosofia alemãs, Manheim e Hegel, por exemplo, os isebianos dirão que cultura significa as objetivações do espírito humano. Mas eles insistirão sobretudo no fato de que a cultura significa um vir a ser. Neste sentido eles privilegiarão a história que está por ser feita, a ação social, e não os estudos históricos; por isso temas como projeto social, intelectuais, se revestem para eles de uma dimensão fundamental.” Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 45-46).

²² Lefebvre, Henri. *O Fim da História*. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1971.

²³ Hegel, G.W.F. *Estética - A Idéia e o Ideal*. Coleção “Os Pensadores”. São Paulo: Nova Cultural. 1996.



Não é difícil perceber que Vieira Pinto passa sem grandes sutilezas da abstração filosófica de 'estar no mundo' para a materialidade do 'viver em um mundo colonizado'. Pode-se, desta forma, associar o conceito de totalidade aos princípios da dialética hegeliana, pois o homem que vive numa nação subdesenvolvida só pode realizar o seu Ser ao transformar esse mundo, e para os isebianos transformação significa desenvolvimento”²⁴.

Mas isso tudo teve um sentido em nossa história: devíamos produzir um único Estado para toda a nação e, para tanto, seria necessário adequá-lo às pretensões universalistas de um Estado funcional, neutro (em aparência) e que tivesse a capacidade de administrar e legislar genericamente todas as situações e relações sociais que até o momento lhe escapavam - assim como escapavam aos postulados da razão, de uma lógica que se pretende tornar mundo. Essa constituição do Estado remetia-se ao Estado como o representante máximo de sua própria natureza, como a figura terrena da razão, ocupando o trono no lugar mais alto do grande edifício da história. Dessa figura, para os pensadores do ISEB, “um novo homem surgirá das cinzas do anterior, mas isto só se concretizará se o mundo colonizado superar a história do colonialismo, isto é, criar um Estado ‘verdadeiramente’ nacional”²⁵. Essa figura redentora viria dar fim e sentido a todas as provações, injustiças e errâncias que conduziram a história até o seu ponto máximo, onde reina o Estado, a marca do “novo tempo”, da nova era em que vigora a modernidade - sem dar-se conta de que trajeto e projeto revelam aqui os conteúdos mais espúrios de violência, mesmo, e principalmente, em seu reinado. Ora, esse Estado exige uma obra a sua altura, um monumento que o reverencie em toda sua grandiosidade diante da história universal dos povos: a capital do Estado. É esse misto entre a monumentalidade representante dessa estrutura e as estratégias de reprodução. Assim, a capital representaria e seria portadora de uma centralidade que é própria ao Estado. Essa postura foi patente nos textos produzidos nessa época que versavam sobre a construção da cidade de Brasília e que associavam a necessidade de mudança da capital à iminência das mudanças históricas promovidas por um Estado “a frente de seu tempo”. Por isso, para Roland Corbisier,

“Todas as grandes culturas e civilizações que conhecemos encontram, por assim dizer, seu arremate e seu coroamento na construção da metrópole da grande capital. Concentração de espírito e de consciência, centro de decisão e de comando, ponto de convergência e instância modeladora e pedagógica, as grandes capitais sempre foram o arremate e a síntese de suas culturas (...). Na velha capital, para a maior parte da população, a vida é áspera e penosa. E dentro da cidade, subindo pelos morros, como se fossem aldeias primitivas, as favelas, cuja população foi calculada em seiscentas mil pessoas, constituem um problema (...). À mercê dos grupos de pressão que têm acesso à opinião pública e a controlam, o Governo Federal, cuja localização deveria ser o centro do território nacional, o ponto de interseção de todos os interesses do País, é inevitavelmente envolvido pelos problemas locais (...). Ao transitarmos por força do desenvolvimento econômico, da política de clientela para a política ideológica, do Estado cartorial para o Estado que chamamos de funcional, não poderíamos conservar a Capital na cidade em que se encontra há duzentos anos, porque tal localização corresponde à uma fase de nossa

²⁴ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 59-60).

²⁵ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 60).



evolução histórica que se tornou imperioso ultrapassar (...). Desembaraçado das injunções municipais, da inércia da máquina burocrática secularmente esclerosada, das solicitações de emprego, da pressão dos grupos econômicos e da imprensa a serviço desses grupos, longe da demagogia e da agitação local, o Poder Central encontrará, na Capital interiorizada, condições materiais que lhe permitirão funcionar efetivamente como Poder Central, recuperando a perspectiva justa do interesse nacional (...) celebremos o privilégio de sermos os contemporâneos da epopéia de Brasília, a flor do deserto, a Capital do futuro e da esperança.”²⁶

Foi no curso desse processo que se estabeleceu como meta, para a realização do grande projeto da burguesia nacional e do estabelecimento das bases para uma maior circulação do Estado, na figura do mediador burocrático de todas as relações sociais, entre todas as classes e estamentos de todas as regiões, uma tentativa de varredura, ao menos em tese, de relações não “livres” e não capitalistas. O progresso vestia essa roupagem liberal mais uma vez em nossa história e, assim, servia ao estabelecimento de um Estado mais forte e mais “nacional” - mas, isso por que talvez exista mesmo uma forte identidade entre esses termos (progresso, liberalismo, história e Estado), definida a partir de aspectos “transcendentais”, como a própria filosofia da história, que se constitui num projeto muito maior e anterior (lógica e historicamente) ao de uma determinada consciência e vontade de governo²⁷. O nacionalismo tratava de ser a ideologia que guarneceria esse ímpeto desenvolvimentista que se apoiava na promoção da burguesia nacional. Tudo o que se opunha prática ou ideologicamente ao programa de fortalecimento das bases liberais do Estado e da economia nacionais seriam considerados antinacionalistas e, assim, perseguidos até o fim ou o silêncio. Essa foi também, desavergonhadamente, a política pós-64, mas o repertório do Estado nacional - ou dos Estados nacionais - não variou muito durante seu reinado pós-absolutista.

Os “grupos de pressão”, os “interesses particulares”, as “injunções político-partidárias”, a democracia enfim, eram encarados como irracionalidade, como prática a ser substituída pelo governo distanciado das aglomerações, das “pressões sociais”, e norteado pelos planos a serem rigidamente implementados. O País, o “Brasil”, era interpretado como “comunidade” genérica, sem contradições antagônicas inerentes (as “forças retrógradas” representariam interesses “antinacionais”, estando portanto excluídas do “verdadeiro Brasil”), e sua expressão mais profunda ou “natural” encontrar-se-ia no território.²⁸

É nesse panorama, em que a coexistência de lógicas subjacentes à racionalidade “oficial” desejada se apresenta como entrave à realização do grande projeto do Estado - como a centralidade gestora dessa razão -, que passam a se mobilizar as forças normatizantes da esfera social e um acirramento do direcionamento político e estratégico no sentido de realização da nação e do mundo como obra desse espírito marcado pela razão - momento em que esse entrave, tomado como um desvio facilmente posto em correção, do

²⁶ Corbisier, Roland. “Brasília e o desenvolvimento nacional”. In: _____. *JK e a luta pela presidência*. São Paulo: Duas Cidades. 1976. (pp. 158-159). Apud. Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 135).

²⁷ Koselleck, Reinhart. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto. 1999.

²⁸ Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 137).



ponto de vista da racionalidade gestora, não impor a necessidade de rearticulação das estratégias do Estado, já consagradas, dado que também não assinalava a crise da razão como “sistema” único. É nesse momento que o nacionalismo como ideologia e prática do Estado, da burguesia e da intelectualidade brasileiras se revela a partir de um teor que nada tem de efetivamente nacional, no sentido de revelar “a via brasileira do desenvolvimento”. Ele é o nome de uma estratégia que, ao contrário da forma pela qual se dava ao entendimento e compreensão, trazia os conteúdos de uma universalidade tão abstrata quanto possível; trazia assim a forma de constituição do Estado como “a grande máquina” - o Estado “democrático e de direito”, mesmo que seja difícil falar dessa realidade no Brasil, porque se impor a assim pela força -, como mecanismo de instauração (ou restauração) de um estatuto hegemônico desse Estado para toda a sociedade legitimado pelo caráter irrevogável da razão.

O que estava em questão nesse momento era a retomada - ou simplesmente a tomada - do crescimento como um atributo de realização de uma história da qual o País não podia estar de fora. Mas isso não aconteceria sem algumas mudanças necessárias na estrutura burocrática que regia e mediava as relações que promoviam esse crescimento. O nacionalismo, nesse sentido, se tratava de uma estratégia de realização dos postulados universais que sustentam a figura do Estado no programa de constituição de sua hegemonia e ao lado de sua parceira inseparável, a história, tomada sempre em seu favor. A superação da condição de colonizado era a grande alavanca que animava os bastidores do desenvolvimento e do progresso. A tomada nas mãos dos processos que levariam a cabo um programa de modernização e de industrialização nacionais, através do trabalho, vinha acompanhada dos conceitos “motores” de alienação e desalienação, os quais conduziram aos processos necessários de “tomada de consciência”. Para o povo brasileiro, saber de sua condição de colonizado e das implicações dessa condição, ligados àqueles conceitos “motores”, serviria, já num processo de desalienação e conseqüente tomada de consciência, à mobilização dos conteúdos determinantes do desenvolvimento. Aqui, “a nação” e o “povo brasileiro”, em “construção”, termos que dão conteúdo à obsessão formativa desses autores do desenvolvimento nacional, deveriam trabalhar e se empenhar nesse trabalho para a superação da condição de colonizado que tomava a todos igualmente, patrão e empregado. Esse “discurso teria cumprido”, para Maria Silvia Carvalho Pinto, “a tarefa ideológica de inverter a realidade, fazendo com que o projeto de um grupo particular apareça como o projeto de todos”²⁹. “A crítica que Maria Silvia Carvalho Franco faz a Alvaro Vieira Pinto sobre sua concepção da alienação do trabalho é correta; ele certamente não percebe que, ao erigir a nação como categoria central de reflexão, encobre as diferenças de classe e elabora uma ideologia que unifica capitalista e trabalhadores”³⁰. Assim como na dialética hegeliana do senhor e do escravo, que se popularizou entre os intelectuais do ISEB, a consciência da condição de dominação do escravo, ou aqui, retratado na figura nacional do colonizado, determinava uma nova condição a esta mesma figura; ele se perceberia como “dominador” de seu dominador uma vez em que tinha a consciência de que sem ele, sem esse polo da relação, o dominado, a dominação não se realizaria e se alavancaria um processo de superação histórica que envolve, ao mesmo tempo, os dois polos dessa relação, que

²⁹ Apud. Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 134).

³⁰ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 47).

abandonam tanto a condição de dominado quanto a de dominador. Assim, a história se poria em movimento sempre pela parte subjugada, na negação dessa condição.

O subdesenvolvimento ou a condição colonialista pela qual alguns países passaram e tentavam, ainda, superar, legitimava esses procedimentos; sempre na perspectiva de revelação de uma natureza que ultrapassava os limites impostos por essa condição. “As convergências de pensamento entre Fanon e Vieira Pinto são interessantes. Bons Leitores de Hegel, ou de seus comentadores, interpretes dos movimentos políticos que vivenciam, eles não se limitam a discutir a possibilidade de existência de um ‘novo’ homem brasileiro ou argelino. Pelo menos filosoficamente a superação do colonialismo implica não somente o desaparecimento do senhor, mas abre perspectiva para que uma nova humanidade se concretize. Interessa-lhes assim descobrir o homem por trás do colonizador, este homem que é simultaneamente ordenador e vítima de um sistema de opressão. A superação remete portanto a um universal, à humanidade. Torna-se, assim, comum dizer que a morte do colonizador é também a morte do colonizado. Fanon leva esta perspectiva às últimas consequências e chega inclusive a pensar o Terceiro Mundo como matriz de libertação do homem universal”³¹. Mas, essa relação, já na filosofia hegeliana, estabelece um vínculo ainda maior com o movimento da história; uma relação que articula a objetivação desse espírito aos conceitos concretos de trabalho e transformação para mobilizar esses conteúdos quase que puramente lógicos que se determinam na estrutura expositiva da dialética: como na relação de dominação, a qual se estabelece numa relação de mútua determinação e de negação determinada - uma dupla determinação - entre dominante e dominado, que explode na falta de um desses termos. Sem essa atividade concreta do homem, a explosão dessa relação, dessa configuração particular do Espírito, não movimentaria um processo histórico³². E, assim também, os nossos teóricos saberiam a vez de recorrer a esse repertório. “Na verdade, a dialética do senhor e do escravo possibilita uma dupla operação, o diagnóstico da realidade e, por conseguinte, uma ação política que visa transformá-la. Hegel, ao descrever as relações entre o senhor e o escravo, sublinha a necessidade de reconhecimento, mas, adianta, a relação corresponde a um momento da objetivação do Espírito. Ela deve portanto ser superada, e o escravo corresponde ao polo ativo da relação. É o escravo que transforma o mundo pelo seu trabalho, ele é a mediação entre o senhor e o mundo, o que lhe confere uma posição de dinamismo em contraposição à ociosidade estática do senhor. O escravo é a negação libertadora, ele está do lado da superação, da história. A identificação do senhor ao colonizador e do escravo ao colonizado é certamente ideológica, mas permite aos pensadores periféricos se situarem do lado da História, e possibilita a articulação de um discurso político que se insurge contra a dominação colonialista. Ao tratarem a situação colonial em termos de alienação, imediatamente eles podem conceber a sua contrapartida, o processo de desalienação do mundo colonizado, se, como dizem alguns isebianos, o Ser do homem colonizado está alienado no Ser do Outro, é necessário dar início ao movimento que restitua ao colonizado a sua ‘essência’. Isto só pode ocorrer se o discurso extravasar do terreno filosófico para o domínio político”³³.

³¹ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 60-61).

³² Hegel, G.W.F. *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Lisboa: Edições 70.

³³ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 58-59).





O que chama a atenção nos escritos de Fanon e do ISEB é que ambos se estruturam a partir dos mesmos conceitos fundamentais: o de alienação e o de situação colonial. As fontes originárias são também, nos dois casos, idênticas: Hegel, o jovem Marx, Sartre e Balandier. A categoria de alienação, de origem hegeliana, se reveste nos textos de uma acentuada interpretação francesa do idealismo alemão. É que a obra de Hegel, traduzida e comentada por Hyppolite e Kojève nos anos 40, difunde pouco a pouco uma compreensão do sistema hegeliano calcada na problemática da alienação. A dialética do senhor e do escravo torna-se assim clássica nas discussões sobre a dominação social, econômica e cultural. Paralelamente, é nesse período que é traduzido para o francês *Manuscritos de 44*, onde Marx retoma o pensamento hegeliano sobre a alienação para aplicá-lo à compreensão da luta de classes. Sua análise profundamente humanista irá reforçar a interpretação de Hegel proposta pelos exegetas franceses. Cabe lembrar que a questão do humanismo torna-se o eixo central das discussões que se realizam no final dos anos 40 junto à comunidade intelectual francesa. O celebre livro de Sartre *L'Existentialisme est un Humanisme* é somente um dos escritos que enfatizam a dimensão humana da libertação, e mostra que o debate entre marxismo e existencialismo se realiza sobre o signo do humanismo. O debate terá influências diretas em Fanon, que *não hesitará em pensar a libertação nacional em termos de humanização universal do próprio homem*. As repercussões são também nítidas nos pensadores do ISEB, e Alvaro Vieira Pinto não deixa de considerar o problema em seu livro *Consciência e Realidade Nacional*.³⁴

Existe, para além dessa identidade, que Ortiz leu nos textos isebianos e reconheceu como ideológica, entre o movimento hegeliano da superação dialética produtora de história e a realidade carente, calcada numa espécie de “sociologia da falta”, da situação de subdesenvolvimento nacional, um outro aspecto de identidade que nada tem a ver com o mergulho desses pensadores na estrutura de um pensamento que conduz ao legado da história. Trata-se da própria identidade promovida internamente pelo próprio sistema hegeliano, que desemboca, na síntese última das oposições históricas, no Estado.

Assim, seguindo a lógica desse sistema, seria próprio do seu desenrolar-se a revelação do “Espírito universal”, enquanto realização de um espírito nacional - permitindo-me fazer essa digressão. Fanon, segundo Ortiz, assim como os teóricos do ISEB, dá um conteúdo a essa dialética de acordo com a situação em que vive, buscando soluções para a problemática da história que parecia não se resolver “espontaneamente” ou de acordo com a lógica, como propunha uma leitura mais dogmática dos textos hegelianos. É dessa forma que eles promovem uma história e imprimem uma lógica da necessidade como necessidade da lógica. É com esse teor que o nacionalismo promovido pelo ISEB se constitui como uma categoria determinada, que se nega a medida que se demonstra e se expõe, quando se revela o contrário de si, fada ao seu próprio fim no e pelo Estado, a um fim que se revela não mais no nacional, mas no universal.

A história, tomada como sistema transcendental, deve conter, para os pensadores e promotores do discurso liberalizante da “revolução burguesa a qualquer custo”, todos os seus passos, como os de uma tarefa a ser cumprida, sem poder “pular etapas”. Essa concepção ganha força e é levada até as últimas consequências no que se refere ao

³⁴ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 50-51). Grifo nosso.

entusiasmo e ao vigor com que se mobilizavam os argumentos no sentido de evidenciar (e promover) a necessidade de um caminho único que se impunha na universalidade a todas as nações que se pretendiam históricas. Guerreiro Ramos, esse teórico do ISEB que nos deixou um dos registros mais significativos a esse respeito, revelando esse esforço, escreve que:

De José Bonifácio até os nossos dias, as elites brasileiras, com exceção de certas figuras isoladas, têm atuado conforme o esquema exemplarista. Toda a atuação de nossas elites tem sido marcada por um desencontro entre suas ideias e os fatos brasileiros. A uma visão profunda, sociológica, de nossa formação, verifica-se que elas se têm conduzido de modo mais ou menos cego quanto ao seu papel de orientar os fatos do meio nacional. Um pouco a despeito delas, está formando-se o capitalismo brasileiro e desenvolvendo-se uma cultura popular, um e outra destinados a constituírem o lastro de uma individualidade histórica autônoma.³⁵

Nada impede, no entanto, que esse processo seja acelerado e que se passem “cinquenta anos em cinco”, mas é importante que todos os passos para a libertação sejam realizados. Para Otília Arantes, “em país de economia dependente e capitalismo periférico, o moderno é uma obsessão nacional, entendido via de regra como esforço de atualização, sendo o metro a evolução das sociedades centrais”³⁶. Essa obsessão pela superação do atraso encontra um forte aliado nas representações criadas pela consciência do subdesenvolvimento, para a qual o desenvolvimento nacional, nos termos em que se refere Otília Arantes, passa a ser a guia do caminho histórico e, como projeto de modernização, a redenção do espírito nacional. Ecoa desse período também o clamor por uma dirigência nacional competente e de punho forte o bastante para por em andamento um tal projeto. Aliás, liga-se ao sucesso dessa constante atualização e da aceleração desse processo o sentido mesmo da “competência”, no ato da “administração” pública, já que o programa político se remete sempre, no caso dos países periféricos, ao esforço de atualização, ao desenvolvimento e à produção da modernidade, como índices norteadores genéricos: assim, por essa via também, o programa do Estado já está definido de antemão³⁷. Assim, “a ideologia nacional-desenvolvimentista de JK representou uma formulação voltada para o arranque industrial do País, para a aceleração da acumulação com ênfase na ‘manutenção da ordem’, ou do sistema capitalista. Por esse motivo, são bastante adequadas as conclusões de uma autora a esse respeito: ‘(...) JK é muito mais um administrador que um estadista’”³⁸.

A idéia de neutralidade, que sustenta os baluartes do discurso que opera essa passagem e que luta para realizar o Estado como representante da ordem e das relações transparentes como modelo do funcionamento de uma sociedade civil plenamente desenvolvida, alimenta o desaparecimento das lutas e conflitos que se refletem no seio do Estado, enquanto a estrutura que concentra e captura a dimensão política da vida, para projetar em seu lugar o advento de uma universalidade abstrata, que aguarda ou tenta

³⁵ Ramos, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes. 1957. (pp. 87).

³⁶ Arantes, Otília. *Urbanismo em Fim de Linha*. São Paulo. EDUSP. 1998.

³⁷ Na medida em que, em virtude da conjuntura internacional, os países subdesenvolvidos só poderão vencer o seu atraso acelerando a sua transformação(...), são obrigados a adotar medidas observadas em países plenamente desenvolvidos. Ramos, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes. 1957. (pp. 88).

³⁸ Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 131).





produzir a sua concretização, a partir da substituição da política pela administração. É nesse momento que a produção de uma identidade nacional, aquela que identifica o explorador ao explorado em torno da questão do desenvolvimento nacional e de uma história universal, se insere como formulação imprescindível à constituição de uma hegemonia. Esse discurso é promotor da idéia de uma identidade no movimento. Quando diz reconhecer, no fundo, na essência e no que se revela no interior desse movimento, a produção de uma universalidade identitária, em que todos se alimentam e se projetam em direção a uma configuração mais elevada, aceita a tese de que só “aparentemente” a realidade e a história se manifestam em conflitos. Não que essa aparência não constitua a realidade, muito pelo contrário: ela é tão real, para esse discurso, que serve como o motor, restitui a contradição a partir do polo negativo, que move a história no sentido de seu fim, da finalidade que se consome na identidade universal, tomada como a natureza e verdade últimas das coisas no mundo. É assim também que ela produz o sentido de justiça que dá legitimidade ao grande projeto do Estado. Administrar, nesses termos, se liga a um momento da história do Estado em que as contradições já tenham sido superadas, em que as lutas entre classes e interesses divergentes nas quais se apoiam a política já tenham esgotado seu repertório diante da identidade universal estabelecida, em que já não haja mais o motivo pelo qual elas se manifestariam, uma vez já produzido também o grande feito do movimento de uma dialética identitária: a própria identidade. Essa tecnicidade do Estado se produz a partir do discurso que propaga a vigência de um período, preparado pela história, para a administração do “bem estar supremo” de uma condição pós-histórica, em que já não haja os conflitos que moveram o mundo até ali. O dever e a condição do Estado, nesses termos, recaem sobre a reprodução: o argumento que alimenta a produção de uma hegemonia. Administrar, para esse Estado, corresponde à manutenção da ordem, coisa que, para uma sociedade real, não a que figura nos altos da ideologia estatista, em que os conflitos e disparidades, como em qualquer outra, não acabaram, representa um alto teor de violência carregado no fluxo do discurso que se produz pela universalidade dos conceitos de justiça, igualdade e liberdade. A administração, jargão e prática do empresariado, entra no seio da estrutura de Estado como subsídio para a reprodução de suas formas, como a manifestação de um conteúdo que lhe é próprio e versa sobre sua própria condição. A ideologia de implantação do Estado - de um Estado nacional - carrega em si mesma os conteúdos da realização dessa hegemonia que lhe é própria e se manifesta nessas condições, como superação da política no bojo da superação de outros tantos conteúdos históricos³⁹.

A universalidade (ou a pretensão a ela) a qual se ligam esses discursos e na qual se apoiam essas práticas tem a ver, ao mesmo tempo, com a vocação do Estado de produzir um paradigma de orientação para a história que se encaminha no sentido de adotar aquelas formas, produzidas por esse mesmo Estado, como as manifestações mais fiéis de toda a vida ordenada na razão, nesse meio racional em que tudo é “em si e para si”, e, também, com o

³⁹ O discurso empresarial opõe política à administração. A primeira é vista como “populismo”, como prática irracional e nociva aos verdadeiros anseios da Nação, porque ligada a interesses particulares e mesquinhos. A segunda é tida como gerência racional da coisa pública, como planejamento, como prática descompromissada com interesses particulares e livre de injunções e conveniências. Assim, a Nação deveria ser dirigida por um administrador, visto como técnico competente, e não por um político tradicional, que estaria ligado a interesses partidários, corrupção e preocupações demagógicas. Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 129).

progresso, que é próprio do caminho da razão, que, ao ser percorrido, se descobre racional e se empenha por esse fazer-se racional na ciência, na pureza das técnicas e na universalidade dos conceitos. Essas provações e momentos do autorreconhecimento da razão, de uma razão que conhece a si mesma a medida em que produz a si própria no curso que revelará o mundo a sua imagem, que se pretende e é somente se for absoluta, encontra correspondência nos discursos e práticas do período da implantação de Brasília. O nacional-desenvolvimentismo representou, no discurso, a retomada da história pela razão, ou, de outra forma, simplesmente o engate nessa locomotiva que move o mundo. Os nossos teóricos se ocuparam de adequar a megaestrutura dos sistemas filosóficos a um discurso que se encaixava à realidade brasileira, mesclando um pouco das conquistas históricas e filosóficas à carente realidade nacional. O discurso do subdesenvolvimento serviu, aqui, antes de tudo, ao fortalecimento dessa postura, e os investimentos no desenvolvimento técnico e científico foram tomados como a salvação dessa condição primeira que caracterizava a nação.

Nessas condições, com a implantação de Brasília sendo encarada como protótipo do planejamento científico - tanto a nível de síntese do Plano de Metas e do nacional-desenvolvimentismo quanto pelo “caráter revolucionário” de seu plano urbanístico e da arquitetura de seus edifícios -, e sendo o planejamento, feito nos moldes técnicos e científicos adequados, tido como progressista por definição (afinal, a “verdadeira ciência” seria sempre “revolucionária”, isto é, condizente com o “sentido da história”), é fácil de compreender porque qualquer crítica a esse ato era tida como “obscurantista” e “reacionária”.⁴⁰

Assim, Brasília é a síntese da necessidade de desenvolvimento e da opção em favor da história, pelo caminho do planejamento técnico e científico. Assim sendo, o nacionalismo deveria representar essa vontade de desenvolvimento. Com a “identidade da nação” forjada, nesse momento, a partir da retomada de uma certa sociologia da falta⁴¹, com respaldo na

⁴⁰ Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 136).

⁴¹ Nesse momento, os nossos teóricos parecem estar ligados mais a uma matriz de pensamento que se identifica com a dificuldade de um pensamento positivo a respeito das instituições brasileiras do que com uma iniciativa promovida pela produção de Gilberto Freyre, que responde à literatura anterior, caracterizada por essa tal “sociologia da falta”, com a centralidade assumida dos “fatores de sociabilidade do brasileiro”, como categorias de referência para o pensamento. Gilberto Freyre, em função disso, reforça e cunha o termo civilização brasileira em oposição a idéia de nação. É assim que Gilberto Freyre constitui um pensamento positivo a respeito das instituições brasileiras. É, talvez, por isso que os teóricos do ISEB tenham, nesse salto sobre a produção de Gilberto Freyre, se apegado mais as categorias de um pensamento formativo anterior ao próprio Freyre, fundamentados na necessidade de formação das, então, incipientes instituições nacionais, com todo o peso que isso representaria para a realização do grande projeto do Estado, e colocando com mais força a história ao seu favor. Para Guerreiro Ramos, em contraposição à Gilberto Freyre e à tese da miscigenação como fonte da criatividade formativa, o que ele deseja “assinalar é o seguinte: o colonizador no Brasil não encontrou povo, como encontrou no México, no Peru, na Índia. Encontrou um ‘material etnográfico’, uma ‘espécie de matéria inorgânica’ de que dispôs segundo seus propósitos. Operou em espaço historicamente vazio, que passou a ser ocupado por portugueses e africanos, os contingentes fundamentais formativos de nossa população, uns e outros alienígenas. Esse conjunto de alienígenas não constituía um povo no Brasil, e aos seus descendentes faltaram durante muito tempo condições para se tornar povo. Em 1822, quando o Brasil se declara independente de Portugal, o povo brasileiro era menos uma efetiva realidade histórica do que uma ficção cômoda. O povo brasileiro é ainda hoje uma entidade histórica *in statu nascendi*. A não ser a língua, todas as condições decisivas, propiciadoras da maturidade do nosso povo, surgiram depois de 1822, entre elas: o sistema de transporte e comunicações extensivo ao território brasileiro, e um mercado nacional.” (Ramos, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes. 1957. pp. 86).



própria ideia de subdesenvolvimento - em que o que falta é o próprio desenvolvimento em seu aspecto mais amplo no rumo da modernização -, a única saída proposta só poderia ser, então, o crescimento econômico e o desenvolvimento nacional.

E foi no momento da “redemocratização” que os nossos intelectuais do ISEB, recebendo fortes incentivos através de financiamentos de pesquisas e na promoção de eventos científicos e de divulgação, aceitaram as teses sistêmicas a respeito da história e que continham um alto teor teleológico. Isso deu margem a um entendimento sobre a história que é propício à imposição de uma revolução burguesa nacional e favorece uma estrutura pleiteada pela organização do Estado no Brasil⁴². Essa concepção reflete a estratégia de um discurso promovido por uma espécie de militância hegeliana quase tão entusiasmada, ardilosa e veemente do que a denunciada por Marx n’A *ideologia alemã* a respeito dos jovens hegelianos⁴³. Isso porque toda a carga discursiva ao lado do programa de realização da hegemonia do Estado não permaneceu na condição volátil do discurso. Ela se realizou como o próprio programa, encarnada como a retórica da implantação dessa hegemonia, dando-lhe mais força e o impulso necessário de realização. Assim, ela realizou o movimento que tomou para si como modelo. A “ficção jurídico-institucional” em que se constituía o Brasil de então, era como a meta racional que um povo coloca a si mesmo no intento de realizá-la concretamente, atribuindo-lhe conteúdo através das ações e configurações concretas produzidas por uma história de formação. No entanto, para além dessa intelectualidade, esse era o projeto de poucos; mais especificamente de uma burguesia nacional que havia cooptado alguns teóricos e grande parte dos estadistas.

A identidade entre a produção do discurso brasileiro que se veiculou nesse período e a filosofia hegeliana nos serve de um anteparo para perscrutarmos o vínculo entre esse esforço de modernização nacional e a adoção, como parâmetro, de uma filosofia da história que se finaliza na constituição integral do Estado e, já sabemos, em sua hegemonia. A filosofia hegeliana entende o movimento da história animado pela tensão que se promove entre a produção do discurso, como “ficções jurídico-institucionais” ou mesmo como uma “ficção cômoda”⁴⁴ que se adota logo de saída, e o esforço de realização que se exerce e se mobiliza no corpo das ações que se encadeiam no sentido da tomada dessas abstrações pela concretude que a história, até o apogeu do Estado na sociedade civil, os dará como conteúdo. Senão vejamos também a impressionante coincidência entre a constante ideia a respeito do nascimento de um novo tempo, do resplandecer da hora em que a nação vingará na figura da alvorada, que só pode advir da morte de uma condição anterior e determinada, figurada pelo crepúsculo, uma figura recorrente na *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, para

⁴² Para Guerreiro Ramos (1957), “até recentemente, como já observara Alberto Torres, a nação brasileira era uma ficção jurídico-institucional. Alberto Torres havia percebido corretamente que, em nosso país, a nação era algo artificial, imposta de cima para baixo, que não correspondia a suportes consuetudinários. Mas não compreendeu porque isto acontecia. Não viu que a nação não se dá independentemente da existência de um mercado interno, de um sistema de transporte e comunicações suscetível de interligar todos os recantos do território. Não viu, em resumo, que a nação brasileira só poderia verificar-se, em toda sua plenitude, com o surgimento de um capitalismo brasileiro. Alberto Torres não percebeu o condicionamento econômico do fenômeno nacional”. Ramos, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes. 1957. (pp. 32).

⁴³ Marx, K. & Engels, F. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: HUCITEC. 11ª Edição. 1999.

⁴⁴ Ver: Ramos, Guerreiro. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes. 1957. (pp. 32 e 86). Citado em texto e nota.

simbolizar a própria morte que originará o surgimento de uma nova configuração do espírito, as passagens do estado da consciência e de uma condição mais elevada que rumam ao absoluto, e, assim, rumam ao saber de si que é também para si partindo de uma negação.

Em determinado momento “a importância dada à temática da consciência é tal que Alvaro Vieira Pinto chega a estruturar sua *Consciência e Realidade Nacional* em dois volumes: o primeiro dedicado à consciência ingênua, alienada, o segundo à consciência crítica, desalienada, e que aceleraria o processo de desalienação nacional”⁴⁵. Evidentemente, também, não é a toa que essa estrutura de organização de *Consciência e Realidade Nacional* é muito próxima de alguns aspectos da adotada por Hegel na *Fenomenologia do Espírito*. Essa teodiceia do espírito, como se referiu Hyppolite à *Fenomenologia*, é marcada pela passagem da “consciência natural” à “consciência de si”.

Entretanto, o saber tem sua meta fixada tão necessariamente quanto a série da progressão. A meta estará ali onde o saber não necessita ir além de si mesmo, onde a si mesmo se encontra... Assim a progressão em direção a essa meta não pode ser detida, e não se satisfaz com nenhuma estação precedente. O que está restrito a uma vida natural não pode por si mesmo ir além de seu ser-aí imediato, mas é expulso-para-fora dali por um Outro: esse ser-arrancado-para-fora é sua morte. Mas a consciência é para si mesma seu conceito; por isso é imediatamente o ir-além do limitado, e - já que este limite lhe pertence - é o ir além de si mesma⁴⁶.

Os tempos modernos representam o espírito da reflexão⁴⁷: segundo Hegel, ele nasce com Descartes na possibilidade da autoconsciência (o temor do temor e, portanto, o voltar-se para si). Esse é o trajeto em que se lança o espírito na busca do que Habermas reconheceu como característica da modernidade na possibilidade da autocertificação⁴⁸. O ponto de partida de toda a consciência, da formação do espírito, em Hegel, é a própria certeza que tem das coisas, dos objetos exteriores à consciência, para só depois, na negação dessa configuração particular, referir-se explicitamente a si mesma. Para Hyppolite,

“Tal certeza de possuir imediatamente a verdade, acolhendo-a, é característica da fase que Hegel denomina a certeza sensível. O objeto, a verdade, está diante de mim; só me cabe apreendê-lo. Minha certeza é imediatamente verdade e essa verdade é desprovida de reflexão em si mesma. O correlato da consciência não está além do saber, e no entanto é estranho a todo o saber. Essa posição ingênua da consciência frente ao mundo deve desaparecer e, no entanto, enquanto a consciência é um momento do espírito, a ela se volta sem cessar. A consciência não pode permanecer nessa certeza; deve descobrir sua verdade e portanto é preciso que, em lugar de se dirigir ao objeto se dirija a si mesma; é preciso que busque a verdade de sua certeza, ou seja, que se torne consciência de si, consciência de seu próprio saber em vez de ser consciência do objeto”⁴⁹.

⁴⁵ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 55).

⁴⁶ Hegel, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes. 2000. (pp. 68)

⁴⁷ Vale ressaltar aqui o sentido de reflexão para Hegel, assim como o de especulação, que vem da idéia de *speculus* (espelho, reflexo), que não se esgota simplesmente na atividade pensante, mas evidencia o fato de uma intuição voltada para si, do reconhecimento de si no mundo, nas coisas.

⁴⁸ Habermas, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martinz Fontes. 2000.

⁴⁹ Hyppolite, J. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo: Discurso Editorial. 1999. (p. 82).



Contudo há um problema que limita a análise do discurso e produção brasileiras diante da adoção de uma filosofia da história como guia para esse desenvolvimento a partir da *Fenomenologia do Espírito* de Hegel, justamente por essa obra não se tratar, de fato, de uma elaboração sobre a história⁵⁰. Mas, perceber aqui o vínculo que existe entre o pensamento hegeliano da Fenomenologia e a discursiva que orientou em grande parte os rumos de nossa história nos dá elementos para fortalecer a hipótese de que o curso de formação do Estado nacional, figurado e integrado na construção de Brasília, se deve mais aos enunciados gerais sobre o lugar e a própria estrutura do Estado, como a síntese que conduz ao absoluto universal, do que, de fato, ao autoritarismo singular de nossa história particular. Dessa forma, resguardadas as devidas proporções e as particularidades do processo ou projeto de formação nacional (da cultura brasileira, do povo brasileiro, da arquitetura brasileira, da política brasileira, da economia brasileira entre tantas outras, insistentemente tematizadas e brasileiras), o que estava em questão no período da concepção e construção de Brasília era justamente, numa só palavra, a formação do Estado. Esse Estado que, tomado pelos preceitos universais que regem o estatuto de sua gênese e estrutura, que versa sobre a neutralidade e tecnicidade puras da burocracia estatal e que deve ser igualmente para todos e estar no centro da nação, caminha a passos largos rumo a realização de sua própria natureza, na hegemonia. A partir disso, não podemos dizer que Brasília é simplesmente fruto e obra de uma concepção de governo de índole mais centralizadora e autoritária; não é suficiente tematizar a violência e a rigidez do plano original e construído de Brasília a partir do caráter, mais ou menos, ditatorial de uma determinada configuração particular do Estado brasileiro. Brasília é obra do Estado, em todo o vigor e violência representado pelo esforço de realização de si como manifestação universal da razão hegeliana que serve a uma estratégia de classe. Foi na finalização dessa obra que, de tão grandiosa e monumental, se pôs também em questão o próprio fim da história, como a conclusão da grande obra do espírito, a qual os nossos teóricos se empenharam por conduzir ao seu próprio eixo. Foi assim que os intelectuais brasileiros do ISEB, estimulados e condicionados pela situação brasileira, por uma necessidade de inversão que se apresentou logo de saída, quando se propunha realizar a história pela dirigência

⁵⁰ Contudo, para Hyppolite, “o problema que a Fenomenologia se põe não é, portanto, o problema da história do mundo, mas o da educação do indivíduo singular que deve necessariamente se formar no saber, tomando consciência daquilo a que Hegel denomina sua substância. É uma tarefa propriamente pedagógica que não deixa de se relacionar com aquela que Rousseau já se propunha no *Emílio*. A respeito dessa obra de Rousseau, é possível escrever justamente: ‘a idéia primeira é rigorosamente científica; se o desenvolvimento do indivíduo repete sumariamente a evolução da espécie, a educação da criança deve reproduzir em linhas gerais o movimento geral da humanidade’. Mas enquanto Rousseau disso concluiu somente que a idade da sensação devia preceder a idade da reflexão, Hegel levou a sério essa imanência da história da humanidade em geral à consciência individual. ‘Visto que não somente a substância do indivíduo, mas também o espírito do mundo teve a paciência de percorrer essas formas em toda a extensão do tempo, e empreender o prodigioso labor da história universal, na qual o espírito do mundo foi encarnado, em cada forma e pelo tanto que ela o comportava, o conteúdo total de si mesmo; e visto que o espírito do mundo não podia atingir com menos labor sua consciência de si mesmo - assim também, segundo a coisa mesma, o indivíduo não pode conceber sua substância por uma via mais curta. E, no entanto, o esforço é ao mesmo tempo menor, posto que em si tudo isso já se cumpriu, o conteúdo é a realidade efetiva já aniquilada na possibilidade, ou a imediatez já forçada, a configuração já reduzida à sua abreviação, à simples determinação do pensamento’”. Hyppolite, J. *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo: Discurso Editorial. 1999. (p. 56).



centralizada e forte do Estado, o que em parte dá subsídios para pensarmos essa configuração “particular” do Estado autoritário no Brasil, operaram uma outra inversão para realizar o mesmo e único projeto de uma *filosofia da história universal*.

Para Koselleck, a maçonaria, o berço da filosofia da história que nasce de uma matriz de pensamento burguês, fez de seu misterioso segredo o fato de, secretamente, agirem politicamente pela liberdade e contra o Estado, absolutista nesse momento⁵¹. Assim, essa foi a forma de se utilizar da moral para fazer política, aqui, uma política moral embasada no “direito natural”, em que o fim deveria ser com a própria moral ocupando o lugar da política. Essa necessidade de fazer política, sem poder fazê-la diretamente, dado o rigor das leis absolutistas e que são, portanto, deste modo, do ponto de vista da burguesia nascente, arbitrarias e “irracionalis”, e revelavam somente as vontades de um único homem (o soberano), levou à produção de uma filosofia da história, desenvolvida no campo da moral, o campo livre para os burgueses revolucionários, como o argumento mais forte que priorizava a razão, uma razão universal pela defesa dos interesses burgueses diante da arbitrariedade do soberano. A filosofia da história, em seu nascimento, é o resultado da vontade política burguesa e o objetivo que suplantaria a própria política, se pondo no lugar dela como forma de se fazer política - e assim o fazem até hoje imputando-lhe em seu lugar o “planejamento” e as técnicas de “administração”.

Para os teóricos brasileiros do ISEB, a filosofia da história foi o berço e o nascedouro da vontade política que estava representada nas ideias tão disseminadas desse grupo. É a filosofia da história o fermento ideológico que impulsiona a manifestação política desses teóricos brasileiros obcecados pelo desenvolvimento e pela razão. Socialmente, isso representou o esforço de entrada nacional no conjunto das nações que levavam consigo o estandarte da história; e essa inversão, que é própria do moderno na periferia do capitalismo, era a manifestação de mais um dos conteúdos, talvez o mais importante e o que dava forma as demais manifestações, ainda disformes, que entravam *por cima*, repletos de um significado de coação. Mas logicamente, esse é o ponto que indica a realização de um mundo, como Lefebvre apontou, hegeliano⁵². O que está em questão, nesse aspecto, é a realização da filosofia da história universal, como a vontade política de pôr fim à própria política, reduzida ao gesto técnico da administração. “Para eles, ecoando o que há do idealismo filosófico alemão em Manheim, o domínio da razão filosófica deveria facultar o seu acesso à política, elevando-os à situação de intelectuais de Estado, lugar da ação racional que lhes permitiria traduzir a sua ciência em ato”⁵³. Esse retorno à filosofia da história e à razão universal deveria ser motivado pela concretude que o projeto assumiria, com a filosofia não mais como argumento, mas como mundo e realidade, no Estado. Assim se completaria o grande projeto de mundo da razão, desde o nascimento da moral que o conduziria.

Tamanha era a fixação desses teóricos brasileiros aos postulados gerais dessa filosofia que eles se mantiveram e se fizeram reféns das estratégias finalistas que carregavam o nome de história. Eles não tinham uma utopia, mas um programa; um programa que se definia de acordo com um interesse de classe específico na categoria do presente que se quer eternizar.

⁵¹ Koselleck, R. *Crítica e Crise*. Rio de Janeiro: EDUERJ/Contraponto. 1999.

⁵² Lefebvre, Henri. *O Fim da História*. Lisboa. Publicações Dom Quixote. 1971.

⁵³ Vianna, Luiz Werneck. *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ. 1996. (pp. 195).





“A utopia, como diz Bloch, transcende o real e o apreende como ponto futuro, de uma certa forma ela é sempre um ‘projeto’ (...) inacabado. O programa nos remete para o presente, para a ideologia. Não é por acaso que os isebianos se autodefinem como ideólogos, eles estão presos à realidade histórica brasileira e só podem elaborar uma ideologia que seja conforme à hegemonia da classe dirigente que quer modernizar o país. Roberto Campos, em um pequeno artigo sobre a cultura brasileira, bem anterior ao texto de Alvaro Vieira Pinto, já dizia que para o Brasil a opção fundamental era a ‘opção pelo desenvolvimento’. O que significa planificação, eficácia, racionalização, formação tecnológica, maximização do ritmo de crescimento. A função dos intelectuais seria de diagnosticar os problemas da nação e apresentar um programa a ser desenvolvido. Não há utopia, a realização do Ser nacional era uma questão de tempo, cabia à burguesia progressista comandar esse processo”⁵⁴.

Vesentini capta o sentido mais geral de fazer política nessa vontade de finalização e acabamento da modernidade: a política transformada em técnica de administração do Estado e todas as demais implicações dessa racionalidade gestora para a própria manutenção dessa estrutura. O que ele não reconhece é que, de fato, há no seio dessa estrutura uma tendência, e até uma vocação, à constituição de sua própria hegemonia, que se trata de um Estado que é capaz de versar somente sobre si mesmo: um pleonasma social, como pontuou Lefebvre⁵⁵, ou a própria metalinguagem do Estado. A política transformada em técnica de administração aponta para a hegemonia de um poder que, não se identificando apenas com um governo determinado ou com a ascensão de uma elite ou casta datadas, reflete a supremacia do Estado, ele mesmo, e de uma classe que se forma em seu interior.

A busca que existe n’*A Capital da Geopolítica* pelos elementos de continuidade entre os regimes ditatoriais anteriores à 46 e posteriores à 64 ilumina o conteúdo dessa discursiva em seus mais altos teores de centralização, autoritarismo e violência, mas ofusca o fato de que tudo isso se remete à realização do programa de implantação não simplesmente do Estado, mas de sua hegemonia, o que, em princípio tiraria a centralidade desses regimes, suplantados, por esse motivo, pela força de realização de uma racionalidade. Por isso, para Vesentini, “a natureza autoritária desses argumentos que justificaram a interiorização da Capital Federal nos parece por demais evidente. Mesmo tendo sido engendrados num período em que, bem ou mal, houve a vigência de determinadas liberdades democráticas, eles de fato apontam para a emergência de um Estado autoritário, fortemente centralizado e distante dos reclamos populares, para um Estado planejador, que concentre recurso em escala gigantesca, que acelere a industrialização, que corrija os ‘desequilíbrios regionais’, que direcione a fixação ‘correta’ da população no território etc”. Mas entende “tudo isso a partir de uma racionalidade técnica administrativa. Brasília como nova Capital Federal simbolizou, nesses argumentos, o fim da política e da história como luta de classes, com a inauguração do planejamento do social e da história como operacionalização de planos racionais gerados no seio do Estado”⁵⁶. Para Hegel, “o movimento, que se apresentava antes como autodestruir-se de conceitos contraditórios, tem pois aqui a forma objetiva e é movimento

⁵⁴ Ortiz, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985. (pp. 65).

⁵⁵ Lefebvre, Henri. *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo. Ática.

⁵⁶ Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 137).

da força; como seu resultado, se produzirá o Universal incondicionado como [algo] não-objetivo, ou como interior das coisas”⁵⁷.

Brasília nasce e cresce sob o impulso da forte tendência e vontade de homogeneização, em toda a intenção que mobilizou sua concepção e construção. “Trata-se de fazer da cidade uma ‘máquina de morar’ nos moldes da indústria moderna. Os espaços são concebidos em termos de funções, evitando-se promiscuidades e outras racionalidades que difiram da lógica produtivista. Ou seja, organiza-se territorialmente a cidade à imagem de uma linha de montagem fabril, visando fundamentalmente a sua ‘produtividade’ ou funcionalidade”⁵⁸.

⁵⁷ Hegel, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes. 2000. (p. 98).

⁵⁸ Vesentini, J.W. *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986. (pp. 154).

Capítulo 3

Uma filosofia da história no programa de normalização da Arquitetura Moderna Brasileira e seu vínculo interno com as aspirações formativas do Estado Nacional

No caso específico da “arquitetura moderna brasileira”, ela também se aventurou pelos caminhos da “formação”, com a vantagem de já ter pego o debate iniciado. “Já bem antes dessa data, a revolução literária ‘modernista’, nascida em Paris, surgira no Brasil”¹. Isso trouxe suas consequências ao projeto de constituição (formação) da arquitetura moderna brasileira. Na cota dessas consequências: o campo aberto às ações e proposições dessa nova tendência construtiva e o patrocínio de um Estado, já engajado no projeto de uma Nação Moderna. “Ao chegar como que ‘post festum’ à vidrada modernista, a energia utópica dos primeiros tempos de demolição e sarcasmo já se arrefecera, e com ele a fantasia de uma ordem social alternativa à qual a nova técnica construtiva deveria em princípio pertencer”. Dessa forma, salientou-se “o benefício do referido desrrecalque, ocorrido nos anos 20, porém já rotinizado; assim como a substituição do mito modernista do país não-oficial pelo mito da Nação Moderna, mas sob o patrocínio do Estado”².

Por que razão, então, o Estado brasileiro se envolve no projeto de formação levado a cabo pela crítica e produção arquitetônica nacionais desse período? Ou, melhor ainda, por que motivos e que caminhos nos conduzem à compreensão de que a arquitetura moderna brasileira serviu ao projeto do Estado na constituição de uma nação e de sua própria hegemonia?

Segundo Mário Pedrosa, é difícil, assim como o exposto anteriormente, conceber a inspiração desses jovens, na luta obstinada pela rotinização de uma arquitetura moderna e genuinamente nacional, como fruto de uma identidade imediata ou subserviência utilitária aos propósitos de um governo particular ou às ideias que se coadunam com um período reconhecidamente ditatorial do Estado brasileiro³. Dessa forma, um vínculo entre a Moderna Arquitetura Brasileira e as formas, o espaço, que o Estado ditatorial no Brasil carecia, estava dado, sem, contudo, que essa arquitetura ou seus arquitetos abrissem mão dos princípios mais fundamentais a que estavam ligados ou renunciassem ao seu “estilo” em nome de um determinado “programa de governo”. O que resta saber é justamente sobre que base se criou essa tendência confluyente de projetos aparentemente distintos. Esse debate se

¹ Pedrosa, Mário. “A Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 98).

² Arantes, Otília. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 07).

³ A rapidez com que se desenvolveu a nova arquitetura nos anos febris que precederam a última guerra não deu tempo a um crescimento mais natural. A ditadura é a liberdade total do Estado e a opressão quase total dos cidadãos. A do Brasil, sem constituir exceção à regra, concebeu leis em cima de cada dia, cuidando acima de tudo de sua propaganda, e buscou em sua tendência totalitária a atrair a si os jovens arquitetos cujas ideias e concepções eram, entretanto, de inspiração completamente oposta. Esses últimos trabalharam, com efeito, para a ditadura, sem, contudo, renunciar a suas ideias. Pedrosa, Mário. “A Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 100).

estendeu. Ora apareciam indagações a respeito do caráter puramente contingencial no que se refere ao vínculo das ideias acerca da nova arquitetura com o poder de realização e de impulso inicial conferido ao Estado, ora se tratava logo de estabelecer uma identidade entre os projetos da arquitetura nascente e a ditadura nacional como fundamento da crítica de uma arquitetura que se comprazia com os elementos e tendências de uma manifestação despótica de poder e de controle.

Dessa forma o reconhecimento de um comércio inicial com a ditadura não é suficiente para vinculá-la imediatamente às aspirações particularmente encontradas nos governos de tendência ditatorial aberta. O próprio Mário Pedrosa assumiu também uma postura complacente com as ideias que defendiam, num certo momento, o lado de um vínculo mais direto do nascimento dessa arquitetura no Brasil com as ditaduras, sem, no entanto, reduzir suas realizações a um conjunto gestado exclusivamente sob o interesse de governos particularmente despóticos⁴. A confusão, no entanto, que encontra respaldo nesse último aspecto e nessas manifestações pontuais (por mais que tenham sido muitos os exemplos) provém de um imbróglio que é causado pela crítica ao Estado que, frequentemente, se confunde com a crítica partidária aos governos e modelos de Estado, sem, efetivamente, incidir sobre a própria estrutura estatista enquanto tal, já que a arquitetura, da forma em que era tomada no cenário de formação do debate crítico nacional e, assim também, da forma em que se manifestava diante desse vínculo, estabelece, de fato, uma relação com o Estado, mas nem sempre foi possível verificar o seu vínculo com as ditaduras. A natureza dessa relação da moderna arquitetura brasileira com as ditaduras se estabelece a partir de uma identidade entre as formas e a matriz de pensamento que divide com o Estado. Evidentemente, o Estado não se realiza como essa entidade metafísica, mas não pode ser, por outro lado, reduzido às suas manifestações particulares. A ditadura revela conteúdos propriamente estatistas, mas quando é referida como uma manifestação particular do Estado (num determinado período ou numa determinada nacionalidade) ela perde a capacidade autoexplicativa do Estado e se reduz a um momento deste. A necessidade de se formar uma crítica de arquitetura no Brasil, muitas vezes, encontrou a sua porta de entrada do lado mais fácil, pela crítica à associação de alguns empreendimentos aos governos de postura ditatorial - e aí permaneceu. Na falta de uma perspectiva crítica em relação ao Estado, à própria configuração do Estado Moderno, toda perspectiva de crítica aparece na forma de associação ao governo, isso limita a própria ação e validade da crítica. Contudo, no que resta de sólido, essa confusão ainda capta e revela o elo entre a moderna arquitetura nacional e o Estado.

⁴ “O ‘milagre’ do Ministério da Educação não pode ser realizado a não ser em razão de sua ‘grandiosidade’ e de seu programa impositivo. Sem o gosto do grande conforto, da fruição, do poderio e da riqueza de um governador de Estado de poderes ilimitados, Pampulha, o primeiro grande conjunto de Oscar Niemeyer, não teria sido encomendado, tampouco realizado. Uma parte do lado faustoso da nova arquitetura vem, sem dúvida, de seu comércio inicial com a ditadura. Certos aspectos de gratuidade experimental das construções da Pampulha procedem do programa de capricho e de luxo do pequeno ditador local”. Pedrosa, Mário. “A Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 101).

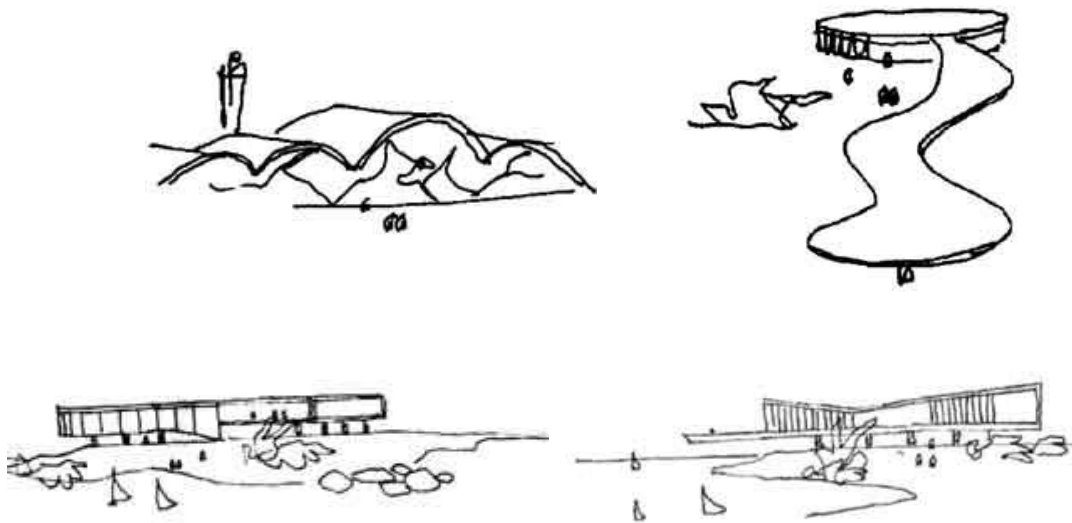


Fig. 1 - Conjunto da Pampulha. Oscar Niemeyer. Belo Horizonte -1940.

A proximidade histórica dos indigestos acontecimentos que preencheram a vida política, econômica e social do Brasil, nesses meados do século XX, realmente era um fator incisivo na elaboração crítica que rodeava o Estado, já que, diante da ditadura escancarada que tivemos a oportunidade de conhecer, qualquer outra forma de governo pareceria mais próxima dos reclames ditos “sociais”. Mario Pedrosa, na década de 50, se refere, evidentemente, ao contexto anterior ao golpe de 64, mas antecipa o esquema mental de quem viveria a mais dura manifestação escancarada do poder de subordinação do Estado. Ele se referia à ditadura anterior à 46, e é por isso que, para ele, “as verdadeiras preocupações sociais só apareceriam bem mais tarde, depois da guerra, quando um pouco por toda a parte a restauração da democracia se impusera. É evidente, portanto, que”, para ele, “a Pampulha não podia ser senão um fruto da ditadura, ao passo que Pedregulho é a obra de uma época já democrática”⁵. Assim, os mesmos princípios arquitetônicos e urbanísticos que incidem na produção do espaço, em seu vínculo com o Estado, estavam fadados a aparecer sob a determinação simples e externa de duas categorias diferentes que não revelam esse vínculo: uma ligada à ditadura e a outra não. É como se, acabados os anos de ditadura, toda a estrutura criada, os princípios e as técnicas, que servia aos propósitos dessa manifestação particular de um governo de Estado se reencontrasse com uma natureza outra que a livrasse dos pecados cometidos no passado sem que tivesse, de mesma forma, de alterar suas condutas. Fato que se põe como completamente arbitrário se tomamos uma crítica efetivamente radical voltada ao Estado, em sua tendência de constituição hegemônica, como ponto de partida.

⁵ Pedrosa, Mário. “A Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 101).

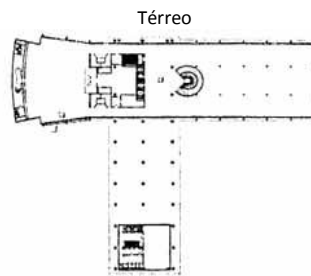


Fig. 2 - Conjunto Residencial Pedregulho. Affonso Eduardo Reidy. Rio de Janeiro, 1955.

Não é preciso reconhecer aqui, novamente, que a dita “redemocradização” do período entre 46 e 64 não se tratou de um processo que resultou em amplas conquistas populares e que também reconheço o esforço, muito salutar, dos pensadores que trataram assim desse tema, demonstrando a continuidade, mascarada, do período ditatorial. Isso serviria a uma crítica à “classificação” de Mário Pedrosa, mas, no entanto, não é esse o horizonte que interessa - pois, assim, desmontaríamos o esquema desse autor, mas validaríamos as análises que tomam como ponto de partida, para a crítica à rotinização da moderna arquitetura brasileira, o vínculo, irrisório diante da identidade visceral com o Estado, entre a ditadura e a arquitetura moderna no Brasil. Estenderíamos, assim, o período de vigência das ditaduras, em função da perspectiva adotada, para permanecer no mesmo registro limitado de uma crítica ao vínculo com o Estado reduzida às manifestações, de mesma forma, momentâneas dos períodos ditatoriais, ou perceberíamos mesmo que não há sequer nenhum vínculo dessa produção com o Estado, dada a arbitrariedade e eventualidade das manifestações complacentes com a ditadura, que saem ora da arquitetura ora do Estado, seguindo a sugestão dos exemplos da Pampulha e de Pedregulho. Temos de aceitar o fato de que essa compreensão corrobora, na intenção de ampliação crítica, com uma perspectiva que se volta criticamente ao Estado somente na forma de uma crítica aos governos de tendência mais centralizadora e que, para compreender o vínculo entre as manifestações desastrosas de alguns feitos com o Estado a atribuem o necessário vínculo com a ditadura - além do que, partindo do ponto de vista dessa crítica parcial, há um mascaramento das formas de ação que são próprias ao Estado como uma estrutura de pretensão a ser internamente fechada e coerente e que não reconhece, talvez, que essas manifestações revelem muito mais acerca da real participação e vocação do Estado diante da sociedade

como um todo do que um momento específico ou contingencial de manifestação dessa estrutura. Essa perspectiva, nesse caso, amplia o horizonte de ação, ao mesmo tempo em que amplia o período de vigência das ditaduras, de uma mesma crítica limitada, que, para realizar seu prospecto crítico, tem que ver na relação com o Estado os conteúdos escancaradamente ditatoriais que dão as diretrizes de implantação: não basta ver aqui os conteúdos especificamente estatistas que, ao rumar à hegemonia, orientam as ações e os projetos; assim eles passariam ilesos por essa crítica. Convoco aqui a monumental manifestação que representou Brasília como *a capital da geopolítica*.

Mas outros autores trouxeram elementos para esse debate, o que nos ajuda a compreender qual o lugar do vínculo da moderna arquitetura com as formas mais essenciais produzidas no escopo de realização de uma hegemonia do Estado. Não se pode discordar da relatividade ou até do falacioso caráter da “redemocratização”, mas, aqui, é esperado, contudo, encontrar uma relação que se dá entre a arquitetura e o Estado que vá além da subserviência aos períodos ditatoriais do Estado brasileiro, uma complacência já entre as formas mais gerais de ambos. É nesse sentido que uma consideração sobre a pretensa “liberdade” da produção das formas arquitetônicas e urbanísticas mobiliza a crítica num patamar mais radical; assim podemos verificar como as matrizes de pensamento (de um pensamento formativo) que rondam a moderna arquitetura e a pretensão de constituição hegemônica do poder de Estado se realizaram concretamente dando unidade e identidade aos projetos concebidos em ambos os campos.



1º Piso

2º Piso



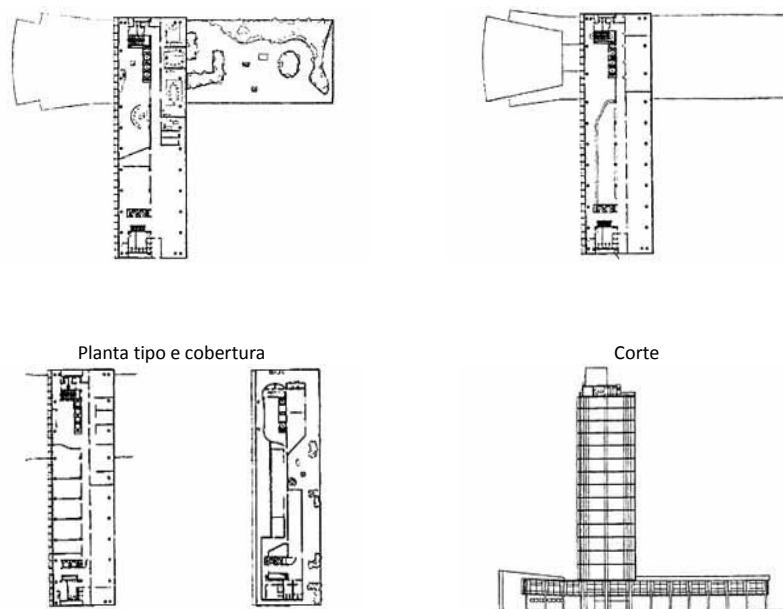


Fig. 3 - Ministério de Educação e Saúde Pública do Rio de Janeiro.

Voltando à relação da arquitetura moderna brasileira com a ditadura, à idéia que estabelece o programa de realização da nova arquitetura no Brasil a partir da subserviência aos projetos do Estado ditatorial, Eduardo Mendes Guimarães tem algo a dizer. Ele defende, com relação à moderna arquitetura brasileira, a manutenção de seus princípios mais fundamentais, que, por isso, nunca estiveram à mercê das vontades particulares de governos e chefes de Estado de períodos em que estas prevaleceram. Essa perspectiva parece mais promissora - mesmo não a adotando como a verdade do processo de formação e noramalização da arquitetura moderna brasileira - porque limpa um horizonte viciado de nossa crítica dos hábitos que enevoam a vista sobre a identidade dos projetos da arquitetura e do Estado. Segundo ele,

Na verdade, não se pode concordar, conscienciosamente, com Mário Pedrosa quando afirma um compromisso efetivo entre a primeira idade de nossa arquitetura moderna e a ditadura dominante, ou que a Pampulha tenha resultado da megalomania, do 'programa de capricho e luxo do pequeno ditador local'. O 'comércio entre a arquitetura e o governo totalitário' na realidade não existiu; apenas, a presença de um ou dois indivíduos artisticamente esclarecidos, de bom gosto e que dispunham dos meios para realizar a uma obra correspondente a essas qualidades, favoreceu o destaque de um grupo de arquitetos honestos, lutadores e capazes que, na verdade, apenas por eles mesmos e por suas obras, foram os únicos agentes da disseminação generalizada dos novos conceitos. ...A conceituação formal desse período de juventude, seguiu, invariavelmente, o profeta do purismo - Le Corbusier - sobre cujo esboço, aliás, foi desenvolvido o projeto do Ministério da Educação que, por fim, iria constituir a primeira realização de vulto do funcionalismo ou racionalismo internacional em todo o mundo⁶.

⁶ Guimarães, Eduardo Mendes. "Forma e Racionalismo na Arquitetura Contemporânea Brasileira". In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 232).

Temos que buscar aí, nessa “conceituação formal” fundamental, a identidade entre as formas da Moderna Arquitetura nacional e o Estado. Não se tratando de um mero “comércio entre a arquitetura e o governo totalitário” - e aqui adoto, somente de início, essa perspectiva -, as bases para buscar a identidade formativa fundamental de ambos os projetos, entre arquitetura e Estado, estão dadas. É na revelação dos fundamentos, contidos numa manifestação de caráter supostamente “livre”, da arquitetura que poderemos buscar os vínculos mais essenciais e de maior amplitude entre arquitetura e Estado. Só assim, dessa forma, com a arquitetura retirando sua própria razão de “si mesma”, de seu arcabouço teórico e de seus “profetas do purismo”, que poderemos enxergar a convergência entre os projetos formativos do Estado e o intuito de formação de uma Moderna Arquitetura Brasileira.

Se, então, como apresentado nesse debate e nas realizações a que se prestou a nova arquitetura, conseguimos ver, ainda sem muita nitidez, essa identidade, podemos vislumbrar que algo de anterior e mais fundamental, do que a facilidade do vínculo com a ditadura, era responsável por essa ligação tão forte entre a arquitetura e o projeto de formação do Estado nacional brasileiro. A tese que defendo aqui é de que esses projetos formativos, inclusive o da arquitetura, que veremos agora, se compraziam com a perspectiva de formação do Estado e finalização da história bem no momento de sua constituição mais poderosa: a hegemonia. Para isso, teremos de passar pelos mecanismos lógicos (temporais e espaciais) e de articulação de conteúdos que reiteram a condição de predominância desse horizonte histórico e político bem no seio da mais “pura” Moderna Arquitetura Brasileira.

3.1 - Sobre as categorias temporais e espaciais articuladas no prospecto formativo de Lucio Costa.

3.1.1 – A História e o presente eternizado de Lucio Costa.

Antes de tudo, é preciso deixar clara a relação dessa perspectiva formativa com algumas categorias, já referidas, de uma certa filosofia da história. Para essa perspectiva formativa o tempo é o campo de uma inteligibilidade que separa as manifestações contingenciais de outras, de caráter mais efetivamente necessário. Dessa forma, todo o arcabouço conceitual que é mobilizado nesse campo se faz presente em Lucio Costa. Ao mesmo tempo, aparecem aí também os aspectos de uma evolução temporal da arquitetura que respeitam a uma “natureza” do processo. Para ele a chegada à Moderna Arquitetura é obra do natural desenvolvimento das técnicas que determinam o fluxo histórico ao qual está atada essa prodigiosa manifestação.

A distinção entre transformações estilísticas de caráter *evolutivo*, embora por vezes radicais, processadas de um período a outro na arte do mesmo ciclo econômico-social - e, portanto, de superfície -, e transformações como esta, de feição nitidamente *revolucionária*, porquanto decorrentes de mudança fundamental na técnica de produção - ou seja, nos modos de fabricar, de construir, de viver -, é indispensável para a compreensão da verdadeira natureza e motivo das substanciais modificações por que vêm passando a arquitetura e, de um modo geral, a arte



contemporânea, pois, no primeiro caso, o próprio 'gosto', já cansado de repetir soluções consagradas, toma a iniciativa e guia a intenção formal no sentido da renovação do estilo, ao passo que, no segundo, é a nova técnica e a economia decorrente dela que impõe a alteração e lhes determinam o rumo - o gosto *acompanha*. Num, simples mudança de cenário; no outro, estreia de peça nova em *temporada* que se inaugura⁷.

Os elementos revolucionários, ligados à “substancialidade” dos acontecimentos, se revelam na “necessidade” que move as categorias temporais em direção ao horizonte histórico em que prefigura com magnificência a formação da Moderna Arquitetura Brasileira. Fruto de “mudanças internas” e intrínsecas ocorridas no próprio corpo da arte. É, dessa forma, uma “mudança necessária”, que revela, igualmente, uma “verdadeira natureza”, o que abre uma perspectiva para a constituição de uma filosofia da história bem no âmbito de um prospecto de formação arquitetural de uma nação. Assim, Lucio Costa lança mão de mecanismos temporais que o ajudam a classificar e povoar uma “nova época” com os elementos que estão de acordo com a natureza mesma do “processo em curso”. A figura da revolução industrial é recorrente em seus textos, e dá, mesmo, sentido ao programa de legitimação das técnicas e procedimentos que marcam a Nova Arquitetura. Ela é responsável pela legitimidade do movimento temporal que ruma no sentido da arquitetura moderna. Ela marca o tempo de uma nova expectativa em relação ao futuro e assim cadencia o tempo para desembocar numa nova manifestação arquitetônica - de acordo com as expectativas de uma nova era, fazendo abandonar o que era pertinente somente ao passado. Uma ruptura marca a época moderna, e ela se deve ao “advento da máquina”. “Assim, pois, a força viva avassaladora da idade da máquina, nos seus primórdios, é que determinava o curso novo a seguir, tornando obsoleta a experiência tradicional acumulada nas lentas e penosas etapas da Colônia e do Império, a ponto de lhes apagar, em pouco tempo, até mesmo a lembrança”⁸.

Contudo, esse prospecto de *superção* carrega consigo uma vertente de *conservação*. Ele supera o passado conservando as conquistas e os resultados que se somam aos elementos irredutíveis da arquitetura. Lucio Costa executa essa tarefa, de um exímio historiador, ou melhor, de um filósofo da história, diga-se de passagem, com o intuito formativo de uma arquitetura moderna genuinamente brasileira. Para isso recorreu às produções do Brasil Colônia no intento formativo de “tradicionalizar” o passado, atribuindo-lhe a feição de uma história bem articulada e que desemboca na Moderna Arquitetura Brasileira a partir das categorias que lhes são mais fundamentais. Mas, é também necessário, para ele, ter a devida acuidade visual para recuperar as manifestações de um “gênio artístico nativo” e para não correr o risco de se juntar a esmo os elementos dispersos de um passado sem história.

A arquitetura brasileira de agora, como então as europeias, já se distingue no conjunto geral da produção contemporânea e se identifica aos olhos do forasteiro

⁷ Costa, Lucio. “Muita Construção, Alguma Arquitetura e um Milagre”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (pp. 85).

⁸ Costa, Lucio. “Muita Construção, Alguma Arquitetura e um Milagre”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (pp. 85).



como manifestação de caráter local, e isso não somente porque renova uns tantos recursos superficiais peculiares a nossa tradição, mas fundamentalmente porque é a própria personalidade do gênio artístico nativo⁹.

Assim, o movimento - histórico e do tempo - tomado por essa substancialidade, agregada de um certo coeficiente de naturalidade, imprimem a forma de uma racionalidade ao curso dos acontecimentos e às sucessivas manifestações formais que lhe atribui concretude. O progresso - que caminha no sentido da formação -, como registro temporal do sucedido, é o carro chefe dessa orientação da visada sobre a história. Uma história que se pretende verdadeira e que se pretende história oficial da formação da moderna arquitetura brasileira. Mas, ao mesmo tempo, uma história *a posteriori*.

Há aqui um mecanismo que serve a uma estratégia de classe. A pressuposição que reina sobre o campo da constituição de uma filosofia da história é a de que certos elementos e categorias merecem algum tipo de consideração a partir de uma perspectiva *a priori*. Contudo, essa leitura somente pode constituir-se com base no presente a partir do qual se lança o olhar sobre o tempo, sobre a história ou sobre o passado. Uma leitura, portanto, que se constitui *a posteriori*, quando do fato já acontecido e daquela história, que se pretende contar, já finalizada. Assim, quando julgam, alguns teóricos da formação, estar lendo a história sob seu veio de “verdade” mais substancial, o que, de fato, estão a fazer é debruçarem-se sobre as categorias que definem o presente. Para essa filosofia, o fim para o qual converge essa história reformulada, tomada do ponto de vista desse observador cuidadoso, é o presente. Ele tenta reconhecer no passado aquilo que se revigora no presente com a intenção de atribuir-lhe um estatuto irrevogável, de naturalidade e universalidade. Há, dessa forma, do ponto de vista dessa filosofia da história, uma identidade entre o “universal”, realizado no presente, e o observador, o historiador, que ocupa seu lugar nesse presente. Esse observador e sua classe se reconhecem no instante de realização dessa universalidade das categorias que definem o seu presente. Desse modo, ao mesmo tempo, esse presente é eternizado e ganha legitimidade diante da história refeita que converge para si. É esse o ponto estratégico de uma filosofia da história de cunho teleológico que adota o instante das relações sociais estabelecidas como a condição superior que se deve eternizar, finalizando aí o movimento. Assim, quando Lucio Costa se lança no projeto de formação da arquitetura moderna brasileira, ele se confunde com o instante e a configuração mais elevada dessa manifestação. Desse modo, ele flerta com as categorias e com o movimento lógico dos quais tanto necessita o Estado para sua autoconsagração, com a legitimidade atribuída pela história ou pelo que há de imutável e verdadeiro no curso de realização dessa empreitada segundo o seu próprio ponto de vista, que desemboca em si mesmo. Para Otilia Arantes, “nada mais justo que o primeiro brasileiro a fornecer por extenso as razões da Nova Arquitetura tenha se encarregado do arremate, construindo-lhe o memorial, quem sabe o verdadeiro, afinal de contas. De qualquer modo um ciclo completou-se... pertinácia, confiança obstinada na sobrevida do Movimento Moderno, apesar de todos os pesares. Voto

⁹ Costa, Lucio. “Muita Construção, Alguma Arquitetura e um Milagre”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (pp. 95).



pedoso ou não, uma imagem de reconciliação entre caráter e destino, encaixe harmonioso entre vida nacional e escolhas pessoais”¹⁰.

Lucio Costa privilegia as categorias mais instantâneas do presente. Ele ocupa um lugar privilegiado na história do modernismo no Brasil, o que lhe permite, junto da empresa de normalização da arquitetura moderna brasileira, reler o passado histórico de nossa arquitetura com os olhos voltados à constituição e cristalização “legítimas” de seu projeto. Assim, ele pode dar “forma” e coerência às manifestações desencontradas de nossa arquitetura, com o intuito de tudo isso desembocar numa arquitetura nacional moderna bem formada (seu presente e sua figura), carregando ilusoriamente consigo a formação de uma nacionalidade que dá identidade ao projeto do Estado. É novamente a categoria do presente eternizado que dá substância a essa empreitada histórico-formativa. “Um passado, portanto, revisitado de um ponto de vista moderno já constituído, como queria Mário de Andrade”¹¹.

3.1.2 - A confluência com o Estado: o espaço.

Apesar de se tratar de uma filosofia da história, o lugar reservado para sua realização é o espaço, através do domínio desse espaço por uma lógica e razão que lhe são próprias. É somente diante das categorias espaciais, então, que esse projeto, talvez involuntário, de confluência com o Estado se revela. Já que, também, é esse o campo que interessa à realização das estratégias de dominação e, conseqüentemente, de construção da hegemonia. A ruptura com a inteligibilidade temporal da história (o fim da história - ou do projeto formativo) é o que marca o momento de realização desse conteúdo efetivamente estatista - instaurado, ou na perspectiva de instaurar-se, sob uma inteligibilidade espacial dos acontecimentos; num horizonte em que nada mais figure diante da possibilidade de mobilização e alteração contida no fluxo que marca o tempo da história: o próprio registro da eterna conformidade (identidade, síntese), “instalado no alto da formação moderna consumada” - Otilia Arantes diria a respeito de nosso arquiteto e crítico. Dessa forma, a estratégia efetiva de reprodução simultânea do poder do Estado, do moderno capitalismo industrial e do planejamento urbano e territorial, realizado por meio da aplicação das modernas técnicas do urbanismo e da arquitetura modernistas, recairia necessariamente sobre a produção do espaço. O ponto de convergência entre esses saberes (arquitetura e urbanismo) e as necessidades reprodutivas da moderna sociedade capitalista que se implantava efetivamente no Brasil, advém da produção de um espaço lógico e fluido o suficiente para o estabelecimento das novas relações de produção e intercâmbio e de um espaço livre e funcional que serve à administração burocrática e vigiada da sociedade em formação. O urbanismo modernista e a arquitetura que o acompanha derivam de um princípio comum que incide na normatização e regulação do cotidiano no novo espaço

¹⁰Arantes, Otilia. “Lucio Costa e a ‘Boa Causa’ da Arquitetura Moderna”. In: *Sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Melo e Souza e Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. (p. 118).

¹¹ “... já estavam dadas aí as premissas daquilo que, na sua, ou na nossa, arquitetura emendava (sem querer...) no mandamento modernista, em especial como o formulara Mário de Andrade: é necessário ‘tradicionalizar’ o nosso passado, quer dizer, o Brasil... Aqui um dos embriões que se poderia chamar de *efeito retroativo do processo de formação*, que procura se completar por influxo moderno necessariamente externo e por isso mesmo preponderante...” Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 07).





urbano que iniciava sua constituição no Brasil. Dessa forma, constitui-se, nesse momento, um apelo muito mais à reprodução (espacial) do que à própria produção (histórica) que orientou o caminho. É chegado o momento do fim da história e da produção do espaço, esse é o momento do presente eternizado de Lucio Costa.

Assim, também em Lucio Costa, são mobilizadas as categorias pertinentes a esse campo - um novo campo de inteligibilidade. Tomando como ponto de partida os elementos observados na análise do esquema histórico de Lucio Costa, tradição - como um elemento ligado à *conservação*, presente nesse esquema - e razão - a substância motora do progresso e da mobilidade temporal histórica, com base na *superação* - parecem encontrar sua síntese na moderna arquitetura brasileira como se se tratasse da confrontação identitária entre o particular, identificado no local, e o universal, representado na figura do mundial. Assim, “para entender o propósito de Lucio Costa ao se pôr a contar essa história de uma arquitetura que ‘deu certo’, é preciso ter em mente que na verdade retomava um velho problema da nossa crítica, ou seja, a oscilação do local e do mundial em torno de um ponto de equilíbrio buscado por integração progressiva dessa ‘dupla fidelidade’”¹².

Essa síntese espacial, entre o local e o mundial, no que diz respeito à formação da Moderna Arquitetura Brasileira, pode ser lida entre as representações de uma ordem mais distante e as manifestações de caráter localizado, revelando, de antemão, a identidade perfeita entre os termos. O espaço é o campo e o lugar da realização desse presente eternizado que não mais respeita a uma inteligibilidade de “ajuste” no tempo. A identidade entre a tradição local e a mais moderna das manifestações culturais fazia ressurgir em cena, despertar, um nacionalismo aparentemente desinteressado a respeito da glamourosa arquitetura brasileira dos novos tempos, uma manifestação nacional na vanguarda do movimento moderno. No entanto, essa arquitetura produziria no território um espaço que era, em si mesmo, a representação e a realidade da síntese proposta pelo programa de realização nacional da hegemonia universal do Estado. O caráter de fixidez e imobilidade, atribuído ao espaço (como espaço de dominação), em confluência com as aspirações de instauração hegemônica do poder de Estado, através do reinado da burocracia, recai sobre a tradição reencontrada com a razão - o legado histórico para o espaço.

O advento da máquina, como o representante do fluxo histórico mundial, e a figura do gênio, como a matriz de conservação da tradição e fortalecimento de uma espacialidade definida no local, aparecem diante da Nova Arquitetura Brasileira como os elementos fundamentais através dos quais é permitida a síntese - que aqui se estabelece entre categorias tanto temporais, como as da superação e da conservação, quanto espaciais, como as do local e do mundial. Assim, nos textos de Lucio Costa aparecem os elementos de uma afirmação do local pela via do mundial, na construção de uma identidade que atribui ao lugar os conteúdos universais do mundial, revigorando o espírito nacionalista que se constitui a partir da identidade, como sucedâneo de uma “má consciência do atraso” ou de uma “sociologia da falta”. Não é preciso ir muito longe para perceber que esses são também os elementos de afirmação de uma nacionalidade moderna que serviu tanto para a construção e reafirmação do Estado brasileiro quanto da Moderna Arquitetura Brasileira. “O Essencial é que, ao arrematar sua história de formação, a um tempo abortada e magistralmente

¹² Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 09).

concluída, Lucio Costa procurou persuadir a todos os interessados - a começar por ele mesmo - que a explicação do milagre devia ser procurada na incrível convergência da “alma nacional”, encarnada por exemplo na extraordinária unidade de caráter de nossa arquitetura antiga, com a lição dos modernos”¹³. A síntese entre as formas de uma nacionalidade bem formada e o conteúdo de uma razão universal - a forma mesma atribuída à burocracia -, da moderna consciência do tempo, completam o quadro de uma capital estratégica, urbanística e arquitetonicamente planejada: o arremate do(s) processo(s) formativo(s).

Pode-se entender, então, a partir daqui, que o caráter fortuito, de um quase “milagre”, do processo de formação da arquitetura moderna brasileira, sugerido pelo autor, em “Muita Construção, Alguma Arquitetura e um Milagre”, de 1951, não corresponde, a bem da verdade, à base fundamental disso que se trata de um projeto. Lucio Costa, com os olhos de quem escolhe o feijão, foi buscar na arquitetura colonial dos construtores incultos do passado brasileiro a base de sustentação e legitimidade dessa “nova arquitetura”. É dessa forma que se dá o processo de formação em Lucio Costa. Nesse recuo orientado e seletivo ao passado e à tradição se inicia o movimento que atribuirá legitimidade e porte verdadeiro ao grande intento da arquitetura moderna brasileira.

3.2 - A razão na arquitetura: a filosofia da história de Lucio Costa.

Lucio Costa lança mão de uma filosofia da história tão abstrata quanto o possível para justificar o seu projeto de constituição e encerramento do trajeto formativo da moderna arquitetura brasileira. Nele também se articulam as categorias essenciais do eterno e do imutável aliadas aos aspectos do transitório e do contingente, assim também como as categorias da morte e do perecimento de configurações particulares e mais limitadas do espírito para abrir caminho ao “rejuvenescimento” desse mesmo espírito que se lança num percurso de elevação na história em movimentos sucessivos. Assim ele rearticula, nos termos de um projeto formativo da arquitetura brasileira, as categorias e formas de uma filosofia da história bastante conhecida. Para Lucio Costa,

Na *evolução* da arquitetura, ou seja, nas *transformações sucessivas* por que tem passado a sociedade, os períodos de *transição* se têm feito notar pela incapacidade dos contemporâneos no julgar do vulto e alcance da *nova* realidade cuja *marcha* pretendem sistematicamente deter. A cena é, então, *invariavelmente a mesma*: gastas as energias que mantinham o equilíbrio anterior, rompida a unidade, uma fase imprecisa e mais ou menos longa sucede, até que, sob a atuação de forças convergentes, a perda coesão se restitui e novo equilíbrio se estabelece. ...O novo ritmo vai, aos poucos, marcando e acentuando a sua cadência, e o velho espírito - transfigurado - descobre na mesma natureza e nas verdades de sempre encanto imprevisito, desconhecido sabor, resultando daí formas novas de expressão¹⁴.

¹³ Arantes, Otilia. “Lucio Costa e a ‘Boa Causa’ da Arquitetura Moderna”. In: *Sentido da Formação: três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Melo e Souza e Lucio Costa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1997. (p. 130).

¹⁴ Costa, Lucio. “Razões da Nova Arquitetura”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 39-40).



A inconformidade dos tais “contemporâneos”, “no julgar do vulto e alcance da nova realidade”, se deve, em princípio, a partir do “esquema histórico geral da formação”¹⁵ de Lucio Costa, ao labor em que são impingidos todos de uma Nação diante de uma novíssima condição que se apresenta. Rotinizá-la e normalizá-la, num processo que exige a conformidade de todo o povo, ou da sociedade, às formas exuberantes de uma razão que desponta no horizonte da humanidade, representa o empenho vultoso pelo qual um espírito, que repousado em curtíssimo descanso sob as formas ultrapassadas e inférteis do passado, novamente se lança no laborioso programa de formação histórica.

Nesse mesmo esquema histórico geral da formação o norteamento da atividade histórica do espírito passa pelas abstrações produzidas tanto pelas “ficções jurídico-institucionais” quanto pela arte, como formas e campos do (ainda) abstrato conhecimento que o espírito tem a respeito de si mesmo. Na história, a cada estágio, a cada paragem do espírito diante de suas formas já consagradas e reconhecidamente limitadas, uma vez esgotadas suas potências reveladoras e o precário ajuste de suas formas diante do trajeto de elevação ao qual se lança o espírito, se incumbe, esse mesmo espírito, de produzir novas formas, acreditando, do mesmo modo, produzir sua eterna e absoluta condição e ser fiel a sua verdade, o ponto em que reconhecerá e poder-se-á vislumbrar a si mesmo, padecendo sob o reconfortante estado de conformidade de sua absoluta verdade (do que já sabe de si) com seu mundo e formas produzidos. Esse movimento se sucede na negação das formas percebidas em não conformidade absoluta com o espírito. Um trajeto repleto de verdades limitadas que infligem o espírito no curso de elevação. Assim, esse movimento passa, necessariamente pela busca da conformidade do espírito com as novas formas produzidas, o empenho autorrealizador, e pela sucessiva negação dessas formas quando tomadas em suas limitações. Aqui, a negação recai sobre as limitações das formas passadas ou das que ainda devem ser “superadas”. Esse é um princípio da dialética hegeliana, a partir do qual a negação não pode estabelecer uma ruptura absoluta com as verdades já consagradas: ela as conserva. E, assim, a cada retorno do espírito sobre si mesmo – com o que sabe de si e com o que é, momentaneamente, apresentado como sua verdadeira condição – este se vê, nesse estágio de momentâneo conforto, a necessidade de lançar-se novamente na busca de uma verdade mais elevada, diante de uma forma que já *não* está em conformidade consigo próprio ou com o que sabe de si. Para Lucio Costa, o lugar que a “nova arquitetura” ocupa no horizonte da história é o lugar de quem pode produzir as formas de uma sociedade mais evoluída, e já o fez, espera agora seu encontro com ela. Dessa forma, ela a antecede e a prevê.

...Já perfeitamente constituída em seus elementos fundamentais, em forma disciplinada, toda uma nova técnica construtiva, paradoxalmente ainda à espera da sociedade à qual, logicamente, deverá pertencer. Não se trata, porém, evidentemente, de nenhuma antecipação miraculosa. Desde fins do século XVIII e durante todo o século passado, as experiências e conquistas, nos dois terrenos, se vêm somando paralelamente - apenas, a natural reação dos formidáveis interesses adquiridos entravou, de certo modo, a marcha uniforme dessa evolução comum: daí esse mal-estar, esse desacordo, essa falta de sincronização que por momentos

¹⁵ Prefiro me referir a esses termos para evitar um desgaste do campo - ao qual quero aproximá-los - da filosofia da história, já que Lucio Costa, apesar de insistentemente recorrer a ela, não tem a história por tema ou objeto de suas reflexões, a mantém, em geral, em seu trabalho, como mero instrumento de consulta e sustentação.

se observa e faz lembrar as primeiras tentativas do cinema sonoro, quando, com a boca já falando, o som ainda corria atrás¹⁶.

Com isso, Lucio Costa produz um paradoxo aparente. Quando fala em desacordo, em falta de sincronia, ele está ressaltando um aspecto momentâneo e que, por isso, não revela a verdade do movimento que deve terminar, segundo seu esquema geral da formação, numa identidade perfeita entre a forma e o conteúdo produzidos, assim como, no cinema, nesse casamento feliz, entre o som e a imagem. A figura utilizada que se remete ao gesto de virar essa filosofia pelo avesso, ou de pô-la sobre seus próprios pés, seria, de mesma forma, válida nesse caso. O que está por fora é aparente e agride de imediato a visão de quem olha para essa história, são as contradições e os desacordos, que parecem conduzir a uma imagem caótica a respeito da organização social e suas formas. No entanto, Lucio Costa, com a mesma “paciência do conceito”¹⁷ nos leva à compreensão de que a identidade e a verdade - de cada estilo particular - reside no fundamento de toda essa aparente discórdia, basta esperar, de mesma forma, o feliz matrimônio entre o tempo e o conceito para poder ver o resplandecer de uma nova e reconfortante imagem. A final de contas, seguindo reflexivamente a história dos arquitetos, para Warchavchik, a quem Lucio Costa prestou tributo diante da primeira casa modernista brasileira, é de extremo interesse notar que “nunca nenhum deles pensou em criar um estilo, eram apenas escravos do *espírito de seu tempo*”¹⁸.

É a partir dessa perspectiva, filosófico-histórica, que se vislumbra a possibilidade da arquitetura impor um ordenamento à sociedade que corresponda as suas mais fundamentais e desconhecidas vocações. Essa prioridade das formas ainda abstratas da arquitetura, como obra de um espírito sensível e de excelente acuidade visual, um gênio, que pode enxergar os desdobramentos e a verdade de seu povo, não poderiam, de forma alguma, se rebaixar diante de uma incongruência imediata com sua base e conteúdo sociais. É a sociedade que deve elevar-se ao ponto de suas obras. Tanto que Lucio Costa se põe estarrecido diante dessa possibilidade, proposta por alguns colegas, e entende que “conquanto seja perfeitamente possível - como o provam tantos exemplos - adaptar a nova arquitetura às condições atuais da sociedade, não é, todavia, sem constrangimento que ela se sujeita a essa contrafação mesquinha”¹⁹.

¹⁶ Costa, Lucio. “Razões da Nova Arquitetura”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 40).

¹⁷ Essa idéia da “paciência do conceito” foi tratada por G. Lebrun para se referir ao necessário conjunto de mediações pelo qual o conceito, até a sua efetividade e vigorosa realização, deve passar. (Lebrun, G. *La Patience du Concept: essai sur le discours hégélien*. Paris. Gallimard. 1972.) Para Lucio Costa, “esse imenso *puzzle* que se veio armando pacientemente peça por peça, durante todo o século passado e, neste começo de século, se continua a armar com muito menos paciência, não nos permitindo as peças que ainda faltam a segurança de afirmar se é mesmo de um anjo sem asas que se trata, como querem uns, ou, como asseveram outros severamente penetrados, de um demônio imberbe”. Costa, Lucio. “Razões da Nova Arquitetura”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 41).

¹⁸ Warchavchik, Gregori. “Acerca da Arquitetura Moderna”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 36). (grifo meu).

¹⁹ Costa, Lucio. “Razões da Nova Arquitetura”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 40).



Para esse movimento, dois registros temporais se articulam e aparecem intrincados na exposição de Lucio Costa: o de uma *circularidade*, do argumento e da realidade histórica, marcado pela “invariabilidade”, posta pelo retorno (ao mesmo elevado) dos momentos de unidade, equilíbrio e coesão (limitados e momentâneos); e o de uma *sucessividade*, progressivamente articulada em função do “novo”, como elemento de acréscimo, que representa a “evolução” a cada ciclo completo, elevando essas categorias que respeitam à inteligibilidade do absoluto, na imagem da reconfortante conciliação, ao mobilizá-las historicamente. Assim, dessa forma, pode ser narrada a filosofia da história que está contida em Lucio Costa. Como uma grande espiral que revela o movimento da história, fundada sobre os aspectos da mais irrisória contingência, que se manifestam nas limitações das formas que devem ser ultrapassadas, e, ao mesmo tempo, nas recorrentes manifestações dos princípios eternos e imutáveis que acompanham e dão validade a todas as formas produzidas ao longo da história, o esquema histórico geral da formação de Lucio Costa, se pretende, antes de tudo, um sistema da arquitetura moderna brasileira. Assim,

Atingida a necessária estabilidade, estará cumprida a sua única missão: vencer a encosta. Postos de lado os petrechos vermelhos da escalada, a nova idéia, já então suficientemente difundida, é o ar que se respira, e, no gozo consciente da nova alegria conquistada, uníssonos, começa, em coro, a verdadeira ascensão: movimento legítimo, de dentro para fora, e não o inverso como se receia. Nesses raros momentos felizes, densos de plenitude, a obra de arte adquire um rumo preciso e unânime: arquitetura, escultura, pintura formam um só corpo coeso, um organismo vivo de impossível desagregação²⁰.

Contudo, nos lembra, “continuando, porém, a subida, a tensão comungadora se afrouxa, os espíritos e os corpos pouco a pouco relaxam, até que o ar rarefeito não mais satisfaz, forçando ao recurso extremo dos balões de oxigênio da vida interior - onde tudo, exasperadamente, se consome. Então, pintura e escultura se desintegram do conjunto arquitetônico: das vigorosas afirmações cheias de fôlego, a pintura aos poucos se isola nas indagações sutis da tela; da massa contínua e anônima dos baixos-relevos a figura gradualmente se afasta até se soltar, livre de qualquer amparo, pronta para os requebros e desvarios do plano”²¹. Estabilidade e desestabilização, alternando-se, dão a substância desse movimento da história. Estes se constituem também como campos opostos que recebem a massa das representações de origem e ações diversas, cabendo ao primeiro o registro em que se estabelecerá a condição do eterno regozijo sobre a verdade, que descansa nos momentos como os promovidos por uma arquitetura nacional em conformidade com as aspirações de seu povo e na unidade entre todos os campos da arte.

A partir de um referenciado esquema lógico da formação, Lucio Costa vê, então, a arquitetura moderna como um resultado dessa história, trilhada entre as verdades e as eternas leis da arquitetura e as contingências temporais que dão forma a ela. Assim, o que dá

²⁰ Costa, Lucio. “Razões da Nova Arquitetura”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 42).

²¹ Costa, Lucio. “Razões da Nova Arquitetura”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 42).



unidade a essas manifestações do espírito, reveladas na arquitetura - mas também na escultura, na pintura em outros ramos da arte - são estas leis fundamentais e eternas.

Há, também, dentro da concepção do movimento histórico adotado por Lucio Costa, um lugar para as crises. Dentro desse esquema histórico, as crises são capturadas como momento ímpar da manifestação de uma reação negativa, mas que logo se reverte, sistemicamente, no impulso de uma positividade ainda mais completa e coerente. Desse modo, dentro dessa estrutura sistêmica, o que se pontua como sendo parte dos momentos em que se revelam, se manifestam e se consagram os “estilos”, são as felizes horas de uma reconfortante identidade que demonstra a conformidade de tais formas com o espírito que as produziu. A crise (da arquitetura) que assolou o período anterior à normalização ou à rotinização da arquitetura moderna no Brasil talvez seja o momento privilegiado dessa demonstração, já que também a moderna arquitetura seria responsável por uma revisão das limitações inessenciais que acompanhavam o desenho arquitetônico até então.

A máquina - com a grande indústria - veio, porém, perturbar a cadência desse ritmo imemorial, tornando a princípio possível, já agora, sem rodeios, o alargamento do círculo fictício em que, como bons perus cheios de dignidade, ainda hoje nos julgamos aprisionados. Assim, a crise da arquitetura contemporânea, como a que se observa em outros terrenos, é o efeito de uma causa comum: o advento da máquina. É pois natural que, resultando de premissas tão diversas, ela seja diferente, quanto ao sentido e à forma, de todas aquelas que a precederam, o que não a impede de se guiar - naquilo que elas têm de permanente - pelos mesmos princípios e pelas mesmas leis. As classificações apressadas e estanques que pretendem ver nessa metamorfose, naturalmente difícil, irremediável conflito entre passado e futuro, são destituídas de qualquer significado real²².

É o reconhecimento dessas leis eternas e permanentes, desses princípios que determinam a coesão e a fundamentação de um corpo único no campo da arte ao longo de sua “evolução” histórica, que permite a busca por uma configuração mais elevada da arte, na qual não intervenham, como objeto daquela negação que empurra um estilo para fora de si, as manifestações das contingências, determinadas por uma pobreza de espírito (como no caso do ornamento, para Le Corbusier) ou por limitações técnicas (que se referem ao estágio de evolução histórica da sociedade). Mas, mesmo reconhecendo os elementos de uma ordem atemporal, que se situam no campo do eterno e imutável e que dizem respeito às verdades absolutas dessa manifestação, a condição teleológica dos textos de Lucio Costa não se põe de forma fácil de encontrar. Talvez, nem mesmo seja possível ou possa assim ser referida, em função das recorrentes exortações que levam ao leitor a crer mais numa dinâmica naturalizada do tempo, como sua única verdade e constância de propensão e caráter permanente e eterno, do que nos atributos eternos e imutáveis que possam se estabelecer absolutamente num registro alheio ao da temporalidade - mesmo que subordinado a todo o panorama histórico, como no caso de Hegel. Assim, são recorrentes, nos textos de Lucio Costa, os enunciados que parecem preencher o momento do reinado dessa eterna verdade absoluta e de toda a universalidade, de caráter efetivamente

²² Costa, Lucio. “Razões da Nova Arquitetura”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 43).



teleológico, com uma única condição inalterável, que se resume às categorias restringidas dentro da própria mobilidade e dinâmica temporais. Para ele, sempre depois de descobrir “na mesma natureza e nas verdades de sempre encanto imprevisível [e] desconhecido sabor, mais um horizonte então surge, claro, na *caminhada sem fim*”.

No entanto, se olharmos atentamente para esse conjunto mobilizado no percurso de formação da Moderna Arquitetura Brasileira, algo abre novamente aquela perspectiva: a busca da realização da pureza das formas de acordo com suas verdades imanentes, “numa arquitetura despojada de máscaras”²³, que reinará vigorosa expondo na forma as marcas da estrutura, caminha no sentido, certo, de “anular por completo” as determinações externas (“físico-ambientais”) ao conteúdo conceitual mais essencial da arquitetura. Ou seja, esse processo de evolução histórica da arquitetura, em Lucio Costa, conta com uma *neutralização* das “contingências” que dão forma ao movimento temporal em que se constitui a sua história – sem falar, evidentemente, no caráter messiânico atribuído, pelo próprio Lucio Costa, à arquitetura moderna brasileira²⁴.

É, entretanto, fácil discernir, na análise dos inúmeros e admiráveis exemplos que nos ficaram, duas partes independentes: uma permanente e acima de quaisquer considerações de ordem técnica; outra, motivada por imposições desta última, juntamente com as do meio social e físico. Quanto à primeira, prende-se a nova arquitetura às que já passaram, indissolúvelmente; e nenhum contato com elas tem quanto à segunda, porquanto variam completamente as razões que lhe davam sentido, e o próprio fator físico-ambiente - último traço de união que ainda persistia com ares de irredutível - já hoje a técnica do condicionamento de ar neutraliza e, num futuro muito próximo, poderá anular completamente²⁵.

No que diz respeito às diferenças, que se estabelecem em função do conteúdo específico dos espaços, nos quais ganha materialidade o conjunto de determinações da obra arquitetônica, essas sim, seguindo o esquema histórico geral de Lucio Costa, tendem por completo a ser aniquiladas em função do determinismo evolutivo imposto pela técnica. A superação dessas “contingências” - propiciada pela evolução técnica -, no fluxo da liberação dos aspectos mais essenciais da arquitetura, que pode redundar na forma pura, evidenciou o universalismo que é próprio da arquitetura moderna. Esse esforço, que parte de um ponto de vista universalista e internacional, que é próprio da modernidade e está cravado já no nome da arquitetura de *estilo internacional*, visa dar cara ao projeto nacional ao imprimir as feições dessa nacionalidade, para que esta possa, assim, de mesma forma, inserir-se no mesmo estágio retumbante que o grande fluxo da história mundial se encontra. O que Lucio Costa queria fazer era dar uma cara nacional ao projeto internacional da arquitetura, e, ao fazê-lo, abria também as portas para o programa de racionalização das artes e da vida moderna no país. Desponta, ao fim do percurso, no coroamento da arquitetura moderna, a impressionante tendência à homogeneização dos padrões construtivos: o universalismo autoritário, da aniquilação das diferenças, que serve tanto ao projeto de hegemonização do

²³ Lucio Costa deve ter utilizado uma construção parecida em alguns de seus textos.

²⁴ Basta atentarmos para o significado de uma arquitetura já bem formada, em todos os seus sentidos, que aguarda a “sociedade à qual, logicamente, deverá pertencer”.

²⁵ Costa, Lucio. “Razões da Nova Arquitetura”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 42).

Estado - a forma pura da burocracia - quanto ao processo de reprodução capitalista - marcado pela generalização da forma da equivalência.

Lucio Costa estava certo ao vincular a evolução da moderna arquitetura ao progresso representado pelas sucessivas revoluções industriais. A arquitetura modernista do século XX vem a reboque das necessidades e conquistas do desenvolvimento das forças produtivas, e aparece nesse movimento histórico a partir do lugar subordinado que lhe cabe enquanto um saber especializado e servo do expansionismo capitalista sobre o espaço mundial. Projetando cidades, planejando o território e produzindo o espaço para a fixação das relações capitalistas nos mais longínquos rincões do mundo.

No entanto, o que pontuou a pretensão, contida nos traçados da moderna arquitetura no Brasil, a um encerramento da dinâmica histórica do tempo, foi, porém, mais os vínculos que essa arquitetura e o programa de implantação e normalização da arquitetura moderna brasileira tiveram que estabelecer, num contexto de formação e constituição de uma hegemonia do Estado capitalista, do que algo que estivesse diretamente referenciado dentro do corpo lógico que a sustentava, apesar de, ainda sim, dar abertura a isso. Aqui, prepondera uma parte da narrativa em detrimento da outra. Essa é a parte que dá sustentação à constituição do grande edifício do Estado em meio, e servindo como campo fértil também, à dinâmica histórica do capitalismo. A outra, vocação à eternidade estagnadora, contida no corpo lógico que sustenta a reprodução de uma hegemonia do Estado, na finalização do movimento progressivo-temporal da história, deverá ser ressaltada pela própria ação do Estado, a consagração e coroamento de seu edifício, com a construção da nova capital. Daqui o momento da referida alteração no campo de inteligibilidade que aponta para uma preponderância do espaço sobre o tempo.

3.3 - Da colônia à Nação: o conteúdo de uma filosofia da história na periferia do capitalismo.

A obsessão formativa é uma das características que se segue ao longo da moderna história brasileira. Contudo, ela sempre teve de lidar com um passado histórico que se remete à condição colonial, mantendo sempre, evidentemente, a perspectiva de realização num horizonte moderno. Esse descompasso, que caracterizou a história da produção e crítica nacionais, se estabeleceu em função da adoção de parâmetros europeizados da moderna produção artística, cultural e industrial, como o metro da evolução desejada, tendo que, ao mesmo tempo, vencer a condição histórica que nos atava a um outro registro, que não necessariamente conduziria à perspectiva de figuração no horizonte moderno do capitalismo mundial. A saber: a saída da condição de colônia e a chegada à condição de uma nação moderna, num trajeto histórico-formativo linear e fundado em aspectos de uma continuidade racional, não necessariamente ocorreria segundo, conforme o pressuposto da formação, os desdobramentos naturais de uma história genuinamente nacional. Essa “bela fantasia”, urdida nos termos de uma filosofia da história de pretensão formativa e atada aos conteúdos da Nação, transformaria aquele trajeto histórico-formativo, assim como seus aspectos de continuidade racional, em mais uma das ficções de teor nacionalista. Apesar das dificuldades, muitos autores se investiram nesse programa, como críticos e produtores. Esse foi o caso de Lucio Costa com relação à moderna arquitetura brasileira. “Seu principal



protagonista e formulador transformou-se além do mais em interprete dessa história exemplar, que também se poderia chamar de história dos brasileiros no seu desejo de ter uma arquitetura coerentemente moderna”²⁶.

Antes de tudo, Lucio Costa teve de estabelecer uma linearidade construtiva (formativa) que reatava os vínculos entre o passado colonial e a moderna arquitetura brasileira, ainda em construção. Dessa forma, ele poderia atribuir à arquitetura moderna do *estilo internacional* as feições de uma nacionalidade em processo de superação do atraso, mas, contudo, portadora, ainda, de uma forte representatividade e manifestação de viés estético. Era preciso reconhecer, no passado arquitetônico do Brasil colônia, os elementos de verdade da moderna arquitetura brasileira, para, somente assim, estabelecer esse tão necessário vínculo.

Assim, a arquitetura moderna brasileira poderia figurar entre os protagonistas do rumo que a Nova Arquitetura mundial assumiu, ela revelaria o sentido e algumas das verdades desse movimento internacional. Para Otília Arantes, deu-se, mesmo, “um notável fenômeno de depuração negativa, o Brasil, como câmara de decantação da Arquitetura Moderna. O desajuste local como que revelava o fundo falso do original como sua verdade. Ao mesmo tempo, o desacerto bem-sucedido, que poderia funcionar como plataforma crítica de observação da Arquitetura Moderna em plano mundial, foi concomitantemente transfigurado como revelação plástica do passado arquitetônico local, habilitando o país ao título de ‘criador endógeno do Movimento Moderno’”²⁷. Esse movimento coloca o Brasil diante de uma perspectiva em que a Moderna Arquitetura poderia se oferecer como um fim coerente e justo ao processo de formação de uma nacionalidade em curso, em conformidade com os propósitos e necessidades de um povo, de antemão, definido. Para Mario Barata, a época, “esse interesse pela tradição [parecia] nos estar encaminhando [do] período de autocrítica para uma revisão da arquitetura moderna e o preparo de sua fase nacional pela forma, técnica e ligação com as reais condições econômicas do país, à espera do momento em que novas condições sociais [exigissem] da arquitetura *esforço definitivo*. Então essa arte dará *contribuição efetiva à solução do problema brasileiro* e meios para o homem local viver com o máximo conforto e o mínimo de sacrifício”²⁸. Eis o intuito final, e, talvez, até mesmo finalista, ao qual está ligada a moderna arquitetura - a brasileira também.

Esse talvez tenha sido o maior esforço teórico e projetual de Lucio Costa. Afinal, dependia desse empreendimento o sucesso da consagração da genuína arquitetura moderna brasileira. “Ocorre que todo esse enredo”, para Otília Arantes, “embora fortemente apoiado na realidade, ou por isso mesmo, não passa de um conto bem urdido – (...) de acordo com uma espécie de lógica espontânea da formação, sorte de esquema mental brasileiro a guiar os passos de nossos melhores espíritos -, fantasia exata que veio desde então assumindo proporções mitológicas, tal o sucesso com que cada obra da Moderna Arquitetura Brasileira,

²⁶ Arantes, Otília. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 09).

²⁷ Arantes, Otília. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 10).

²⁸ Barata, Mário. “Arquitetura, Tradição e Realidade Brasileira”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 198). (grifos meus).

grandiosa ou não, reforçava a lenda de sua própria origem fabulosa”²⁹. O intento formativo de Lucio Costa, ao mesmo tempo em que buscava tradicionalizar o passado histórico da arquitetura brasileira, o fazia com dupla finalidade. De um lado, recuperava as antigas manifestações que estavam presentes nessa “história”, exercendo o domínio necessário sobre tais elementos; o que, evidentemente, permitia o manejo, à vontade, das categorias que mais apeteçiam ao projeto de formação da moderna arquitetura brasileira, *conservando-os*. Assim, não só garantia as necessárias linearidade e continuidade históricas tão fundamentais, como, também, estavam criadas as premissas de propriedade dessa manifestação local de um acontecimento mundial; o que justificava a criação simultânea de toda e qualquer estrutura para atender às particularidades que se limitavam ao território nacional, inclusive a participação ativa de um Estado nacional. De outro lado, todo esse esforço de tradicionalização redundava numa cristalização dos fatos e acontecimentos no tempo, estabelecendo, com precisão, qual teria sido a sua contribuição e os limites que teriam sido responsáveis pelo perecimento desses antigos “modelos”, de forma a impor a necessidade do avanço e evolução históricos e a torná-los mais suscetíveis de *superação*. Desse modo, Lucio Costa descartava qualquer outra manifestação arquitetônica que não lhe conviesse nos termos da consagração da “nova arquitetura”, atribuindo essa seletividade aos estilos à própria história e fazendo dela, na natureza do progresso histórico, a responsável pela oficialização legítima de sua arquitetura: significado de maioria intelectual e artística de um determinado povo. Com esse recurso, a passagem da Colônia à Nação se fazia de maneira a garantir também o “emparelhamento do Brasil com resto do mundo civilizado”³⁰. Nesse momento, a mobilização dessa dialética respeitava aos interesses de constituição de uma nação moderna, na qual, em princípio, também vigora os aspectos burocráticos e neutros de uma estrutura de Estado bem desenvolvida e de valor universal.

Assim, Lucio Costa lança mão de um arranjo organizacional dos fatos e dos elementos distribuídos pela história e por todo o território brasileiro no intuito de completar essa passagem que vai do período colonial à Nação bem formada que figura no horizonte de chegada da história do capitalismo mundial. O intuito da realização dessa passagem, sustentada pelo reconhecimento de elementos formais e formativos distribuídos, em

²⁹ Arantes, Otília. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 10). “Na mesma época (anos 50) Antonio Candido escrevia o livro decisivo a respeito - a “Formação da Literatura Brasileira”. Embora tenha sido o primeiro a explicá-la cabalmente, a idéia de ‘formação’ vinha figurando obsessivamente no centro de vários livros fundadores da nossa tradição crítica, mesmo quando não atendia diretamente por esse nome, como no caso de ‘Raízes do Brasil, de Sérgio Buarque de Holanda. Alguns exemplos: ‘Formação do Brasil Contemporâneo’, ‘Formação Econômica do Brasil’, ‘Formação Política do Brasil’, ‘Formação do Patronato Político Brasileiro’. etc. Nela se concentra o essencial do debate intelectual brasileiro, que sempre girou em torno da questão crucial da passagem, moderna por excelência, da Colônia à Nação - é portanto de formação nacional que se trata, sobre o pano de fundo da sempre presente herança colonial a ser superada”. Arantes, Otília. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (pp. 09-10).

³⁰ “Esse o horizonte real do ‘esquema’ milagroso de Lucio Costa: o propósito deliberado de atualização e emparelhamento do Brasil com o resto do mundo civilizado, que por sua vez não será Nação (depois de ter sido Colônia) sem o auxílio das técnicas construtivas mais avançadas etc. Esquema ele mesmo incompreensível sem a enorme rotação de eixo em nossa vida mental produzida pela Revolução de 30 e que pode ser assim resumida: novamente, a cultura moderna funcionando como instrumento de descoberta, em princípio desoficializada, da assim chamada desde aquela época ‘realidade brasileira’”. Arantes, Otília. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 10).





princípio, de maneira caótica no espaço e no tempo, é a normalização do impulso que ata o tradicional ao moderno. “O arranjo entre moderno e tradicional é a formula histórica da feição original, rigorosamente não-clássica, que tomou a via de passagem brasileira do antigo sistema colonial-mercantil para o novo mundo do capital-industrial”³¹.

Volta à cena o fantasma da dependência cultural, aqui um dos maiores motivadores do processo e procedimento formativos ao qual se dedicou Lucio Costa. A independência cultural, nesse período, se colocava como o norte da elaboração do debate nacional. A perspectiva formativa lhe atribuía significado de realização ao fim de um trajeto esboçado a partir da matéria exclusivamente nacional reatada à história que dava substância às obras que exprimiam essa independência. Para Otilia Arantes, “o esquema básico talvez possa ser assim resumido”:

‘Formação’ é o propósito construtivo deliberado das elites dirigentes e cultivadas, empenhadas em dotar o país de linhas evolutivas que culminem no funcionamento coerente de um sistema cultural local, tendo por modelo e parâmetro crítico a relativa organicidade da vida cultural europeia. Supõe portanto o ideal de concatenação, continuidade, tradição, em contrapartida à ‘barafunda’ de nossa vida mental, em que nada se segue de nada; ou seja, supõe um sistema de referências recíprocas por oposição às manifestações avulsas e isoladas. Havendo então formação em andamento, e não abortos, cedo ou tarde se apresentaria uma espécie de causalidade interna ou linha evolutiva cuja força, advinda da capacidade de por em ‘forma’ o processo local, acabaria por redundar (...) em superação da dependência cultural”³².

Em Lucio Costa, essa discussão, de mesma forma, não aparece desvinculada do debate que pressupõe a passagem da Colônia à Nação como a realização necessária do movimento libertador do espírito nacional. Mas, ao recorrer aos elementos de um passado histórico, ainda em formação, se investiu na retomada dos elementos de uma nacionalidade, de uma arquitetura genuinamente nacional, a qual poderia abrir caminho para todos os outros campos da arte, ainda em estado de latência.

No que diz respeito ao papel que a arquitetura moderna deve desempenhar diante dessa condição do “atraso” que assola os teóricos do pensamento brasileiro, Anísio Teixeira anuncia *Um Presságio de Progresso*. “Em meio aos conflitos e contradições brasileiros, nascidos da oposição permanente de forças residuais às veleidades de crescimento e progresso do país, a nova arquitetura brasileira constitui uma exceção, pela amplitude do apoio que vem recebendo e pelo ímpeto de continuidade de suas realizações. Talvez seja este movimento, hoje, a expressão mais característica do que deveria ser o Brasil”³³. Assim, à arquitetura cabia conduzir o movimento de passagem que deveria ser retraduzido para outros setores da atividade social brasileira. Para ele, “todos nós que sonhamos com um estado de entusiasmo para a grande aventura de construir a nacionalidade, temos, nesse

³¹ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 07).

³² Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 10).

³³ Teixeira, Anísio. “Um Presságio de Progresso”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 207).

movimento da arquitetura brasileira, uma pequena amostra do que poderíamos ser, se um contexto de esclarecimento e de fé se criasse, como se criou entre esses engenheiros, em nossa agricultura, nossa indústria, nosso comércio, nossa educação e nossos serviços públicos e sociais em geral”³⁴. A construção da nacionalidade e do país moderno é o que está em debate no cenário da normalização da arquitetura moderna e o que passa necessariamente por ela. Nas palavras de Anísio Teixeira, também,

Que caracteriza, porém, a arquitetura brasileira para que estejamos a fazer afirmações desse porte? Nada mais, e também nada menos, do que 1) uma singular libertação de velhas formas mentais; 2) uma corajosa adaptação das antigas e novas funções dos prédios aos recursos novos e novas técnicas de construção; 3) uma confiança lírica na capacidade do homem de resolver os seus problemas. Mas que outros característicos deviam marcar a ação do homem que, nestes meados tormentosos do século XX, se deparasse com um continente a conquistar e todo um país a construir?³⁵

É isso porém que permite a Anísio Teixeira se referir à arquitetura moderna no Brasil com fortes apelos ao caráter redentor de tal empenho modernizante. A dialética que se estabelece nessa matriz de pensamento é, necessariamente, seguindo o programa conciliatório que vincula as formas dessa moderna arquitetura ao programa de constituição de uma nacionalidade promovido pelo Estado, uma dialética redentora, assim como a hegeliana. Segundo Anísio Teixeira, “o Brasil precisa, para se realizar, de lirismo - que é a capacidade de se esquecer - e de virtude - que é a capacidade de se superar. A sua arquitetura moderna é uma lição magnífica dessas duas atitudes redentoras”³⁶.

Lançar-se, assim, num programa formativo significava colocar em ordem o conjunto de elementos, nativos ou chegados de fora, com a finalidade de estabelecer coerentemente um programa sério de afirmação da nacionalidade através da arquitetura. Assim, conservação e superação se articulam, de acordo com os propósitos formativos da Arquitetura Moderna Brasileira, à matriz do pensamento histórico da modernidade. A moderna arquitetura brasileira é o horizonte de chegada do processo formativo³⁷.

³⁴ Teixeira, Anísio. “Um Presságio de Progresso”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 208).

³⁵ Teixeira, Anísio. “Um Presságio de Progresso”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 208).

³⁶ Teixeira, Anísio. “Um Presságio de Progresso”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 209).

³⁷ No caso do Brasil e de algumas nações de cultura mediterrânea, a arquitetura moderna - em seu primeiro momento - reagiu contra os defeitos do ecletismo e academismo arquitetônico da segunda metade do século XIX e início do XX. Com isso pregou a volta à simplicidade e à pureza, que coincidiam com a tradição local, mais que centenária. No exemplo brasileiro, nossa arquitetura dos séculos XVII, XVIII e começo do XIX apresentam coincidências impressionantes com o desenvolvimento do movimento moderno. É verdade que Lucio Costa buscou - várias vezes - intencionalmente essa ligação. A horizontalidade, os vãos enormes, as vidraças e treliças, a sobriedade são aspectos comuns da nossa arquitetura civil colonial. Convém estimular o estudo desses elementos a fim de evitar o perigo da cópia pura e simples e o da desorientação ‘tradicionalista’, que causaram males irreparáveis na época do ‘colonial’ a José Mariano, com ‘bangalôs’ remexidos, tão diferentes da autêntica casa do passado brasileiro. Além disso, como afirma o arquiteto Eduardo Corona, deve haver uma coincidência desse caráter de afirmação nacional, tanto na pesquisa quanto na execução. E essa era a perspectiva de Lucio Costa, “tanto na pesquisa quanto na execução”. Barata, Mário. “Arquitetura, Tradição e Realidade Brasileira”. In:



“Tradicionalizar” o passado, no intento formativo de consagração de uma estrutura nacional concebida anteriormente ao fato de uma nacionalidade propriamente dita, coaduna-se muito bem com a perspectiva da existência de um processo quase natural de formação do Estado nacional. É como se o Brasil existisse, em germe, como Brasil moderno e “livre”, já mesmo no período colonial. É como se essa feição moderna de Nação estivesse dada, *a priori*, no início de sua história, enquanto história ocidental; e como se esse moderno Estado, republicano e federativo, que ocupa o “centro” (gestor, diretivo e geográfico) de uma Nação, fosse a natureza mesma do Estado ou da forma política por excelência, assim como a arquitetura moderna brasileira, a síntese da vontade de um “povo” ou de uma “nação” concebidos, em princípio, por um esquema lógico de raciocínio *a priori*. Prevalece, em todo caso, a “ideia” de uma nação no projeto de constituição da nação real.

Dessa forma, desse prospecto conciliatório (e sintético, vale lembrar) entre tradição e moderna cultura nacionais, resulta o arcabouço fundamental de delimitação “legítima” de um espaço de domínio - o território - sobre o qual o Estado pode e deve se implantar. Esse processo conciliatório realiza a concretização dos princípios abstratos dos quais a burocracia, a dominação e a força, que emanam da centralidade do Estado nas modernas sociedades capitalistas, necessitam para se fazer valer. Assim, o esforço de tradicionalização do passado atinge uma dupla perspectiva de ação, que, em nenhum momento, se dispõem contrárias. “As mil formas antagônicas e conciliatórias de convivência entre capitalismo e escravidão - Brasil burguês e país colonial - estão na origem do ‘esquema’ de Lucio Costa. Por isso mesmo, um esquema de convergência com o Estado”³⁸. E é possível, ainda, dizer, “de confluência com o que será o moderno Estado Novo sucedido pelo Estado Desenvolvimentista do segundo Getúlio e de JK”³⁹.

Assim, quando o esquema lógico da formação entra em contato, para determiná-lo, com o esquema histórico geral, em Lucio Costa, se exerce uma operação dentro da perspectiva filosófico-histórica que pode alterar sua substância. Deste modo, fica, entretanto, para nós outros, que é só aparentemente que o esquema histórico geral da formação de Lucio Costa é aberto e não se fecha num fim. Ele parte da categoria do presente eternizado para chegar novamente a ela, tendo percorrido o trajeto histórico-formativo que a sustenta somente com a finalidade de fazer tudo acabar ali mesmo, onde ele está e desenvolve sua arquitetura⁴⁰. Esse sistema se fecha, justamente na consagração da

Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 198-9).

³⁸ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 07).

³⁹ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 07).

⁴⁰ “Contudo, o marco definitivo da nova arquitetura brasileira, que se haveria de revelar igualmente, apenas construído, padrão internacional e onde a doutrina e as soluções preconizadas por Le Corbusier tomaram corpo na sua feição monumental pela primeira vez, foi, sem dúvida, o edifício construído pelo ministro Gustavo Capanema para sede do novo ministério. Baseado no risco original do próprio Le Corbusier para outro terreno, motivado pela consulta prévia, a meu pedido, tanto o projeto quanto a construção do atual edifício, desde o primeiro esboço até a definitiva conclusão, foram levados a cabo sem a mínima assistência do mestre, como espontânea contribuição nativa para a pública consagração dos princípios por que sempre se bateu”. Costa, Lucio. “Muita Construção, Alguma Arquitetura e um Milagre”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (pp. 93).

arquitetura moderna brasileira ao topo de um processo formativo em que tudo converge a ela. O movimento dado pelo esquema histórico geral de Lucio Costa recebe sua finalidade última na consagração do processo de formação da arquitetura moderna brasileira.

Esse misto que se estabelece entre dinâmicas muito próximas, mas de caráter completamente distinto, no que se refere às produções de Lucio Costa, respeita, de mesma forma, o misto entre liberdade artística e intervenção do Estado no programa de realização da moderna arquitetura brasileira, assim como entre uma dinâmica temporal histórica e a perspectiva dogmática de realização dos princípios eternos e imutáveis da arte e da arquitetura. Os enxertos são recorrentes, e assim são justificados a determinação do projeto com as causalidades externas, os acasos, ou “milagres” - para manter a inventiva de Costa para explicar o advento de uma arquitetura moderna brasileira. Justificar as ações de um texto pelo outro, assim como encontrar a finalidade, de mesma forma, de um registro argumentativo em outro, é o pressuposto básico para uma arquitetura moderna nacional, a qual pretende retirar suas bases de si mesma, formada sob o forte impulso do Estado e da visita de um estrangeiro ao país. Movimento e estagnação do movimento em Lucio Costa respeitam a campos diferentes dentro de sua obra, como crítico ou teórico, mas aparecem reunificados na síntese que representa suas construções. “Voltando ao Lucio Costa e seu ‘esquema’ de formação, talvez fosse o caso de recapitularmos o que seja uma arquitetura moderna nacional, devidamente ‘formada’”:

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que não haveria formação sem o enxerto plantado diretamente pelo próprio Le Corbusier e sobretudo sob o referido autopatrocinio de um Estado autoritário e protodesenvolvimentista. Sem essa conjunção não haveria gênio da raça que realizasse o desejo dos brasileiros de ter uma arquitetura à altura dos novos tempos, continuaríamos acumulando amostras gratuitas de casas de modernistas que poderiam estar tanto em Higienópolis, Vila Mariana ou qualquer outro bairro de São Paulo e Rio de Janeiro, como em Paris ou Viena. Está pois subentendido que nos países dependentes o influxo externo permanece preponderante - o que não faria sentido na França ou na Inglaterra, por exemplo, países com um sistema cultural por assim dizer acabado desde o nascedouro⁴¹.

Assim, a inclusão de elementos externos e alheios mesmo ao próprio registro desse “conto bem urdido” da formação arquitetônica nacional determinou o acabamento dessa “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma arquitetura coerentemente moderna”. Dessa forma, o fim do movimento está posto e mesmo determinado por uma elaboração e racionalidade diversa da que prevalece sobre todo o movimento. O enxerto na racionalidade determina o fim como algo que lhe é alheio, mas impositivamente deve lhe pertencer, como desfecho natural e imanente.

⁴¹ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 10).





3.4 - Sobre a opção pela civilização e a estética oficial da arquitetura moderna brasileira.

Giulio Carlo Argan, em “Arquitetura Moderna do Brasil”, inicia seu texto dizendo que “nos Estados Unidos do Brasil a arquitetura moderna praticamente venceu sua batalha e até recebeu o crisma da oficialidade”⁴². Dessa forma, entende-se que já se estava em processo de rotinização e hegemonização uma certa produção arquitetônica em harmonia com o *status* de uma sociedade funcionando a pleno vapor pela moderna condição que lhe coroaria um regimento igualmente moderno e coordenado por uma casta dirigente.

Assim, a arquitetura moderna brasileira já havia feito sua “escolha”. Os modelos corbusianos de arquitetura e urbanismo, editados também nos autos do CIAM que conferiu a Le Corbusier a redação da famosa “A Carta de Atenas”, foram adotados por esses arquitetos (de produção e crítica) nacionais no intuito de se abastecerem de um arsenal técnico que deveria dar forma e estrutura ao último estágio do curso de formação da Moderna Arquitetura Brasileira. Contudo, essa “adoção” não pôde dispensar os elementos que viriam no pacote da definitiva formação da arquitetura moderna brasileira: restava encontrar seus correspondentes nativos para a promulgação nacional da moderna arquitetura. Para Argan, “se se trata de uma arquitetura original ou, como se diz, de uma escola nacional, é um outro problema que merece ser discutido e não pode ser liquidado afoitamente, considerando-se a produção arquitetônica brasileira como uma florescente colônia da arquitetura europeia, com Le Corbusier como vice-rei”. Para ele, ainda, “poder-se-ia lembrar que também o barroco brasileiro deriva do barroco espanhol e português, e que basta a profusão do ouro para dar-lhe um acento original”. Mas, até aí, não havia sequer um elemento que conferisse a autenticidade de que um estilo oficial e oficializado necessita para a normalização institucional. O barroco, segundo o próprio Lucio Costa é bem mais representativo de uma dinâmica do que, expressamente, de qualquer impulso de contenção⁴³.

“Parece-nos”, então, continua Argan, “porém, mais adequado o exemplo da arquitetura romana, que decerto deduz muitas de suas formas da arquitetura grega e todavia distancia-se da sua pura metafísica proporcionalidade para exprimir ou manifestar, por meio de uma monumentalidade mais grave e maciça, a autoridade e a estabilidade das instituições civis”⁴⁴. Portanto, para compreendermos esse movimento que envolve o processo de oficialização e institucionalização da arquitetura moderna no Brasil, é necessário que as representações contidas num esforço de monumentalização apareçam como signos de uma estabilidade promovida pelo aspecto institucional dessa arquitetura, como representações e registros da supremacia do controle burocrático e do exercício do poder institucional do Estado.

Mas, a lição dialética de Hegel surge, suficientemente poderosa, no plano das heranças do pensamento moderno civil e ocidental de berço europeu. A história e a dinâmica

⁴² Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 170).

⁴³ “Integrava-se assim, oficialmente, a arquitetura do nosso país no espírito moderno da época, ou seja, no movimento geral de renovação inspirado, ainda uma vez, nos ideais de deliberada contenção plástica próprios do formalismo neoclássico, em contraposição, portanto, ao dinamismo barroco do ciclo anterior”. Costa, Lucio. “Muita Construção, Alguma Arquitetura e um Milagre”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 78).

⁴⁴ Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 170).

temporal da formação são, também para esse pensamento que busca a estabilidade nas formas monumentais do Estado, um elemento do qual não se pode abrir mão. Ela atribui legitimidade e concretude (aparentes) ao grande projeto de hegemonização do Estado, como se a história e a dinâmica temporal, conduzidas quase naturalmente pela ação do espírito que se quer (pois se sabe) “livre”, por obra de aspectos que prefiguram sob a aura do eterno e imutável, seja a razão ou qualquer outro elemento que acompanhe e dê sentido aos “acontecimentos em curso”, que o mantenha como movimento (mas, movimento planejado) orientado, enfim, conduzidas por conceitos racionais que se pretendem universais. Assim, o movimento aparece subordinado a um projeto de realização de um registro de contenção, a história ao registro de uma eternidade e o tempo ao registro do espaço que o Estado toma para si como campo de sua atividade e *reprodução*. Mas o que atribuiria ao Estado esse lugar? Justamente o movimento que conduz a ele e tem nele o seu fim, colocando-o como o norte dos processos (e procedimentos estratégicos, para ser fiel ao grupo e casta que encampam esses projetos) formativos. Assim, o Estado prefigura no horizonte da formação de uma nacionalidade, ele coroa o movimento e a história em seu fim, não sem se autorreverenciar com os aspectos de uma monumentalidade (de forma e conteúdo) que anuncia o domínio de uma eternidade sobre o movimento e a história. História e eternidade, como campos opostos da inteligibilidade social, assim como produção e reprodução, aparecem reunificados na grande síntese do Estado - que tem no Estado seu objeto.

A arquitetura moderna brasileira emitiu seu parecer, deu o seu aval e se investiu, juntamente com o Estado, no projeto de formação de uma nacionalidade (arquitetônica, nesse caso). Ela se empenhou na produção e reprodução das formas monumentais, estáticas e autoritárias das instituições civis brasileiras. A passagem da colônia à nação envolve uma ruptura, como a descontinuidade promovida pela era da máquina, dentro do registro histórico. Essa é também a passagem de um período histórico a um transistórico em que predomina uma inteligibilidade diferente a da sucessão, regida pelos aspectos da monumentalidade e do poder e que respeita ao registro de uma eternidade e circularidade temporal.

Não seria possível, então, permanecer exclusivamente vinculado a uma matriz de pensamento evolutiva se não houvesse também uma variante fixa, de fixidez e imobilidade, que recaísse sobre esses aspectos da imutabilidade monumental do registro institucional que assegura o *telos* do Estado ao fim do percurso. Então, somente o esquema histórico geral de Lucio Costa não seria suficiente. A síntese guardava um lugar à monumentalidade do espírito criador de Oscar Niemeyer. O Interesse histórico de Lucio Costa e a monumentalidade presente nos traços de Niemeyer, dão os elementos suficientes para a realização dessa grande síntese no campo da arquitetura⁴⁵. Assim, foi mesmo nas obras que se operou de fato, e nesse sentido, a síntese dessa dialética que nos remete, entretanto, à arquitetura presente nos textos de Hegel.

⁴⁵ Bolonha, M. M. Roberto e Lucio Costa (...) não buscam deliberadamente uma tradição em suas preocupações..., mas, *ao final*, terminam por descobrir certas afinidades bem distantes entre o que fazem hoje e as velhas casas dos séculos XVII e XVIII. É a beleza linear que seduz o espírito de um Lucio Costa ou um Bolonha, mais que a *monumentalidade* ou explosão dinâmica dos volumes a maneira de Niemeyer. Pedrosa, Mário. “A Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 104).



A opção por Le Corbusier foi, antes de tudo, uma opção pela civilização, pela entrada brasileira no rol das sociedades históricas. Essa “opção” incluiu, no conjunto do programa brasileiro de normalização da arquitetura moderna, a adoção de um modelo que rumava, sob os desígnios da razão, em direção à moderna sociedade civil em oposição a tudo aquilo que representava, para essa perspectiva, o reencontro com a natureza, no retrocesso e não no progresso, como queriam esses amantes da história. A retórica da civilização, portanto da cultura oposta a da natureza, conduziu à adoção da racionalidade corbusiana em oposição à arquitetura organicista de Frank Lloyd Wright e, no conjunto, ao modelo europeu em desacordo com o americano. Assim Argan nos relata esse contexto de filiações:

Tal escolha faz sentido. Este país jovem e em pleno desenvolvimento, de recursos naturais quase ilimitados, tendo decidido dar-se uma arquitetura, soube evitar a retórica da natureza, mesmo que vez por outra tenha cedido à ilusão da retórica da civilização. Suponhamos que um certo orgulho de casta, herança dos antigos conquistadores, tenha feito a sua parte: ocorre, contudo, que os arquitetos brasileiros não buscaram inspiração na fascinante natureza de seu país nem nos primitivos costumes indígenas, mas compreenderam que a arquitetura é um fato de cultura e *de uma determinada cultura*, a cujo o nível lhes pareceu essencial *elevantar-se*; e desse modo manifestaram explicitamente o propósito de fazer parte da comunidade cultural européia, antes que da americana. E sua escolha não recaiu sobre Wright, mas sobre Le Corbusier⁴⁶.

Dessa forma, tratava-se, então, de uma “opção” pela história, nem pela natureza e muito menos pelos “primitivos costumes indígenas”. Isso lançava o Brasil, no cenário da arquitetura moderna internacional, na direção do progresso, mesmo que chegado *post-festum* ao grande cenário de lutas e confrontos que mobilizaram as categorias temporais. Esse atraso, nas mãos de um engenhoso historiador e construtor como Lucio Costa, seguindo a indicação de Otilia Arantes, se transformou em vantagem do atraso. Para Argan, “parece-nos certo que o vigoroso movimento brasileiro pela arquitetura moderna e sua *orientação específica* podem ser enquadrados nesta circunstância *histórica*, e que representam um aspecto fundamental de um impulso progressista do qual participa o próprio capitalismo”⁴⁷. E, assim, “sem dúvida”, coloca Otilia, “a Arquitetura Moderna Brasileira se formou, ou, como prefere Lucio Costa, ‘deu certo’”⁴⁸. Mas,

O problema está justamente nisto: afinal, num país onde ‘tudo está a bem dizer por fazer’, como implantar uma arquitetura diretamente vinculada ao progresso técnico? Perguntava-se Lucio Costa, ainda no início dos anos 30. Ora, o descompasso entre doutrina e pressuposto social é de fato a regra nesses casos de enxerto, à qual nem Lucio Costa nem o que se passará com a nossa arquitetura farão exceção. Só que nesse caso particular, não obstante a distância real entre centro avançado e periferia retardatária, deu-se uma notável inversão de papéis, convertendo o descompasso num grande acerto, pois foi a distorção da cópia que

⁴⁶ Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 171).

⁴⁷ Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 171).

⁴⁸ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 11).

revelou a verdade profunda do original. O viés estético enaltecido como marca nacional denunciava afinal sob o prisma comprometedor da Margem o *formalismo integral* do Centro - a abstração mesma do espaço ordenado pelo capital⁴⁹.

E é, na interpretação de Otília Arantes, justamente esse “viés estético enaltecido como marca nacional” que denunciava o “*formalismo integral* do Centro”. Esse formalismo, que deriva da exacerbação dos apelos formais, compreende de maneira elementar, fundamentalmente, a função e a representatividade como conteúdos manifestos na intenção construtiva. A monumentalidade ou “a dimensionalidade exacerbada”, como prefere Argan, não é uma lição que se possa, com facilidade, retirar de Le Corbusier, apesar do enaltecimento construtivo dado ao edifício corbusiano que normalmente se dá em função da altura posta sobre terrenos que contam com grandes espaços livres. “Há nessa arquitetura um desejo secreto de mesclar o funcional e o representativo, a técnica e a exaltação da técnica: mas aquilo que se quer representar não são os ideais de uma sociedade, senão sua intrínseca ‘eficiência’, sua adesão a toda forma ‘moderna’”⁵⁰. Toda a representatividade da supremacia do bom e integral funcionamento burocrático de uma sociedade, para satisfazer a imagem realizada de uma burocracia devidamente posta em seu lugar e tempo, se compraz no campo da “eficiência” técnica e funcional. Uma imagem nos seria bastante ilustrativa a esse respeito:

A incorporação de acessórios à superfície arquitetônica é levada ao extremo: tudo aquilo que serve à mecânica do edifício e de algum modo revela a vida que se desenvolve em seu interior é reportado ao plano, a fim de que a função se qualifique como forma e a forma seja determinada pela evidência da perfeição técnica da função. Há uma tendência em ampliar a superfície em altura e largura; e não raro aquela superfície se apresenta como um grande painel de comando em que os elementos se movem, compondo-se descompondo-se como lâminas que mudam de cor sob a incidência da luz. Se devêssemos indicar as analogias ou as implicações inconscientes destas formas arquitetônicas, deveríamos referir-nos aos arquivos, às máquinas calculadoras, aos quadros de avisos dos grandes escritórios⁵¹.

Assim, a forma arquitetônica esboçada pelo programa de normalização da arquitetura moderna brasileira passa intrinsecamente pela linguagem formal da eficiência burocrática da “máquina”. Para a moderna arquitetura brasileira, a revolução e a descontinuidade proporcionada pelo advento da máquina, a qual caberia preparar, de mesma forma, a época em que o mundo se constituiria em sua imagem, mimetizando a dinâmica produtiva das linhas de montagem, assumiu, no Brasil, as feições de sua correlata engrenagem estática: a máquina do Estado fazendo reinar os imperativos da reprodução técnica de uma sociedade burocrática. Esse era o registro ao qual pretendia pertencer a Moderna Arquitetura

⁴⁹ Arantes, Otília. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 11).

⁵⁰ Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 172).

⁵¹ Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 172).



Brasileira. E podemos, assim, concluir, juntamente com Argan, “que esta arquitetura quer ser antes expressão de uma organização que de uma função”⁵².



Plan Voisin. Paris (França). Le Corbusier (1925).

A história de uma arquitetura moderna brasileira, com a pretensão de fundamentar toda a história nacional do Brasil, nasceu, então, mais vinculada ao seu próprio fim do que ao processo formativo, surgiu mais preocupada com a estabilidade e eternidade de suas formas do que com a dinâmica promovida pelo movimento e pelos ajustes temporais. Ela estava à frente de si mesma desde seu início, quando projetava já o seu fim enquanto ainda resgatava os elementos históricos que dariam suporte a essa empreitada. Assim, ela deu prioridade aos elementos a-históricos na sua última e inicial figuração em detrimento da fluidez plástica que contaria sua história. Essa, uma inversão, dadas as condições da entrada nacional no cenário da moderna arquitetura. É por isso que “a renovação das formas arquitetônicas procede do centro para a periferia ou, se se quer, de cima para baixo”⁵³, o domínio formal dessa arquitetura diz respeito à modalidade institucional ou administrativa, por, justamente, ser essa sua maior preocupação - com quem estabeleceria seu maior vínculo, no final das contas. Essa cara de “repartição pública” que a nossa arquitetura moderna, consagrada internacionalmente, recebeu revela, sem dúvida, os processos pelos quais ela passou e qual o aporte ideológico que a conduz. “Ainda que aderente, no que diz respeito à tipologia formal, aos modos da arquitetura europeia, a arquitetura brasileira desenvolveu-se em sentido paralelo porém contrário: começou por colocar-se o problema dos grandes centros administrativos e só posteriormente ‘desceu’ às questões da habitação, da edificação

⁵² Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 172).

⁵³ Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 174).

popular, do urbanismo. Em sua ordem formal, os conjuntos habitacionais parecem deduzidos da arquitetura dos edifícios administrativos”⁵⁴.

Fato impressionante é que esse conjunto de afirmações e as revelações que permitem deduzir da formação da Arquitetura Moderna Brasileira uma identidade intrínseca com as formas e estruturas da consagração do Estado, diante de todo seu aporte de constituição hegemônica, é o objeto do elogio de Argan à moderna arquitetura brasileira. E, seguindo seu entusiasmado elogio, perceberemos que ele está de acordo com a tendência mais difundida de generalização desse padrão construtivo para toda a sociedade - o que carrega consigo um arsenal ideológico a respeito da produção e representação do espaço que priorizam as ações do Estado em seu campo de domínio da *reprodução das relações sociais de produção*. Para Argan,

É a partir da arquitetura dos edifícios administrativos que se chegará aos poucos à melhoria das favelas e ao próprio planejamento dos bairros populares, e não inversamente. Mesmo soluções felizes do ponto de vista urbano (como, para ficar apenas num exemplo, o conjunto idealizado por Affonso Eduardo Reidy no subúrbio do Pedregulho, no Rio) refletem este processo imposto *de cima para baixo*, que se propõe a estender em círculos cada vez mais largos a tipologia idealizada por uma *elite*⁵⁵.

Assim, essa feição monumental saberia jogar com os elementos de sua constituição e assim levar a toda a sociedade a normatização necessária ao programa de manutenção da estrutura burocrática. A disposição do espaço, aqui, tem a pretensão de reger o ritmo e o uso dos espaços, a partir da normatização e das categorias funcionalizantes da moderna arquitetura, ampliando a lógica de funcionamento do Estado, calcado na razão - numa racionalidade específica, diga-se de passagem - e na lógica do equivalente, preconizada pela generalização do mundo da mercadoria, como elementos supostamente atemporais que regem, de mesma forma, o conjunto de ações pelos quais se reproduz uma sociedade num campo de inteligibilidade inteiramente novo. Nesse sentido, vale lembrar que, para Guy Debord,

“Pela primeira vez uma arquitetura nova, que em cada época anterior era reservada à satisfação das classes dominantes, acha-se diretamente destinada *aos pobres*. A miséria formal e a extensão gigantesca dessa nova experiência de hábitat provêm ambas de seu caráter *de massa*, implícito tanto por sua destinação quanto pelas condições modernas de construção. A *decisão autoritária*, que planeja abstratamente o território como território da abstração, está bem evidente no centro dessas condições modernas de construção. Nos lugares onde se inicia a industrialização dos países atrasados, aparece a mesma arquitetura, terreno adequado ao novo gênero de existência social que se deseja aí implantar”⁵⁶.

⁵⁴ Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 172).

⁵⁵ Argan, Giulio Carlo. “Arquitetura Moderna no Brasil”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 172).

⁵⁶ Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1997. (p.114).

Brasília é talvez o primeiro e mais representativo desses feitos. Lucio Costa conseguiu planejar para uma cidade inteira o domínio da racionalidade por sobre seus habitantes, que, assim como a Moderna Arquitetura Brasileira, trata-se de uma cidade que não tem história e carrega já desde seu nascedouro as marcas e formas da finalização de qualquer mudança na ordem do tempo, e tem implicação na substituição da própria história pela lógica.

3.5 - Brasília: o passo conclusivo.

Brasília, como obra de vínculo inquestionável com uma *Raison d'Etat*, não está de fora do grande projeto formativo da Arquitetura Moderna Brasileira. Mesmo tendo sido concebida posteriormente aos esforços iniciais de Lucio Costa para sistematizar e contar essa história da formação, ela se punha como horizonte para a consagração do sistema. Seu lugar no conjunto das inventivas formativas da Moderna Arquitetura Brasileira estava já, de partida, assegurado. Ela representaria, segundo Otilia Arantes, “esse passo conclusivo”, “o fecho” dessa história. “Esse passo conclusivo, entretanto, ainda não havia sido nem sequer cogitado quando Lucio Costa montou seu ‘esquema’, embora venha a ser um capítulo essencial dessa história. Conclusivo em todos os sentidos. De fato o fecho - na ocasião, triunfal - de um roteiro, pessoal e coletivo, que principiara por um ‘milagre’ (o Ministério) e culminara numa ‘miragem’ (Brasília)”⁵⁷. Fecho da história e do sistema da Moderna Arquitetura Brasileira com a pretensão de carregar consigo o projeto desenvolvimentista da Nação moderna e das relações burocraticamente definidas no âmbito do Estado e sob os desígnios da Razão.

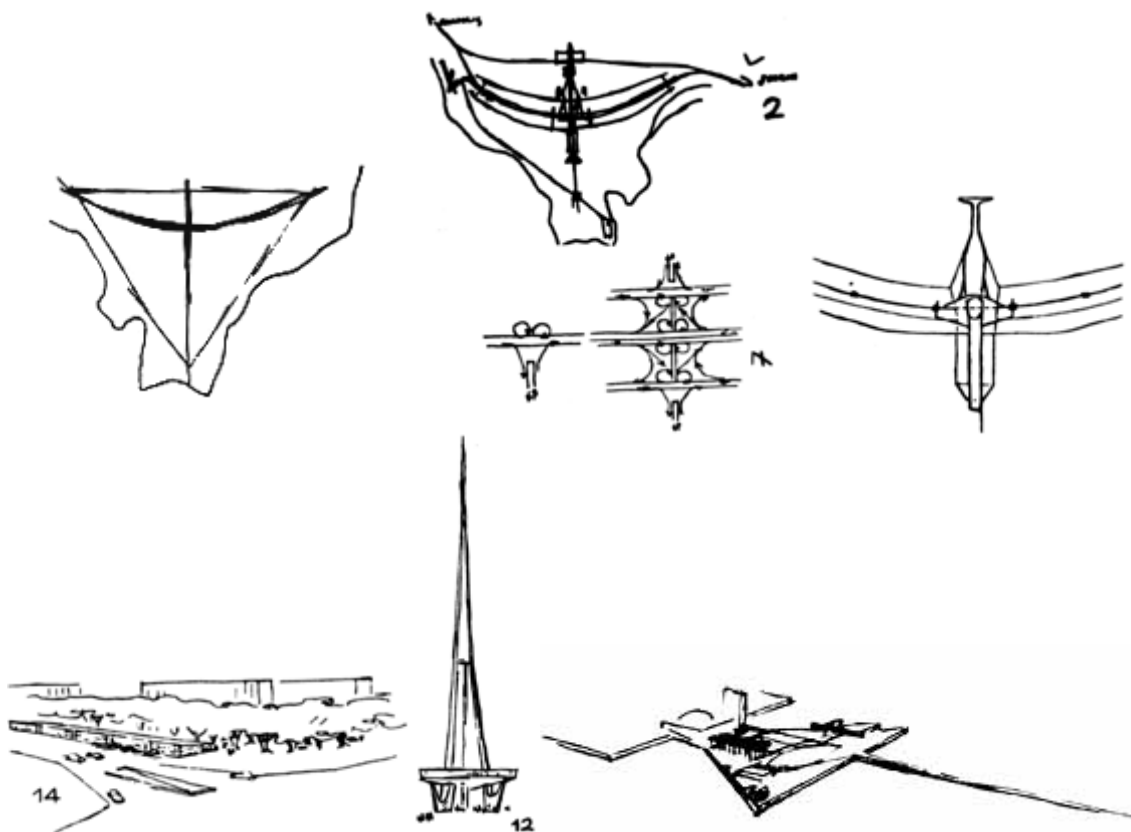
Esse vínculo com o Estado se dá efetivamente por dentro do prospecto formativo da nova arquitetura e pela produção de suas formas como produção do espaço. Não seria necessário, se não se tratasse de um caso evidente de enxerto para a realização do programa, todo o patrocínio do Estado, para o advento da rotinização da nova arquitetura, para que se pudesse, assim, vislumbrar a identidade entre esses campos. Brasília, antes de tudo, respeita categoricamente os princípios editados nos autos do modernismo arquitetônico de Le Corbusier, n’A *Carta de Atenas*, e é assim que se presta ao papel de uma capital nacional moderna em acordo com o funcionamento de uma sociedade burocrática regida pelo estatuto da reprodução.

O patrocínio de um “Estado protodesenvolvimentista” está, então, sem dúvida, ligado à necessidade de sistematizar e por em forma as manifestações avulsas de nossa arquitetura que culminaria na construção de Brasília. Esse programa de rotinização tem, ainda, a ver com o acabamento de um sistema cultural que respeita a inteligibilidade necessária para a realização de uma hegemonia do Estado. A finalização do processo de formação é o ápice da cadeia que se estabelece ao entorno das construções modernas dispersas tanto no tempo quanto no espaço. Foi com essa ideia que o programa de rotinização da nova arquitetura, em conformidade com o projeto de hegemonização das normatizações estatistas, teve de lidar e se acostumar, tendo em vista o passado pouco engajado nesse empenho que representou o período colonial brasileiro. Colocar-se diante do mais alto grau de desenvolvimento arquitetônico, construtivo e cultural da modernidade, exigiria não só o enxerto “bem

⁵⁷ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 11).



sucedido” para a nova arquitetura brasileira como o engajamento sobre os referenciais formativos de sociedades mais avançadas no programa de implantação dos princípios e formas da arquitetura moderna, de “países com um sistema cultural por assim dizer acabado desde o nascedouro”. Daí, também, a necessidade de coroamento do movimento, em seu fim, com a construção monumental de uma cidade inteiramente planejada sob os princípios da moderna arquitetura e urbanismo. Uma cidade que, por carregar consigo o fato de ter sido construída do dia para a noite, sobre o vazio do cerrado, para figurar entre as mais representativas obras do modernismo arquitetônico, toda coerente e fechada com a pretensão de referenciar o advento da formação, representa muito bem o trajeto da Moderna Arquitetura Brasileira. “Mais uma vez éramos os pioneiros na aplicação integral do receituário moderno (Ciams/Corbusier) na construção, a partir de zero, de uma cidade. Do edifício à cidade. Ainda sob patrocínio do Estado, só que agora, Estado do Desenvolvimento, do qual a nossa AM [Arquitetura Moderna] não apenas era a testemunha mais visível mas num certo sentido, por razões intrínsecas, uma invenção que tinha se mostrado necessariamente ‘desenvolvimentista’ avant la lettre”⁵⁸.



Croquis de Lúcio Costa para o Concurso do Plano Piloto da Nova Capital do Brasil. Lúcio Costa, 1957.

Assim, estava garantido o horizonte de destaque da nossa arquitetura moderna entre nós mesmos e os estrangeiros que reconheciam, sobretudo, o rigor na aplicação do receituário e as feições nitidamente nacionais e genuínas dessa manifestação. É, no entanto,

⁵⁸ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 11).



para nós mesmos que essa arquitetura representou bem mais que a desenvoltura individual e o gozo coletivo dos envolvidos com a produção das obras. Mais do que revelação de um espírito nacional apto a receber e produzir a nova arquitetura, o processo de formação da Arquitetura Moderna Brasileira recolocava, com evidentes chances de “resolvê-lo”, pelo menos de partida, nas ações que concerniam a esse campo, a passagem da Colônia à Nação, mais uma vez sob a perspectiva da superação do atraso e da dependência. Segundo Otilia Arantes, “se nos anos 30 já se podia falar num ‘desejo dos brasileiros de ter uma arquitetura moderna’, com patrocínio do Estado e tudo, é na década de 50 que ela se torna realmente emblemática de um Brasil moderno - novamente em jogo, o pano de fundo do debate nacional: passagem de Colônia a Nação, simbolizada, em sua plenitude retórica máxima, na fundação de uma capital”⁵⁹.

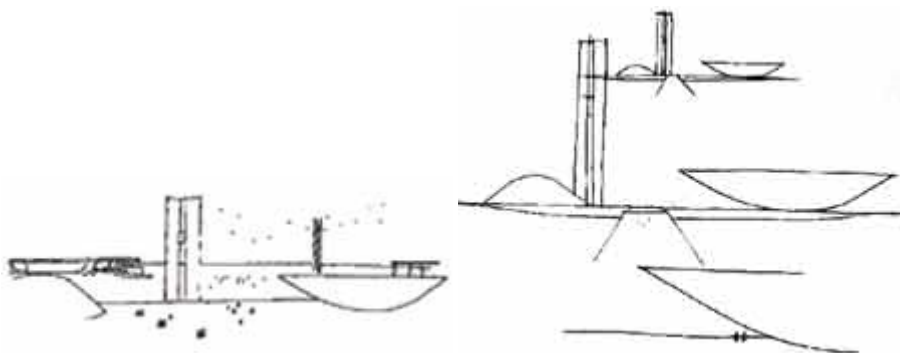
Assim, história e desenvolvimento - como registro colado na categoria do subdesenvolvimento e da perspectiva de construção da Nação moderna, enquanto matrizes discursivas que emanam das estratégias de fortalecimento do Estado na figura da centralização do poder - coincidem no desfecho glorioso que representou a nova capital em diversas escalas. A centralidade gestora coincidente com a centralidade geográfica, para o domínio de uma geopolítica de amplitude para todo o território nacional, e a racionalidade burocrática coincidente com a racionalidade urbanística, definidas no âmbito de uma geografia urbana traçada pelo poder, representam e, de fato, dão a unidade aos projetos de constituição e formação da Moderna Arquitetura Brasileira e de fortalecimento e consagração de uma hegemonia estatista nacional. A retórica culturalista da arquitetura aliada ao Estado acentua uma história que serve bem aos propósitos constitutivos da Nação livre - em contraposição à “dependência cultural” - e, por isso mesmo, burocraticamente dirigida no esteio de um Estado nacional fortalecido. Brasília representaria, nesse percurso, o casamento entre a história particular de um povo e uma razão mais elevada, universal e internacional, como a própria arquitetura moderna. Ela é, desde a sua concepção, esse misto, que se pretende a síntese, entre os elementos tradicionais de uma nacionalidade (particularidade) em busca de sua formação e consagração “autênticas”, que esbanjam da criatividade e inventiva do gênio de seu povo, definido nos campos que se lhe oferecem para a constituição de uma identidade - diga-se de passagem, o território e a história oficiais da nação -, e o movimento internacional em que se constituiu a modernidade em suas diversas facetas de feição universal - econômica, política, cultural etc.

Brasília representaria, por isso, também, o resgate de toda a história dessa Nação, em potência desde a Colônia, pela pureza conceitual das formas racionais contidas no plano. É como se toda a história se colocasse diante de si mesma para apreciar-se como obra da razão em seus elementos mais essenciais, desprovidos, aqui, dos enfeites que uma configuração determinada de um povo na história oferece momentaneamente a si mesmo. Todos os elementos contidos no plano encontram sua razão somente diante de si mesmo e para seus fins como diante de sua história na busca e na memória de sua justificativa e legitimidade. A “maioridade intelectual” de um povo é representada em Brasília pelo domínio das formas puras que revelam o que há de mais essencial no jogo aparentemente fortuito das manifestações históricas da “arquitetura brasileira”. É assim que se efetua uma passagem

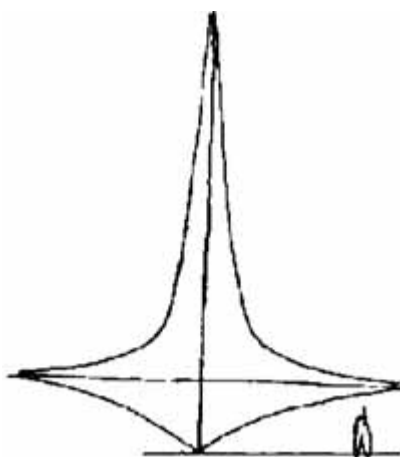
⁵⁹ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 11).

que vai da história à lógica; uma substituição daquela por esta, em que reinam mais as categorias e o domínio do estatuto de reprodução social sob o registro estático da composição lógica do que a indeterminação própria de um registro de mobilidade e fluidez, sequenciado no tempo sucessivo da produção. É como se, de fato, se realizasse na década de 60, em Brasília, a profecia ditada nas palavras de ordem de Warchavchik, em 1925: “abaixo as decorações absurdas e viva a construção lógica, eis a divisa que deve ser adotada pelo arquiteto moderno”⁶⁰.

É dessa forma que Brasília se coloca como “momento decisivo na rota ascendente de um povo subdesenvolvido; mas de um povo que reinventa sua capital ‘sob o signo da arte’. Coroamento cultural e sinal definitivo de maioridade intelectual”⁶¹. É dessa forma também que Brasília prepara a cena para uma mudança e uma alteração no curso dos acontecimentos, bem como no próprio campo de inteligibilidade. Ela marca - ou, ao menos, tem essa pretensão - a passagem de um registro de formação e, portanto, histórico, para um quadro da formação concluída ou de uma finalização de sua história, enquanto “momento decisivo” da arquitetura moderna brasileira, mas que carrega consigo toda a Nação e a história e, ao mesmo tempo, o prospecto de hegemonização do Estado.

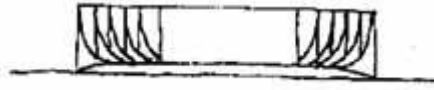


Praça dos Três Poderes. Oscar Niemeyer. 1958.

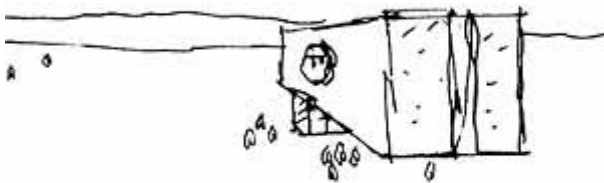
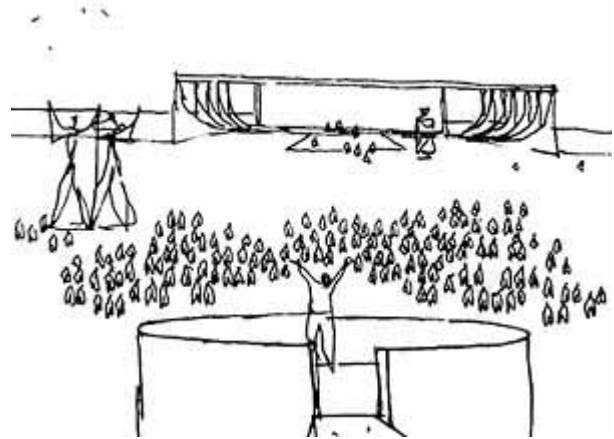
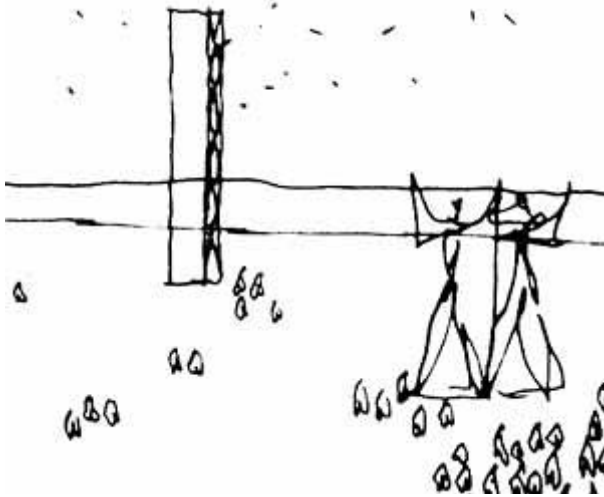


⁶⁰ Warchavchik, Gregori. “Acerca da Arquitetura Moderna”. In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003. (p. 38).

⁶¹ Arantes, Otilia. “Resumo de Lucio Costa”. *Folha de São Paulo*. Caderno “Mais”. 24 de fevereiro de 2002. (p. 11).



Supremo Tribunal Federal. Oscar Niemeyer. 1958.



Um dia o povo ouvirá o que desejar
e a liberdade a os direitos humanos
são angústias inevitáveis.
Oscar Niemeyer 18.4.78



Praça dos Três Poderes em dia de discurso. Croqui (geral e detalhes) de Oscar Niemeyer, 1978.



Parte II

**O Sentido da Finalização da História e a
Produção Capitalista do Espaço:
uma nova sorte de acumulação primitiva
do espaço.**

Capítulo 1

Sobreacumulação e produção do espaço em David Harvey.

Harvey se coloca uma questão repetidas vezes ao longo de diversos textos. Reformulada, sinteticamente, essa questão ficaria, mais ou menos, condensada em três blocos, assim: “até que ponto a produção do espaço e a expansão do modo de produção capitalista sobre novos territórios, como uma espécie de solução externa para as contradições internas do capitalismo, podem livrar o capital dos problemas decorrentes das crises de desvalorização? De onde o impulso para a expansão geográfica do capital? Como se dá esse processo?” Essa questão, ou esse conjunto de questões, foi posta de início, para o pensamento de nosso autor, por uma formulação de Hegel, que a deixou sem resposta. Posteriormente, Marx recobra um direito sobre ela, mas, assegura Harvey, somente deixou fragmentos inconclusos a esse respeito. A pretensão de Harvey em completar o pensamento de Marx a respeito das manifestações fundamentalmente espaciais do capital teve que contar com o apoio do pensamento de marxistas que se dedicaram à questão do imperialismo como uma forma predominantemente espacial do capitalismo, como, por exemplo, Lênin e Rosa Luxemburgo. As formas de reprodução espacial do capital contidas nas elaborações acerca do imperialismo capitalista parecem, para o nosso autor, conter o fundamento da expansão geográfica do modo de produção determinado sob a reprodução do capital. Por isso ele irá buscar refúgio aí, nesse debate.

A questão fundamental que serve de ponto de partida para Harvey se põe sobre a possibilidade de se desfazer das contradições internas do capitalismo a partir de soluções externas, como a exportação das crises ou dos excedentes para territórios ou regiões mais distantes, como parecia propor Hegel. A resposta de Harvey, também nesse sentido, é categórica e reaparecerá num conjunto bastante grande de seus textos sobre o assunto. Ele nega a possibilidade de se anular a partir de soluções externas os problemas originados nas contradições internas do modo de produção capitalista, mas não nega que sempre esse tipo de solução apresenta uma saída temporária e estratégica para a preservação de maior parte dos capitais estabelecidos nas mãos de grandes capitalistas – em detrimento de outros povos ou capitalistas, evidentemente.

1.1 - Sobre o caráter geograficamente expansível do modo de produção capitalista e o legado da acumulação primitiva.

Primeiramente, temos de assumir como ponto de partida o fato de que o modo de produção capitalista é naturalmente expansivo, porque funciona de acordo com a lógica da acumulação a partir da perspectiva de valorização máxima do capital. Harvey, repetidas vezes, utiliza a formulação de Marx segundo a qual, sob o modo de produção capitalista, o ímpeto pela acumulação gera um estado de “acumulação pela acumulação” e de “produção pela produção”, para iniciar sua abordagem do caráter expansivo do capital. “O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma



força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos. O estado estacionário da reprodução simples é, para Marx, logicamente incompatível com a perpetuação do modo capitalista de produção”¹.

Essa determinação fundamental do capital pode ser melhor compreendida segundo os esquemas da reprodução que apresentam uma necessidade crescente de investimentos derivada de uma produção sempre ampliada de capital. Dessa forma, de imediato, pode-se notar uma propensão ao aumento da quantidade de ativos e recursos operando no circuito de valorização com a expansão simples dos padrões produtivos já instalados; a abertura de novas linhas de produção, idênticas as que estão funcionando, por exemplo, exige a contratação de maior quantidade de trabalhadores e não necessariamente interfere nas taxas de lucro ou de mais-valia, até um escasseamento da mão de obra. Quando isso ocorre, então – o escasseamento da oferta de força de trabalho –, aparecem novas necessidades para a reprodução do capitalismo. A reconstrução do exército industrial de reserva é uma delas, e isso pode se dar tanto a partir de novos empreendimentos que promovem um novo tipo de acumulação primitiva do capital quanto a partir do investimento em capital fixo. Este? Promotor de um aumento da produtividade do trabalho que expulsa trabalhadores das linhas de produção. Este último aspecto vale, no entanto, até o exato momento em que o sistema não sofra com uma crise de sobreacumulação, sob a qual o aumento da capacidade produtiva é justamente o problema a ser enfrentado nos termos da valorização. O outro aspecto, para se tornar possível, precisa contar com uma massa de trabalhadores ainda não expropriados e tornados, por isso, força de trabalho para o capital, para que, então, se possa, sobre eles, fazer pesar toda a violência da expropriação como um gesto da acumulação primitiva. No caso de regiões já completamente tomadas pelas relações capitalistas de produção, o número de trabalhadores nessas condições é ínfimo, quando existe, e se torna insignificante para justificar tal empresa. Essas são as condições internas da reprodução capitalista que se produzem ao longo do desenvolvimento das forças produtivas sobre todo o globo terrestre. A lógica de funcionamento do capitalismo maduro já se manifesta em regiões fechadas que apresentam essas mesmas dificuldades. É possível identificar aí um preâmbulo do destino cataclísmico do modo de produção capitalista em seu estágio mais avançado. No entanto, para o nosso exemplo funcionar, não atingimos ainda uma expansão geográfica completa do modo capitalista de produção. Voltando, então, ao ponto em que paramos, resta somente a expansão geográfica como propulsora da ampliação dos processos de valorização e condição da continuidade dos mecanismos de acumulação. Tudo aquilo que o capitalismo não conseguiu resolver internamente, no espaço geográfico nativo ou de acordo com a lógica de reprodução do capital, o que aponta para a sobreacumulação, é aliviado sob uma exportação, um deslocamento espacial ou temporal, da crise e dos excedentes, para lugares distantes e que possam absorver lucrativamente esses capitais excedentes – que em sua origem representavam problemas para a reprodução do modo de produção capitalista.

Esse processo remonta à discussão que Harvey resgatou em Hegel a respeito da possível resolução *externa* das contradições *internas* do modo de produção capitalista. As contradições da “sociedade civil”, em Hegel, associadas à busca incessante do lucro e à

¹ Harvey, D. “A Geografia da Acumulação Capitalista: uma reconstrução da teoria marxista”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 43).

produção de riqueza, por um lado, geram, no outro extremo, uma situação de miséria e pobreza calamitosas. O caráter expansionista e “civilizatório” do capital, nessa linha de argumentação, recobra, em contradição, a barbárie e miséria do povo subjugado aos mecanismos de produção do lucro. Essa dinâmica se torna mais evidente diante das crises de sobreacumulação, que, por sua vez, “afeta ao capital a aos trabalhadores por igual, assim como a base mesma da reprodução das relações de classe”². Hegel, assistindo a progressão de um cenário esclarecedor a respeito do egoísmo individualista que se exaspera na sociedade civil e a elaboração de algumas crises significativas para o restabelecimento da dinâmica do expansionismo capitalista, constrói a seguinte formulação na *Filosofia do Direito*:

“Quando a sociedade civil está num estado desimpedido de atividade, ela se engaja na expansão interna da população e do setor industrial. A acumulação de riqueza se intensifica por generalizar (a) a ligação dos homens pelas suas necessidades e (b) os métodos de preparação e distribuição dos meios para satisfazer essas necessidades, pois é a partir desse processo duplo de generalização que se obtém os maiores lucros. Esse é um lado da situação. O outro lado é a subdivisão e a restrição de determinados trabalhos. Isso resulta na dependência e na desgraça da classe associada a trabalhos desse tipo”.³

Hegel capta nesse processo uma contradição do capital, mas a aborda sob o domínio da sociedade civil. Contudo, ele vai além do reconhecimento e chega a formular algumas alternativas para o processo de crescimento das forças produtivas. Chega a sugerir duas possibilidades, segundo Harvey, que consistem numa maior cobrança de impostos de efeito redistributivo, pela via do fortalecimento do Estado como “realidade da Ideia ética” e restaurador de um sentido de coletividade perdido na dinâmica da sociedade civil - o que, se pode imaginar, acarreta numa diminuição ou impossibilidade da valorização capitalista se for prolongada, e será, por isso, facilmente driblada -, e numa retomada do crescimento gerador de empregos - o que por sua vez levaria a um aumento da produção e recolocaria o problema da sobreacumulação em patamares ainda mais elevados. Ele mesmo formula e descarta, sobre esse aspecto pontual, suas duas possibilidades, sem abrir mão, evidentemente, da consagração do Estado como manifestação suprema do espírito universal que deve conduzir a sociedade civil diante de seus desacertos. Resta, então, aquela possibilidade com relação ao alívio externo, no espaço, das contradições internas.

Essa externalidade da solução hegeliana para os problemas internos do processo de acumulação, volto a repetir, se refere aos mecanismos e lógicas subjacentes no corpo da estrutura de reprodução do capital, que guardam a natureza de todo o processo de acumulação capitalista em si, e são externas, portanto, a esse conjunto (e só com relação a esse conjunto), revelada como uma espécie de enxerto, incompatível em longo prazo, na própria dinâmica interna da acumulação. Contudo essa externalidade carrega consigo uma dinâmica irreparavelmente espacial. Na medida em que o espaço externo ao núcleo duro da

² Harvey, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica. 1990. (p.198).

³ Hegel. *A filosofia do Direito*. Apud. Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (pp. 99-100).

acumulação capitalista lhe serve como refúgio seguro, independentemente do modo de produção instaurado alhures, seja para ampliar a produção instalando-se externamente novas linhas de produção, seja enviando os excedentes de capital na forma de produtos acabados, essa proliferação ampliada do capital, e da crise capitalista conseqüentemente, pode sugerir um fôlego maior aos capitalistas endinheirados que não tem meios para o reinvestimento lucrativo de seu capital nas condições locais e presentes. Surge dessa perspectiva “um segundo conjunto de soluções” elaborado por Hegel – e é esse que nos interessa.

“A sociedade civil, assevera ele, move-se por sua ‘dialética interna’, ‘impelindo-se para além de seus limites e buscando mercados – portanto, meios necessários de subsistência – em outros países, deficientes nos bens que superproduziu e/ou atrasados no setor industrial’. Também deve fundar colônias e, assim, permitir que parte de sua população ‘retorne a uma vida sobre uma base familiar em uma nova terra’, enquanto também ‘oferte a si mesma com uma nova demanda e um novo campo para a sua indústria’”.⁴

Para Harvey, “o imperialismo e o colonialismo são, por meio disso, interpretados como soluções necessárias para as contradições internas acumuladas que assediam qualquer sociedade civil ‘madura’”.⁵ Dessa forma, o “ajuste espacial” reaparece na discussão a respeito do caráter irresistivelmente expansionista do capital. A questão, no entanto, que é deixada por Hegel, para Harvey, é a seguinte: “Será que a sociedade civil pode ser salva das suas contradições internas (e, no fim, da sua dissolução) por uma transformação *interna*: a realização do Estado moderno como ‘realidade da Ideia ética’? Ou será que a salvação está no ‘ajuste espacial’, isto é, a transformação *externa* por meio do imperialismo, do colonialismo e da expansão geográfica?” E, completa: “Essas são as intrigantes questões que Hegel deixa em aberto”⁶.

Diante disso, refazendo o caminho de exposição, e talvez lógico, da constituição do pensamento de Harvey a respeito das soluções externas ou dos “ajustes espaciais” como maneiras de refratar, ao menos temporariamente, os efeitos da desvalorização violenta de capitais, o nosso autor irá buscar em Marx - a base de sustentação de seu pensamento - a resposta à questão deixada em aberto por Hegel. Mas também não a encontrará aí formulada conclusivamente.

É conhecida a relação dos textos de Marx com a obra de Hegel. A própria *Filosofia do Direito* serviu muitíssimo para a constituição do pensamento marxiano no que diz respeito à concepção de história e à noção de Estado formulada por Hegel. No entanto do ponto de vista de Harvey, ao que parece, Marx não deu atenção (ou não a tornou pública) à questão levantada por Hegel a respeito da “dialética interna da sociedade civil” e o imperialismo, da colonização e a expansão geográfica como soluções externas aos problemas das crises econômicas europeias. “Muitas dessas ideias chave e outras são mencionadas na *Crítica à*

⁴ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 100).

⁵ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.101).

⁶ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.101).



'Filosofia do Direito' de Hegel. Muito surpreendente, portanto, é a total falta de qualquer comentário sobre a concepção de Hegel a respeito da 'dialética interna' da sociedade civil, que leva a buscar soluções coloniais ou imperialistas". Para Harvey, "evidentemente, Marx pretendeu ampliar sua crítica nessa direção. No entanto ele nunca fez isso"⁷.

Contudo, além de uma base teórica para a formulação de sua teoria com relação aos "ajustes espaciais", Harvey encontra em Marx pistas fundamentais que lhe permitirão dialogar, com maior propriedade sobre o argumento marxiano, com Lênin e Rosa Luxemburgo a respeito do imperialismo e o impulso incontestável para a "expansão geográfica" do capital. Um capítulo bastante importante nos textos de Harvey parece ser o capítulo sobre a colonização contido em *O Capital*, de Marx. Esse capítulo pontuou muitos aspectos que permitiram Harvey construir sua teoria a respeito do deslocamento espacial e temporal do capital.

"O objetivo do capítulo final sobre colonização é mostrar como a burguesia, por meio das políticas defendidas nas colônias, contradisse seus próprios mitos no que diz respeito à origem e natureza do capital. Na análise burguesa [...], o capital (uma coisa) se originava do exercício proveitoso da própria capacidade de trabalho do produtor, enquanto a força de trabalho surgia de um contrato social, livremente firmado, entre aqueles que produziam capital por meio da frugalidade e da diligência, e aqueles que decidiam não fazer isso. 'Essa bela fantasia', tropeça Marx, 'rompe-se em pedaços' nas colônias. Enquanto o trabalhador pode 'acumular para si – e isso ele pode fazer enquanto permanece possuidor dos seus meios de produção – a acumulação capitalista e o modo capitalista de produção são impossíveis'. O capital não é produto físico, mas *relação social*. Baseia-se na 'destruição da propriedade privada auto-obtida; em outras palavras, a expropriação do trabalhador'. Historicamente, essa expropriação foi 'escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo'"⁸.

Essa reapresentação da história da astúcia empreendedora do capital, desmistificando os mecanismos de acumulação originária como formas absolutamente violentas de expropriação, pontuam uma ruptura na linearidade histórica da narrativa burguesa a seu próprio respeito. Essa ruptura, que é possível ler nesse texto em que Marx empresta passagens laboriosas de sua obra a Harvey, apresenta uma gênese fortemente motivada por elementos externos à narrativa autoformadora da classe burguesa. A acumulação primitiva é exterior à lei do valor no campo de uma sociedade especificamente capitalista. A história da acumulação burguesa não é a manifestação do curso natural de um longo processo em desenvolvimento na história universal. Ela é marcada, em seu início, pela violência que não encontra lugar naquela "bela fantasia". É por isso que, segundo Rosdolsky, é "daí, porém, [que] se deduz que as condições para o devir do capital não estão contidas no modo de produção capitalista; devem encontrar uma explicação fora dele"⁹.

⁷ Harvey, D. "O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx". In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.111).

⁸ Harvey, D. "O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx". In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.112).

⁹ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 227).

No processo de colonização esse mecanismo e seu teor se revelam em sua verdade. Trata-se, aqui, de uma reposição da condição inicial (*exterior*) do modo de produção capitalista; um novo conjunto de ações, com todo seu teor de violência e barbárie, que não constam naquela “bela fantasia” contada pela narrativa histórica autorreferenciada da burguesia. Percebe-se, então, que a acumulação primitiva talvez não seja simplesmente genética ou historicamente localizada, como nos lembra também Francisco de Oliveira¹⁰, mas lógica e continuamente presente no corpo das estratégias que avançam com a reprodução do capital, logo, estrutural. Dessa forma, os “ajustes espaciais”, assim como a colonização, o imperialismo e a expansão geográfica, como mecanismos de comunicação com o mundo exterior, são de fundamental importância para a sobrevivência do capitalismo. Se é na colonização, nos ajustes e expansões espaciais, portanto, que a verdade do modo de produção capitalista se revela, por meio da atualização da história da acumulação primitiva, então, aqueles gestos de barbárie não são simplesmente o berço histórico do capital. Eles se repõem para a manutenção prolongada dos esquemas de reprodução ampliada do capital. Esse mecanismo reiterado de acumulação primitiva, assim como as demais reconfigurações exteriores (externas) condicionantes do atual estágio de reprodução das forças produtivas sob o capital, está na pauta das discussões a respeito de sua necessidade para a continuidade do processo de acumulação do capital. Por exemplo, “nas obras de divulgação da economia marxista, o capítulo sobre a acumulação primitiva é frequentemente tratado como uma digressão de Marx, importante é certo, mas de caráter apenas histórico e, nessa medida, situada a rigor fora da análise propriamente econômica”¹¹. Para Rosdolsky, “nada mais falso”¹². Assim se pode notar nessa passagem:

“É claro que, antes de o modo de produção capitalista se impor, foi necessário desfazer a unidade original entre os produtores e as condições de produção; os primeiros perdendo a posse dessas condições de produção, e portanto de seu ‘fundo de trabalho’, também perderam a ‘função de acumular’. Desse ponto de vista, a acumulação primitiva é um elemento constituinte da relação capitalista e está ‘contida no conceito de capital’. Não decorre daí, no entanto, que tenhamos de considerar o processo de separação entre os trabalhadores e os meios de produção, que constitui a essência dessa acumulação, como um fato concluído para sempre, mergulhado na história. Ao contrário: ‘Uma vez existindo o capital, e a partir da

¹⁰ Oliveira, Francisco de. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo. Estudos Cebrap 2.

¹¹ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 234).

¹² Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 234). “Curiosamente, essa concepção errada também se encontra em Rosa Luxemburgo, que escreveu em sua principal obra: ‘Marx trata em profundidade tanto do processo da apropriação de meios de produção não capitalistas como do processo da transformação do campesinato em proletariado capitalista. Todo o capítulo XXIV do primeiro tomo de *O Capital* é dedicado a descrever o nascimento do proletariado inglês, da classe dos arrendatários capitalistas, assim como do capital industrial. Na descrição de Marx, o saque dos países coloniais por parte do capital europeu desempenha importante papel nesse último processo. Mas tudo isso, note-se bem, só do ponto de vista da assim chamada acumulação primitiva. Os processos indicados só ilustram em Marx a gênese, a hora de nascimento do capital, descrevem as dores de parto produzidas no nascimento modo de produção capitalista a partir de dentro da sociedade feudal. Tão logo oferece à análise teórica do processo capitalista – tanto da produção como da circulação -, ele retorna constantemente à sua premissa: o domínio universal e exclusivo da produção capitalista’”. Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 550).



própria produção capitalista, essa separação se conserva e se reproduz em escala cada vez maior, até que se produza a reviravolta histórica'. Isso ocorre em virtude da constante capitalização da mais-valia: 'Multiplicados, os produtos do trabalho, que ao mesmo tempo são suas condições objetivas – condições de sua reprodução - , se defrontam constantemente com ele como capital, como poderes alienados do trabalho, que o dominam, individualizados no capitalista. Com isso, acumular, transformar de forma sempre renovada uma parte do mais-produto em meios de produção, converte-se em função específica do capitalista'. (...) *Essa acumulação transforma em um 'processo contínuo o que na acumulação primitiva aparece como um processo histórico particular, processo de gênese do capital e transição de um modo de produção a outro'*".¹³

Dessa forma, a acumulação primitiva, definida inicialmente como algo que está de “fora” do grande corpo lógico de reprodução especificamente capitalista, é processo fundamental de realização da mais-valia numa escala de reprodução sempre ampliada. Levando em consideração a tendência expansionista do capitalismo como movimento motivado pela tentativa de resolução de suas contradições internas, pode-se entender que é essa perspectiva de fuga de si mesmo que dá a propulsão para as forças produtivas definidas sob o capitalismo ganharem o mundo. No entanto, não fazem isso sem o uso da força externa aos mecanismos próprios da acumulação especificamente capitalista, um mecanismo alheio à própria natureza da acumulação capitalista, mas uma exigência reiterada vinda de seu interior. Mas, “isso não é tudo”, continua Rosdolsky. “Se de um lado, a transformação do dinheiro em capital pressupõe o processo histórico da acumulação primitiva, ‘de outro, o efeito do capital (uma vez que ele já tenha surgido) e de seu processo consiste em submeter toda a produção e em desenvolver e estender em todas as direções a separação entre trabalho e propriedade, entre trabalho e condições objetivas do trabalho’”¹⁴.

É nesse sentido que a expansão do capital, na busca de uma solução externa para os problemas internos de acumulação, reproduz, de mesmo gesto, a contradição numa escala geograficamente ampliada, ao invés de resolvê-la. A esse respeito, a resposta de Marx a Hegel parece ter sido definitiva, como conta Harvey. “Se, por exemplo, os trabalhadores podem voltar a uma vida genuinamente não alienada por meio da migração para alguma região de fronteira (como imaginou Hegel), então o controle capitalista sobre a oferta de mão de obra é solapado. Tal forma de expansão talvez seja vantajosa para a mão de obra, mas não pode solucionar os problemas do capitalismo”¹⁵. Colocada simplesmente dessa forma, aumentaria, ainda mais, os problemas decorrentes de uma crise de valorização. “Os novos mercados e os novos campos para o setor industrial, que Hegel considerou essenciais, poderiam apenas ser alcançados por meio da recriação das relações capitalistas da propriedade privada, assim como do poder de se apropriar do trabalho dos outros”¹⁶. Dessa forma, a mitigação do problema da alienação da força de trabalho, da pobreza e da falta de

¹³ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 234).

¹⁴ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 234).

¹⁵ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.113).

¹⁶ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.113).



condições de se poder dar um destino mais digno à classe trabalhadora, assim como o de poder, por isso, resolver as contradições internas do capitalismo, por meio da expansão geográfica da força de trabalho, cai por terra; primeiro, na região natal, por uma falta absoluta de condições de dominação do capital sobre a oferta de mão de obra, segundo, pelo despertar antecipado da propensão expansionista do capital para tais regiões fronteiriças. A concentração da propriedade privada, por meio da acumulação primitiva traria logo de reconstituir aquele exército industrial de reserva como o centro disseminador da miséria e da perda de poder do trabalhador sobre sua força de trabalho. Nesse sentido, Harvey aponta para o fato de que “o capítulo de Marx sobre colonização parece indicar a impossibilidade concernente a qualquer ajuste espacial permanente. [...] Marx procura fechar com firmeza a porta que Hegel deixou parcialmente entreaberta”¹⁷. Para Marx, “a expropriação dos expropriadores é incitada como [a] única solução válida para os dilemas sociais impostos pelo capitalismo”¹⁸. Contudo, aparece um problema diante dessa colocação, que não poderá ser entendido sem uma ampliação do foco de discussão para além dos limites do expansionismo colonialista.

Muitas vezes, o problema da expropriação dos expropriadores tem sido tarefa de alguns poucos capitalistas que permanecem na condição de expropriadores, crescendo às custas da expropriação de outros capitalistas. A acumulação primitiva, diante e estimulada pelos problemas da sobreacumulação, num capitalismo de tipo “maduro” e que enfrenta problemas de ordem da circulação do capital, recobra seus “direitos” – garantidos pela força e pela violência propulsoras da acumulação – sobre os capitais mais fragilizados durante a crise. Esse processo, que é um processo de reorganização da distribuição de capitais entre os capitalistas, passa a ocorrer, na falta de possibilidades compensadoras relativas ao expansionismo geográfico do capital por sobre espaços de estrutura pré-capitalista, sob uma relação de expropriação de ativos e capitais de uma fração sobre a outra, de capitalistas enfrentando, em curso, crises de desvalorização e de pronunciada queda nas taxas de lucro. Isso se dá num momento de uma mundialização quase total do capital. Nesse processo, a concentração, que é a marca de qualquer processo de acumulação primitiva, onde quer que ela ocorra e sob quaisquer condições, passa a ocorrer às expensas de capitalistas já existentes. Isso, contudo, não impede - e, muitas vezes, exige - que haja um deslocamento espacial desse capital para que se realizem esses mecanismos de concentração sobre outras regiões geográficas já recrutadas ou dominadas de acordo com os padrões de acumulação capitalista. Esse mecanismo explora as “assimetrias espaciais”. Capitais, na forma de ativos, se redirecionarão para as mãos de capitalistas mais vorazes e astutos ou com maiores condições de concorrer num mercado altamente competitivo¹⁹. Há uma redistribuição dos capitais existentes, que permitem um aumento na composição orgânica desses capitais acrescidos, sem, contudo, fazer com que haja um aumento geral da taxa de lucro – salvo com relação ao período de depressão violenta estimulado pela sobreacumulação (restabelecido

¹⁷ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (pp.113-114).

¹⁸ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.114).

¹⁹ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004.

após os ajustes espaciais ou as desvalorizações que recaem sobre parte do capital geral) – estimulados pelos mecanismos de desvalorização que operam sobre outros capitais.

“Por isso, o avanço posterior do modo de produção capitalista não provoca apenas a paulatina destruição do trabalho artesanal, da pequena propriedade da terra de trabalho etc., mas também faz com que ‘os grandes capitalistas abocanhem os pequenos, pela descapitalização destes’. Novamente nos vemos diante do mesmo processo de separação que ‘se inaugura com a acumulação primitiva, [...] aparece depois como processo permanente na acumulação e concentração do capital e, finalmente, se manifesta como centralização dos capitais já existentes em poucas mãos, com descapitalização de muitos capitalistas’. Um processo que só chegará ao fim com a eliminação do próprio capitalismo, ou seja, a restauração da unidade original entre os produtores e as condições de produção.”²⁰

Por isso, a problemática não poderia ser esgotada no capítulo sobre a colonização. Por essa razão, ainda, “a porta [que Hegel deixara entreaberta] não ficaria fechada”. Isso porque, “a ‘dialética interna’ de Hegel passa por sucessivas representações no texto de Marx. Assim, em cada ponto, a questão da resolução espacial relativa às contradições do capitalismo pode, legitimamente, voltar a ser formulada”²¹. Nesse sentido, Harvey reapresenta a discussão em Marx e retoma suas questões que dão o norte dessa investigação.

“O capítulo sobre a colonização talvez seja suficiente para o primeiro volume de *O Capital*, em que Marx se concentra exclusivamente nas questões de produção. Mas e quanto ao terceiro volume, em que Marx mostra que as exigências da produção conflitam com as exigências da circulação, produzindo crises de desequilíbrio na acumulação? A polarização então assume a forma de ‘capital não empregado, em um polo, e população trabalhadora desempregada, no outro polo’. Será que o estabelecimento de tais crises pode ser contido por meio da expansão geográfica? Marx não exclui a possibilidade de que o comércio exterior pode se contrapor à tendência da margem decrescente de lucro a curto prazo (...). No entanto, quão longo é o curto prazo? Se se prolonga por muitas gerações, o que isso representa para a teoria de Marx e sua prática política associada de buscar transformações revolucionárias no núcleo da sociedade civil?”²²

Para a constituição do pensamento de Harvey com relação à expansão geográfica do capital como meio para conter as crises de acumulação, a passagem das considerações marxianas de um registro atado quase que exclusivamente aos problemas internos da produção a um outro, caracterizado pelo levantamento das condições em que podem surgir conflitos e contradições entre a produção e a circulação como fonte dos problemas da acumulação, é de fundamental importância. É nesse contexto, também, que as crises de valorização podem se apresentar como problemas de sobreacumulação do capital. Um tipo

²⁰ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (pp. 234-235).

²¹ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.114).

²² Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.114).



de crise que exigirá soluções controversas (e contraditórias) à própria lei do valor, da valorização permanente do capital²³. A desvalorização aparece no horizonte da acumulação capitalista como um elemento próprio da dinâmica da acumulação e valorização capitalistas.

1.2 - Da contradição entre produção e circulação do capital à produção do espaço.

A necessária circulação do capital, momento em que a mais-valia se realiza, aparece como uma condição sem a qual a produção de valor de nada adiantaria para o capital. Se é possível dizer que analítica e logicamente a produção de mais-valia ocorre nos momentos de produção capitalista, sua realização está indissociada da circulação desse capital. É por isso que o capital e o processo de valorização aparecem na unidade entre produção e circulação. Contudo, a circulação não é só um momento que não está ligado à produção *strictu sensu* do valor, mas representa, ao mesmo tempo, uma vez em que incide diretamente sobre o tempo de rotação do capital, um obstáculo para ela. Como obstáculo para a valorização, ela contém toda a potencialidade do “não-valor”. Um passo lógico importante para a valorização, no entanto, contém a negação do processo na forma da desvalorização. A desvalorização é um mecanismo negativo interno do próprio processo de valorização do capital. Nesse sentido, a desvalorização reaparece como um elemento interno do próprio processo de valorização e passa a ser compreendida não mais como momento específico e esporádico, manifesto nas crises de desvalorização, mas como algo inseparável dos processos de valorização capitalista a ser constantemente driblado pelas estratégias de acumulação.

Dessa forma, a redução do tempo de circulação, a partir da propensão a fazer diminuir os efeitos da desvalorização sobre o capital, vai levar àquela formulação em que Marx descobre o impulso à supressão do espaço pelo tempo - tão importante para o nosso autor. Isso acontece por que a circulação do capital não é algo que tem existência simplesmente lógica e metafísica, ela deve se realizar materialmente, apesar do sonho burguês de uma existência puramente espiritual de seu capital (em que os processos de valorização se em com a velocidade do pensamento, sem passar pelos constrangimentos da circulação material do capital sobre e no espaço). Ela acontece, portanto, imprescindivelmente, a partir do deslocamento e da transformação materiais dos objetos de capital, no espaço, e não somente no tempo, como uma espécie de categoria idealizada. A supressão do espaço pelo tempo nasce dessa vontade de aniquilação dos determinantes da desvalorização que materializam o capital, em seus diversos momentos, no curso de sua realização. O valor de troca, como pura abstração do tempo de trabalho (concreto), não se realiza sem o valor de uso, apesar de podermos identificar com mais clareza, nos fluxos monetários e financeiros, novamente, essa vontade e propensão sempre insatisfeitas para o capitalista²⁴. Nesse sentido, a circulação e a necessidade de conversão dos elementos de

²³ A respeito da contradição e dos efeitos que envolvem as crises de sobreacumulação ver também, para além dos autores aqui citados: Grespan, J.L.S. *O Negativo do Capital*. São Paulo. Hucitec/FAPESP. 1999.; e Brenner, Robert. *O Boom e a Bolha: os Estados Unidos na economia mundial*. Rio de Janeiro. Record. 2003.

²⁴ Lefebvre recorre constantemente a essa contradição entre o valor de uso e o valor de troca para pontuar os aspectos de diferentes naturezas envolvidos no processo de reprodução ampliada do capital. Isso pode ser apreendido em livros como: *O Direito à Cidade; A Revolução Urbana; La Production de l'Espace* entre outros. Jameson chega a sinalizar uma propensão à autonomização do capital financeiros sobre o produtivo, uma tendência de ressurgimento de um valor de troca despregado de um valor de uso. Jameson, F. “Cultura e Capital Financeiro”. In: *A Cultura do Dinheiro*. Petrópolis. Vozes. 2001.



capital em suas subseqüentes transfigurações no processo de valorização, como um processo atado à realização material do capital, aparecem como obstáculo interno a ser superado do ponto de vista do capital.

“O capital, ‘por sua natureza, conserva o caráter de capital pelo fato de atuar sempre como capital em repetidos processos de produção’. Por isso, ‘a ininterrupta continuidade do processo, a transição livre e fluida em que o valor passa de uma forma a outra, ou de uma fase do processo a outra, é condição fundamental para a produção baseada no capital, e isso em um grau inteiramente diferente do de todas as formas anteriores de produção’. A melhor maneira de garantir a continuidade da produção seria eliminar o tempo de circulação. Mas isso não é possível, pois ‘o capital, por sua natureza, percorre as diversas fases da circulação, e isso não se passa no terreno das ideias, onde um conceito pode transformar-se em outro com a rapidez do pensamento, sem demora’”.²⁵

Dado o caráter insuperável da materialidade do processo de produção do valor no modo de produção capitalista, é fato que, então, para realizar-se, esse valor necessita atingir seus destinos percorrendo um longo trajeto no espaço. Essas barreiras aparecem como a barreira do espaço a ser constantemente vencida, em menos tempo, pelo capital. Esse percurso dos diferentes corpos de valor no espaço demanda tempo; tempo de circulação do capital. Há, portanto, a necessidade constante, derivada da irresistível tendência à redução dos tempos de rotação dos diversos capitais, de se reduzir a influência dessas barreiras do espaço, produzindo um espaço recorrentemente adaptado à circulação dos valores de capital²⁶. Dessa forma, pode-se entender também que não basta um primeiro “ajuste espacial” para que determinado conjunto de regiões, lugares, ou até do espaço mundial, atendam as necessidades de reprodução capitalista, há uma constante necessidade de readaptação das condições espaciais para a circulação do capital estabelecida conforme o “tempo de rotação socialmente necessário”, o que implica num processo simultâneo de produção e reprodução do espaço. Isso pode ser lido em muitas passagens de David Harvey, como essa:

“Na circulação do capital, o propósito e o objetivo dos envolvidos deve ser controlar o *tempo* do trabalho excedente, e transformá-lo em lucro dentro do *tempo de rotação socialmente necessário*. Do ponto de vista da circulação do capital, portanto, o espaço aparece, em primeiro lugar, como mera inconveniência, uma barreira a ser superada. O capitalismo, conclui Marx, em um notável *insight*, é caracterizado necessariamente por um esforço permanente da superação de todas as barreiras espaciais e da ‘anulação do espaço pelo tempo’ (...). No entanto, isso denota que esses objetivos apenas podem ser alcançados por meio da produção de configurações espaciais fixas e imóveis (sistemas de transportes etc.). Em segundo

²⁵ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 291).

²⁶ Aqui o espaço vem sendo tratado como “barreira” segundo a denominação de David Harvey, mas essa, permito-me adiantar, não é a única forma em que o espaço aparecerá de acordo com o ponto de vista dos mecanismos de acumulação capitalista. No terceiro capítulo desta parte uma análise do mercado imobiliário e da indústria da construção civil recolocam novos significados do espaço social para os processos de acumulação do capital.

lugar, portanto, nos defrontamos com a contradição: a organização espacial é necessária para superar o espaço”.²⁷

Aqui o espaço, enquanto barreira para a acumulação de capital, como problema a ser superado pelas estratégias de valorização capitalista, aparece como elemento importante para o processo de valorização justamente pelo seu aspecto negativo. O espaço, os “ajustes espaciais” aparecem nesse contexto devido ao fato de que, ao contrário do tempo – categoria muitas vezes idealizada, de porte convencionalmente metafísico, quando separada da materialidade das relações sociais – traz à memória, constantemente, que os objetos são dotados de materialidade, mesmo aqueles determinados pelo processo de valorização do capital. O capital, em si mesmo, não é uma “coisa”, mas uma relação social, um processo - como pontua Marx -, mas, depende, incondicionalmente, da materialização de alguns de seus momentos para que se realize, o que o subjeta a essas determinações negativas do espaço. O capital como relação social não é relação social abstrata quando determina aspectos materiais que interferem definitivamente nos processos de reprodução da vida social e do próprio capital enquanto face totalizante dessa vida, mas só quando se funda em aspectos abstratos definidos no interior dos processos de valorização e dessas mesmas relações sociais. Diante disso, contudo, o espaço só adquire a importância indiscutível que tem nesse processo porque incide diretamente sobre o “calcanhar de Aquiles” dos processos de valorização, e, dessa forma, no tempo de circulação do capital. O limite que o espaço pontua para os processos de valorização diz respeito àquele que recai sobre a impossibilidade da operação total de valorização se realizar “com a rapidez do pensamento, sem demora”. O espaço aparece, então, como limite do tempo, e o tempo como limite do capital. Por isso “Marx não estava necessariamente equivocado ao priorizar o tempo em relação ao espaço”²⁸, admite Harvey. Com relação a isso, é possível refazer esses elos a partir da seguinte formulação, segundo a qual a circulação aparece como mestra do tempo de rotação e limite da produção:

“É a fase de circulação que determina as diferenças mais importantes nos períodos de rotação. Vimos que ‘quanto mais rápida é a circulação, tanto mais breve é o tempo de circulação, e assim o mesmo capital pode repetir mais vezes o processo de produção. Portanto, em um ciclo determinado de rotações do capital, a *soma dos valores criados por ele* (e, é claro, também de mais-valia[...]) *varia na razão direta do tempo de trabalho e na razão inversa do tempo de circulação [...]*. O valor total é igual ao tempo de trabalho multiplicado pela quantidade de rotações do capital. Ou melhor: agora, o valor criado pelo capital já não está determinado simplesmente pelo trabalho usado no processo de produção, mas também pelo coeficiente do processo de produção, ou seja, o número que expressa quantas vezes ele se repetiu em um dado período’. Até mesmo em capitais de igual magnitude, igual composição orgânica e igual taxa de mais-valia a duração do período de rotação pode ser muito diferente. Neste sentido, como podemos ler nos

²⁷ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.145).

²⁸ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.145).



Grundrisse, o tempo de circulação é ‘ele mesmo um elemento da produção, ou melhor, se apresenta como limite da produção’.²⁹

Agora, no entanto, fica mais claro como as crises de sobreacumulação podem se formar com base na contradição existente entre produção e circulação. Trata-se de uma incapacidade generalizada do sistema econômico como um todo para absorver esses excedentes de capital de forma lucrativa. Isso porque a velocidade dos processos envolvidos na circulação do capital, muitas vezes, não acompanha a quantidade de capital formado no processo de produção, o que impede, justamente, esse montante de capital gerado de ser absorvido nos processos de valorização, sob o risco de permanecerem estacionados em qualquer uma de suas fases e, assim, desvalorizarem-se na forma em que se encontram. Posto dessa forma, o problema para a continuidade dos padrões de valorização é, justamente, a materialidade que o capital tem de necessariamente assumir e, dessa forma, o espaço pelo qual tem de percorrer no percurso de sua realização. A sobreacumulação parte, desse ponto de vista, de uma inadequação do espaço produzido para atender aos mecanismos definidos de acordo com o “tempo de rotação socialmente necessário” do capital. Por isso o problema de se aniquilar o espaço com o tempo exige, necessária e constantemente, a produção de novas infraestruturas espaciais e, conseqüentemente, uma reprodução interminável do espaço do ponto de vista da reprodução ampliada do capital.

Se, no entanto, o problema da sobreacumulação pode encontrar sua origem na “ordenação espacial” ou no espaço produzido, uma reprodução ampliada das infraestruturas espaciais (do espaço, portanto), ou uma “reordenação espacial”, ajudaria o capitalismo a superar essas barreiras, ao menos momentaneamente, constituídas pelo espaço. Isso significaria, pelo menos temporalmente, uma possibilidade de se evitar a desvalorização do capital – desde que não faça recair tal desvalorização sobre os ativos fixados no espaço pela sua destruição ou substituição precoce. Essa parece ser a tese central de David Harvey. Talvez por esse fato Harvey tenha insistido tanto, em diversos textos, a respeito da sobreacumulação como chave para a compreensão do expansionismo capitalista em suas diversas escalas e regimes associados, como o colonialismo, o imperialismo, os ajustes territoriais, a crise de desvalorização de ativos imobiliários (como o ocorrido em Nova Iorque) etc. Contudo, o problema da sobreacumulação, geralmente, não é um problema que acontece isoladamente no tempo e no espaço, nem um fenômeno raro, portador de uma lógica alheia a “normalidade” do modo de produção capitalista. Ele é constante e ocorre segundo problemas (contradições) internos das mais diversas ordens. Num de seus textos sobre o assunto, Harvey alerta o leitor a respeito do fato de que irá trabalhar “com uma versão muito simplificada, em que capitalistas distintos, presos à luta de classes e coagidos pela competição intracapitalista, são forçados a ajustes tecnológicos, que destroem a possibilidade relativa à acumulação equilibrada, e, desse modo, ameaçam a reprodução tanto da classe capitalista quanto da classe trabalhadora”³⁰. Entretanto, esse cenário já é um pouco diferente daquele analisado no início dessa parte quando dávamos voz às intrigantes

²⁹ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 291).

³⁰ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.114).



questões de Hegel. Essa versão simplificada corresponde a um modelo teórico mais próximo do atual estágio de desenvolvimento das forças produtivas, corresponde, portanto, a uma forma de capitalismo “maduro” a respeito da qual assistimos muitos de seus eventos e é o pressuposto de realização de um tipo de reprodução do capital propriamente capitalista. Diversas manifestações do capitalismo em nossa época são impulsionadas pelas grandes dificuldades de valorização real do capital investido e de emprego lucrativo para o capital em sua forma-dinheiro, como, por exemplo, a oligopolização da economia, a financeirização em grande escala e as imensas dívidas públicas etc. “O produto final de tal processo é uma condição de *superacumulação* de capital, definida como excesso de capital em relação às oportunidades de empregar esse capital rentavelmente”³¹. A desvalorização, nesse caso, é consequência, quase imediata, de uma crise de sobreacumulação – que se considera sem perder de vista a posição interna que ocupa nos processos de valorização capitalista.

É nesse ponto que Harvey encontra o lugar para a sua teoria do “ajuste espacial”. Ao propor que a solução espacial pode se constituir numa alternativa para a desvalorização do capital³², ele cria um mecanismo de interpretação para o que ele mesmo chama de a “geografia histórica do capitalismo”, ou, de acordo com o que nos servirá nos próximos capítulos, para a produção do espaço sob condições determinadas pela reprodução capitalista.

Há, contudo, aqui que se definir como esses capitais excedentes serão absorvidos por determinadas “ordenações espaciais”. Essa “ordenação espacial”, a produção do espaço, portanto, poderia absorver, de partida, de duas formas distintas, pelo menos, esses excedentes de capital. A primeira delas seria ampliando quase que instantaneamente a velocidade de circulação do capital, ampliando mercados consumidores através da remoção de barreiras espaciais (antes intransponíveis ao capital), exportando o capital excedente na forma de IEDs (Investimentos Externos Diretos)³³, promovendo algum mecanismo de acumulação primitiva em regiões distantes da origem desses capitais, “por meio da penetração das relações capitalistas de propriedade, das formas monetárias, da imposição de controles estatais e legais etc.”³⁴, ou, como de início pontuou Hegel, exportando o excedente de força de trabalho e projetos de colonização. A segunda poderia ser colocada entre as estratégias que surgem, diante de uma impossibilidade relativa de absorção dos excedentes de capital por essas vias apresentadas acima, a partir da produção de infraestruturas que assumem igualmente dimensões físicas e espaciais, mas que permitem o “deslocamento temporal” desse capital sobreacumulado.

³¹ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (pp.114-115).

³² “A única solução efetiva para tais crises, na ausência do ajuste espacial, é a *desvalorização* do capital”. Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 115).

³³ Chesnais oferece um excelente estudo da mundialização do capital, em *A Mundialização do Capital*, levando em consideração a participação de monta dos Investimentos Externos Diretos no circuito de realização do capitalismo mundial. Chesnais, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo. Xamã. 1996.

³⁴ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 120).

Sobre essas duas formas, então, de deslocamento de excedentes capitalistas, com vistas a se minimizar os efeitos negativos da desvalorização é que nos debruçaremos a partir daqui.

1.2.1 - O “deslocamento temporal” do capital excedente em Harvey.

O pressuposto desses dois pontos que se iniciam aqui é que pode existir uma quantidade de capitais, gerados por cima da capacidade de absorção em processos de valorização, que não podem ser reinvestidos em processos produtivos que geram lucro nas condições imediatamente existentes. Um conjunto de estratégias, que envolvem a absorção de excedentes de capital que não podem ser absorvidos lucrativamente nos processos de valorização vigentes num determinado momento da história da acumulação capitalista, pode deslocar temporalmente uma quantidade de capitais gerados por cima da capacidade de valorização para que apresentem retornos num tempo e num espaço futuros. De que forma isso poderia ocorrer? É essa uma das questões sobre a qual se debruça David Harvey, em alguns de seus textos.

Não podemos nos esquecer que uma parte do capital total circula, inevitavelmente, segundo um ritmo mais lento, justamente, quando assume a forma de capital fixo, tanto no interior da produção quanto fora. A existência de um tempo de rotação para o capital fixo, portanto, determina o fato de que, “ao encararmos o processo de circulação propriamente dito, ou seja, o movimento do capital fora da fase de produção, a distinção entre capital ‘fixo’ e ‘circulante’ torna-se insuficiente”³⁵. Nesse sentido, é possível compreender que “os diversos componentes do capital circulam de modo diferente e apresentam diferentes tempos de rotação. Por exemplo: os meios de trabalho (a máquina etc.) nunca abandonam o lugar da produção; permanecem ‘fixados’ nesse lugar; só seu valor circula, ao transferir-se sucessivamente, e por partes, ao produto”³⁶. A determinação que recai, então, sobre os diferentes “tipos” de capital e os define enquanto fixo e circulante diz respeito à forma em que ambos entrarão nos processos de circulação. Para Marx, “no caso do capital circulante, a reprodução é determinada pelo tempo de circulação; no do capital fixo, a circulação é determinada pelo tempo em que este é consumido no ato de produção [...], em sua existência material, ou seja, pelo tempo necessário para reproduzir esse capital fixo”³⁷. A colocação do problema nesses termos modifica substancialmente algumas considerações sobre o processo de valorização total que recairão sobre o tempo de rotação do capital. Vejamos:

“Se um capital corresponde a 10 mil libras, das quais 5 mil são capital fixo e 5 mil capital circulante - e o último completa sua rotação uma vez por ano, enquanto o primeiro o faz uma vez a cada cinco anos -, então “em vinte meses girará o capital total de 10 mil libras, embora o capital fixo só se substitua uma vez a cada cinco

³⁵ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 297).

³⁶ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 297).

³⁷ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 303).



anos. Esse tempo, no entanto, refere-se à repetição do processo produtivo [...], não à reprodução do próprio capital'. Pois o capital, naturalmente, não é restituído pela rotação média. Só no fim do quinto ano o capitalista 'estará novamente de posse de seu capital total, com o qual havia começado o processo de produção'. 'Na produção de mais-valia, o capital operou como se houvesse completado a rotação em vinte meses; mas o capital total só se reproduz em cinco anos. A primeira determinação da rotação é importante para estabelecer a proporção em que ele se valoriza; mas a segunda introduz uma nova relação, que não aparece no capital circulante. O capital circulante entra inteiramente na circulação e retorna inteiramente a ela; logo, se reproduz como capital tantas vezes quantas se realiza como mais-valia ou como capital adicional. Mas, como o capital fixo nunca entra na circulação como valor de uso, e entra nela como valor só na medida em que é consumido como valor de uso, segue-se que ele não se reproduz tão logo seja criada a mais-valia correspondente ao tempo médio de rotação do capital total. A rotação do capital circulante tem de realizar-se cinco vezes nos cinco anos, antes que o capital fixo se reproduza; isto é, o período de rotação do capital circulante deve repetir-se cinco vezes, enquanto o do capital fixo se repete uma; e a rotação total média do capital – vinte meses – deve repetir-se três vezes antes que o capital fixo se reproduza. Logo, quanto maior for a parte do capital formada por capital fixo – ou seja, quanto mais o capital atue no modo de produção que lhe é adequado, com grande uso de força produtiva produzida, e quanto mais duradouro for o capital fixo, isto é, quanto mais prolongado for o seu tempo de reprodução, ou quanto mais o seu valor de uso corresponda ao seu papel econômico específico –, com maior frequência a parte do capital que está sob a determinação de capital circulante terá que repetir o período de sua rotação e tanto mais prolongado será o tempo total requerido pelo capital para completar sua circulação total.'³⁸

No entanto, a existência crescente desse tipo de capital, que necessariamente circula num ritmo geralmente bastante lento, se justifica pelo fato de que estes vêm compor mecanismos de aceleração do tempo de circulação do capital circulante, este, a partir dos incrementos de capital fixo, passa a necessariamente ter de girar mais vezes; incidindo, dessa forma, sobre um aumento na produtividade do trabalho, no aumento da velocidade do deslocamento de mercadorias de um centro produtor a seus destinos de consumo, na dinamização das transferências de capital-dinheiro das matrizes às filiais (ou, vice-versa), com o auxílio das infraestruturas bancárias etc. Evidentemente, ele cria condições para isso, mas fica preso também à necessidade de uma velocidade de giro cada vez maior nos processos de realização da mais-valia.

“Na medida em que cresce a parte do capital que está sob a determinação de capital fixo, a continuidade da produção converte-se em necessidade para o capital. Para o capital circulante, a interrupção (se não dura tanto tempo a ponto de inutilizar o seu valor de uso) só interrompe a criação de mais-valia. No caso do capital fixo, a interrupção, considerando-se que seu valor de uso necessariamente se aniquila nesse ínterim, e o faz de maneira relativamente improdutivo – ou seja, sem substituir-se como valor –, é destruição de seu próprio valor original. Portanto, só com o desenvolvimento do capital fixo a continuidade do processo produtivo, que corresponde ao conceito de capital, se coloca como *conditio sine qua* [non] para

³⁸ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (pp. 303-304).

sua conservação; o mesmo se aplica à continuidade e ao permanente incremento do consumo”.³⁹

Resumidamente, tudo isso deixaria esses capitais mais suscetíveis aos descompassos da circulação, a partir de uma tendência que é própria da constituição do capital como processo de valorização. Isso aponta para uma tendência de sobreacumulação, a partir da constatação de uma propensão a se adquirir, em termos de capacidade produtiva, padrões reprodutivos estabelecidos muito além da capacidade de circulação e realização da mais-valia. O capital, nesse caso, correria enormes riscos de desvalorização sob as formas de mercadorias estocadas e sem saída para o mercado, de capital-dinheiro sem emprego lucrativo nos processos de valorização ou de capacidade produtiva ociosa. Poucos são os capitalistas que teriam condições de aguentar um estoque de capacidade produtiva ociosa, estabelecida por cima do nível real de demanda, como as que se sugerem em períodos críticos da reprodução capitalista em seu estágio “maduro”. Outro problema seria, então, um excesso de mercadorias que, por isso, não dessem retorno de seus valores aos capitalistas. Ou, por último, aqueles que, desesperadamente endinheirados, não teriam onde investir suas pequenas fortunas – o que nos demonstra claramente a diferença entre dinheiro como valor de troca e como capital.

Aqui retornamos aos termos da discussão que nos interessa nessa parte do capítulo. Toda essa sobre capacidade, para não deixar parte desse capital gerado desvalorizar nas mãos dos capitalistas, teria de ser removida, ou seja, teria de encontrar campos para o investimento e para atuar como capital. Se não é possível fazer isso utilizando-se das possibilidades territorialmente expansionistas encontradas no espaço – ampliação dos mercados de consumo e de força de trabalho –, então pode ser o caso de se reproduzir infraestruturas espaciais mais adequadas, que possibilitem maior agilidade nos deslocamentos, maior eficiência em termos de velocidade e amplitude para a circulação – assunto que será abordado mais adiante, na próxima parte. Se mesmo essa reprodução das estruturas espaciais fixas, a produção e “ordenação” espaciais, que diminuem temporariamente (relativamente, pois estabelecidas de acordo com os padrões reprodutivos sempre em mudança) os efeitos negativos da circulação sobre a valorização do capital, não for possível ou compensatória em termos de ganhos, então já se pode pensar que o deslocamento, ao invés de ocorrer no espaço, deverá se dar no tempo, afastando da condição presente esse excesso de acumulação. Mas de que forma se pode conseguir tal feito? A discussão acima a respeito do comportamento diferenciado do capital fixo com relação ao tempo de rotação do capital já pode nos dar uma pista.

Harvey aponta para o fato de que a ampliação ainda maior, e constantemente maior, do tempo de retorno do capital investido em estruturas fixas pode ser uma solução para o problema do emprego de capitais sobreacumulados por cima da capacidade de investimento em programas de valorização imediata. Essa tem sido, provavelmente, a estratégia utilizada por alguns setores da indústria nacional, como se pode notar pelo trabalho de Maria da

³⁹ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 304).





Conceição Tavares⁴⁰, quando se observa o aparecimento de um tipo de investimento em capacidade produtiva que deverá permanecer, em parte, ociosa. Evidentemente, o estabelecimento da capacidade produtiva por cima do nível de demanda somente pode ocorrer diante de condições muito especiais, como um tipo de sobreacumulação que se ampara em padrões oligopólicos de acumulação, como defende Maria da Conceição Tavares. Contudo, em padrões de acumulação capitalista diferentes dessas condições mencionadas, que já não se podem chamar de excepcionais, o “deslocamento temporal” do capital sobreacumulado poderá se dar sobre a construção e o provimento de infraestruturas sociais (que não deixam de ser espaciais, como “educação, saúde, serviços sociais, justiça, administração pública, execução da lei e defesa militar”), que, segundo Harvey, “definem áreas em que o tempo de gestação dos projetos é longo, e o retorno dos benefícios (se houver) demora muitos anos”⁴¹. Por isso que “os investimentos desse tipo dependem da criação de excedentes tanto de capital como de força de trabalho em relação às necessidades correntes de consumo”⁴². Nesse caso, Harvey chega a sugerir que se trata de uma “feliz circunstância de que tais excedentes estão sendo continuamente gerados dentro do processo de circulação do capital”⁴³.

No entanto, a incerteza a respeito do retorno dos benefícios possivelmente gerados por esse tipo de emprego não diretamente produtivo, como os investimentos em infraestruturas sociais, deixaria essa alternativa como uma das últimas opções. Outras parecem mais diretamente rentáveis do que essas, sem perder de vista que se trata de uma prorrogação do tempo de retorno dos investimentos de capital. “De fato, o investimento em ciência e tecnologia e na habituação dos trabalhadores (por meio da educação ou repressão) a ritmos de trabalho mais intensivos, assim como a novos maquinários, sistemas de transporte e comunicações, sistemas de informação, formas de distribuição etc., podem todos ajudar a fomentar tempos de rotação agregados mais rápidos. Certa parte da circulação do capital desacelera para promover tempos de rotação acelerados para a parte restante”⁴⁴. Rosdolky resgata um trecho significativo de Marx no que diz respeito a isso.

“Portanto, só quando já se atingiu um certo grau de produtividade, de modo que uma fração do tempo dedicado à produção é suficiente para garantir a produção imediata, só então é possível empregar uma parte crescente do tempo de produção para produzir meios de produção. Isso implica que a sociedade pode esperar; que grande parte da riqueza pode ser desviada tanto do desfrute imediato quanto da produção destinada a esse desfrute, podendo ser empregada em um trabalho não diretamente produtivo (no âmbito do próprio processo de produção material). Assim como a magnitude do mais-trabalho relativo depende da produtividade do trabalho necessário, a magnitude do tempo de trabalho – tanto do vivo como do

⁴⁰ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas. Editora da UNICAMP, 1986.

⁴¹ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (pp. 136-137).

⁴² Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 137).

⁴³ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 137).

⁴⁴ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 137).

*objetivado – empregado na produção de capital fixo depende da produtividade do tempo de trabalho empregado na produção direta de produtos. Isso depende da existência de uma população excedente (deste ponto de vista) e de uma produção excedente. O resultado do tempo empregado na produção imediata deve ser suficientemente grande, em termos relativos, para que não seja necessário usá-lo inteiramente para reproduzir o capital nesse mesmos setores da indústria. Quanto menos resultados imediatos o capital fixo produza, quanto menos intervenha no processo imediato de produção, tanto maiores deverão ser essa população excedente e essa produção excedente relativas; pode-se então destinar mais recursos para construir ferrovias, canais, redes de saneamento, comunicações etc., do que para ampliar a maquinaria que participa diretamente no processo imediato de produção”.*⁴⁵

Sobre essa forma de comportamento das dinâmicas capitalistas, Harvey acrescenta:

“Nesse caso, há a possibilidade de se obter equilíbrio, em que os excedentes são absorvidos na criação de infraestruturas físicas e sociais que facilitam a criação de excedentes adicionais. Tal forma ‘espiralada’, acredito, é responsável pelas fases do desenvolvimento capitalista em que o crescimento interno parece autossustentável. Com certeza, essas fases também se caracterizam pela transformação massiva das estruturas de emprego, pois a produtividade crescente na produção básica se realiza pela absorção crescente dos excedentes da produção e da manutenção das infraestruturas sociais e físicas.”⁴⁶

Contudo, a solução de adiar a rentabilidade de um capital sobreacumulado investido em projetos de longo prazo encontra limites evidentes dentro do processo de reprodução capitalista do valor. No primeiro grupo de problemas estão as dificuldades de converter esse capital excedente em projetos e infraestruturas de utilidade para os processos de valorização. Harvey menciona a dificuldade, por exemplo, de transformar um imenso grupo de sapateiros em cientistas de uma hora para outra, no caso do aparecimento de descompassos “friccionais”. Isso deriva do fato de que “excedentes de certo tipo não podem, normalmente, ser instantaneamente absorvidos em outras partes”⁴⁷. Outro problema diz respeito à realocação de capitais excedentes quando estes permanecem em uma forma determinada e, por isso, presa a uma forma e a um momento do curso do processo de valorização que não são facilmente conversíveis em termos de um novo emprego desses capitais. Isso fica evidente quando uma grande quantidade de produtos acabados, na forma de mercadorias sobreproduzidas, não realiza seus valores e não retornam, por isso, na forma de capital-dinheiro (a forma universalmente transferível de valor) para as mãos do capitalista. Um excesso de sapatos ou camisas (para permanecer no exemplo de Harvey) ou,

⁴⁵ Rosdolsky, Roman. *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001. (p. 302).

⁴⁶ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 137).

⁴⁷ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 137).





ainda, de capacidade produtiva “não pode ser convertido diretamente numa ferrovia ou num novo serviço educacional. Em primeiro lugar, deve se converter em moeda”⁴⁸.

Esses são problemas pertinentes a uma situação de sobreacumulação. A dificuldade expressa nessas ocasiões é justamente a conversão de capital numa forma a outra. Essas “barreiras” se colocam também para a superação dessa condição de sobreacumulação. Eis, então, o momento em que o crédito reaparece e ganha força como alternativa para solucionar problemas dessa ordem. A natureza do crédito está diretamente ligada aos problemas de realização decorrentes de distensões temporais dos processos de realização da mais valia. Assim surgem também diversos mecanismos que povoam o mercado financeiro de inumeráveis formas de “capital fictício”. Sem muito detalhamento, fundamentalmente, esses mecanismos dizem respeito à recuperação do valor pelos processos de valorização, prorrogando, por um lado, e encurtando, por outro, os prazos a que se pode ter acesso ao montante de capital gerado. Trata-se, em princípio, de rearticulações temporais a fim de se obter uma continuidade dos processos de valorização, mexendo exclusivamente com a duração do retorno de valores. Essa forma de adiantar processos barrados de acordo com o tempo de rotação do capital será amplamente utilizada como veremos em alguns outros contextos até o final deste capítulo.

Contudo, não se pode desfazer da ideia de que a utilização de capital fictício e de crédito incluem necessariamente um conteúdo e um caráter relativos de “aposta”. A ideia de se trabalhar ou jogar com a produtividade, a produção e a venda virtuais, em tempos futuros, envolve sempre o risco de não realização do valor investido. Entretanto, “por intermédio da utilização do crédito e do capital fictício, o capital excedente pode fluir de uma esfera a outra. Por exemplo, depois que o rendimento anualizado sobre algum capital fictício (ações de uma ferrovia, dívida pública etc.) excede a taxa de lucro da produção corrente, há o estímulo para que o capital mude do uso presente para o uso futuro”⁴⁹.

“Desse modo, consideremos o equilíbrio dinâmico em sua forma mais suave e simples. O crédito equivalente aos valores excedentes de uso (mercadorias e capacidade produtiva) é adicionado ao capital excedente em moeda originário da produção corrente, e investido como capital fictício em projetos de longo prazo. Assim, a força de trabalho excedente encontra emprego. A demanda extra por bens assalariados e meios de produção se iguala aos valores excedentes de uso da produção corrente. Os estoques diminuem e a utilização da capacidade aumenta. Os preços e os lucros se recuperam, o reinvestimento na produção corrente é retomado e excedentes adicionais tanto de capital como de força de trabalho são gerados para ser absorvidos mais uma vez por meio da formação de capital fictício e do investimento adicional em projetos a longo prazo. Tal processo pode continuar *ad infinitum*, desde que não haja limite para o volume de formação do capital fictício.”⁵⁰

⁴⁸ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 138).

⁴⁹ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 138).

⁵⁰ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 139).

Dessa forma, então, os processos de desvalorização podem ser adiados, absorvidos, mas não subtraídos da lógica da acumulação capitalista, como insistentemente coloca Harvey. Pode haver, nesse processo de emprego de excedentes de capital em infraestruturas sociais de longa duração, uma sobreacumulação de investimentos no setor, havendo, assim, desvalorizações nos próprios circuitos secundários e terciários do capital. Retomando-se a argumentação de Harvey, isso pode ocorrer devido ao fato inicial de que “os excedentes gerados no presente podem ser absorvidos, e eles o são, nos circuitos secundário e terciário do capital”, entendidos sumariamente como decorrente dos investimentos em “capital fixo para a produção (instalações fabris e equipamentos, capacidade de geração de energia, entroncamentos ferroviários, portos etc.) e [na] produção de um fundo de consumo (habitação, por exemplo)”, no primeiro caso, e como “investimentos em longo prazo em infraestruturas sociais”, no segundo. “Uma parcela desse investimento pode também ser considerada, na verdade, geograficamente imobilizada”⁵¹, segundo Harvey. Logo, podem ocorrer “sobreinvestimentos nos circuitos secundários e terciários do capital, e nesse caso haverá excedentes de habitação, espaços para escritórios e instalações fabris e portuárias, bem como uma capacidade excedente, digamos, no sistema educacional. Neste último caso, os ativos acabam desvalorizados nos próprios circuitos secundário e terciário”⁵².

Nesse contexto, em que passa a haver um sobreinvestimento nos circuitos secundário e terciário do capital, são registrados, então, dispositivos de desvalorização que recaem não simplesmente sobre os ativos materializados no espaço se levarmos em consideração toda a estrutura de crédito, financiamento e capital fictício gerada para fomentar essa transferência de capitais excedentes de um setor a outro. Muitos dos capitais empregados em títulos no mercado especulativo são, conseqüentemente, desvalorizados assim que há a deflagração desse excedente em termos de infraestrutura produzida. Como decorrência, por uma espécie de “reação em cadeia”, o crédito criado para sustentar esse montante de investimentos iniciais, como transferência de capital sobreacumulado de um setor da economia a outro, não retorna na forma de pagamento acrescido de juros pelo capital adiantado e talvez nem mesmo na forma e no valor inicial bruto emprestado. Harvey apresenta um mecanismo que demonstra essa possibilidade.

“Por exemplo, a absorção de excedentes de capital e força de trabalho em surtos especulativos, que envolviam a construção de ferrovias e edifícios urbanos, tão característicos do século XIX, produzia crises periódicas de superacumulação de tais ativos. O ritmo das crises era determinado pelo tempo de rotação característico de tais projetos. O capital fictício (ações de ferrovias, obrigações dos empreiteiros) era desvalorizado, as dívidas eram canceladas, as empresas iam à falência e a mão-de-obra era despedida. Ainda que esse sistema fosse cada vez mais intolerável da perspectiva tanto do capital como do trabalho, tinha a virtude de legar o valor de uso do ativo, enquanto depenava o capital superacumulado de maneira vigorosa e clara. Em comparação, a absorção maciça de excedentes por intermédio da ação do Estado (construção de rodovias, saúde, educação), tão característica do período pós-1945, além do auxílio público em favor da dívida privada, destacou, mais recentemente, o papel da dívida pública. O ciclo da construção quase desapareceu, e as restrições tradicionais à formação do capital fictício foram eliminadas por meio

⁵¹ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004. (p. 94).

⁵² Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 96).

da ação do Estado, subscrevendo efetivamente um *boom* econômico prolongado, que durou toda uma geração. O Estado pôde monetizar a dívida pela impressão de moeda. No entanto, isso produziu inflação, uma forma de crise que se desenvolve lentamente e propaga a desvalorização por toda a sociedade. O problema é que qualquer ataque contra a inflação revela o crônico problema da dívida, e qualquer ataque contra a dívida revela que a produtividade não acompanhou o ritmo da formação acelerada da dívida. O resultado final é a conversão de uma crise inflacionária em uma deflação mais convencional, na qual a desvalorização tem de ser administrada pelo Estado.”⁵³

Como resposta à possibilidade iminente de uma crise avassaladora sob essas condições, o Estado é chamado a participar ativamente do processo. Contudo, sabemos que as contradições do capital não serão para todo o sempre suprimidas em suas manifestações destrutivas e que, nessas condições, será o próprio Estado a arcar como o ônus - ou parte dele - dessa desvalorização. Diante do fracasso adiado, mas real, ou da objetivação da natureza contraditória do capital, os investimentos estatais em infraestruturas, como forma de prorrogar o prazo das desvalorizações ou absorver parte desse inequívoco constrangimento para a valorização, o Estado passa a subsidiar a sobrevivência de um maior número de capitalistas às custas de um crescente déficit de pagamentos, o que resulta, no final de uma sequência de empresas desse porte, numa verdadeira crise fiscal – o que acaba pondo limites a essa prática. Dessa forma, portanto, não sendo possível amenizar os efeitos destrutivos das contradições capitalistas por meio dos arranjos temporais nas formas de investimentos de capitais excedentes, resta somente determinados arranjos espaciais para absorver essa quantidade de excedentes e possibilitar a continuidade dos mecanismos de valorização. Contudo, mesmo diante do fracasso desse conjunto de estratégias, reunidas e apresentadas aqui sob o título de “arranjos temporais” ou “deslocamento temporal” do capital gerado por sobre a capacidade de reinvestimento lucrativo, os investimentos feitos em infraestruturas espaciais perdem valor somente de acordo com a possibilidade de se empreender novos processos de valorização com base nessas mesmas infraestruturas, é nesse sentido que são excedentes e se desvalorizam, pois, em caso contrário, permanecem como valores de uso a serem apropriados lucrativamente por uma geração futura de novos capitais. “Esses investimentos podem no fim ter valor inestimável porque boa parcela deles permanece na forma de valores de uso físicos. Capital excedente proveniente em ampla medida dos Estados Unidos (...) foi empregado na construção de um trecho do sistema metroviário de Londres no começo do século XX, que entrou imediatamente em falência, mas deixou os túneis prontos para o uso de gerações subsequentes”⁵⁴.

1.2.2 - A produção do espaço: os novos “arranjos espaciais”, o “deslocamento espacial” e a “ordenação espaço-temporal”

As soluções espaciais para os problemas de sobreacumulação não podem ser vistas em separado das soluções temporais. Isso porque é o tempo de rotação do capital que está

⁵³ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 141).

⁵⁴ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 98).





em jogo quando se debruçam sobre o espaço as estratégias que visam a acumulação. Trata-se agora de demonstrar os mecanismos essencialmente calcados numa “ordenação espacial” como fonte da solução dos problemas de sobreacumulação. Contudo, não se pretende desfazer da relação fundamental entre a produção do espaço e a diminuição do tempo de circulação do capital. O espaço, na condição de campo privilegiado sobre o qual recaem as estratégias que vislumbram a continuidade dos processos de acumulação capitalistas, aparece na medida em que pode ser lido como produção do espaço justificada pela produção da base material de realização da mais-valia; isso recai diretamente sobre a própria viabilidade da circulação capitalista na diminuição do tempo de circulação do capital.

Em *O Novo Imperialismo*, Harvey assume declaradamente a importância que as crises e os processos que levam à sobreacumulação capitalista têm na construção de sua teoria a respeito das “ordenações espaciais”. Harvey, em uma série de publicações, tem dado atenção à questão de como o espaço poderia ser compreendido como um campo propício à minimização dos efeitos da desvalorização crítica do capital. Para empreender tal tarefa, a de responder a essa questão e chegar à produção do espaço como um arranjo possível para dissipar as contradições internas do modo de produção capitalista, Harvey buscou compreender os esquemas de produção, mobilização e absorção dos excedentes gerados com referência nos próprios mecanismos de valorização capitalista. Para compreender, então, a importância da produção do espaço sob o modo de produção capitalista, Harvey teve de compreender o mecanismo mais refinado de absorção dos excedentes de capital, que se dá com o intuito de minimizar os efeitos da desvalorização. Para compreender o papel das “ordenações espaciais” sob o modo de produção capitalista, Harvey contou com o fato de que “o ponto central desse argumento vinculava-se a uma tendência capitalista crônica, derivada teoricamente de uma reformulação de uma teoria da tendência de queda da taxa de lucro, de Marx, de produzir crises de sobreacumulação”⁵⁵.

A sobreacumulação, no entanto, é uma condição em que se produzem, por um lado, capital excedente e, por outro, força de trabalho desempregada. A desvalorização sob essas condições é uma ameaça constante, tanto para o capital que não encontra fontes de investimento lucrativas quanto para a força de trabalho que vê seus salários deprimidos a níveis irrisórios, dada a constituição de um exército de desempregados de proporções desastrosas para toda a classe. Tendo em vista o prognóstico dado em condições de acumulação, sob as quais a dificuldade de emprego lucrativo do capital excedente e de rearticulação desse excedente, portanto, com a força de trabalho disponível se colocam com força, a ameaça da desvalorização assume a função de uma espécie de propulsora dos novos arranjos espaciais do capital como estratégia para a absorção desse excedente e, nessa medida, uma alternativa à desvalorização. Para Harvey, no conjunto dos “arranjos espaciais” promovidos com base nos processos de acumulação capitalista “a condição que mais (...) interessa é aquela em que os excedentes inaproveitados de capital e força de trabalho coexistem. Essa é a condição de crise em que o capitalismo mergulha periódica e inevitavelmente, pois sua dinâmica tecnológica solapa sua capacidade de sustentar o crescimento”⁵⁶. Assim, “então, tanto o capital quanto a força de trabalho são

⁵⁵ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (pp. 77-78).

⁵⁶ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 136).



desvalorizados”⁵⁷. A questão definidora para se compreender a geografia do capitalismo, produzida sob a tendência a se configurarem crises periódicas de sobreacumulação, deve ser: “será que não há alguma maneira de evitar tal desastre social, econômico e até talvez político?”⁵⁸ Isso porque “formular essa questão é talvez de fato, perguntar: será que não há alguma maneira de absorver os excedentes de modo produtivo por meio da abertura de novos canais e caminhos para a circulação do capital?”⁵⁹ Questões como essas balizarão a exposição de Harvey a respeito da produção do espaço sob a longa história do capitalismo. Contudo, para se compreender melhor os mecanismos de atuação dessas estratégias formuladas em vista da solução dos problemas da sobreacumulação, vale lembrar, “é antes o capital excedente que o trabalho excedente que tem de ser o foco primário de atenção analítica”⁶⁰. Desse modo, então:

“A geografia histórica do capitalismo pode ser mais bem considerada do ponto de vista do triplo imperativo da produção, mobilização e absorção do excedente de produção e de força de trabalho. Sem a criação prévia e a mobilização de tal excedente, a circulação do capital não pode nem mesmo começar, nem a expansão pode ser sustentada. Por outro lado, a produção ininterrupta de excedentes de capital sob a forma de lucros, junto com revoluções tecnológicas que desempregam as pessoas, estabelecem continuamente o problema de como absorver tais excedentes sem desvalorização. De modo incessante, a probabilidade de crise fermenta dentro dessa tensão entre a necessidade de produzir excedentes de capital e de força de trabalho e a necessidade de absorvê-los.”⁶¹

O argumento de Harvey consiste justamente no fato de que esses excedentes de capital e força de trabalho podem ser absorvidos – com destaque para o primeiro - a partir de deslocamentos espaciais e temporais desses mesmos excedentes. O produto e o problema, simultaneamente articulados numa crise de sobreacumulação, consistem no fato de que o capital excedente não obtém meios para se investir numa nova empreitada de valorização congregando sob sua determinação a força de trabalho disponível. No entanto, dada essa condição que tem como produto um excedente de capital apartado de um excedente de força de trabalho, a absorção de excedentes de capital merece destaque não só pelo fato de que é justamente esse o centro restaurador dos padrões de produção e valorização capitalistas, mas também pelo fato de que a restauração desses padrões tem de contar com a manutenção constante de um excedente de força de trabalho por onde quer que o modo de produção capitalista se instale. Produzir novos contingentes de trabalhadores expropriados de suas condições trabalho consiste numa prática constante do modo de produção capitalista para a sua própria sobrevivência. É nesse sentido que o deslocamento temporal e espacial do capital, através da produção do espaço, se realiza como forma de se

⁵⁷ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 136).

⁵⁸ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 136).

⁵⁹ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 136).

⁶⁰ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 78).

⁶¹ Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 134).

evitar a desvalorização de capitais. É assim que a produção do espaço, via o emprego de excedentes de capital, ganha destaque nas estratégias de reprodução do capital. Faz-se, por isso, essencial compreender a produção do espaço no modo de produção capitalista como um campo de atuação vital da reprodução do capitalismo em âmbito mundial, sem a qual a longa história do capitalismo teria, necessariamente, desfechos incomparáveis aos que tivemos nestes últimos séculos. Portanto, “se se deve evitar a desvalorização, é imperativo descobrir maneiras lucrativas de absorver os excedentes de capital. A expansão geográfica e a reorganização espacial proporcionam tal opção”⁶². Dessa forma, “a produção e a reconfiguração das relações espaciais oferecem um forte meio de atenuar, se não de resolver, a tendência à formação de crises no âmbito do capitalismo”⁶³. A respeito dessa possibilidade, Harvey apresenta um mecanismo empreendido pelo governo dos Estados Unidos que parece elucidar uma das formas pelas quais isso pode ocorrer. Segundo ele, “o governo dos Estados Unidos tentou reagir ao problema da sobreacumulação nos anos 1930, por exemplo, implantando projetos de obras públicas voltadas para o futuro em lugares até então não desenvolvidos, com a intenção direta de absorver os excedentes de capital e trabalho até então disponíveis”⁶⁴.

No argumento de Harvey podemos, ainda, encontrar duas formas distintas de emprego dos excedentes de capital através da produção do espaço. A primeira delas, derivada do debate que Harvey estabeleceu com Lênin e Rosa Luxemburgo, diz respeito, mais especificamente à exportação do capital excedente para regiões distantes que, a partir de então, deveriam ser incluídas no raio de ação e influência do centro produtor desses excedentes. Compreendendo o desenvolvimento geográfico do capitalismo mundial como um mecanismo desigual (o “desenvolvimento geográfico pouco uniforme”), o ponto de partida para o desenvolvimento desse debate tem sido, em suas obras, o imperialismo. Contudo, no desenrolar dessa discussão apresentada por Harvey, muitos elementos podem ser extraídos desse contexto para a compreensão das formas utilizadas para o emprego dos excedentes por meio da produção do espaço como mecanismos utilizados nas mais diversas condições em que o Estado, por exemplo, para legitimar seu poder, torna-se um promotor de obras que absorvem uma grande quantidade de capital e prometem rentabilidade futura. Outra possibilidade que poderíamos considerar diz respeito ao deslocamento de capitais como manifestação da ação individualizada (“processos moleculares de acumulação de capital”) de capitalistas dispostos a ganhar novos mercados consumidores ou de produção como forma de aliviar os efeitos da sobreacumulação dentro de suas próprias contabilidades. Os exemplos seriam inúmeros mesmo se considerarmos aqueles oferecidos nos próprios textos de Harvey. Por isso cabe tentar remontar as linhas mais gerais pelas quais tem sido comum o esforço para se conseguir o alívio das dores da desvalorização, historicamente, no capitalismo, assim como encontrar caminhos lógicos que expliquem tais opções que têm sido, preferencialmente, pela produção capitalista do espaço. No entanto, falta, ainda, definir a segunda forma de emprego dos excedentes de capital sob o escrutínio da produção do espaço.

⁶² Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 78).

⁶³ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 78).

⁶⁴ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 78).

Uma outra forma de absorção de excedentes de capital não conta necessariamente com a exportação desses capitais. Os excedentes de capital podem ser absorvidos *in locu*, sem ter de remover a produção, uma quantidade de mercadorias superproduzidas, ou ter de contar com a ampliação e extensão do crédito para novas regiões afim de que estas também assumam formas de comércio e produção estabelecidas de acordo com os padrões capitalistas de acumulação. Esse processo diz respeito à reprodução das infraestruturas espaciais, à reprodução do espaço, portanto, sobre regiões já densamente povoadas pelos mecanismos de acumulação capitalista. A reprodução de infraestruturas espaciais depende, no entanto, para que não se recaia sobre a quantidade de capital já fixado no espaço os efeitos da desvalorização, de que toda a infraestrutura produzida anteriormente tenha entrado nos processos de valorização e tenham, de mesma forma, esgotado seu papel como capital que deve valorizar a si mesmo, de que tenham cumprido, assim, com os ciclos suficientes para pagarem a si mesmas. Caso contrário, uma substituição dos equipamentos espaciais voltados para a acumulação capitalista implicará imediatamente em sua desvalorização, não tendo, assim, aqueles mais antigos, cumprido seu “destino” completamente antes de sua substituição.

“Os excedentes gerados no presente podem ser absorvidos, e eles o são, nos circuitos secundários e terciários do capital. Esses investimentos podem ser produtivos a longo prazo se contribuírem para a futura produtividade do capital. Isso ocorre se o caminho para a ulterior acumulação do capital for aberto por uma força de trabalho mais educada, por investimento em pesquisa e desenvolvimento ou por um sistema mais eficaz de transportes e comunicações. Quando isso ocorre, o capital sobreacumulado pode voltar ao circuito primário do capital, porém pode levar muitos anos para fazê-lo e, a essa altura, pode ser necessária outra rodada de investimentos em infraestruturas físicas e sociais.”⁶⁵

Retornamos, assim, ao problema da sobreacumulação nos circuitos secundário e terciário do capital. Nas condições em que o capital precisa encontrar emprego lucrativo em espaços já ocupados pelas estruturas voltadas aos próprios processos de valorização, ainda não esgotadas em termos de geração de valor e de autovalorização, ele enfrenta uma dura e crítica realidade. Parte do conjunto do capital total se defrontará com o problema da desvalorização, resta saber nas mãos de quem se manifestará o desatino da acumulação. “O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor dos investimentos passados de capital na construção do ambiente e destruir esses investimentos para abrir espaço novo para a acumulação”⁶⁶. Isso envolve, ao mesmo tempo, a necessidade de autovalorização das estruturas espaciais fixas, a necessidade de emprego lucrativo dos capitais excedentes e a adequação das infraestruturas espaciais estabelecidas de acordo com as necessidades de circulação desses capitais. Por isso, “podemos esperar testemunhar uma luta contínua, em que o capitalismo, em um determinado momento, constrói uma paisagem física apropriada a sua própria condição, apenas para ter de destruí-la, geralmente durante

⁶⁵ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 96).

⁶⁶ Harvey, D. “A Geografia da Acumulação Capitalista”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 54).



uma crise, em um momento subsequente”⁶⁷. Dessa forma, “as crises temporais do investimento de capital fixo, muitas vezes expressas como ‘ondas longas’ do desenvolvimento econômico (...), são, portanto, normalmente expressas como reformas periódicas do ambiente geográfico, para adaptá-lo às necessidades da acumulação adicional”⁶⁸.

Contudo, considerada à parte do problema da desvalorização nos circuitos secundário e terciário do capital, a produção do espaço, a promoção de “ajustes espaciais” e o recurso do emprego de capitais excedentes na forma de construção de infraestruturas espaciais, tem sido, via de regra, um mecanismo útil, e até indispensável, para a continuidade dos processos de acumulação após a deflagração de um surto de superacumulação. A substituição de infraestruturas espaciais, ou mesmo a produção de outras mais novas, com funções renovadas na dinamização dos processos de circulação do capital, têm assumido papel importante para a reprodução ampliada do capital. As “barreiras espaciais”, como coloca Harvey, aos mecanismos necessariamente expansivos do capital têm sido alvo da migração de grandes quantidades de capital excedente na busca por um emprego lucrativo, seja através do Estado ou de outras instituições de cunho “público” ou mesmo privado. No glossário da análise crítica da economia capitalista, essas “barreiras espaciais” têm assumido importante destaque como o foco para o qual esses capitais devem se dirigir. Milton Santos, em *A Urbanização Brasileira*, associa a existência dessas “barreiras” - como aparecem na concepção de Harvey - a uma grande quantidade de “capital velho” fixado no espaço⁶⁹. Esse “estoque de capital velho” arraigado no espaço não aparece, no entanto, para Milton Santos, somente como um campo disponível para o emprego de capitais excedentes, como também assume o importante papel de se colocar como um forte elemento responsável pela existência de capitais excedentes⁷⁰. Uma vez em que as infraestruturas, programadas de acordo com as necessidades de circulação do capital estabelecidas em períodos e ciclos anteriores da acumulação, permanecem, muitas vezes por sua irresistível materialidade, estas revelam para os ciclos posteriores parte da origem da insuficiência dos processos de valorização em romper as tais “barreiras espaciais”. Ignácio Rangel utiliza, para explicar a insuficiência dessas infraestruturas antiquadas, segundo os padrões de acumulação da época mais recente, a noção de “pontos de estrangulamento”⁷¹. Dessa forma, pode-se dizer que, para se referir aos entraves espaciais à circulação do capital, um determinado “estoque de capital velho” funciona como “ponto de estrangulamento” da economia, favorecendo o aparecimento de excedentes de capital com problemas de circulação. Portos, ferrovias, autoestradas e sistemas de transportes e comunicações como um todo podem aparecer como “pontos de estrangulamento” econômicos se funcionarem de acordo com padrões insuficientes para os mecanismos de valorização vigentes ou se forem inexistentes, revelando, assim, um déficit em equipamentos espaciais para transpor as “barreiras

⁶⁷ Harvey, D. “A Geografia da Acumulação Capitalista”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 54).

⁶⁸ Harvey, D. “A Geografia da Acumulação Capitalista”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 54).

⁶⁹ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005.

⁷⁰ Em *A Urbanização Brasileira*, Milton Santos não chegou a formular a problemática desta forma, mas é possível, por extrapolações, se chegar a essa conclusão.

⁷¹ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980.

espaciais” decorrentes de problemas surgidos na esfera da circulação. Aqui também, a existência desses “pontos de estrangulamento” numa determinada economia definida espacialmente (regionalmente ou territorialmente) sugere a existência de capitais excedentes e de uma economia operando abaixo de suas potencialidades. As “barreiras espaciais”, portanto, aparecem desempenhando um duplo papel nesse estágio: primeiramente, como um campo privilegiado para o emprego de excedentes (em sua superação); e, em segundo lugar, como a fonte de produção desses excedentes estabelecidos de acordo com os processos de valorização. Para Harvey,

“O surgimento de uma estrutura espacial diferente com a ascensão do capitalismo não é um processo livre de contradições. Para superar barreiras espaciais e ‘anular o espaço pelo tempo’, criam-se estruturas espaciais, que no fim agem como barreiras para a acumulação adicional. Essas estruturas espaciais se manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transportes, instalações fabris e outros meios de produção e consumo, impossíveis de serem movidos sem serem destruídos. Depois que se introduz o modo de produção de capital, esse modo ‘estabelece seu domicílio na área, e as pressuposições aparentemente sólidas dadas pela natureza afiguram-se nos bens imóveis como fixadas pela indústria’ (...). Assim, o capital passa a ser representado na forma de uma paisagem física, criada a sua própria imagem, criada como valor de uso, acentuando a acumulação progressiva do capital numa escala expansível. A paisagem geográfica, abrangida pelo capital fixo e imobilizado, é tanto uma glória coroada do desenvolvimento do capital passado, como uma prisão inibidora do progresso adicional da acumulação, pois a própria construção dessa paisagem é antitética em relação à ‘derrubada das barreiras espaciais’ e, no fim, até à ‘anulação do espaço pelo tempo.’”⁷²

A dificuldade que o capital fixado no espaço representa para a expansão capitalista advém do fato de que mesmo toda essa infraestrutura espacial deve cumprir com seu destino, inserida, também ela, nos processos de valorização, sob pena de ser desvalorizada⁷³. A permanência de “antigas” infraestruturas espaciais, que funcionam como uma espécie de “estoque de capital velho”, e a inviabilidade de se converter novamente o espaço em campo fértil para o investimento de excedentes de capital, advém do fato de que a circulação

⁷² Harvey, D. “A Geografia da Acumulação Capitalista”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p. 53).

⁷³ “A capacidade tanto do capital como da força de trabalho de se moverem, rapidamente e a baixo custo, de lugar para lugar, depende da criação de infraestruturas físicas e sociais fixas, seguras e, em grande medida, inalteráveis. A capacidade de dominar o espaço implica na produção de espaço. No entanto, as infraestruturas necessárias absorvem capital e força de trabalho na sua produção e manutenção. Aqui, aproximamo-nos da essência do paradoxo. Parte da totalidade do capital e da força de trabalho tem de ser imobilizada no espaço, congelada no espaço para proporcionar maior liberdade de movimento ao capital e à força de trabalho remanescentes. No entanto, o argumento, nesse momento, volta ao começo, pois a viabilidade do capital e do trabalho comprometidos com a produção e a manutenção de tais infraestruturas apenas fica assegurada se o capital remanescente circular por vias espaciais e num período de tempo compatíveis com o padrão geográfico e a duração de tais compromissos. Se essa condição não for satisfeita – por exemplo, se não for gerado movimento suficiente para tornar rentável a ferrovia, ou o aumento da produção não seguir o investimento maciço na educação – então o capital e o trabalho comprometidos ficarão sujeitos à desvalorização. As mudanças geográficas na circulação do capital, e a distribuição da força de trabalho também podem ter impacto devastador ainda que geograficamente específico, sobre as infraestruturas físicas e sociais, como as rupturas temporais”. Harvey, D. “A Geopolítica do Capitalismo”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (pp. 149-150).



promovida pela construção dessas “antigas” infraestruturas não foi suficiente para se engendrar uma valorização capitalista de magnitude para pagar os investimentos iniciais depositados naquelas infraestruturas⁷⁴. Se elas ainda funcionam, sem representar dificuldades para a circulação capitalista, então não se justificaria uma nova monta de investimentos em seus setores e lugares, sob pena de ter uma quantidade ainda maior de capitais desvalorizados. Se, por um lado, então, o espaço, a produção do espaço, funciona como recurso para o emprego lucrativo de capitais, na mesma medida em que propicia uma ampliação dos mecanismos de valorização capitalista, de forma positiva nos termos da acumulação, por outro lado, a possibilidade deflagrada de desvalorização capitalista dos ativos fixados e transformados em espaço cria um dilema para a reprodução necessariamente ampliada do capital, agindo negativamente conforme os padrões de valorização do capital. Se não fosse por isso, todo capital excedente poderia rumar para o campo da produção do espaço toda vez em que surgisse como problema, como forma de se alcançar maiores êxitos no que diz respeito à circulação do capital. O investimento maciço de capital em infraestruturas, por exemplo, requer, de mesma forma, que esses capitais investidos promovam processos de valorização correspondentes ao montante do investimento. Interromper um processo de valorização pela substituição dos equipamentos espaciais, sem que eles tenham cumprido com o seu destino e seu papel na acumulação, pode representar a desvalorização desses ativos no espaço. “Essas expansões, reorganizações e reconstruções, com frequência ameaçam (...) os valores já fixados no lugar (incorporados à terra) mas ainda não realizados”⁷⁵. Dessa forma, “as vastas quantidades de capital fixado num lugar agem como empecilho à capacidade de realizar uma ordenação espacial alhures”⁷⁶.

Ao encontrar dificuldades para realizar novas inversões no lugar, o capital sobreacumulado tende a buscar novos espaços onde possa ser empregado lucrativamente. O alívio para os processos de valorização com relação às crises de sobreacumulação passa a ser buscado mediante a exportação de capital. Com a impossibilidade dos capitais excedentes serem absorvidos em processos que potencializam a circulação capitalista, resta, então, somente a busca por novos mercados de capitais ou de consumo; o que nos leva de volta àquelas formas de exportação de capitais que precisam ser detalhadas.

Harvey chama a atenção para o fato de que a exportação de capitais em condições de sobreacumulação capitalista deve ocorrer explorando o que ele mesmo chama de “assimetrias espaciais” decorrentes do “desenvolvimento geográfico pouco uniforme” do capital. Isso decorre do fato de que “novas regiões também requerem capital fixo em infraestruturas físicas e ambientes construídos para funcionar com eficácia”⁷⁷. Essas regiões são carentes em termos de mecanismos que possibilitam processos mais sofisticados de acumulação. Os espaços periféricos, desse modo, são constantemente reproduzidos com a finalidade de servirem como um banco de ativos desvalorizados para receber os excedentes

⁷⁴ Essas infra-estruturas devem sua atualidade em relação às atuais condições demandadas pelo ciclo de valorização imediatamente presente. Aqui não importa que ela tenha 10, 5 ou 3 anos, se não corresponde às expectativas de valorização criadas ainda ontem.

⁷⁵ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 99).

⁷⁶ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 99).

⁷⁷ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 99).



de capital. Eles figuram numa estratégia de reprodução ampliada do capital como uma espécie de um fundo de reserva para a expansão do capital. Ou melhor, fazem parte de um conjunto de ações que incide diretamente na “criação periódica de um estoque de ativos desvalorizados, em alguma parte do mundo, estoque que pode receber um uso lucrativo da parte de excedentes de capital a que faltam oportunidades em outros lugares”⁷⁸. Vejamos, então, como se dão os mecanismos de exportação dos capitais excedentes. Isso pode ocorrer, então, de acordo com algumas formas definidas segundo as estratégias utilizadas pelo capital⁷⁹.

A primeira dessas formas que merece destaque pode ser apontada a partir de um mecanismo bastante simples de exportação de mercadorias para novas regiões antes não consideradas pelos padrões de circulação e acumulação do capital. Numa crise de sobreacumulação, em que há necessariamente um problema para a realização da mais-valia produzida, retida na forma de mercadorias estocadas e não vendidas, a exportação desse excedente para novas regiões pode se apresentar como uma solução de curta duração. Esse mecanismo apresenta, no entanto, dificuldades para sua consolidação duradoura como uma alternativa à desvalorização. Além de absorver uma quantidade de excedentes restrita aos processos vigentes de circulação do capital e de aliviar, então, imediata e momentaneamente os problemas relativos a essa forma de sobreacumulação, a nova região que deverá receber o excedente na forma de mercadorias deve ter meios para pagar por ela e, assim, realizar seu valor. No entanto, segundo a dinâmica de expansão do modo de produção capitalista, o comércio deve se dar, quando não necessariamente realizado com sociedades em que o capitalismo já tenha desenvolvido plenamente em suas formas, com relações monetarizadas de troca ou que possam, nesse passo, fornecer em produto os valores requeridos para os processos de valorização no centro exportador. Esse é o caso em que “as crises só poderão ser controladas se os países não-capitalistas ‘consumirem e produzirem a uma razão que os harmonize com a produção capitalista’”⁸⁰. No caso de ter que se exportar mercadorias para uma sociedade em que os meios de pagamento são escassos surge o segundo caso, como uma derivação direta dessa primeira estratégia.

⁷⁸ Harvey, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004 (p. 125).

⁷⁹ Para isso é preciso ter em conta que as formas em que os capitais excedentes podem encontrar emprego lucrativo por meio da expansão geográfica que serão apresentadas aqui serão extraídas da elaboração de Harvey em diversos escritos sobre o assunto e, por isso, não será possível encontrar em nenhum de seus textos isoladamente a sistematização que se segue. Além disso, muitas das elaborações de Harvey a respeito do assunto derivam diretamente do embate que travou com Lênin e Rosa Luxemburgo a respeito das formas e conteúdos de ocorrência do imperialismo. Dessa forma, deve-se levar em consideração que tanto Lênin quanto Rosa Luxemburgo foram decisivos para a elaboração da teoria a respeito da escala geograficamente expansível do capital, em Harvey. As soluções *externas* para os problemas derivados das contradições *internas* do capital aparecem nesses autores como aquela força que impulsiona o capitalismo sempre para além de suas fronteiras (Harvey, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México. Fondo de Cultura Económica. 1990. p. 442). Dessa forma, a partir do debate acerca do imperialismo em Harvey, chegaremos mais a fundo nos mecanismos de produção do espaço via exportação de capitais entre regiões geograficamente distantes. Isso porque “a exportação de capital - um tema que Lênin considera essencial para a teoria do imperialismo enquanto estágio superior do capitalismo - pode, segundo Marx, oferecer oportunidades temporárias para o capital excedente” (Harvey, D. “A Geografia da Acumulação Capitalista”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. p. 54).

⁸⁰ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.116).

Esse segundo caso diz respeito à criação de crédito para financiar o consumo dos produtos de capital, superproduzidos em uma dada região, em outra. Esse mecanismo surge como uma extensão do primeiro caso, mas amplia seus significados, atuando diretamente como forma de promoção do endividamento externo. No caso do endividamento externo promovido pelo sistema de crédito o que está em questão é mais uma faceta da exportação da crise e, conseqüentemente, da imposição do ônus da desvalorização a regiões que apresentam maiores fraquezas aos mecanismos da expansão geográfica do capital. Está pressuposto, então, nesse caso, um desenvolvimento geográfico “desigual” (ou “pouco uniforme”), segundo o qual as estratégias de envio dos excedentes produzidos num determinado lugar se dirigem a outro que se caracteriza por certa carência de produtos, de capital ou de investimentos.

Os efeitos dessa exportação de capitais na forma de capital-dinheiro associado ao consumo de mercadorias superproduzidas repercute também diretamente sobre aquele “arranjo temporal” do tempo de circulação do capital que lança sob a forma de rendimentos futuros os valores que são assumidos sob a base do compromisso de crédito. Assim, são instituídos dois mecanismos simultâneos de relaxamento dos efeitos da sobreacumulação: o capital, na forma de capital-dinheiro, exportado como crédito, servindo, ao mesmo tempo, como fundo de consumo para as mercadorias excedentes produzidas nesse mesmo centro exportador. Contudo, podemos contar, entre os processos desencadeados por essa prática, com o desenvolvimento de formas de acumulação tipicamente capitalistas no interior dessas regiões periféricas; o que se dá através do uso do capital-dinheiro exportado na promoção de novas estruturas de acumulação internas aos países ou regiões receptoras. Teremos, assim, o terceiro caso, em que capitais excedentes, sob a forma de capital-dinheiro, são exportados e precisam encontrar meios para o deslocamento e emprego espaciais.

Esse terceiro caso diz respeito à existência de uma quantidade de capitais excedentes acumulados sob a forma de capital-dinheiro em regiões produtoras e de capitalismo em crescimento acelerado sem condições de empregar esses excedentes. A exportação de capital na forma de créditos ao exterior pode ser uma forma associada a essa condição, da mesma forma em que foi associado aos excedentes de mercadorias, cumprindo com a função de lançar no tempo os rendimentos impossíveis de serem obtidos nas condições locais e presentes de acumulação. Contudo, outras modalidades de exportação de capitais excedentes em sua forma monetária podem aparecer. Essa foi a estratégia usada no pós-guerra pelo governo norte-americano ao empreender os programas de ajuda aos países arrasados pela guerra (o Plano Marshall), que logo mais foi estendido aos países de Terceiro Mundo. Uma grande quantidade de excedentes de capital deixaram os Estados Unidos para retornar mais tarde, conquistando, desse modo, a ampliação de seus mercados consumidores e de capitais. Outra forma de exportação de valores pode aparecer através dos IEDs (os Investimentos Externos Diretos), como mecanismos disparados pelos mecanismos moleculares de acumulação de capitais e pertencentes a estratégias privadas de grupos capitalistas. De qualquer forma, a intenção ou o resultado desse tipo de exportação de excedentes tem sido justamente a dinamização do modo de produção capitalista em regiões afastadas dos grandes centros produtores e de concentração capitalista. Nesse processo pode-se notar um conjunto de estratégias de dispersão capitalista pelo espaço mundial, a fim de promover o crescimento das estruturas de acumulação em diversos outros espaços



espalhados pelo mundo como forma de garantir a manutenção dos mecanismos de acumulação do capital. Centralização e expansão (dispersão) se conjugam aqui segundo a dialética animada pelas contradições do capital. Essas estratégias tem tido vantagem significativa sobre as demais porque além de encontrar nessas novas regiões as possibilidades de emprego dos capitais excedentes gerados por cima da capacidade de investimento em seus centros de origem, elas promovem um aumento significativo do espectro capitalista, inclusive em termos de novas possibilidades de acesso mais rápido e curto aos mercados antes distantes dos centros produtores e com relação à promoção de um maior contingente de força de trabalho disponível para o capital. Os efeitos da entrada de capitais, excedentes em sua origem, em novas regiões têm sido sistematicamente a promoção de padrões de acumulação de tipo capitalista em cada vez mais lugares do globo, tendo sido acompanhados, via de regra, de mecanismos de acumulação primitiva (a separação do trabalhador de seus meios de produção) e de um aumento considerável na disponibilidade de trabalhadores para os fins da acumulação de capital (reprodução do exército industrial de reserva)⁸¹. No entanto, esse tipo de investimento pode cobrar tributo numa inversão nas relações entre centro e periferia, constantemente reproduzidas no modo de produção geograficamente expansível do capital – isso pode ser verificado em diversos momentos na história da expansão geográfica do capital, como o que aconteceu, por exemplo, com a transição de hegemonia que os Estados Unidos passaram a impor sobre a Inglaterra após receber imensas quantidades de investimentos produtivos, ou com relação à Alemanha e ao Japão, no pós-guerra, após o Plano Marshall, que passaram a rivalizar economicamente com os próprios Estados Unidos.

Dessa forma, a partir da sobreacumulação numa determinada região do planeta, espaços periféricos estabelecidos de acordo com a lógica da acumulação surgem como espaços vazios, esvaziados de seus outros conteúdos, de sua história anterior, portanto, para servirem como receptáculos de excedentes capitalistas. Esses lugares somente contam dentro do conjunto de estratégias que visam a reprodução continuamente ampliada do capital a partir da capacidade, que ainda pode se encontrar ou que se reproduz sob a forma de manutenção de um estoque de ativos espaciais desvalorizados nesses lugares, de receber os excedentes gerados alhures⁸².

Contudo, mesmo essa terceira forma de exportação de capital excedente, como princípio diretor que recai sobre o *modus operandi* da produção do espaço sob o modo de produção capitalista, sendo aquela que possibilita o mais prolongado tempo durante o qual os excedentes de capital vão sendo absorvidos lucrativamente, não garante e nem retira do horizonte do próprio movimento de valorização capitalista o problema da sobreacumulação. Essas formas, mesmo podendo contar com variações em seu interior com relação à conveniência de cada uma delas em cada momento, não conseguem livrar o capital de seu destino tortuoso com relação às crises periódicas que tem de enfrentar. É nesse aspecto que

⁸¹ “Se a expansão geográfica possibilita o acesso às reservas latentes de mão-de-obra, isso pode, de fato, ser útil para mitigar as crises de desvalorização. Isso significa alguma forma de acumulação primitiva no exterior (por meio da penetração das relações capitalistas de propriedade, das formas monetárias, da imposição de controles estatais e legais etc.)”. Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.120).

⁸² Com relação a esse aspecto, retornaremos com maior detalhe na conclusão deste trabalho.

o capital encontra o impulso irresistível à produção do espaço como forma e condição da manutenção dos mecanismos de reprodução ampliada.

“O capital excedente pode ser emprestado para um país estrangeiro, criando novos recursos produtivos em novas regiões. As altas taxas de lucro prometidas proporcionam um incentivo ‘natural’ para tal fluxo e, se atingidas, aumentam a taxa média de lucro no sistema como um todo. Temporariamente, as crises ficam resolvidas. ‘Temporariamente’, pois lucros maiores significam crescimento na massa de capital que busca aplicação rentável, e a tendência à superacumulação se exacerba, mas então numa escala geograficamente expansível (...). O único escape reside na aceleração contínua da criação de novos recursos produtivos. Disso, podemos deduzir um impulso dentro do capitalismo para criar o mercado mundial, para intensificar o volume de troca, para produzir novas necessidades e novos tipos de produtos, para implantar novos recursos produtivos em novas regiões, e para colocar toda a mão-de-obra, em todos os lugares, sob a dominação do capital. Podemos interpretar a real geografia histórica do capitalismo como produto de tal imperativo. No entanto, a ‘dialética interna’ do capitalismo assegura que tal processo ‘move-se em contradições, constantemente superadas, mas, no momento exato, constantemente situadas’(...). As crises são fases de intensa racionalização na transformação e expansão geográfica.”⁸³

Mesmo, então, não retirando do horizonte do necessário crescimento do capitalismo em âmbito mundial os desatinos da dinâmica reprodutiva do capital, a produção do espaço assegura a continuidade do processo de valorização empreendido sob condições de acumulação capitalista. Contudo, tendo de contar entre as estratégias para tal empreitada com a expansão geográfica do capital, com os ajustes temporais ou com os ajustes espaciais internos, resumidamente, com a produção e reprodução do espaço mundial para fins de acumulação capitalista, isso não pode ocorrer sem se levar em consideração os meios pelos quais esse capital se desloca no espaço durante o tempo de circulação. Quando o capital assume a forma de mercadoria, num produto acabado que deve dirigir-se ao consumo final ou a uma nova linha de produção, ele deve ser transportado pelo espaço até seu destino. Isso implica num conjunto de estratégias que visam diminuir o tempo de circulação do capital por meio da produção de um espaço mais adequado, dotado de meios de circulação que proporcionam maior velocidade nos fluxos, assim como por meio da produção de objetos técnicos que se deslocam nesse espaço transportando esses capitais de maneira cada vez mais acelerada. Contudo, isso tem um custo para o capital, que pode ser lido, segundo Harvey, por dentro dos mecanismos de valorização capitalista. Nesse sentido, “Marx argumenta que ‘a condição no espaço, o transportar o produto ao mercado, faz parte do mesmo processo de produção’. Portanto, a indústria de transporte produz valor por que é uma ‘esfera de produção material’ que realiza uma mudança material no ‘objeto sobre o qual recai o trabalho, uma mudança no espaço, [uma] mudança de lugar’. ‘O que a indústria de transporte vende é este mesmo deslocamento’”⁸⁴. Dessa forma, Harvey apresenta um

⁸³ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.117).

⁸⁴ Harvey, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México. Fondo de Cultura Económica. 1990. (p. 379).



processo de produção de valor no seio da indústria de transporte, assim como já o fez com relação à produção de infraestruturas espaciais.

A ampliação dos espaços aos quais o capital, por meio do desenvolvimento da indústria de transporte, passa a ter acesso representa uma ampliação do espectro dos processos de valorização com forte capacidade para a absorção de excedentes. Ao fazer um montante de mercadorias acessar lugares cada vez mais distantes, os processos de sobreacumulação encontram, então, formas de aliviar o conjunto constrangedor de seus efeitos para o capital – desde que, por essa via, possa se realizar parte da mais-valia condenada em seu lugar de origem e nas proximidades em que a esfera da circulação atuava. No entanto, essa não é a única vantagem do desenvolvimento da indústria dos transportes, do ponto de vista do capital, com relação aos problemas de sobreacumulação. Outro aspecto proporcionado pelo desenvolvimento da indústria de transportes se soma a esse primeiro: a aceleração do tempo de circulação capitalista. Dessa forma, pode-se entender que “a medida que as revoluções tecnológicas em outros setores ampliam o volume das mercadorias que se vão trocar, as substituições revolucionárias nos meios de comunicação e transporte se tornam uma necessidade absoluta”⁸⁵. A revolução tecnológica dos meios de transporte é, contudo, algo que ocorre somente com grande participação do Estado. Isso ocorre pelo fato de que os meios de transporte precisam contar com uma infraestrutura física de grande monta fixada no espaço, como magnitude do capital fixo diretamente ativo nos processos de valorização empreendidos por esses capitais, e, por isso, as desvalorizações regionais, que encontram lugar num determinado espaço, podem pôr a perder imensa quantidade de valores oriundos e condicionantes dessas indústrias - o que, bastante simplificada, desestimula a livre iniciativa privada e promoção de estratégias advindas de ajustes realizados com base estrita nos mercados de capitais⁸⁶. Dessa forma, o Estado, ao agir como promotor desses capitais da indústria de transportes, passa a arcar com parte dos problemas de desvalorização que atingem periodicamente a economia capitalista, cabendo, então, aos mecanismos fiscais compensarem parte dos gastos com infraestrutura - necessários para manter a reproduzibilidade do capital em níveis de acumulação cada vez mais altos - e estancar sob gastos estatais a desvalorização.

O Estado, por sua vez, ao fazer isso, não promove simplesmente as condições necessárias de ampliação do espectro capitalista para o setor de transportes, uma migração intersetorial de capitais e a fundação de padrões capitalistas de exploração da força de trabalho no setor de transportes, ele, assim, o faz também pela indústria da construção civil, promovendo o crescimento dos capitais também nesse setor e atuando como meio, através da utilização dos mecanismos fiscais, de formação de capitais em outros segmentos. Trata-se de uma redistribuição da mais-valia como forma de controlar os efeitos da desvalorização, assumindo ele mesmo, o Estado, o ônus da negatividade interna ao próprio capital, enquanto promove novos mecanismos de acumulação capitalista com a diversificação setorial⁸⁷.

⁸⁵ Harvey, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México. Fondo de Cultura Económica. 1990. (p. 380).

⁸⁶ Essa discussão em Harvey assume dimensões pouco interessantes para que se coloque aqui a questão em toda sua profundidade. Para um exame mais cuidadoso ver Harvey, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México. Fondo de Cultura Económica. 1990. (pp. 379-383).

⁸⁷ Esse aspecto será mais detalhado no capítulo III dessa mesma parte.

Contudo, a mobilidade ofertada ao capital pelo desenvolvimento tecnológico e infraestrutural dos transportes pode servir aos processos de valorização mesmo sem deslocar diretamente os excedentes produzidos pelo capital. Os processos que levam à sobreacumulação estão, muitas vezes, ligados a uma supervalorização relativa da força de trabalho, decorrente, frequentemente, de uma escassez de trabalhadores desempregados promovida pela própria expansão das forças produtivas sem incremento tecnológico ou liberação de trabalhadores. Dessa forma, a “livre” mobilidade da força de trabalho se coloca como mais uma das possibilidades de se reduzir os efeitos da desvalorização sobre o capital através da constituição ou um aumento do exército industrial de reserva – desde que essa seja uma liberdade determinada pelas necessidades de valorização capitalista⁸⁸. Evidentemente, um tipo de liberdade que se aproxima de uma liberdade absoluta do trabalhador pode também comprometer os processos capitalistas de valorização. Pode haver, por isso mesmo, uma “debandada” de trabalhadores de determinada região produtiva comprometendo os capitais apegados ao espaço daquela região. Isso se torna ainda mais significativo quando os mecanismos de acumulação primitiva ou de separação do trabalhador de seus meios de produção, com início na terra tornada propriedade privada, não atingem a amplitude necessária para fixar o trabalhador sob condições de trabalho assalariado, impelindo assim esse trabalhador a regiões onde possa não se sujeitar aos mecanismos de exploração capitalista.

No caso de haver uma escassez de força de trabalho em uma determinada região, a mobilidade do trabalhador se coloca como elemento chave da retomada dos processos de valorização com base na recuperação da taxa de mais-valia. É possível importar trabalhadores de outras regiões para se executar trabalhos que impliquem na produção de valores numa dada região, sob a vantagem capitalista de se aumentar a taxa de mais-valia e retomar os antigos padrões de acumulação, tendo em vista uma recuperação das taxas de lucro. Nesse caso, também “o excedente de mão de obra também pode ser importado do

⁸⁸ “[Marx] rejeita os mitos burgueses que prevalecem enquanto a suposta liberdade do trabalhador. Em vista das condições gerais de trabalho assalariado, a liberdade do trabalhador para se mover se converte exatamente no contrário. Em busca de um emprego e de um salário para viver, o trabalhador se vê obrigado a seguir o capital onde quer que este vá. Isto implica a ‘abolição de todas as leis que impedem que os trabalhadores se transfiram de uma esfera de produção a outra e de um centro local de produção a outro’, e a eliminação de ‘todas as barreiras legais e tradicionais que impediriam que os capitalistas comprassem essa ou aquela classe de força de trabalho’ (...). Igualmente, traz consigo a alteração e a destruição das formas de vida e de sustento tradicionais por meio da acumulação originária, um processo que Marx considera extensamente. Também empurra aos capitalistas a adotarem processos de trabalho que não dependem das habilidades monopolizáveis tradicionais. Isto tem muitas implicações para o trabalhador. A ‘indiferença’ do capital em relação às formas determinadas que toma o processo de trabalho se estende imediatamente ao trabalhador, enquanto que os ‘trabalhadores livres’ devem aceitar ‘que seu trabalho sempre produz para eles o mesmo produto, dinheiro’. ‘Em princípio’, sempre devem estar ‘prontos e dispostos para aceitar qualquer variação possível em sua atividade que promete recompensas mais altas’. Os salários diferenciais proporcionam, então, os meios para coordenar os movimentos dos trabalhadores aos requerimentos do capital. A versatilidade e mobilidade geográfica da força de trabalho, assim como a ‘indiferença’ dos trabalhadores com relação ao conteúdo de seu trabalho são essenciais para a ‘fluidez do capital’. Marx diz que o país onde essas condições ‘aparecem mais vividamente são os Estados Unidos’ (...). Sob essas condições, a ‘liberdade do trabalhador’ se vê reduzida na prática à ‘liberdade do capital’ (...). Quanto mais mobilidade tenha o trabalhador, mais facilmente o capital poderá adotar novos processos de trabalho e aproveitar as situações superiores. A livre mobilidade geográfica da força de trabalho parece ser uma condição necessária para a acumulação de capital”. Harvey, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México. Fondo de Cultura Económica. 1990. (pp. 383-384).



exterior. Para Marx, a importância da Irlanda para o capital inglês era essa. Na Irlanda, a acumulação primitiva fornecia excedente de mão de obra para a Inglaterra, ajudando a solapar o poder organizado dos trabalhadores ingleses”⁸⁹.

“Na ausência de escravidão, a importação do excedente de mão de obra deve se apoiar na livre mobilidade geográfica dos trabalhadores. Porém, caso se conceda esse privilégio ao excedente de mão de obra no exterior, é difícil negá-lo à reserva flutuante gerada na terra natal. Diante do desemprego, a reserva flutuante talvez emigre, especialmente se terras sem donos estiverem disponíveis em determinada fronteira. Nesse caso, Marx concorda (...) com Hegel (...); ou seja, grande quantidade de mão de obra pode ser aproveitada por meio da livre migração a uma fronteira. De fato, habitualmente, ele atribui a existência de melhores salários e condições de trabalho nos Estados Unidos à presença de fronteiras relativamente abertas. No entanto, Marx também diverge de Hegel (...), pois considera tal condição como contrária aos reais interesses da acumulação.”⁹⁰



⁸⁹ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (p.120).

⁹⁰ Harvey, D. “O Ajuste Espacial: Hegel, Von Thünen e Marx”. In: Harvey, D. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005. (pp.120-121).

Capítulo 2

A construção de Brasília mediante o represamento de capitais excedentes no espaço econômico nacional.

A intenção deste capítulo é abordar os problemas de acumulação na economia brasileira no início da segunda metade do século XX do ponto de vista da constituição de uma tendência à formação de crises de sobreacumulação de capitais. Esse passo importante conta no esforço de produção deste trabalho segundo a perspectiva de recolocar o debate a respeito da construção de Brasília a partir da ótica do deslocamento espacial de capitais. Aqui começa a se delinear, então, um esforço de compreensão de uma estratégia de manutenção e aumento dos padrões de crescimento da economia brasileira a partir da necessária intervenção do Estado nesse processo, um elemento fundamental para a compreensão da formação do “subsistema capitalista brasileiro”, como diz Octavio Ianni. Contudo, não se poderá compreender o processo apresentado aqui sem uma breve reconstituição dos padrões espaciais do desenvolvimento capitalista em território nacional, e, correlatamente, sem uma compreensão que se estenda em favor da apresentação do problema do ponto de vista dos processos de formação de uma sociedade efetivamente urbana no Brasil. Neste capítulo, o território e o espaço econômico nacionais podem ser lidos não simplesmente como uma resposta para um determinado estágio de desenvolvimento da economia capitalista, mas como uma determinada configuração expressiva para a determinação do processo de reprodução das forças produtivas, principalmente a partir do processo de urbanização.

2.1 - A industrialização no rastro da urbanização.

Com uma estrutura distributiva inicial e duradoura da população, dos serviços e das cidades em território brasileiro fundamentalmente atada aos estreitos limites da faixa Leste¹, constituiu-se um limitado espaço para a atuação mais intensiva das formas de reprodução capitalista no Brasil. Essa limitação, aparentemente alheia às estruturas da acumulação capitalista, passaria a receber maiores significados com a intensificação do processo e o desenvolvimento das forças produtivas em território nacional. Poder-se-ia, a partir daí, indagar a respeito do caráter dessa determinação como algo absolutamente exterior aos mecanismos próprios da acumulação capitalista. Mas quando se vislumbra, a partir da estrutura de ocupação territorial, não somente a limitação geográfica da produção e realização da mais-valia a uma determinada faixa do território, mas também, por conta disso, a produção daquilo que Francisco de Oliveira chamou de uma reserva territorial de acumulação primitiva nos espaços periféricos do território, pode-se notar a produção de um

¹ A respeito do assunto ver: Geiger, P.P. *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro. INEP. 1963; Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005; & Reis Filho, Nestor Goulart. *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo. Pioneira. 1968.



amplo espaço econômico com grandes quantidades de recursos ociosos esperando pelas inventivas que os disponibilizariam aos processos de acumulação. Dessa forma, produz-se ao mesmo tempo um espaço de acumulação restrito com disponibilidade de ativos territoriais para a expansão capitalista². Essa situação foi responsável pela configuração de um tipo de acumulação que conjuga elementos de uma economia de tipo capitalista madura, concentrados em alguns espaços regionais, com elementos próprios de estruturas de acumulação primitivas, dispersos pelo território não diretamente ocupado pelas relações propriamente capitalistas.

Conforme, no entanto, pelo que podemos notar pela apreciação de Francisco de Oliveira, em sua *Crítica à Razão Dualista*, essa aparente dualidade entre um Brasil moderno e outro atrasado não se trata senão de mais um dos mecanismos próprios do processo de acumulação industrial que se estabeleceu no País desde 1930, quando da grande crise do modelo agroexportador. Nesse sentido, não há dualidade, senão duas formas distintas de manifestação de um mesmo processo, que privilegia a acumulação e a concentração em favor dos capitais industriais³.

Uma faixa litorânea densamente ocupada por uma rede, ou fragmentos de rede, urbana e um Sudeste em franco processo de industrialização podem se alimentar, do ponto de vista dos mecanismos de acumulação capitalista, do sobreproduto gerado em condições não propriamente capitalistas no interior do território e, assim, ter nessa configuração territorial o sustentáculo de um processo de crescimento das forças produtivas. Durante a fase de crescimento dos mecanismos reprodutivos que ocorrem com base num contexto de substituição de importações, essa configuração redistributiva serviu muito bem aos propósitos da indústria nascente⁴. Contudo, a reprodução desse esquema híbrido de reprodução das forças produtivas sob determinação capitalista apresenta limites bastante evidentes com relação ao prolongamento estendido no tempo dessa formação⁵.

² Adiante será apresentada, brevemente, a idéia da *dialética da capacidade ociosa*, desenvolvida por Ignácio Rangel. Essa configuração territorial, no corpo deste trabalho, representa, por um lado, uma limitação espacial ao crescimento das forças produtivas, através da restrição da circulação de capital, o que tende a gerar excedentes de capital que podem ser lidos sob o título de *capacidade ociosa*. Contudo, por outro lado, a disponibilização corrente de espaços em território nacional para fins de acumulação, que funciona segundo a lógica daquela reserva de acumulação primitiva da qual falava Francisco de Oliveira, exerce a função de absorver esses excedentes, algo como uma espécie de *anticapacidade ociosa*. Essa configuração espacial do capitalismo industrial brasileiro – note-se que isso somente poderia ocorrer durante o estágio de uma economia industrial – deu origem, simultaneamente, a uma dialética da capacidade ociosa, favorecendo, ao mesmo tempo em que reproduz as condições propícias a produção de excedentes de capital, as condições para a absorção desse excedente.

³ Oliveira, Francisco de. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo. Estudos Cebrap 2.

⁴ Francisco de Oliveira faz referência ao fato de que a manutenção de um setor de produção de produtos agrícolas relativamente atrasado, com baixos salários e pequena composição orgânica de capitais, é responsável, ainda, pelo favorecimento de estruturas de acumulação do tipo urbano-industriais como as que se têm nesse momento na região Sudeste do País. (Oliveira, Francisco de. *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo. Estudos Cebrap 2).

⁵ Segundo o debate estabelecido nas produções de David Harvey, Rosdolsky, Maria da Conceição Tavares entre outros, a respeito do sentido do comércio capitalista com formações sociais pré-capitalistas em Rosa Luxemburgo, essa configuração encontraria limites claros segundo a necessidade de reprodução de um exército industrial de reserva e da produção de um proletariado – vale lembrar, constituído por trabalhadores livres de suas condições de reprodução – de acordo com a propensão logicamente expansível do capital. Além disso, uma defasagem entre produto e demanda se opera quando passa a ocorrer um desequilíbrio na distribuição entre os

Diante do fato de o modelo inicial da industrialização brasileira não poder contar com um Departamento I, com indústrias produtoras de bens de produção, portanto, e da dificuldade de se importar esses equipamentos e insumos durante o período de Guerra, até 1945, um conjunto de medidas tiveram de ser tomadas para não se consumir num período de estagnação o crescimento da indústria nacional. As facilidades cambiais, monetárias e legais criadas para se importar o montante de equipamentos requeridos para a continuidade do processo de crescimento industrial do País após a Guerra teve vida curta como estratégia de promoção de padrões de acumulação mais elevados⁶. Ele barrou num desequilíbrio interno do próprio processo de acumulação, uma vez que o lucro, a acumulação proporcionada pelo crescimento da indústria substitutiva de bens de consumo assalariado, não se revertia na promoção de um setor de produção de bens de produção que seria beneficiado pelo aumento da produtividade e pela utilização da capacidade produtiva empregada no Departamento II. Um descompasso no processo de acumulação capitalista brasileiro, que poderia inadvertidamente ser lido como problema de demanda ou de baixo consumo, se explicaria pelo caráter não propriamente capitalista caracterizado pela falta de um Departamento I suficientemente equipado, que não tinha condições “para atender sequer as necessidades correntes de funcionamento da economia a uma taxa de acumulação mais alta”⁷. Daí a necessidade de se criar um setor de produção de bens de produção que desse conta de promover padrões de acumulação capitalista dispondo de mecanismos de intercâmbio produtivo e de realização da mais-valia produzida internamente. Somente nesse ponto é que se torna possível falar de um processo de constituição de mecanismos de acumulação especificamente capitalistas no Brasil⁸.

A partir desse momento, novas estruturas de acumulação passariam a vigorar na economia nacional como mecanismos próprios da reprodução do capitalismo em escala nacional. Dessa reestruturação produtiva em departamentos e setores diferenciados, elevados graus de dependência dos mecanismos reprodutivos de uma nova estrutura urbana, capaz de suprir as necessidades do novo regime de distribuição da mais-valia entre os setores e diretamente ligada aos novos padrões de acumulação, se desenhariam no espaço econômico do território brasileiro. Essa tendência contrariava diretamente os padrões reprodutivos da indústria substitutiva de importações. Ela não estava mais presa somente à conservação de enormes extensões territoriais voltadas à produção de bens primários de consumo assalariado determinados sob baixos padrões de composição orgânica de capital ou sob mecanismos de exploração assalariada do trabalho de uma mão de obra predominantemente rural e que extraia parte de sua subsistência de um trabalho excedente voltado para seu próprio consumo. A separação do trabalhador de seus meios de subsistência não havia se completado satisfatoriamente, do ponto de vista dos mecanismos

departamentos I e II, o que favorece o aparecimento de capacidade ociosa num dos pólos de acumulação e insuficiência de produção em outro. Os aspectos de demanda intersetorial são imprescindíveis para o estabelecimento de mecanismos de valorização.

⁶ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977.

⁷ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 104).

⁸ Segundo Maria da Conceição Tavares, isso se daria somente após o fim do período de substituição de importações, que entra em declínio a partir dos fins dos anos de 1940 e início dos anos 1950.



propriamente capitalistas de acumulação, até esse momento. Se há um processo vigoroso, em termos clássicos, de acumulação primitiva ocorrendo em território brasileiro⁹, ele se dá efetivamente nesse momento.

A criação de um setor dedicado à produção de bens de produção incide diretamente nos processos de redistribuição da mais-valia internamente, numa economia de tipo capitalista. O problema para a manutenção de um crescimento sustentado nos padrões de organização setorial da produção como aquele que vigorava antes de 1950 era justamente a falta de um efetivo de demanda típico de economias semi-industrializadas. A carência de um Departamento I marcava uma lacuna no circuito de realização da mais-valia a partir da falta de elementos propriamente capitalistas para a reprodução, articulada na inexistência de um nível de demanda em termos dinâmicos (intersectorial) e de um proletariado urbano vigoroso que somente ganharia corpo com a criação de um setor produtor de bens de produção. “O ponto central é que esse incremento de produção permite, pela primeira vez na história da indústria, reproduzir conjuntamente a força de trabalho e parte do capital constante industrial, num movimento endógeno de acumulação”¹⁰.

“Assim, são as relações internas entre os dois setores industriais básicos, o de bens de consumo e o de bens de produção, que determinam tanto o crescimento de um proletariado urbano industrial como, em simultâneo, a expansão das margens brutas de lucro e de sua acumulação dentro das empresas industriais”.¹¹

Dessa forma, o *modus operandi* do capitalismo nacional, já composto pela participação dos dois departamentos básicos de um processo de acumulação capitalista, passa a estar diretamente ligado à urbanização do território como condição de realização dos mecanismos de acumulação. Isso, contudo, somente foi possível pela criação de um proletariado urbano como característica da implantação de um Departamento I na economia brasileira. Esse processo tem o efeito de fazer completar a circulação do capital segundo mecanismos propriamente capitalistas de reprodução. No entanto, a participação do Estado brasileiro nesse processo tem sido marcante. “Pelo lado da oferta, se se pretende garantir uma alta taxa de expansão e ao mesmo tempo evitar bloqueios sérios ao crescimento, significa que os investimentos públicos têm de centrar-se crescentemente em setores estratégicos, como energia, comunicações, transportes, urbanização e outros (não menos importantes) gastos em capital social básico, que são responsáveis pelas ‘economias externas’ ao setor industrial”¹².

Observando-se o período imediatamente anterior, entre 1945 e 1950, que se traduz por uma espécie de “economia indolente” - dadas as facilidades em importar os bens de

⁹ Isso pode ser afirmado no que diz respeito ao Centro-Oeste, que se mantém até esse momento como uma região incumbida de fornecer bens de consumo assalariado para o Sudeste a preços efetivamente mais baixos porque derivados de uma condição de superexploração do trabalho assalariado em condições, pode-se dizer, não propriamente capitalistas ou “primitivas”, segundo Francisco de Oliveira.

¹⁰ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 104).

¹¹ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (pp. 104-105).

¹² Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (pp. 79-80).

produção ao invés de produzi-los -, vemos que as barreiras à entrada na economia brasileira passaram a se fazer de forma externa aos mecanismos de acumulação, recorrendo às determinações estatais e/ou legais de proteção à indústria interna. Nesse momento, ainda, as facilidades monetárias para a importação e os mecanismos restritivos criados para as importações dos demais bens de consumo que concorressem com os produzidos internamente permitiram uma ampliação da capacidade produtiva estabelecida em patamares muito superiores aos da demanda efetiva. Esse contexto, se somado à feliz conjuntura inflacionária do ponto de vista dos inversionistas voltados ao mercado interno, repercutiria em mecanismos de concentração (acumulação) ainda mais potentes¹³.

Contudo, esse mecanismo não foi o único responsável pela produção de uma sobrecapacidade produtiva instalada em território nacional que se apresenta assim desde 1937. As indústrias estrangeiras, que até antes de 1954 tinham uma participação bastante reduzida, utilizavam-se de sua condição de filiais para realizarem o incremento tecnológico sem custos adicionais elevados. Qualquer transformação ou exigência que recaia sobre a matriz ou qualquer indústria do grupo poderia ser facilmente repassada em termos de incrementos técnicos para as filiais sem que estas tivessem que recorrer a um sistema de crédito externo às contas da empresa. Isso, no entanto, somente aconteceria caso as filiais instaladas em território brasileiro não tivessem tido lucros suficientes para que elas próprias realizassem inversões levando em conta o aumento da produtividade como estratégia que envolve a instalação de capacidade ociosa planejada. Essas filiais não deviam sua estada no País pelo simples fato de quererem expandir seus mercados; “elas vieram para ficar” e, nesse sentido, haviam de querer ampliar suas margens de lucros. Dessa forma, o tipo de competição que se estabeleceu em economias semi-industrializadas a partir da participação de filiais estrangeiras contou quase sempre com uma ampliação da capacidade produtiva estabelecida por cima das possibilidades reais de circulação de capital, algo que, sob condições administradas, reverteu-se em capacidade ociosa planejada e em fortes barreiras à entrada. O problema aqui seria visto como aquele identificado por Ignácio Rangel no aparecimento de “pontos de estrangulamento” econômico¹⁴. Problemas de realização na economia brasileira, pautada, nesse momento, por padrões de acumulação amparados numa produção realizada com parte da capacidade produtiva operando sob ociosidade, poderiam ser catastróficos do ponto de vista do crescimento industrial nacional. A promoção de um

¹³ “Dessa forma, a conseqüência prática da política cambial destinada a combater a alta de preços foi uma redução relativa das importações de manufaturas acabadas de consumo, em benefício das de bens de capital e de matérias-primas. O setor industrial era assim favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações, por outro, porque as matérias-primas e os equipamentos podiam ser adquiridos a preços relativamente baixos”.

“Criou-se, em conseqüência, uma conjuntura extremamente favorável às inversões nas indústrias ligadas ao mercado interno. Essa conjuntura foi responsável pelo aumento da taxa de capitalização e pela intensificação do processo de crescimento que se observa no pós-guerra. Enquanto continuava a elevar-se dentro do país o nível geral de preços, os bens de capital podiam ser adquiridos no exterior a preços praticamente constantes. Entre 1945 e 1950, por exemplo, o nível dos preços de importação elevou-se em apenas 7 por cento, enquanto o nível de preços dos produtos manufaturados no país, preços de produtor, se elevava em 54 por cento. Compreende-se, assim, que as importações de equipamentos industriais tenham crescido em 338 por cento, entre 1945 e 1951, conquanto o total das importações aumentasse apenas em 83 por cento”. Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1967. (pp. 229-230).

¹⁴ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980.

corpo de capital social geral deveria vir, então, através de um conjunto de ações que remetem a uma plena utilização dos mecanismos de endividamento público, a reboque de uma crise anunciada.

Essa situação se agrava ainda mais se levarmos em consideração que os setores que com mais facilidade se apropriavam de um excedente monetário eram justamente aqueles voltados à exportação. Isso ganha maior significado ainda quando compreendemos que o estímulo externo dado através da alta cambial favoreceu o crescimento da participação industrial brasileira na direção do aumento das exportações. Esse estímulo externo implicava, contudo, num problema de ordem de realização do excedente gerado nos setores exportadores. “O excesso de renda criada no setor exportador sobre a contrapartida de bens e serviços importados”¹⁵ encontrava lugar na desvalorização de divisas que dificultava as importações. Criva-se assim uma espécie de desequilíbrio que leva em conta um excesso de renda monetária advinda dos setores exportadores que não encontra correspondência na oferta de bens importados. Esses excedentes monetários estavam fadados a permanecer represados no mercado interno brasileiro¹⁶. No entanto, durante o período de guerra, qualquer estratégia monetária ou de ajuste cambial, levada a cabo pela mão forte do governo, não inverteria a situação, pois a dificuldade para importar estava dada mais pelo controle da produção e dos transportes nos países diretamente envolvidos no conflito do que por qualquer desajuste cambial. Desse modo, o sobreesforço para a exportação ao qual estava submetida a economia brasileira determinava uma produção estabelecida em níveis muito acima do que se poderia converter em inversões dentro do território nacional. A razão dessa capacidade reduzida de inversões em território nacional se explica em parte por esse mecanismo de produção de excedentes de renda monetária; um excedente relativo às possibilidades de se inverter dentro do País. Contudo, novamente, temos a participação dos “pontos de estrangulamento” da economia nacional, definidos, aqui, segundo uma ordenação espacial capitalista ainda incipiente, o que conduziria à necessária intervenção do Estado no sentido da promoção de novas condições de acumulação ligadas à produção do espaço, redefinindo a natureza do espaço econômico na escala territorial. Para Celso Furtado,

“A situação que se criou nos anos da guerra era de grande complexidade e exigia, se se pretendesse corrigir o desequilíbrio que se estava formando no sistema econômico – que se manifestava através da alta rápida desordenada dos preços – uma ação muito mais ampla que a simples manipulação cambial. Teria sido necessário partir do princípio de que a economia estava sendo submetida a um sobreesforço, e que era necessário produzir mais que o de que se necessitava correntemente para consumir e inverter dentro do país. Essa diferença estava dada pela acumulação de reservas cambiais, as quais indicavam o montante do que se

¹⁵ Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1967. (p. 220).

¹⁶ “O índice de preços de exportação cresceu em 75 por cento, entre 1937 e 1942, sendo portanto muito forte o estímulo externo. Ora, como o *quantum* das exportações no mesmo período reduziu-se apenas em 25 por cento, ainda que a taxa de câmbio houvesse baixado de 20 para 15 cruzeiros por dólar, a renda monetária criada pelo estímulo externo não se teria reduzido. Ao conservar a taxa de câmbio, estava-se, na realidade, incrementando a renda monetária do setor exportador, num momento em que a oferta de produtos importados se havia reduzido em mais de 40 por cento”. Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1967. (p. 218).



produzia mas não se utilizava no território nacional. Por outro lado, devia-se ter em conta que o governo estava aumentando os seus gastos com despesas militares, reduzindo mais ainda a parte do produto destinada a atender às necessidades dos consumidores e aos desejos dos inversionistas. Finalmente, caberia considerar a baixa geral de produtividade, ocasionada pelos transtornos do comércio de cabotagem, pela substituição de combustíveis de qualidade superior por outros de qualidade inferior, pela paralização de máquinas por falta de peças, pela substituição de equipamentos mecânicos por mão de obra, etc.¹⁷

Esse comportamento da economia vinha se estendendo desde 1937, quando os efeitos da crise haviam por completo se amortizado. O agravamento da situação proporcionado pelo advento da Segunda grande Guerra iria necessariamente exigir uma participação mais incisiva do Estado segundo o aumento dos gastos públicos e a promoção de mecanismos facilitadores para a absorção desse excedente em território nacional. Esse excedente necessitava encontrar formas de circular produtivamente no espaço econômico nacional, fosse a partir de uma melhora no sistema de transportes - cumprindo com a ampliação da escala de circulação, com o emprego desses excedentes nas infraestruturas produtivas ligadas à extensão da rede de deslocamentos ou com o aumento na velocidade de circulação -, ou com a ampliação dos espaços pelos quais esse excedente pudesse circular, considerando aqui uma requalificação dos espaços econômicos territoriais - trata-se de um processo de produção do espaço em que ambas estratégias somente se realizam conjuntamente e que desembocarão num processo de urbanização do território, fundamental para o tipo de acumulação industrial pós 1954. Considerando que “o maior comprador de divisas nessa ocasião eram as autoridades monetárias, que ficavam com toda a massa de divisas que não encontravam aplicação no intercâmbio corrente”¹⁸, o Estado deveria assumir a dianteira no emprego desses excedentes a partir do aumento dos gastos públicos em infraestruturas produtivas e viabilizadoras dos mecanismos de circulação e produção do capital. Uma nova territorialidade do capital começa a se desenhar no espaço econômico brasileiro, a partir da aniquilação de alguns pontos de estrangulamento e da liberação, em mesma medida, de recursos ociosos na forma de ativos de capital.

Segundo Maria da Conceição Tavares, o quadro que se apresenta a partir do favorecimento da indústria no Brasil em 1940 desembocaria na necessidade de um tipo de atuação mais enérgica por parte do Estado, o que resultaria nos padrões altamente interventores do segundo governo de Getúlio Vargas.

Esse conjunto de ações dirigidas do Estado daria corpo ao processo de formação de uma economia de tipo urbano-industrial, contribuindo para a consolidação do capital industrial no Brasil.

“Essa situação mantém-se até o início da década de 40 e agrava-se posteriormente com as restrições do comércio exterior causadas pela Segunda Guerra Mundial. Em condições de interrupção dos principais fluxos de exportação resultam, simultaneamente, uma pressão do lado dos preços e um superávit comercial na

¹⁷ Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1967. (p. 221).

¹⁸ Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1967. (p. 219).



balança de pagamentos. Essas provocam uma expansão inflacionária da demanda monetária global, que se traduz, mediante novos aumentos de preços, déficits crescentes do setor público, sobretudo de gastos correntes, mas também de investimento em infraestrutura de transportes para fazer face aos estrangulamentos crescentes na rede interna”.¹⁹

Contudo, até essa época, a estrutura industrial do País permaneceria restringida ao setor produtor de bens de consumo assalariado e não-duráveis. Não havia somente carência, segundo a perspectiva de uma industrialização completa do território nacional, de um departamento produtor de bens de produção, mas a indústria pesada, produtora de bens de consumo duráveis, não havia se instalado também por aqui. Dois setores industriais importantes para a articulação produtiva da circulação de valores, internamente, eram inexistentes. O primeiro chegaria logo no início da década de 1950, a partir dos investimentos estatais, já o segundo somente se implantaria em meados dessa mesma década via entrada de capitais estrangeiros. Portanto, a economia brasileira, à medida de sua insuficiência em termos de uma completa distribuição departamental à moda clássica, permaneceria, até esse ponto, com um certo grau de autonomia em relação aos capitais internacionais. Isso, por sua vez, por um lado, não pode ser atribuído, à falta de divisas ou de capital suficiente para se realizar tal empresa, e, por outro, nem à dificuldade de se importar capitais estrangeiros.

“Essa maior autonomia não se deve, a nosso juízo, nem ao nacionalismo de Vargas, nem a uma possível hegemonia da burguesia industrial nacional. Significa, sobretudo, a impossibilidade de articular o processo de acumulação interna com a entrada de capital estrangeiro privado novo. Não estamos nos referindo apenas ao período da guerra e à ruptura ou diminuição das relações mercantis internacionais. Isso não impediria necessariamente a entrada de recursos financeiros para as filiais estrangeiras já implantadas no setor industrial na década de 20 e na primeira metade da década de 30. O problema está em que estas não necessitavam de capital externo proveniente de suas matrizes, dada a alta taxa de reinvestimento de lucros que já lhes havia permitido ampliar anteriormente sua capacidade produtiva e, inclusive, modernizar parcialmente suas instalações. Algumas das filiais estrangeiras mais tradicionais, como as da indústria de alimentos e de certas matérias-primas, tiveram lucros internos suficientes para diversificar suas aplicações de capital e integrar-se verticalmente, transformando-se em monopônios de compra, para trás”.

“O mesmo ocorre com as grandes empresas nacionais, particularmente as têxteis e algumas das mecânicas originárias que desdobram o seu capital e se estendem em diversificação horizontal e vertical dos ramos de bens de consumo aos de produção”.

“Assim, não parece ser por falta de capital, nacional ou estrangeiro, que a industrialização fica restringida e não se implanta a indústria pesada sem a intervenção decisiva do Estado. Tampouco podem-se invocar as restrições da capacidade para importar, uma vez que, do ponto de vista do capital estrangeiro, o

¹⁹ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 106).



problema das importações de bens de capital, marginal do ponto de vista das transferências da matriz, estaria praticamente resolvido”.²⁰

Também, como chama atenção Maria da Conceição Tavares, “seguramente, não era por temer a concorrência da indústria brasileira que, por exemplo, os poderosos *trustes* mundiais do aço não se interessavam investir no Brasil”. O que resta saber, segundo ela, ainda é “em que esquema de reprodução ampliada do capital implantar-se-ia uma indústria pesada no mercado brasileiro”²¹.

Para responder a essa indagação é preciso levar em conta as dificuldades de realização da mais-valia sob as condições em que se encontravam as possibilidades de circulação capitalista em todo o território brasileiro. A existência de “pontos de estrangulamento”, denunciada por Ignácio Rangel, consistia em plenas dificuldades de realização do ponto de vista da circulação do capital que estavam manifestas, por exemplo, na falta de vias de circulação e acesso a regiões mais distantes do território nacional, numa dificuldade de se atingir os meios de circulação num mercado urbano incipiente e sem uma estrutura urbana de serviços adequada ao tipo de acumulação que se pretendia instalar no País, numa dificuldade encontrada para a distribuição e fornecimento de energia suficientes a essa empreita e numa precariedade dos meios de comunicação entre outras. A limitação geográfica do crescimento capitalista no País, que perdurou até a década de 1950, se fazia presente não só pela concentração industrial, mas pelos encargos que representava, do lado da realização, o isolamento de certas regiões, como uma espécie de refluxo de um tipo de urbanização insular estabelecida ao longo da costa brasileira como apontam Milton Santos, Pedro Pinchas Geiger e Nestor Goulart Reis. É nesse sentido que o tipo e os padrões de urbanização correspondentes à história do território nacional parecem interferir diretamente numa parte do processo da industrialização brasileira. O próprio caráter do tipo de urbanização que existia anteriormente a 1930 foi determinante para o progresso da indústria de substituição de importações²². A indústria, aqui, não criou as cidades como formas de aglomeração que em certa medida respondem às necessidades de crescimento capitalista; ela veio a reboque de uma estrutura urbana pré-existente, datada do período de uma economia mercantil agroexportadora em seus diversos ciclos. A particularidade desse processo está no fato de que a indústria nascente, substitutiva de importações, cresceu à justa medida em que cresciam as demandas e as ofertas provenientes dos centros urbanos em lenta expansão, contribuindo senão muito vagarosamente para o próprio processo de urbanização, crescimento e transformação das cidades – salvo no caso de algumas exceções, como São Paulo, por exemplo²³. Esse processo tem toda importância para o processo de industrialização brasileiro.

²⁰ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (pp. 107-108).

²¹ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p.108).

²² “O crescimento anterior à expansão industrial do pós-anos 30 não somente não acumulava em termos adequados à empresa industrial, como não sentou as bases da infraestrutura urbana sobre a qual a expansão industrial repousasse”. Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. in: “Estudos CEBRAP 2”. (p. 27).

²³ É evidente que, como chama a atenção Francisco de Oliveira, a indústria não nasceu para suprir um determinado nível de demanda, senão para empregar lucrativamente os capitais excedentes pronunciados após 1930. Ela não vem a reboque das necessidades imediatas da população urbana, mas, por se tratar de uma indústria

“Ao que parece, nenhuma indústria pesada implantou-se historicamente a partir da diferenciação e dinâmica interna de uma indústria de bens de consumo que cresce acompanhando a própria expansão de um mercado urbano centrado em uns poucos pólos de urbanização”.²⁴

Dados não só a dificuldade de se implantar em território nacional um setor pesado da indústria moderna, responsável pela circulação mais efetiva dos capitais gerados no espaço econômico brasileiro, mas também os problemas decorrentes das dificuldades de realizar parte da renda e dos capitais excedentes que permaneciam, sem emprego útil do ponto de vista da valorização capitalista, represados no mercado interno, a intervenção estatal, a partir da utilização de mecanismos aceleradores de uma dinâmica não disparada naturalmente na economia capitalista brasileira, era essencialmente fundamental. “Historicamente, a maioria dos países chamados de ‘industrialização retardatária’, vale dizer aqueles que não participaram da primeira revolução industrial, implantaram sua indústria pesada seja com o apoio do Estado Nacional, seja em aliança com o grande capital financeiro internacional, como parte de um esquema de sua expansão à escala mundial”²⁵. É com vistas a esse histórico que se passa à criação, pela utilização do aumento dos gastos públicos, de um setor produtor de bens de produção implantado a partir dos “capitais estatais”. Esse processo deveria balizar a nova forma de relacionamento da economia nacional com os capitais estrangeiros. A intenção da criação de uma indústria produtora de bens de produção como forma de se completar a circulação do capital entre os diferentes setores de maneira adequada ao patamar de industrialização atingido no curso da substituição de importações, era também a de ajustar e atrair, segundo uma nova forma de relacionamento e novas condições de realização, os capitais estrangeiros.

“A intervenção do Estado e, em particular, seu próprio potencial de acumulação interno tem necessariamente de expandir-se e de preceder a nova forma de articulação com o capital internacional. Esse último nunca entrou ‘sozinho’ a desenvolver e ou ‘subdesenvolver’, por sua conta e risco, as forças produtivas internas de um país, salvo nos famosos ‘modelos de enclave’, que correspondem a formas específicas de expansão colonial.”²⁶

Contudo, o papel do Estado não podia se limitar à implantação de indústrias produtoras de bens de produção. Se por um lado a indústria brasileira nasce de um comércio

típica de um período de substituição de importações, encontra os limites para a sua expansão justamente nas configurações capitalistas de ciclos anteriores, nos espaços moldados (produzidos) para atender os mecanismos de distribuição dos excedentes de uma determinada forma que não se compatibiliza mais com esse novo estágio de formação da economia nacional. Trata-se de um novo momento emergente da economia brasileira, uma nova forma de articular espacialmente a produção, que se mantém preso a um estoque de “capital velho” incrustado em determinadas configurações espaciais. É sob essa determinação que se define o espaço econômico nacional, a partir do que ele representa para a continuidade do processo de acumulação capitalista da indústria.

²⁴ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p.109).

²⁵ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p.109).

²⁶ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (pp.110-111).



com formas não-capitalistas de produção de produtos primários no interior do território - e a manutenção desses “bolsões” de superexploração do trabalho na agricultura favorecia o aparecimento e a consolidação de formas capitalistas de exploração do trabalho nos espaços urbanos -, por outro lado, para a ampliação dos mecanismos reprodutivos do capitalismo no Brasil, se fazia necessário ampliar o espectro de atuação das formas propriamente capitalistas através da liberação (e requilificação) de espaços e mão de obra num território hostil ainda às transformações exigidas por esse modo de produção. Os entraves à circulação do capital estavam também, dessa forma, incrustados no espaço econômico brasileiro sob a forma de pontos de estrangulamento, que impediam o acesso dos capitais excedentes aos recursos territoriais ociosos. Liberar tais recursos sob a forma de ativos de capital prontos a receber investimentos lucrativos representava investir grande monta de recursos fiscais na promoção de obras de infraestrutura espaciais que permitissem um deslocamento espacial seguro, eficiente e suficientemente rápido para assegurar os processos de valorização e de realização da mais-valia em território nacional. Destruir e suplantando capitais velhos arraigados no espaço de circulação capitalista sobre o território ou criar novas estruturas de circulação que permitissem a realização de um montante ainda maior de capitais na economia brasileira foram papéis assumidos pelos novos investimentos estatais, principalmente no que diz respeito à construção de rodovias, barragens e projetos de urbanização. A “interiorização do desenvolvimento” teve esse papel na história da acumulação capitalista de tipo industrial no Brasil. A urbanização, a construção de autoestradas e o aumento da capacidade geradora de energia no País, além de absorverem grande quantidade de capitais excedentes, simultaneamente, lançaram para o futuro parte dos rendimentos decorrentes desses investimentos - impedindo-os de desvalorizarem-se a fundo perdido nas mãos dos capitalistas - e criaram as condições efetivas de realização da indústria em seu prospecto mais completo, o que atraiu o capital estrangeiro no rastro dessa boa aventura para o emprego dos capitais excedentes. A construção de Brasília se insere nessa perspectiva. “Tanto na chamada etapa ‘primário exportadora’ quanto nos sucessivos ciclos da industrialização, o capital estrangeiro novo só entrou depois que o ciclo de expansão já se encontrava em curso”²⁷.

Diante desse fato é possível já inferir que mais um passo da urbanização brasileira precede a industrialização em suas formas. Há novamente uma inversão estratégica para a promoção do capitalismo industrial no Brasil. O urbano, como fenômeno induzido da industrialização²⁸, em condições correntes de industrialização capitalista, assume a posição, na realidade e estratégia brasileiras da industrialização, de fenômeno indutor desse mesmo processo. Assim como antes, no período de substituição de importações, a cidade ditava os padrões de crescimento e expansão da atividade industrial, agora, nesse momento, ela recria as condições para um novo tipo, ou um novo momento, por melhor dizer, da industrialização brasileira. A nova relação estabelecida em função do “tripé econômico” que se estabeleceu entre capitais privados nacionais, capitais estrangeiros e capitais estatais, deveria ser contemplada por um novo tipo de urbanização. Essa, por sua vez, viria não como resposta da

²⁷ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 111).

²⁸ Lefebvre, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo. Moraes. 1991. e Lefebvre, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte. UFMG. 1999.

industrialização segundo esses parâmetros propriamente capitalistas, mas como indutora do processo²⁹. Por isso, “no caso de Brasília, foi explicitada a intencionalidade da formação de um aglomerado urbano, enquanto nos demais casos isto é a tendência implícita no processo de urbanização, em sua fase atual”³⁰. Novamente o Estado toma a dianteira em face da inexistência do que se poderia esperar da livre atuação das forças de mercado³¹. Ele assume o papel de grande agente da urbanização, e não a indústria.

“Com Brasília, a ação do Estado como indutor do processo de urbanização do país se faz de forma evidente, não só através da criação mesma da cidade e da destinação do uso de seu solo urbano, mas também pela implantação de ligações de Brasília com o interior do país e de outras medidas que, direta ou indiretamente, estimularam e permitiram a urbanização pelo interior. Brasília poderia mesmo ser considerada um marco no desencadeamento da urbanização brasileira.”³²

Dessa forma, pode-se vislumbrar no projeto de construção da cidade de Brasília, dado o período em que foi construída, uma dupla forma de atender às necessidades de reprodução do capitalismo industrial no País. Por um lado, passa-se com a construção da nova cidade-capital uma reestruturação dos fluxos e das possibilidades de deslocamento sobre o território nacional; trata-se de um processo de produção do espaço sobre o território nacional a fim de disponibilizá-lo segundo as exigências dos mecanismos de valorização capitalista em sua atual e futura configurações. Ela insere-se na urbanização brasileira de modo a reorientar tendências e fluxos de capitais por todo o território nacional, atuando na abertura de espaços novos para o emprego lucrativo de capitais, na velocidade dos deslocamentos sobre o território, no suprimento de novas infraestruturas, na criação de um mercado consumidor e de uma nova região geoeconômica no Brasil. “É o ano da construção de Brasília e da Operação Nordeste, que marcam a primeira tentativa séria de interiorização

²⁹ Evidentemente, a relação entre indutor e induzido, segundo a obra de Henri Lefebvre, não se dá de acordo com parâmetros unilaterais de determinação. Há uma dialética instaurada na realidade entre indutor e induzido que permite ler a cidade como produto da indústria ao mesmo tempo em que se coloca como condição desse mesmo processo. Aqui não é diferente. O que defendo nessa passagem diz respeito a uma inversão dos momentos de determinação dialética do processo. É evidente, segundo o apresentado até agora, que a urbanização é também e ao mesmo tempo uma resposta ao impulso e à necessidade de expansão do modo de produção capitalista em sua manifestação industrial.

³⁰ Ferreira, Ignez Costa Barbosa. “O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 44).

³¹ Essa tônica, de uma baixa expectativa com relação aos mecanismos autorreguladores do mercado de inspiração smithiana, que aparecerá sob novas feições no governo JK, vem se constituindo com mais força desde o segundo governo Vargas, como podemos observar nessas passagens: “Já hoje é evidente que o próprio desenvolvimento fez surgirem pontos de estrangulamento da atividade econômica, os quais, se não forem eliminados, deterão a marcha encetada. Ora mesmo nos setores em que, tradicionalmente, o Estado brasileiro se tem absterido de atuar de forma direta, a iniciativa privada, nacional ou estrangeira, mostra-se desinteressada em aplicar-se na supressão daqueles pontos de asfixia. O poder público vai sendo compelido, portanto, em face das circunstâncias, a assumir novos encargos para os quais se esforça por se aparelhar adequadamente”. Getúlio Vargas. *O Governo Trabalhista do Brasil*. citada vol. IV. pp. 136 e 137. Citações extraídas da “Mensagem ao Congresso Nacional”, na abertura da sessão legislativa, em 15 de março de 1954. Apud. Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 114).

³² Ferreira, Ignez Costa Barbosa. “O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 44).



deliberada do processo de expansão polarizada”³³. Por outro lado, “considerando-se que a própria forma espacial física de um sistema urbano é um compromisso entre toda uma série de demandas sociais, complexas e conflitantes e essa forma é ela mesma hipoteticamente um compromisso eficiente, no sentido de facilitar o funcionamento coerente dos processos sociais, poderíamos ver o plano urbanístico de Brasília, o *Plano Piloto*, como expressão dessa eficiência pretendida para a cidade à época da criação da nova Capital”³⁴. Ela funciona, a partir dessas características, como uma espécie de “cidade modelo” para o planejamento urbano brasileiro, dissipando sua forma, um espaço abstrato à imagem da racionalidade pretendida em seu plano. Assim, não somente o espaço necessariamente produzido para fora da cidade em direção a todo território - através da produção de vias de acesso, de uma reorientação do fluxo, da valorização e novos significados atribuídos ao entorno regional etc. - como o espaço da cidade, propriamente dito - a disposição dos elementos urbanos sobre o espaço intraurbano da cidade de Brasília, o Plano Piloto -, assumem as características demandadas por um vigoroso processo de acumulação de acordo com as técnicas e as estratégias levadas a cabo pelo planejamento estatal.

Brasília, nesse momento, serve como um depositário dos excedentes gerados internamente - e até externamente -, como um mecanismo reestruturador das relações espaciais em âmbito territorial, como um local apropriado para as relações que tomavam corpo segundo os parâmetros da nova acumulação de tipo industrial, como um mecanismo apropriado para a formação de um novo proletariado urbano e, portanto, de um mecanismo promotor de processos de acumulação primitiva.

“A década de 50, quando se dá o início da construção da cidade, marca a posição da indústria como motor e centro dinâmico da economia nacional e da sua expansão. Isto significou transformações na ordem social com aprofundamento da divisão de trabalho, novas diferenciações sociais, criava-se um proletariado urbano propriamente dito e novas classes trabalhadoras urbanas não-operárias dedicadas às atividades de produção e de serviços (...). O Brasil estava se urbanizando intensamente e precisava se urbanizar não só para dar suporte ao próprio desenvolvimento industrial, mas também para ampliar o seu mercado interno para a nascente indústria.”³⁵

Brasília aparece, também, como um gesto de ampliação do mercado consumidor, mas isso não deve ser levado em consideração de acordo com a perspectiva marginalista, que pretende justificar as dificuldades do crescimento da economia capitalista por um déficit de consumo, mesmo porque ela não inventa consumidores a partir da livre reprodução de homens e famílias, mas deve ser entendido de acordo com a perspectiva de que Brasília, antes de tudo, recria no Centro-Oeste brasileiro o proletário urbano, já no processo de recrutamento da mão de obra que deveria construir a cidade, a partir da expropriação do

³³ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 115).

³⁴ Ferreira, Ignez Costa Barbosa. “O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 44).

³⁵ Ferreira, Ignez Costa Barbosa. “O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 48).



trabalhador de suas condições de trabalho³⁶. A mão de obra utilizada para a construção da cidade, *os construtores de Brasília*, é em sua maioria de origem camponesa do Nordeste. Outro fato marcante para isso é o papel que o Estado assume na promoção de uma ilha de “funcionários” que ocupam cargos bem remunerados na estrutura burocrática. A canalização de parte da mais-valia gerada em território nacional, através dos mecanismos fiscais do Estado, serve para promover essa reorientação dos fluxos de mercadorias, trabalhadores e investimentos na direção do Centro-Oeste.

Com a construção de Brasília, o Centro-Oeste atinge o ponto máximo de sua vocação para se realizar como uma “reserva de acumulação primitiva” para o Sudeste industrializado; aparece, assim, como um produto das relações de acumulação capitalistas produzidas alhures. Esse depositário de excedentes capitalistas admite a função de recriar os processos de valorização em escala ampliada, como consumidor dos excedentes gerados no Sudeste, como espaço propício para a acumulação, absorvendo esses excedentes.

2.2 - Uma tendência à sobreacumulação apontada para a segunda metade da década de 50: a experiência de Brasília e o adiamento da crise.

2.2.1 - Os mecanismos internos da produção de excedentes de capital e de sua utilização no espaço econômico brasileiro durante a década de 1950.

O contexto de formação de um capitalismo industrial no Brasil favorece um acelerado processo de desenvolvimento das forças produtivas em alguns setores na mesma medida em que exerce pressão para a conservação de padrões primitivos de acumulação em outros³⁷. Isso favorece o crescimento industrial acelerado e livra condicionalmente as estruturas de acumulação de uma crise de sobreacumulação, uma vez que um estoque de ativos desvalorizados permanece como recurso para o investimento de excedentes que sempre tendem a aparecer sob essas condições. Contudo, se, por um lado, a expansão das forças produtivas excede a capacidade de absorção segundo as possibilidades de manutenção desse esquema, essa reserva se esgota, e se, por outro lado, são impostos limites para a expansão do modo de produção capitalista por sobre esses bolsões de acumulação não propriamente capitalistas, o limite do expansionismo interno do capital tende a se restringir ainda mais, precipitando-se numa crise em tempo ainda menor. Esse era o dilema do crescimento industrial posto a partir da década de 50. A urbanização da sociedade brasileira desempenha um papel importante no contrajogo dessas tendências.

³⁶ “Não se trata apenas de um aumento quantitativo do consumo pelo crescimento demográfico, mas a generalização de novas necessidades, que a urbanização capitalista impõe e, desta forma, mesmo não se industrializando a cidade vitaliza o sistema capitalista de produção e a industrialização (...) A cidade, por suas próprias características, apresenta ainda as condições favoráveis à mobilização e concentração dos excedentes gerados no sistema econômico e para a circulação da mais-valia, através da circulação de bens e serviços”. Ferreira, Ignez Costa Barbosa. “O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 46).

³⁷ “Nas condições concretas da expansão do capitalismo no Brasil, o crescimento industrial teve que se produzir sobre uma base de acumulação capitalística razoavelmente pobre, já que a agricultura fundava-se em sua maior parte, sobre uma “acumulação primitiva”. Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. São Paulo. Estudos Cebrap 2. (p. 27).

Para Maria da Conceição Tavares, “no começo da década de 50 processa-se um aumento das escalas de produção e uma mudança tecnológica nas indústrias tradicionais de bens de consumo que permite atender um consumo de massas urbanas em um mercado nacional em expansão”³⁸. Com a ameaça da Guerra da Coréia, as importações de equipamentos, que já estavam estabelecidas em patamares bastante elevados, aumentam e chegam a dobrar, no período entre 1950-1951. Isso, contudo, deriva de um aperto no passo da concorrência interna representada pelos setores mais capitalizados e por aqueles representados pela presença das filiais estrangeiras. Esse cenário significou para muitas das pequenas e médias empresas a falência, e para as grandes nacionais a necessidade de intensificação dos capitais, “ainda que com margens de capacidade subutilizadas”³⁹.

Esse contexto favorece o aparecimento de estruturas de acumulação de tipo oligopólico, sob as quais as novas empresas, pequenas e médias, estariam sujeitas ao se implantar no Brasil. Isso é responsável pela manutenção de taxas de crescimento relativamente altas no setor. Ainda segundo Maria da Conceição Tavares, “a esta situação geral de expansão corresponde um espectro de taxas diferenciais de lucro típico de uma estrutura oligopólica competitiva, o que significa que, quando aumenta a demanda no setor, aumenta a taxa de acumulação nas grandes empresas mais que proporcionalmente (concentração relativa), mas é compatível com a expansão das empresas menores”⁴⁰. Entretanto, nesse contexto, essa compatibilidade advém também do fato de se criarem, em alguns setores, mecanismos de associação entre os capitais estrangeiros e os nacionais a partir dos quais passa a ocorrer uma subordinação do último ao grande capital de origem estrangeira. Na segunda metade da década de 1950 esse tipo de associação se generaliza e “acontece algo inteiramente distinto, que significa uma articulação vertical, ou uma complementaridade entre a grande empresa monopolística de ponta e a pequena e média empresas nacionais”⁴¹. Temos, nesse momento, uma dupla estrutura de relacionamento entre o grande capital oligopolizado e os novos capitais nacionais, que se traduz, no primeiro caso, pela formação de uma “estrutura oligopólica competitiva” e, no segundo, pelo aparecimento do “oligopólio diferenciado”. Levando em consideração a coexistência desses dois mecanismos de articulação entre os capitais de diferentes portes na economia nacional, constitui-se um contexto propício às inversões de capital tanto dentro dos oligopsônios quanto dentro das empresas nacionais de composição relativamente mais frágeis, dando condições, simultaneamente, para a formação de capital novo no espaço econômico nacional, o que deu origem a diversas empresas nacionais nascidas nesse momento. Evidentemente, contudo, segundo a lógica de atuação dos mecanismos de acumulação oligopolizados, há sempre nesses casos um favorecimento mais explícito que recai sobre o grande capital monopolístico que, no nosso caso, identificava-se com o grande capital estrangeiro. Esses tipos de associação, interdependência e complementaridade, permitiram à

³⁸ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 121).

³⁹ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 122).

⁴⁰ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 122).

⁴¹ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 123).



grande empresa que atua segundo padrões de acumulação oligopólicas aumentar sua capacidade de gerar lucros a um nível que perduraria durante os cinco anos do governo JK sob a forte tendência de deflagração de uma crise de sobreacumulação.

“Assim, durante a implantação e expansão da grande empresa estrangeira terminal, nos novos setores de material de transporte e elétrico, a faixa das pequenas e médias empresas subsidiárias estendeu-se aceleradamente, arcando com grande parte dos custos primários do produto terminado. A produção de partes pelas empresas nacionais permitiu às grandes empresas, que atuam como oligopsonia de compra, aumentar seus lucros extraordinários durante a etapa expansiva, em que é muito alto o lucro do monopólio. Verifica-se, pois, uma tendência à sobreacumulação e a um crescimento da capacidade a um ritmo superior ao crescimento da demanda”.⁴²

A manutenção do ritmo de crescimento global da economia somente foi possível pela constante intervenção do Estado ao promover a infraestrutura necessária a esse crescimento ao mesmo tempo em que promovia as condições mais gerais de realização do excedente gerado acima das possibilidades de circulação, dos níveis de demanda intersetorial e de realização dinâmica do produto. A estratégia do governo JK e do Programa de Metas, implementado nesse momento, foi a de utilizar os excedentes gerados até o momento, e mesmo em ciclos anteriores, para promover as condições de absorção desses excedentes segundo as necessidades presentes para a realização. A aceleração da industrialização se dava utilizando e consumindo os excedentes gerados pela própria indústria em expansão. O gasto público na construção de infraestruturas e na promoção de padrões elevados de urbanização do território foram os responsáveis pela eliminação de certos pontos de estrangulamento na mesma medida em que a economia crescia. Isso tornou possível a manutenção do crescimento industrial continuado e das taxas de reinvestimento global de capital no Brasil durante o governo JK. Brasília foi um de seus principais fatores.

“Durante o Governo Kubitschek aprofundaram-se bastante as relações entre o Estado e a Economia. O poder público passou a atuar no sistema econômico do País lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro. A industrialização já não era mais um processo induzido pelo estrangulamento do setor externo. A partir dessa época, a política econômica governamental precisou orientar-se, muito mais, pelas determinações do sistema econômico instalado no País. Os investimentos governamentais e privados, nacionais e estrangeiros, foram ditados pelas condições e tendências do sistema econômico preexistente. Tanto os investimentos no setor industrial como aqueles realizados na infraestrutura (para eliminar ou reduzir certos pontos de estrangulamento) realizaram-se segundo as possibilidades abertas pela estrutura econômica criada nos anos anteriores. Em outros termos, as relações de interdependência e complementaridade, inerentes a qualquer sistema econômico, haviam estabelecido as condições, áreas e setores em que os investimentos se tornavam necessários. Mas essas relações de interdependência e complementaridade, que surgem sempre ao nível das forças produtivas (capital,

⁴² Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 123).

tecnologia, força de trabalho, divisão social do trabalho etc.) tornaram-se especialmente importantes na elaboração e execução do Programa de Metas”.⁴³

O que o governo JK, com o Programa de Metas e a construção de Brasília, conseguiu foi lançar para o futuro os problemas decorrentes da sobreacumulação, uma vez que seriam estes inevitáveis do ponto de vista dos mecanismos de acumulação capitalista. “Como se compreende pelas características básicas apresentadas para o ciclo de industrialização da segunda metade dos anos 50, os efeitos desaceleradores, ao cumprir-se a implantação desse bloco de projetos, seriam não só inevitáveis como profundos, ainda quando se houvesse mantido a mesma taxa de investimento autônomo do governo”⁴⁴. Há, simultaneamente, por decorrência desse sobreesforço de acumulação e de aprofundamento de capital durante esses anos, um correlato aprofundamento dos efeitos da crise, justificado pela necessidade forjada sob as estratégias desenvolvimentistas de fixar a maior quantidade possível de capitais no espaço econômico brasileiro. Pretendia-se com isso evitar o extravazamento de divisas e a remessa de lucros para o exterior, promovendo as condições de investimento internamente. Isso, entretanto, implicava também na abertura para o mercado de capitais, o que coincidiu com uma situação externa favorável para remessa de excedentes para o Brasil e amplificou o montante de excedentes que teriam de ser lucrativamente absorvidos no espaço econômico brasileiro.

⁴³ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (pp. 142-143).

⁴⁴ “Quando o aumento das margens de capacidade ociosa produz uma diminuição no ritmo de investimento e da demanda intersetorial dos novos setores, o efeito desacelerador propaga-se em cadeia, diminuindo o ritmo de atividade e o número de empresas pequenas em operação. Isto reduz, por sua vez, a possibilidade de transferência de lucros em direção ao setor oligopólico terminal e impede, em consequência, a compensação, na baixa cíclica, da taxa de lucro das grandes empresas de ponta. Estas, por serem na sua maioria novas e filiais de empresas estrangeiras com grande solidez financeira, não podem eliminar-se umas às outras por uma concorrência violenta nos preços. Sem contar com um colchão amortecedor de empresas mais antigas ou débeis que concorram, em linha, no mesmo mercado, têm de absorver a desaceleração da demanda que repercute diretamente na sua taxa de acumulação interna. Isso aumenta a taxa de remessa de lucros para o exterior e diminui a taxa de reinvestimento dos lucros”. Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (pp. 123-124).

2.2.2 - O capital excedente estrangeiro no Brasil: o território nacional como fronteira de expansão capitalista.

O vínculo estabelecido entre os centros de gravitação do capital mundial e as economias periféricas tendeu, durante toda sua história, a se constituir numa força de manutenção das relações comerciais e de fluxos capitalistas sempre favoráveis aos primeiros. Arrighi e Harvey⁴⁵ tratam das mudanças de hegemonia ao longo da história de formação da economia capitalista pondo em relevo as relações de subordinação política e econômica em plano territorial. Trata-se um tipo de análise bastante próximo ao realizado por Ignacio Rangel para explicar o processo de industrialização dependente do Brasil.

“Assim como, cerca de um século antes, uma vez criado o capital mercantil brasileiro (ou no Brasil), na esteira da Abertura dos Portos, tornara-se necessário trocar de centro de gravitação de nossa economia (Portugal, pela Inglaterra) agora, criadas as condições internas para a industrialização, teríamos que trocar, mais uma vez, de parceiro (Europa Ocidental, pelos Estados Unidos). Trocávamos a hegemonia do capital industrial, pela do capitalismo financeiro”.⁴⁶

Essa última troca de hegemonia, e consequentemente troca também do centro de gravitação de nossa economia, foi responsável, em grande parte, pelo impulso mais significativo à industrialização brasileira. Isso ocorre, em certa medida, graças ao tipo de relação que se estabelece entre centro e periferia na lógica territorial do capitalismo expansionista. No tipo de relação que se estabelecia entre Brasil e Inglaterra, diante de uma economia tipicamente industrial, como a inglesa, a economia nacional encontrava lugar somente como fornecedor de matérias-primas e produtos primários. “Não que não houvesse capitalismo financeiro na Inglaterra e na Europa Ocidental, nem capitalismo industrial nos Estados Unidos. Apenas, o capitalismo financeiro europeu tendia a ocupar posição ancilar, relativamente ao capital industrial, principalmente como organizador dos serviços (transportes, comunicações, banco etc.) necessários a conservar o 3º Mundo na condição de supridor de escoadouro de produtos elaborados. Era natural, portanto, que o capitalismo europeu resistisse, profiladamente, a qualquer tentativa de industrialização da periferia”.⁴⁷

Foi no contexto da crise, e da Grande Depressão que a seguiu, com a economia brasileira assumindo um novo passo, investindo numa economia de industrialização por substituição de importações, que as relações com os Estados Unidos começaram a se delinear com maior clareza. No entanto, foi somente na segunda metade da década de 1940⁴⁸ que essas relações se tornaram mais explícitas e foram, por conseguinte, consagradas

⁴⁵ A respeito desse assunto: Harvey, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004. & Arrighi, Giovanni. *O Longo Século XX*. Rio de Janeiro. Contraponto/Editora UERJ. 2001.

⁴⁶ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 136).

⁴⁷ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 136).

⁴⁸ “De fato, nas décadas dos trinta e dos quarenta, os empresários e o governo dos Estados Unidos estiveram bastante preocupados com as tendências nacionalistas e estatizantes nos principais países da América Latina, inclusive no Brasil. Essa foi a razão por que em 1941 os empresários norte-americanos já examinavam as conveniências da associação de capitais... Essa política de alianças e absorções desenvolveu-se cada vez mais nos anos posteriores à guerra. Ela atendia duplamente aos interesses das empresas e do governo dos Estados Unidos. Por um lado, vencia ou contornava o nacionalismo local. Por outro, correspondia a uma solução econômico-financeira e política satisfatória para a continuidade da expansão econômica norte-americana”. Ianni, Octavio.



sob o jugo da oficialidade e dos acordos interestatais e econômicos. Iniciados com maior vigor a partir do Governo Dutra, esses acordos visavam, em grande medida, a cooperação entre os países americanos do Sul e do Norte, fazendo dos Estados Unidos o ponto para o qual convergia e de onde saía a grande maioria dos vetores de capitais e influências políticas. Assim, em 1947, “o Governo Dutra participa da Conferência Interamericana para a Manutenção da Paz e da Segurança no Continente, na qual se elabora o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca”⁴⁹. É de 1948, também, dois outros importantes eventos para a relação Brasil-Estados Unidos, dos quais participa o Governo Dutra: a “elaboração da Carta de Organização do Estados Americanos, com o propósito de intensificar a solidariedade e cooperação das Américas, segundo as exigências da Guerra Fria”; e a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que “começou a desempenhar as suas funções, com a finalidade de realizar estudos, formular projetos e fomentar a execução destes, com a ajuda técnica e financeira de empresas e do Governo dos Estados Unidos”.⁵⁰

Dessa forma, é também com o desenvolvimento das relações Brasil-Estados Unidos que se faz possível encontrar um caminho de apoio à industrialização nacional de um país de economia dependente. A associação com a nova hegemonia do capital financeiro possibilitou ao Brasil recorrer à economia norte-americana para o suprimento dos diversos fatores econômicos, segundo a perspectiva da atualização, carentes em território nacional. Sendo o Brasil portador de uma economia industrial incipiente de substituição de importações, restava ainda para o centro do capitalismo financeiro as possibilidades de suprir lucrativamente o território nacional através do mercado de capitais e de bens de produção.

“Os Estados Unidos, nos quadros do chamado ‘esquema triangular de comércio’, que deixava um balanço de contas deficitário, para conosco, e superavitário, com a Europa, não tinham nada a perder, de imediato, com a industrialização do Brasil e muito a ganhar, por que esta lhe reservava a posição privilegiada de supridor de capital, para ela. Com o tempo, à medida que se desenvolvia a indústria nacional supridora de bens de produção, o capital financeiro norte-americano assumiria o comando do suprimento de novo *insumo*, a saber, a *tecnologia em estado puro*, a começar pelo *Know-how*.”⁵¹

Dessa forma, estavam, então, caracterizados a economia e o território nacionais como receptores de capitais oriundos dos Estados Unidos, majoritariamente, do ponto de vista dos mecanismos de valorização da economia norte-americana. Contudo, a origem desses capitais que advinham do centro do capitalismo financeiro mundial é o que nos interessa por agora; pois o processo que se desenrolará um pouco mais tarde no Brasil será de natureza semelhante, resguardadas as devidas proporções e as conjunturas completamente diversas - que serão retomadas mais adiante.

Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (pp. 137-138).

⁴⁹ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 111).

⁵⁰ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 111).

⁵¹ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (pp. 136-137).



David Harvey aponta, em *O Novo Imperialismo*, para o aparecimento de uma grande quantidade de capitais excedentes na economia norte-americana, no segundo pós-guerra. A existência desses capitais sugeria a presença iminente de uma crise generalizada de desvalorização de ativos na economia dos Estados Unidos, caso não fossem encontradas saídas lucrativas para o emprego desse excedente. É desse período também a formulação da Doutrina Truman e, imediatamente após, do Plano Marshall, que visavam, num só gesto: (1) o fortalecimento das relações dos Estados Unidos com os países capitalistas arrasados pela Guerra, numa manobra política apresentada sob a perspectiva de ajuda, solidariedade e reconstrução econômica, que garantiria a recuperação e a permanência desse grupo do lado capitalista na bipolaridade mundial da Guerra Fria; isso tudo através de (2) a exportação de capitais excedentes - via ações estatais ou IEDs - para além das fronteiras norte-americanas, que se encontravam, naquele momento, sumariamente, saturadas e que, portanto, não suportariam empregá-los lucrativamente. Dessa forma, o impulso e crescimento econômicos ocorridos durante a Guerra quase sucumbiram, diante da dimensão relativamente reduzida do território econômico norte-americano para absorver os excedentes gerados. A solução arranjada para a minimização dos efeitos autodestrutivos do crescimento capitalista acelerado foi a expansão - de tipo imperialista - das fronteiras e do território econômico dos Estados-Unidos, que era onde se concentrava a maior parte dos capitais sobreacumulados da economia mundial⁵².

Posteriormente, logo após a remessa vultuosa de capitais para a Europa e Japão, principalmente, os “planos de ajuda” foram estendidos aos países de Terceiro Mundo, com a intenção de, assim, se ampliarem as possibilidades de exportação de capitais. A partir desse momento, os “planos de ajuda” ou o universo de circulação dos IEDs (Investimentos Externos Diretos) se estenderiam também aos países subdesenvolvidos, ou de Terceiro Mundo, com a ajuda do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (BIRD e FMI), criados antes mesmo do fim da Segunda Guerra, em 1944 - dado já o imenso potencial instalado e a grande concentração de riquezas sobre todo o território norte-americano -, durante o acordo de *Bretton Woods*. Dessa forma, a política externa norte-americana garantia a abertura de novas e mais portas para a saída de excedentes gerados internamente, intensificando o mercado de capitais num mundo que conhecia com cada vez mais vigor a força destrutiva do capitalismo que nunca deixou de ser expansionista.

Foi nesse contexto que começaram a se firmar, num primeiro momento, e colocar em prática, posteriormente, os acordos de solidariedade e assistência entre Brasil e Estados Unidos. Uniu-se, nesse momento, a necessidade de se encontrar áreas desprovidas de uma grande quantidade de potencial instalado e que, por isso, pudessem receber investimentos oriundos das regiões de maior concentração capitalista do globo - as quais apresentavam fortes sinais de um estágio crítico de reprodução capitalista -, e a necessidade de dar prosseguimento ao processo de reprodução capitalista nacional, segundo a ótica da industrialização. Noutros termos, de um lado, os capitais excedentes norte-americanos buscando encontrar espaços de valorização - espaços “vazios”, do ponto de vista do excedente de capitais, que comportem, por isso, o processo de valorização -, de outro, um território econômico de distribuição territorial e setorial desigual, ligado a políticas de

⁵² Harvey, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004.

fomento com imensa quantidade de recursos ociosos. Esses capitais somente iriam chegar no Brasil com mais força durante o Governo Vargas⁵³. É nesse espírito que “o Plano Nacional de Reparcelamento Econômico correspondeu à oficialização, sob o Governo Vargas, das sugestões e projetos prioritários elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Ao mesmo tempo, correspondeu à conciliação entre a decisão dos governantes de impulsionar o desenvolvimento econômico brasileiro, a escassez de recursos (capital e tecnologia) nacionais e a nova fase de expansionismo econômico dos Estados Unidos”.⁵⁴ Isso tudo rumava para um aprofundamento da relação entre os capitais nacionais e os capitais estrangeiros, advindos principalmente dos Estados Unidos, justamente no governo Kubitschek. O território nacional e as cidades brasileiras serviriam nesse momento como os grandes espaços de absorção de excedentes de capital da grande economia norte-americana.

“Na primeira metade da década dos cinquenta, a economia europeia já deixava de ser uma preocupação excepcional para o governo e as grandes empresas dos Estados Unidos. Depois do rápido sucesso do ‘Plano Marshall’, dos experimentos com a Doutrina Truman e do término da Guerra da Coréia, o capitalismo norte-americano precisava encontrar novas fronteiras de expansão; ou aprofundar os seus desenvolvimentos nas áreas em que já se encontrava instalado. Nesse sentido é que se pode dizer que a Doutrina Truman e o Ponto Quatro fazem parte do mesmo movimento histórico que produz a Missão Abink e o Programa de Metas”.⁵⁵

Compreendida dessa forma, a relação econômica entre Estados Unidos e Brasil, com o primeiro na posição de detentor maior do capital financeiro, e produtivo em certa escala, não estariam ameaçadas diante do impulso de crescimento da economia brasileira, muito pelo contrário. Era justamente o impulso ao crescimento econômico, manifesto no esforço de industrialização e modernização nacionais, que funcionava como motor daquele vai e vem de capitais dos Estados Unidos. Era esse impulso que absorvia produtivamente os excedentes norte-americanos.

Esse foi o contexto em que Juscelino Kubitschek assumiu a presidência. Uma dupla força atuava no sentido de consagração do Programa de Metas como uma reelaboração das relações entre Estado e Economia segundo a perspectiva das relações exteriores e com os capitais internacionais. “De um lado, estavam as exigências estabelecidas pelas relações de interdependência e complementaridade inerentes à estrutura econômica brasileira de então. Quando a economia atingiu uma fase determinada de seu desenvolvimento, a industrialização deixou de ser induzida pelo estrangulamento do setor externo”, como normalmente ocorre com relação à perspectiva de substituição de importações. “E, por outro

⁵³ Dessa forma, e por isso mesmo, “o Programa de empreendimentos de obras de grande vulto, traçado no ano anterior, entrou em 1952 em plena fase de concretização. Projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, num montante de 100 milhões de dólares, obtiveram financiamento externo”. Getúlio Vargas. *O Governo Trabalhista do Brasil*. citada vol. III. p. 247. Citação extraída do discurso pronunciado em 31 de dezembro de 1952. Apud. Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 114).

⁵⁴ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 117).

⁵⁵ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 143).



lado, manifestavam-se as exigências estabelecidas pela própria reprodução capitalista, em âmbito mundial”.⁵⁶ O caráter periférico da economia nacional, do ponto de vista do capital internacional, colocava o território brasileiro na condição de fronteira de expansão do capitalismo mundial; um “fundo de reserva de acumulação primitiva” para os capitais advindos de diversas partes do mundo. Houve um aumento significativo dos investimentos externos no Brasil, entre 1955 e 1961, principalmente oriundos dos Estados Unidos, Japão e Alemanha. Isso se deveu, em parte, à inclinação do Governo de “criar um clima favorável à realização de investimentos estrangeiros no País”.⁵⁷ No entanto, só seria possível atrair capitais estrangeiros para o País se, de mesma forma, o Governo se responsabilizasse pela empregabilidade desses capitais assim como com sua segurança: a imagem do Brasil nascente, e carente, portanto, de investimentos, associada ao de País moderno, com uma sociedade urbana de bases solidamente sedimentadas no território nacional que garantiria a circulação e valorização desses capitais era fundamental; daí o signo e a intenção de Brasília. “Tratava-se de garantir as condições econômicas, financeiras, cambiais e políticas da confiança dos empresários, financistas e governos interessados na economia brasileira”.⁵⁸ Daí talvez o significado prático da manutenção da ideologia de uma razão dualista⁵⁹.

A economia industrial brasileira e os capitais nacionais contavam com um impulso de crescimento jamais dantes visto, mesmo que esse impulso fosse reservado a setores específicos, como aqueles voltados para a produção de bens de consumo não duráveis. “Em 1953, realizou-se uma reforma cambial, destinada a melhorar a capacidade de exportação dos produtos brasileiros, além de garantir a prioridade para as importações de bens essenciais”⁶⁰. Dessa forma, a Instrução 70 da SUMOC, que instaurou essa reforma e vigorou nos anos de 1953 à 1957, não rompia com as exigências de manutenção das relações econômicas entre Brasil e Estados Unidos, uma vez em que o crescimento industrial promovido por essa reforma se mantinha dependente dos bens de produção importados pelos Estados Unidos e, em certa medida, não supria completamente a carência de capitais (estrangeiros) no espaço econômico nacional. Em parte, isso se deve a existência de uma

⁵⁶ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 145).

⁵⁷ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 165).

⁵⁸ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 167).

⁵⁹ Francisco de Oliveira desenvolve a sua *crítica à razão dualista* a partir de uma crítica ao pensamento cepalino da dependência e do subdesenvolvimento, alegando que por detrás da dualidade moderno-atrasado, agrário-industrial, se consolidam mecanismos de exploração e acumulação próprios da condição brasileira calcados num comércio vantajoso entre essas formações, que, na verdade, fazem parte de um mesmo todo articulado. A proeminência dessa teoria “nos últimos decênios [foi] quem contribuiu para a não-formação de uma teoria sobre o capitalismo no Brasil, cumprindo uma importante função ideológica para marginalizar perguntas do tipo ‘a quem serve o desenvolvimento econômico capitalista no Brasil?’”. Com seus estereótipos de ‘desenvolvimento autossustentado’, ‘internalização do centro de decisões’, ‘integração nacional’, ‘planejamento’, ‘interesse nacional’, a teoria do subdesenvolvimento sentou as bases do ‘desenvolvimentismo’, que desviou a atenção teórica e a ação política do problema da luta de classes, justamente no período em que, com a transformação da economia de base agrária para industrial-urbana, as condições objetivas daquela se agravavam. A teoria do subdesenvolvimento foi, assim, a ideologia própria do chamado período populista”. Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. in: “Estudos CEBRAP 2”. (p. 09).

⁶⁰ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977. (p. 118).

capacidade de produção estabelecida num patamar muito além daquele atingido pelo produto nacional, o que sugere uma grande quantidade de capacidade ociosa.⁶¹ Consequentemente, a não exploração dessa capacidade ociosa no espaço econômico brasileiro aponta para a existência de uma grande quantidade de recursos ociosos que se colocam no primeiro plano das expectativas de expansão das fronteiras econômicas das economias centrais, através das remessas de capitais produtivos ou financeiros internacionais⁶².

O desenvolvimento das forças produtivas nacionais implicava, portanto, numa ação do Estado sobre aquilo que Ignacio Rangel denomina, na *Dialética da Capacidade Ociosa*, de *anticapacidade ociosa*, ou seja, na redução ou destruição dos chamados “pontos de estrangulamento” econômico. É, justamente, a existência desses tais pontos de estrangulamento que limita o acesso dos capitais gerados tanto no espaço econômico nacional quanto no espaço econômico externo de se associarem produtivamente aos tais recursos ociosos, promovendo, dessa forma, empecilhos ao processo de formação de novos capitais na economia brasileira. Para eliminar esses empecilhos, o Estado recorre a um tipo de intervenção, associada ao capital internacional, que tanto desfaz esses pontos de estrangulamento no investimento em infraestrutura (estrada, ferrovias, portos, urbanização etc.), com o intuito de equipar e instrumentalizar o território nacional para uma possível expansão capitalista, quanto na promoção de indústrias de base, recorrendo, assim, ao capital financeiro internacional. Essa necessidade decorre do fato de que, no espaço econômico brasileiro, a industrialização de tipo substitutiva de importações pouco requalificou os espaços de produção e circulação de mercadorias. A indústria substitutiva aparece, então, bem antes do suprimento infraestrutural e de base, como fatores necessários à reprodução ampliada do capital. O processo de formação capitalista em território nacional definitivamente não seguiu os termos clássicos do desenvolvimento capitalista e isso deu margem a inversões de todos os tipos na ordem das coisas e na organização dos fatores que determinaram o subsistema capitalista brasileiro. “Noutros termos, nossa industrialização começou por onde, *pela ordem natural das coisas*, deveria terminar, isto é, pelo suprimento interno de bens de consumo ou, mais precisamente, *de bens finais*, abordando, escalonadamente, *através de sucessivos ciclos*, o suprimento de produtos intermédios e de infraestrutura”.⁶³

O processo de formação de capitais ocorrido na economia brasileira passa necessariamente pela atuação ostensiva do Estado na redução dos “pontos de estrangulamento” e na conseqüente liberação de ativos de capital para a continuidade do processo de reprodução ampliada e de seu correlato aumento nas taxas de inversão. A isso

⁶¹ Sobre esse assunto, ver: Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980; Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1967; e Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

⁶² Para Ignacio Rangel, “para que o processo de desenvolvimento não se interrompa uma vez manifestada capacidade ociosa no ‘setor’ ou área privilegiada do sistema econômico marcada para a modernização, nos limites temporais de cada ciclo, define-se como um imperativo lógico a necessidade de que o mesmo processo que engendra capacidade ociosa numa área do sistema econômico, suscite o oposto disso, isto é, o que se convencionou chamar de *pontos de estrangulamento*, gargalos ou áreas de escassez.” Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 131).

⁶³ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 130).



corresponde, também, um aumento na produção de bens de produção, que pouco a pouco foi sendo suprido pela própria natureza do tipo de acumulação ocorrida no País, que é própria à condição periférica do capitalismo nacional.⁶⁴ Segundo Ignacio Rangel, “se uma economia não utiliza plenamente seus recursos produtivos, se deixa no limbo da mera possibilidade um produto adicional para o qual estão cumpridas as condições prévias materiais ou técnicas, renuncia a um adicional de riqueza que poderia, além de melhorar seus padrões de consumo, aumentar, o que é mais importante ainda, o volume dos seus investimentos, dos quais depende, em grande parte, a ulterior expansão do produto nacional, isto é, o desenvolvimento”⁶⁵. No entanto, para isso, recorreu-se frequentemente aos capitais estrangeiros sob a forma de adicionais de capital para alavancar o processo de formação de capitais no espaço econômico nacional. Processo esse bastante intensificado no Governo JK, durante a construção de Brasília. Para Ignacio Rangel, poderíamos obter, ainda, “resultados muito maiores por uma mobilização mais intensa da atual capacidade produtiva do País”⁶⁶, e foi, justamente, a essa estratégia que recorreu Juscelino Kubitschek ao adotar o seu programa desenvolvimentista.

Desse modo, quando Juscelino Kubitschek assume a presidência, a quantidade de capitais excedentes já instalados e represados em território nacional, e mais aqueles tantos que se dirigiriam para cá na perspectiva de explorar novas fronteiras de expansão, pressionavam o Estado pela adoção de medidas que recaíssem sobre a liberação de ativos e aniquilação de pontos de estrangulamento que prejudicavam a circulação capitalista no espaço econômico brasileiro. Segundo Harvey, para a expansão da capacidade produtiva muito se pode fazer com relação à educação dos trabalhadores, à melhora das condições de saúde da população ou a um melhor aproveitamento dos recursos de terra e capital existentes, através da elaboração de reordenações espaciais, investimentos em infraestruturas espaciais e de uma instrumentalização territorial mais adequada à reprodução, executadas pelo poder público ou pela iniciativa privada (quando possível). No entanto, não se pode, em determinadas condições, garantir, somente através desses recursos, um elevado grau de mobilização da capacidade produtiva. A resposta para esse enigma da valorização capitalista consiste justamente na necessidade de se criar condições para formação de novo capital, que empregue os capitais e a capacidade produtiva excedentes, gerados em determinados setores, em novas frentes de valorização, seja pela

⁶⁴ Diante do fato de existir, na economia nacional, uma grande quantidade de recursos ociosos e, ao mesmo tempo, o bloqueio a uma atividade reprodutiva intrassetorial definida pela existência de pontos de estrangulamento típicos de uma estrutura territorial e urbana ainda muito vinculada às funções de uma economia agroexportadora e de baixas taxas de inversão, dada a estrutura produtiva primitiva desse setor no Brasil, a saída encontrada para empregar um capital rapidamente tornado excedente, ou empregado abaixo de sua capacidade produtiva, na indústria é a migração intersetorial desses capitais ou ativos. Dessa forma, “numa economia subdesenvolvida são ordinariamente incertas as linhas que separam o setor de bens-de-consumo e o setor de bens-de-produção e ao menos esta característica do subdesenvolvimento pode ser posta a serviço do desenvolvimento, promovendo-se a conversão de umas atividades em outras. (...) Trata-se de estudar as possibilidades de mudança da estrutura de oferta, seja para obter bens-de-produção pelo emprego de instalações criadas para o suprimento de bens-de-consumo, seja, de modo geral, para obter produtos escassos pelo emprego de instalações criadas para o suprimento de outros que se estejam revelando excessivos”. Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 24).

⁶⁵ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 23).

⁶⁶ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (pp. 23 e 24).

migração intersetorial dos capitais e ativos, seja pela expansão das fronteiras econômicas de determinados setores pré-existentes. “A partir de certo ponto só a introdução de novo instrumental - só a formação de novo capital - pode expandir a capacidade produtiva”.⁶⁷

Para compreender esse processo de formação de novos capitais, é necessário retomar aquela facilidade encontrada dentro do espaço econômico nacional de migração de capitais e ativos entre setores diferentes da economia ou para regiões do território nacional “carentes” de investimentos de capital. É nesse sentido que Harvey chama a atenção para o papel das “ordenações espaço-temporais” ou da exploração das “assimetrias” espaciais. O que entra em questão, justamente nesse ponto, com mais força e evidência, é o processo de produção do espaço, levando em consideração suas finalidades e utilidades dentro de uma perspectiva de formação de novos capitais. O espaço periférico, da franja do capitalismo mundial, representa uma imensa coleção ativos para o emprego e para a valorização do capital, seja ele nacional ou internacional, que se localiza naquilo que genericamente é chamado de fronteira de expansão capitalista. Ele pode ser e é constantemente reproduzido de acordo com as necessidades de reprodução do capital, colocando-se sempre como espaço de reprodução expandida do capital. Ele exerce a função de absorver os excedentes de capital gerados alhures e, assim, absorver as manifestações críticas das contradições do capital mundial. Nesse período, o da construção de Brasília mais especificamente, uma gama desses espaços se desenha e são produzidos sobre todo o território nacional de acordo com as perspectivas de emprego dos excedentes de capital, seja nos grandes centros, para determinados tipos de capitais, ou na fronteira de expansão agrícola, por exemplo, para outros. Isso é o que está manifesto na exposição de Francisco de Oliveira, ao abordar a temática da expansão das fronteiras capitalistas rumo ao cerrado brasileiro nesse momento. É, nesse sentido que “o ‘subdesenvolvimento’ é precisamente uma ‘produção’ da expansão do capitalismo (...), uma reserva de acumulação primitiva do sistema global; (...) uma formação capitalista e não simplesmente histórica”.⁶⁸ Assim, “quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética”.⁶⁹ É promovendo o acesso à periferia e, conseqüentemente, atuando na produção de uma nova franja periférica que o Estado atua no sentido de promover a reprodução ampliada do capital, a partir da acumulação primitiva que se define no encontro de capitais excedentes com recursos ociosos - constantemente também reproduzidos - através da eliminação dos tais barreiras ou nós de estrangulamento. Brasília cumpriria com esse papel uma vez em que serviria o Centro-oeste brasileiro com uma surpreendente base infraestrutural (de transportes, comunicações, serviços etc.), de um novo mercado consumidor e de mão de obra tipicamente urbana. Ela era, por isso, adequada à nova fase do desenvolvimento capitalista no Brasil; uma vez já possibilitada a ocupação econômica moderna do cerrado - após a passagem das frentes de expansão agrícolas. Trata-se de um processo de formação e consolidação de uma nova periferia a partir da liberação de ativos que atuam segundo uma sorte de acumulação primitiva para o capital.

Todo esse processo de entrada e formação de novos capitais no espaço econômico brasileiro a partir das possibilidades de absorção concentradas na fronteira de expansão

⁶⁷ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 54).

⁶⁸ Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. (p. 08).

⁶⁹ Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. (p. 16).



capitalista do cerrado foi ofertado pela facilidade com que esses capitais se associariam aos recursos ociosos representados por essa porção do território nacional, muitas vezes, com a migração de capitais e ativos entre os diferentes setores da economia. Foi esse mesmo processo, que conta com uma grande facilidade de migração setorial ou territorial, que alavancou também, nesse mesmo período, a formação de um moderno sistema financeiro no Brasil. O caráter altamente setorizado e localizado do desenvolvimento econômico urbano-industrial no Brasil, típico do processo de substituição de importações tal como foi levado a cabo em território nacional, promoveu, ao mesmo tempo em que a manutenção de um caráter relativamente “atrasado”, a formação de espécies de “bolsões”, tanto nas periferias econômicas quanto nos setores que contam com uma composição orgânica de capital mais baixa, que poderiam, por isso, receber novos investimentos e impulsionar o crescimento do subsistema capitalista brasileiro, com o início de um processo de reprodução ampliada do capital. A perspectiva de criação de um capitalismo nacional, através da formação de novos capitais, apontando para um processo de reprodução expandida, não ocorre sem a participação do Estado, através da produção e reprodução do espaço nacional (do território, propriamente dito), naquilo que Francisco de Oliveira denominou “acumulação primitiva de caráter estrutural”.

2.2.3 - A formação de um mercado financeiro e as migrações intersetorial e espacial do capital.

A criação de um moderno sistema financeiro no Brasil passa por todo esse processo descrito acima e se utiliza dele como pré-condição fundamental para sua existência, principalmente pelo caráter altamente setorizado do desenvolvimento capitalista nacional. Diante da crise generalizada do capitalismo mundial, dada a dificuldade de inversões advindas desse processo crítico, os capitais excedentes migram para os setores e regiões com escassez de capital ou, ainda, pouco modernos ou desenvolvidos.

“Visto isso em perspectiva histórica, não podemos senão surpreender o processo de gradual implantação de um completo e moderno sistema financeiro à altura dos complexos problemas propostos pelas etapas superiores do desenvolvimento capitalista - tanto mais complexo quanto nossa industrialização tem lugar nos quadros da crise geral do capitalismo mundial, com uma moeda em processo de perene deliquescência, e em luta porfilada com as potências que se desenvolveram primeiro. Internamente, dado o caráter acentuadamente setorizado do desenvolvimento de nosso capitalismo industrial, compreende-se que o volume de transferências intersetoriais de recursos, implícito no processo global de formação de capital, seja bem maior do que no capitalismo clássico.”⁷⁰

Sendo assim, bastava “converter em *investimento*, numa área do sistema, a *poupança* resultante do uso da capacidade ociosa surgida noutra área”⁷¹. Esse processo participou da “criação das condições para o surgimento de um *capitalismo financeiro*”.⁷² Foi dentro desse mesmo processo que uma parte desses mesmos capitais se destinou à ampliação das

⁷⁰ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 137).

⁷¹ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 138).

⁷² Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 138).

ações e o renascimento em outros moldes de um mercado imobiliário carregado de novas estratégias de valorização e com o apoio da inventiva de um Estado desenvolvimentista. O processo de acumulação primitiva que orientava o fluxo dos capitais excedentes gerados no espaço brasileiro ou no estrangeiro serviu, ao mesmo tempo, a uma derrocada do emprego produtivo desses capitais, dando origem também à formação de novos capitais, como forma de valorização capitalista, no setor imobiliário e, portanto, de caráter exclusivamente rentista. O espaço entra duplamente nesse processo alavancado pelas novas ordenações espaciais promovidas pela construção de Brasília. Por isso Ignacio Rangel terminará seu livro dizendo que “a organização do mercado de valores, para o fim especial de transferir a poupança a resultar da capacidade ociosa acumulada no último ciclo para as áreas dos novos e agudos pontos de estrangulamento, surgidos concomitantemente no sistema econômico, não poderá senão subverter as condições do mercado imobiliário”.⁷³ Brasília irá receber esses capitais excedentes, e aí se encontra uma de suas justificativas.

⁷³ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 140).

Capítulo 3

Produção do Espaço e Reprodução do Capital: do político ao econômico em Brasília como pressuposto da acumulação primitiva.

Seguindo a linha apontada por Ignacio Rangel (no fim do capítulo anterior), não é difícil de imaginar que um dos setores que mais cresceu ao longo dessa fase do processo de urbanização nacional foi a atividade da construção civil, associada a um vigoroso crescimento do mercado imobiliário. Esse fato se liga à estratégia capitalista de empregar excedentes de produção e de renda nos fragmentos de espaço urbano espalhados pelas cidades, além de se fixarem estratégias territoriais, saídas diretamente do centro de decisões do Estado, na expectativa de promover uma integração dos diversos espaços econômicos e políticos espalhados por todo território nacional. A tentativa de valorização do capital pela via do mercado imobiliário carregou consigo, também, grande parte do crescimento surpreendente do setor da construção civil no país. No entanto, o emprego de capitais no setor imobiliário conta também com a valorização do espaço urbano e, nesse sentido, se faz mais promissor o investimento que se lança sobre ativos, espaços ou fragmentos de espaços nas cidades, relativamente desvalorizados em comparação com sua perspectiva de valorização ulterior. Dessa forma, poderemos, a partir de então, procurar as razões pelas quais uma imensa quantidade de capitais ruma aos espaços da nova capital e como, de fato, a construção de Brasília abriu diversos novos campos para o emprego dos capitais excedentes gerados no circuito do capitalismo nacional e mundial nessa mesma fase.

Dois momentos, ou estratégias, de valorização do capital podem ser reconhecidos em Brasília logo de saída. São eles: o surpreendente vetor de acumulação de capitais proporcionado pela dinâmica imobiliária verificada em Brasília e um impulso significativo para a indústria da construção civil brasileira saído do gesto de relevância da construção da nova capital num prazo de apenas quatro anos, sem negligenciar, evidentemente, o papel importante das feições e estruturas da nossa Arquitetura Moderna. Associado a esses dois momentos de valorização do capital, um terceiro aparece a partir do fortalecimento econômico e político da região Centro-Oeste e, mais especificamente, do Distrito Federal. A expansão das fronteiras econômicas em território nacional é um fator importante para a consideração do crescimento das forças produtivas e da formação de novos capitais no subsistema capitalista brasileiro. Esse passo implicaria num menor esforço para a liberação de novos ativos, levando em consideração o fato do país poder contar com uma imensa extensão territorial ainda por receber significativos investimentos em capital, proporcionando uma menos onerosa estratégia de valorização capitalista que ocorreria pelas mãos do Estado.

3.1 - Política Territorial e Ocupação Capitalista das Novas Fronteiras.

A valorização do espaço urbano de Brasília e sua correlata atratividade para o capital excedente devem ser entendidas, diante do exposto até aqui, como inseridas, fundamentalmente, naquilo que se caracteriza como uma política territorial. Essa dimensão



do fenômeno revela um plano de emprego e formação de capitais que rebatem no processo de reprodução ampliada do capital. Por isso, “a política territorial, tenha ela existência formal ou não, deve ser entendida como um conjunto complexo de programas e ações dirigidas para a eliminação de obstáculos à total socialização do espaço - nacional, regional ou local - através da reprodução expandida do capital.”¹ A implantação da nova capital no Centro-Oeste brasileiro, carregada pelo discurso do Estado a respeito da integração e desconcentração das atividades econômicas industriais e urbanas, serviu à abertura das novas fronteiras de expansão para a acumulação capitalista. É por isso que, “no dizer de Schmidt, ‘a intervenção estatal aparece, assim, como um corretivo capaz de criar condições materiais para supremacia capitalista desejada’.”²

A concentração das atividades industriais no Sudeste do País se deve, em grande parte, ao modo pelo qual teve início o processo de industrialização nacional. A indústria, estimulada pelas possibilidades ofertadas pelo contexto de substituição de importações, enquanto indústria produtora de bens de consumo, como já discutido anteriormente, precedeu a criação de outros setores de base e de infraestruturas que sustentariam um processo de reprodução capitalista de tipo urbano-industrial mais próximo de um, como alguns economistas se referem, crescimento mais “equilibrado”. Isso se refere tanto à concentração espacial das atividades industriais, quanto à distribuição de capital entre os diferentes setores da economia, mesmo no que diz respeito às diferenças internas no setor industrial da transformação.

A indústria nascente e em seu processo de crescimento no contexto da economia brasileira procurou instalar-se, utilizando-se de uma infraestrutura incipiente, previamente criada durante a fase da economia agroexportadora, em espaços em que já havia certo acúmulo de ativos e capitais; uma vez em que, nesse momento, dado o processo de substituição de importações e a migração de recursos de um setor a outro, não se fazia necessário explorar, ao menos inicialmente, novas frentes territoriais para o emprego desses capitais. Nesse momento, “São Paulo torna-se o centro da economia nacional, o Rio de Janeiro seu complemento, o Nordeste o seu fornecedor de mão de obra e o Centro-Oeste, uma fronteira agrícola não ocupada.”³ É dessa forma que o Centro-Oeste brasileiro permanecerá na condição de reserva territorial para a expansão capitalista até o Estado participar mais efetivamente do processo de ampliação e fortalecimento do capitalismo em âmbito nacional, aproveitando-se das crises mundiais e dos excedentes de capital que procuravam espaço para serem lucrativamente empregados. Esse processo se identifica, provavelmente, com a utilização daquela “reserva de acumulação primitiva do sistema global”, da qual falava Francisco de Oliveira.⁴

Esse modelo de desenvolvimento econômico conduziu rapidamente São Paulo à condição de centro econômico nacional e, mesmo, a de “ponto nodal do sistema social brasileiro”. Enquanto o Rio de Janeiro se conservava como a sede do poder estatal, perdia,

¹ Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 19).

² Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 19).

³ Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 22).

⁴ Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. (p. 08).



justamente para São Paulo o *status* de metrópole nacional. Por essas e outras razões, é por isso que, “mesmo no século XX o país se defronta com ambivalências de poder, que bem poderiam ter levado a separatismos e suas decorrências”⁵.

Para controlar as tensões surgidas nesse ambiente de disputas é que ressurgiu a necessidade de uma política territorial eficaz. A perspectiva estatista de exercício da dominação sobre o território estava abalada e teria que ser restabelecida diante da produção de uma nova centralidade integradora. “A ideia de um centro político integrador, dentro de um figurino republicano, emerge forte como solução a futuras dissensões e ameaças à própria integridade territorial”⁶. É nesse contexto político que emerge a ideia de construção da nova capital.

Para a consolidação desse centro nacional, entretanto, se põe como condição o desenvolvimento e a expansão das atividades de capital que consagram as estruturas de poder nessa sociedade determinada pelas relações capitalistas de produção. Não há, nessa sociedade, poder estatal que não se configure como poder sobre o espaço capitalista, relação esta que determina os padrões de sociabilidade em nossa época. Harvey, em *O Novo Imperialismo*, retoma essa relação fundamental para a manutenção das formas de exercício do poder propriamente estatistas diante do desenvolvimento de novas estratégias espaciais de acumulação e consumo especificamente capitalistas. É no espaço, e mais especificamente no espaço urbano, que se dá efetivamente a relação entre o poder político e os mecanismos de acumulação capitalista em nossa época. Para Schmidt, essa relação parece, de mesma forma, ser fundamental inclusive para a consolidação do centro político nacional.

“A constituição do centro nacional, crucial para a determinação de configurações estatais e territoriais contemporâneas, pode ser viabilizada pelo processo econômico de expansão das atividades produtivas, ou pode ser a resultante de um complexo jogo onde a interação entre a economia e a política é o ponto nodal. No primeiro caso, uma atividade econômica dirigida à produção de um produto principal de exportação leva não somente à integração ao mercado mundial e ao surgimento dos ‘novos países’, como até à fortificação de um centro nacional. Se as vantagens internacionais relativas oferecidas pelos ‘novos países’, tais como abundância de terras e massiva imigração de mão de obra como base da força de trabalho necessária ao salto econômico, vêm a configurar o que fundamenta a chamada *Staple Theory*, estas mesmas condições vantajosas podem assumir contornos espaciais distintos e com isso fortalecer ou não a existência de um centro nacional. Este é o caso afirmativo da Argentina, dos fins do século XIX e início do século XX. Através de uma política de *laissez faire*, sublinhando puros mecanismos de mercado e com um mínimo de intervenção estatal, a Argentina tornou-se um dos países líderes do mundo novo por meio da receita advinda da exportação de grãos e ao mesmo tempo esta atividade de exportação concentrou em Buenos Aires os serviços necessários à expansão ‘*hacia fuera*’”.⁷

⁵ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 29).

⁶ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 30).

⁷ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (pp. 28-29).

Assim, a condição periférica em que se inseria o Centro-Oeste, em relação à centralidade assumida pelo Sudeste, antes da construção da nova Capital, era fruto do desenvolvimento territorial e espacialmente desigual do capital, um mecanismo próprio de reprodução dessas estruturas produtivas. Dessa forma, também, “a expansão da fronteira econômica do País, isto é, o alargamento do seu mercado interno, surge, assim, como uma medida capaz de, sem maiores custos políticos, superar, em grande parte, esse hiato”⁸, promovendo, de mesmo gesto, novas frentes de expansão e novas periferias no conjunto do território brasileiro.

Evidentemente, essa compreensão a respeito do processo de construção da cidade de Brasília, quando recai sobre a necessidade de se deslocar o entendimento desse empreendimento gigantesco para o campo de produção de uma nova territorialidade e de se entrever aí uma ampliação do espectro de atuação das formas de dominação territoriais do Estado, se insere dentro de considerações de forte apego ao caráter político do processo, não sem igual importância. Mas quando se infere a possibilidade ou se entende o processo da construção da nova Capital do ponto de vista das estratégias espaciais e territoriais de valorização do capital, nos termos de uma acumulação primitiva de capital, o problema ganha contornos novos. Vejamos, então, como se deu esse processo.

Aquele fundo de reserva de acumulação primitiva, em território nacional, se refere fundamentalmente a uma imensa quantidade de terras a ser destinada na forma de ativos de capital para as mãos de empreendedores capitalistas. Num primeiro momento, a forma de transferência das terras e o uso a ser destinado a essas terras eram de caráter essencialmente agrícola. Esse processo de capitalização inicial das terras e de novos agentes na agricultura brasileira funcionava sob uma oferta bastante grande de mão de obra e com a possibilidade de os trabalhadores produzirem, ainda, seus meios de subsistência, o que implicava em níveis salariais baixíssimos. No entanto, segundo Francisco de Oliveira, os frutos desse processo continuado de acumulação primitiva e de superexploração do trabalho no campo brasileiro não serviram somente aos proprietários das terras rurais em que esse processo se efetuava, os setores urbano-industriais do Sudeste se beneficiaram sobremaneira pela manutenção de uma produção de alimentos a baixos preços proporcionados pela constante expansão das fronteiras econômicas em direção ao Centro-Oeste.

Seguindo a apresentação de Francisco de Oliveira:

“Assim, tanto na abertura de fronteiras ‘externas’ como ‘internas’, o processo é idêntico: o trabalhador rural ou morador ocupa a terra, desmata, destoca e cultiva as lavouras temporárias chamadas de ‘subsistência’; nesse processo ele prepara a terra para as lavouras permanentes ou para a formação de pastagens, que não são dele, mas do proprietário. Há, portanto, uma transferência de ‘trabalho morto’, de acumulação, para o valor das culturas ou atividades do proprietário, ao passo que a subtração de valor que se opera para o produtor direto reflete-se no preço dos produtos de sua lavoura, rebaixando-os. Esse mecanismo é o responsável tanto pelo fato de que a maioria dos gêneros alimentícios vegetais (tais como arroz, feijão, milho) que abastecem os grandes mercados urbanos provenham de zonas de

⁸ Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 24).

ocupação recente, como pelo fato de que a permanente baixa cotação deles tenha contribuído para o processo de acumulação nas cidades; os dois fenômenos são, no fundo, uma unidade. No caso das fronteiras 'externas' o processo se dá mediante o avanço da fronteira agrícola que se expande com a rodovia... No caso das fronteiras 'internas', a rotação de terras e não de culturas, dentro do latifúndio, tem o mesmo papel... O morador, ao plantar sua 'roça', planta também o algodão, e o custo de reprodução da força de trabalho é a variável que torna comercializáveis ambas as mercadorias."⁹

Dessa forma,

"A solução do chamado 'problema agrário' nos anos da 'passagem' da economia agrário-exportadora para urbano-industrial é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista. Ela é um complexo de soluções, cujas vertentes se apoiam no enorme contingente de mão de obra, na oferta elástica de terras e na viabilização do encontro desses dois fatores pela ação do Estado construindo a infraestrutura, principalmente a rede rodoviária. Ela é um complexo de soluções cujo denominador comum reside na permanente expansão da horizontal da ocupação com baixíssimos coeficientes de capitalização e até sem nenhuma capitalização prévia: numa palavra, opera como numa sorte de 'acumulação primitiva.'"¹⁰

A reprodução das condições sob as quais opera a produção agrícola no país desperta um mecanismo de acumulação primitiva reproduzido na medida da reprodução das forças produtivas capitalistas. Esse processo atribui, continuamente, um peso relativamente grande ao Estado no papel de promotor interno da acumulação capitalista. Assim, o esquema apresentado para solucionar o problema referente aos anos da "passagem da economia agrário-exportadora para urbano-industrial", como disse Francisco de Oliveira, "é um ponto fundamental para a reprodução das condições da expansão capitalista" e parece, mesmo, uma fórmula que se repetirá num contexto essencialmente urbano, com a construção da cidade de Brasília. É nesse contexto que Ignacio Rangel dizia que, com relação à reforma agrária, "[problema] muito modificado, por certo, comparativamente ao que se nos afigurava nos anos 30..., teremos uma 'reforma agrária' muito mais *urbana* do que *rural* e, sobretudo, convertida em *problema essencialmente financeiro*."¹¹

Brasília, situada na zona de expansão da fronteira econômica do país, efetuará essa passagem da mesma forma em que cumpre, ao mesmo tempo, com a articulação econômica territorial e com um processo de formação de novos capitais na economia brasileira. É por isso que, Francisco de Oliveira, mesmo, afirma que "a acumulação primitiva não se dá apenas na gênese do capitalismo: sob certas condições específicas, principalmente quando esse capitalismo *crece por elaboração de periferias*, a acumulação primitiva é estrutural e não apenas genética"¹².

No período de construção da cidade de Brasília, o processo que ainda se deflagra é o da urbanização sem precedentes do capital em território nacional. Segundo Maria da

⁹ Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. (pp. 16-17).

¹⁰ Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. (p. 16).

¹¹ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 140).

¹² Oliveira, Francisco. *Crítica à Razão Dualista*. (p. 16).



Conceição Tavares¹³, a diferença que separa esse período do anterior, aquele que sinteticamente poderia ainda ser chamado de um período de “substituição de importações”, recai sobre o fato de outros dois novos setores capitalistas completarem o quadro da industrialização brasileira: os capitais estrangeiros e os capitais estatais. Esse fato daria, então, mais fôlego a todo o processo de formação de capitais essencialmente urbanos. De acordo com Milton Santos, “após os anos de 1940-1950, os nexos econômicos ganham enorme relevo, e impõem-se às dinâmicas urbanas na totalidade do território”¹⁴. As estratégias, portanto, de valorização do capital passariam necessariamente, a partir desse momento, a figurar entre os empreendimentos urbanos direta ou indiretamente. No entanto, a “composição orgânica do espaço”, segundo Harvey¹⁵, ou a “composição técnica do espaço”, segundo Milton Santos¹⁶, estabelecida a partir da longa história de acumulação dos espaços urbanos das cidades impõe uma enorme dificuldade para uma reestruturação produtiva do capital. A rigidez material dessas estruturas espaciais urbanas – prédios, ruas, viadutos, túneis, vizinhanças, leis de zoneamento entre outras – exige, para sua consolidação, um grande emprego e imobilização de capitais, sem o que o crescimento econômico e a reprodução capitalista não ocorreria. Contudo, esses capitais empregados na forma de espaço, no processo de produção e reprodução capitalista do espaço, envelhecem de acordo com o esgotamento de suas possibilidades de uso para os processos de valorização e o surgimento de novas necessidades estimuladas pelo avançar dos mecanismos de reprodução ampliada do capital, ciclo após ciclo. A materialidade irredutível do capital empregado no espaço urbano determina a presença desses objetos que contam a história dos sucessivos ciclos do capitalismo nas cidades. Por essa razão, portanto, as cidades “são lugares onde se encontram enormes estoques de capital velho”¹⁷ que prejudicam a fluidez exigida pelos novos empreendimentos de capital e custam, por sua vez, muito caro aos cofres públicos, pois requerem uma grande quantidade de valores novos para sua destruição e posterior reconstrução de acordo com as necessidades sempre renovadas da reprodução capitalista¹⁸.

É nesse contexto que o Centro-Oeste surge como o horizonte de expectativa de um capitalismo que se moderniza e avança na direção das mais complexas formas de acumulação. A exploração da periferia funcionaria justamente como a alavanca primordial da consolidação capitalista no Brasil. “Nas áreas pouco povoadas do Norte e do Centro-Oeste, a

¹³ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

¹⁴ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (p. 27).

¹⁵ Harvey, D. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México: Fondo de Cultura Económica. 1990.

¹⁶ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005.

¹⁷ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (pp. 60-61).

¹⁸ Claro que nesse processo reaparecem, ou são recriadas, formas de utilização desse valores degradados, como por setores relativamente atrasados ou com menores quantidades de capital empregado, que exploram a sobrevida dessas estruturas e revitalizam o velho. Para Milton Santos, “no campo, a substituição de uma composição orgânica do capital por outra composição orgânica do capital é mais fácil do que o é, na cidade, a substituição de uma composição técnica por outra composição técnica do espaço. É muito mais caro arrasar um quarteirão, fazer uma nova avenida, um túnel, um viaduto, do que substituir, com incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos. Por outro lado, o fato de que os pobres venham para a cidade e abandonem o campo modernizado, leva a que, no urbano, recriem-se condições para a utilização do velho econômico”. Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (p. 61).

modernidade (...) implanta-se quase sobre o vazio e, desse modo, quase não encontra o obstáculo das heranças”¹⁹.

“O Centro-Oeste (...) apresenta-se como extremamente receptivo aos novos fenômenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infraestrutura de monta, nem outros investimentos fixos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pode, assim, receber uma infraestrutura nova, totalmente a serviço de uma economia moderna, já que em seu território eram praticamente ausentes as marcas dos precedentes sistemas técnicos. Desse modo, aí o novo vai dar-se com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento”²⁰.

A necessidade de se promover um capitalismo essencialmente urbano no Brasil, ao mesmo tempo em que encontra os obstáculos da história presentificados nos espaços das cidades do Centro-Sul, onde há historicamente o maior acúmulo de capitais, encontra também sua solução na exploração dos espaços periféricos do território por meio da urbanização. A “reserva territorial” em que se constituiu o Centro-Oeste pôde ser eficientemente usada na passagem de um ciclo a outro da economia nacional, para a formação de novos capitais, com a vantagem de não exigir um dispêndio oneroso para a destruição de capitais velhos. Enquanto no centro hegemônico do capitalismo mundial os capitais privados procuravam espaços de valorização para fora de seu território originário, que se encontrava saturado de valores antigos, na periferia do capitalismo as imensas áreas de um território não completamente ocupado funcionam como um receptáculo para esses excedentes e servem à continuidade de um processo de reprodução ampliada do capital. Usando uma fórmula já empregada para compreender a dinâmica geográfica do capitalismo nos espaços metropolitanos, podemos dizer que “esse tipo de espaço constitui os territórios-reserva que social e economicamente alimentam os circuitos de ‘acumulação molecular do capital’ e, ao mesmo tempo, são os espaços que em um momento ou em outro serão afetados por intensos processos de reforma urbana derivados das crises de superacumulação de capital no sistema produtivo metropolitano”²¹. A construção de Brasília se insere nesse contexto como um instrumento capaz de reorientar os fluxos de capital para as novas áreas do território a serem ocupadas na expansão capitalista. Por essa razão, em muitas partes do território brasileiro, a urbanização chega junto, ou mesmo antes, dos nexos econômicos que lhe atribuirão o conteúdo. Nesse sentido, “o novo urbano chega antes da modernização rural, da modernização dos transportes, da modernização do consumo e, de modo mais geral, da modernização do país”²². Nessas áreas o capitalismo nasce moderno, assim como as estruturas urbanas aptas a recebê-lo. Isso dá origem a “uma nova etapa da urbanização”,

¹⁹ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (pp. 67-68).

²⁰ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (p. 68).

²¹ Robira, Rosa Tello. “Áreas Metropolitanas: espaços colonizados”. In: Carlos e Carreras. *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Contexto. 2005. (p. 17).

²² Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (p. 69).



tornada possível “graças, também, ao equipamento moderno do país e à construção de Brasília, que podem ser arrolados entre as condições gerais do fenômeno”²³.

Dessa forma, “dado o estágio de inserção da periferia na qual Brasília deveria localizar-se no espaço econômico nacional, a região Centro-Oeste, de fato, constitui-se num instrumento para o desenvolvimento *nacional*, isto é, o desenvolvimento do *centro*”²⁴, uma vez em que todo esse mecanismo de ampliação e expansão das fronteiras econômicas do País serviu à reprodução ampliada de capitais originados no Sudeste mas que ali não encontravam tão promissoras perspectivas de valorização. Pode-se dizer que é somente nesse período que Brasília pôde e teve de se tornar realidade - uma vez em que está constitucionalmente prevista sua construção desde 1889. Existe, então, uma forte ligação entre o centro econômico nacional, estabelecido no espaço econômico urbano-industrial do Sudeste, e o processo de construção de Brasília no Centro-Oeste, mantendo esta última região na condição de uma espécie de reserva para o crescimento capitalista em território nacional - mesmo que desigualmente distribuído. “Brasília tornou-se viável, para não dizer funcionalmente necessária, a partir deste período, quando os interesses desse *centro* convergem para a *periferia* quando, então, começam a dissipar-se as contradições entre os *objetivos* nacionais e regionais do desenvolvimento”²⁵. “Em outras palavras, Brasília e seu entorno regional constituir-se-iam no verdadeiro trampolim do Sudeste industrial para a expansão da fronteira agrícola em direção ao Centro-Oeste e Norte do Brasil”²⁶.

Esse diagnóstico representa a importância da construção de Brasília para o crescimento continuado da economia brasileira como subsistema do capitalismo mundial. A criação de um novo espaço de empreendimento, ou a liberação de ativos de capital através da produção do espaço, aponta para a possibilidade do emprego de capitais excedentes em território nacional, reforçando alguns aspectos da política econômica e territorial que previam, como aponta Ianni, um menor extravasamento de divisas e um emprego sistemático de capitais sobre o território brasileiro²⁷. Trata-se de um processo de ampliação do espectro capitalista em território nacional que incide diretamente sobre a viabilização de estratégias de reprodução ampliada do capital no subsistema capitalista brasileiro: um processo que Milton Santos chamou de “socialização capitalista territorialmente ampliada”²⁸. Ao construir a cidade, gerava-se também uma enorme quantidade de capitais novos na economia brasileira. Esse processo tem a ver com a perspectiva de formação de novos capitais na economia nacional e com um processo de acumulação primitiva (como veremos nas duas próximas partes) orquestrado pelo Estado, o que recai com força sobre a construção da nova capital. A construção de uma cidade representa, para o setor imobiliário urbano, a criação, a partir do zero, de valores negociáveis no mercado lucrativo de terras. Um

²³ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (p. 69).

²⁴ Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (pp. 24-25).

²⁵ Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 25).

²⁶ Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq. (p. 25).

²⁷ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977.

²⁸ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (p. 49).



empreendimento desse porte representa, para o setor da construção civil, um mecanismo capaz de impulsionar um aumento gigantesco na composição orgânica do capital dessas empresas, antes mesmo da finalização da obra (como será apresentado no item 3.3). Trata-se de um mecanismo que funciona a partir do controle e do redirecionamento de excedentes de capital gerados em outros lugares e segmentos da economia. A esse respeito, vale lembrar, no entanto, que “nosso processo econômico é tal que, *ao cabo de um período de crise*, o Estado tem sido levado, regularmente, a intervir, introduzindo mudanças institucionais que instrumentalizam a retomada do processo de crescimento. E, como é natural, essa intervenção passa pelo *esforço de formação de capital do sistema econômico*”.²⁹ Além disso, “durante esse período [de construção da nova capital brasileira], o Brasil abrigava diversos complexos econômicos regionais, os quais não tinham ainda encontrado sua plena integração mútua. As atividades empreendidas pelo Estado e pelas classes empresariais, em direção ao estabelecimento desta plena integração, eram cruciais para a solidificação da integridade territorial da nação e de sua substância econômica”³⁰. Foi por essas razões que “acima de qualquer outro critério, foi o movimento para realmente ocupar o centro do território nacional que pôs as elites políticas e econômicas juntas em favor da nova localização”³¹.

Brasília, desse modo, não foi pensada estritamente como centro político, mas também como um empreendimento capaz de articular e favorecer o crescimento econômico capitalista em toda a economia brasileira a partir da formação de novos capitais no centro do território nacional. Esse duplo papel conferido a essa obra de dimensões faraônicas daria um fôlego significativo ao crescimento econômico nacional sob o resguardo da criação de uma reserva de acumulação primitiva que duraria ainda muito tempo. A consolidação do quadro completo de possibilidades abertas pela construção de Brasília não estaria ainda fechado nem mesmo no fim da década de 1970. É por isso que “a criação da região geoeconômica de Brasília durante o governo Geisel é uma tentativa de consolidação de seu duplo papel imaginado”³².

3.2 - Os Investimentos Imobiliários.

A inflação, também analisada por Ignacio Rangel, associada à impossibilidade de converter de uma só vez o montante da capacidade produtiva no produto nacional, deixou uma série de outros ativos, e não somente o espaço, na condição de recursos ociosos. Esse contexto favoreceu a migração desses capitais de origem diversa, sejam agrários ou urbanos, aos espaços - com perspectivas de valorização - das cidades, que vinham passando por um intenso processo de crescimento e reordenação. A urbanização capitalista, aqui, libera os “novos” espaços urbanos produzidos ou em produção para o processo de acumulação, espaços que estão prontos a receber os excedentes gerados em setores diversos da

²⁹ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 127).

³⁰ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 37).

³¹ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 37).

³² Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 33).

economia. A procura dos espaços urbanos, seja pelas atividades de capital, dos setores industrial e de serviços, seja da população como um todo, se reflete nessa perspectiva de valorização que torna ainda mais promissor o emprego e a migração desses capitais excedentes para o setor imobiliário. O aumento relativo da população das cidades, portanto, e o equipamento dos espaços urbanos apontam para o mercado imobiliário como uma alternativa de valorização capitalista dentro dos negócios propriamente urbanos. Assim, todo aquele capital que encontraria rendimentos menores se aplicados na produção, nos serviços ou, ainda, em qualquer outro setor do sistema financeiro, rumava para o campo dos investimentos imobiliários, que nesse momento passam a se concentrar nas cidades. É também a uma superação do mercado imobiliário urbano sobre o fundiário rural - que marcará esse período - que se refere Ignacio Rangel no fim de seu livro.³³ O ritmo de crescimento da geração de capital no segmento imobiliário urbano sugere o aparecimento de uma grande quantidade de capitais excedentes que rumam da indústria de transformação e de outros setores para o mercado de terras e para a construção.

O estímulo à industrialização foi seguido (ou promovido), simultaneamente, por um estímulo ao processo de urbanização da sociedade brasileira. Segundo Milton Santos, “alcançamos, neste século, a urbanização da sociedade e a urbanização do território”³⁴. Junto a isso, um crescimento industrial e do processo de formação de capital no setor da indústria de transformação, relativamente menores ao das taxas de lucros e de valorização desses capitais, determinou, pela primeira vez com força na história do capitalismo brasileiro, uma migração desses capitais gerados na indústria para o setor imobiliário como frente dos negócios do urbano. É por isso que,

“Segundo Vinhas de Queiroz: ‘Esta febre encontrou raízes no que se convencionou chamar desenvolvimento nacional, e parece que reflete de uma forma ou de outra - como já sugerimos - o tipo e o nível alcançado por esse processo. Encontra-se, fora de dúvida, correlacionado à industrialização. Porém, um motivo para que o relevo monstruoso que as atividades de construção civil adquirem em alguns anos em certas regiões pode ser encontrado menos no ritmo acelerado do processo de industrialização, do que na relativa insuficiência desse ritmo: capitais acumulados na lavoura, no comércio e até na própria indústria, para não falar nos conhecidos ‘negócios de guerra’, etc., aplicaram-se em vultosas transações imobiliárias ao invés de dirigir-se ao mercado limitado dos investimentos privados. O ritmo de construção acha-se também, igualmente sem dúvida, correlacionado ao processo inflacionário que acompanha e tem caracterizado o desenvolvimento brasileiro”.³⁵

³³ Para Ignacio Rangel, “teremos uma ‘reforma agrária’ muito mais *urbana* do que *rural* e, sobretudo, convertida em *problema essencialmente financeiro*... O mercado imobiliário - com o fundiário à frente - foi o primeiro mercado *mobiliário* que tivemos... Com efeito, a organização do mercado de valores, para o fim especial de transferir a poupança a resultar da capacidade ociosa acumulada no último ciclo para as áreas dos novos e agudos pontos de estrangulamento, surgidos concomitantemente no sistema econômico, *não poderá senão subverter as condições do mercado imobiliário*”. Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (p. 140).

³⁴ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (p. 09).

³⁵ Scherer, Rebeca. *O Urbanismo Racionalista e o Projeto do Plano-piloto de Brasília*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política da FFLCH, USP. São Paulo. 1978. (pp. 148-149).

Assim, a inflação e o aparecimento de capitais excedentes na economia brasileira passarão a ditar, segundo a necessidade de valorização capitalista, os novos padrões econômicos e financeiros (e, em certa medida, muito mais do que isso) da produção dos espaços urbanos.

É também sensível o crescimento apresentado pela população urbana do Centro-Oeste a partir da década de 1950, quando uma massa vultosa de trabalhadores chega para a construção da nova cidade capital. Ligado à chegada desses trabalhadores, uma quantidade bastante grande de serviços vai também se instalar nas imediações da “grande obra”, o que aumenta ainda mais a taxa de crescimento da população e de formação de pequenos espaços urbanos. O crescimento dos serviços, pela natureza mesma do processo, repercutirá na formação de cidades com uma estrutura econômica mais sólida, “tudo isso conduz à amplificação da terciarização (...) que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização”³⁶. A partir de 1960, a taxa de crescimento da população urbana do Centro-Oeste cai em relação ao período imediatamente anterior, devido à magnitude do *boom* inicial representado pelo afluente gigantesco das massas trabalhadoras, o que, contudo, não é responsável pelo abatimento da superioridade das taxas de crescimento em relação às outras regiões do País.

TABELA 3
Crescimento da População Urbana Brasileira
Segundo as Diversas Regiões.

	1950	1980	1980/1950
<i>Brasil</i>	18.782.981	82.013.375	4,36
<i>Norte</i>	580.867	3.102.659	5,34
<i>Nordeste</i>	4.744.808	17.959.640	3,78
<i>Sudeste</i>	10.720.734	43.550.664	4,06
<i>Sul</i>	2.312.985	12.153.971	5,25
<i>Centro-Oeste</i>	423.497	5.246.441	12,39

	1960	1980	1980/1960
<i>Brasil</i>	32.004.817	82.013.375	2,26
<i>Norte</i>	983.278	3.102.659	3,15
<i>Nordeste</i>	7.680.681	17.959.640	2,34
<i>Sudeste</i>	17.818.649	43.550.664	2,44
<i>Sul</i>	4.469.103	12.153.971	2,71
<i>Centro-Oeste</i>	1.053.106	5.246.441	4,98

Santos, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo. Edusp. 2005. (p. 65).

A valorização dos ativos imobiliários, ou do espaço urbano, a partir de 1960, nas imediações da nova capital atingiram níveis bastante altos, confirmando as expectativas dos investimentos imobiliários. Isso se deveu, em grande medida, não só à chegada de grandes afluentes populacionais e de serviços, em crescimento em todo o País, mas também à

³⁶ Santos, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Edusp. 2005. (p. 54).



liberação de ativos de capital para a agricultura moderna, com a construção de infraestruturas de produção e escoamento, garantidas pela construção da nova capital, e do surgimento de um mercado consumidor altamente promissor, coligado à abertura de um novo campo no setor de serviços.

No entanto, o que está por detrás de todo esse processo de valorização capitalista do espaço urbano e de criação de novos capitais no setor imobiliário, é a ação do Estado como agente fundamental de um processo de acumulação primitiva que está na base do aparecimento vigoroso de novos setores importantes para o circuito do capital em território nacional. Para compreender esse processo, de partida deve-se enxergar o espaço daquele território como propriedade tornada estatal. O monopólio sobre a venda, o parcelamento e a propriedade do espaço no Distrito Federal, concentrado nas mãos do Estado, aponta para uma condição que “se confronta diretamente com os interesses de uso tipicamente capitalista da terra”, mas esse fato pode ser lido também da perspectiva da necessidade de se deslocar e aniquilar antigas oligarquias regionais, arraigadas a interesses rentistas sustentados sobre a propriedade fundiária no campo que, pela sua natureza, se contradizem às próprias condições de crescimento e expansão de um novo mercado imobiliário urbano e mais moderno: um conjunto concertado de ações para a liberação de ativos de capital relativamente desvalorizados. Evidentemente, muitos proprietários de terras da região permaneceram nessa condição, mas não sem, contudo, assumir um novo papel diante dessa nova fase da acumulação; as mesmas figuras da oligarquia de terras na região passam a assumir o papel de novos agentes no processo de constituição do capitalismo nacional³⁷. A delimitação do quadrilátero do D.F. e o início das obras para a construção da cidade de Brasília interferiram definitivamente na valorização do espaço e na alta atratividade da região para os negócios imobiliários do urbano. Há, nesse momento e por conta desse processo, uma ressignificação no uso do espaço e, conseqüentemente, o aparecimento de uma nova classe capitalista no interior do Centro-Oeste brasileiro, estimulados pelo processo que produziu o espaço no Distrito Federal como uma nova raridade: as propriedades que não foram desapropriadas ganham, então, novos sentidos, usos e valores segundo a lógica de um mercado imobiliário urbano – ou sobre grande influência deste. Sintoma de todo esse conjunto de ações foi o imenso número de registros de parcelamentos ilegais, grilagens, invasões e conflitos pela posse da terra que passou a ocorrer a partir de então³⁸.

³⁷ Para Penna, “Deste fato deduz-se que o Estado, que pretendia estatizar a propriedade da terra, afirmou paradoxalmente o princípio da propriedade privada da terra. Quando teve início o processo de desapropriação das terras do DF, permaneceram muitas ocupações concedidas pelo Estado (de proprietários ou não), de posseiros, de grileiros, e de proprietários com seus títulos muito precários... A propriedade privada refere-se às propriedades que já existiam antes da implantação de Brasília e que não foram desapropriadas pelo Estado na época da implantação do DF, bem como as que surgiram depois pela venda das propriedades do Estado para particulares”. Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (p. 66).

³⁸ “A partir do momento da implementação, construção e consolidação da cidade... a posse e uso das terras adquiriram novos significados,... dando origem a um grande número de processos judiciais e às grilagens e as invasões que possuem sua expressão tanto jurídica quanto social e espacial”. Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (pp. 67-68).



O repasse de terras e valores para as mãos de novos agentes da economia local funcionou como mais um dos processos desencadeados para que se completasse esse episódio de acumulação primitiva, orquestrado no seio de um Estado de tipo desenvolvimentista. A desapropriação de terras, executada com referência em preços definidos muito abaixo dos então pagos pelo mercado, significou claramente o esforço para pôr em prática um mecanismo para a diminuição da influência das oligarquias regionais no cenário econômico projetado para aquele espaço. “Houve reclamações no que diz respeito à não-diferenciação entre terras de cultura e cerrado (a comissão pagava indistintamente 800 cruzeiros por alqueire de terras que valiam de 10 a 20 mil cruzeiros o alqueire). Um abaixo-assinado com cinquenta assinaturas de fazendeiros da região foi encaminhado à Assembleia Legislativa”³⁹.

Contudo, esse mecanismo somente iria se completar com o repasse de parte dessas terras e, conseqüentemente, de seus valores antigos (de mercado), agregados sobremaneira pela nova condição de raridade que o espaço assumia na medida em que se consolidava o processo de urbanização no DF, para as mãos dos novos capitalistas do mercado imobiliário urbano. Esse último momento acabou por ser inevitável, de todo modo, pelo fato de que o Estado precisava, naquele momento, angariar recursos para a construção da Cidade-Capital, e encontrou, assim, na venda dos terrenos a possibilidade de consegui-los. “Assim, no desenvolvimento da apropriação das terras no DF houve a necessidade de transformações de articulações políticas sobre o espaço para liberar e expandir terras para a produção do espaço urbano, reunindo os interesses do mercado capitalista sobre a terra, impondo uma nova dimensão à escassez da terra e da moradia, alargando os limites da cidade e ampliando as áreas urbanas”.⁴⁰ Esse foi o processo que caracterizou, segundo Penna, a “reprodução do espaço do capital” em Brasília a partir do estabelecimento de uma “grande periferia de expansão, proporcionada pela dimensão e desenvolvimento de um mercado especulativo sobre as terras localizadas na periferia da cidade”.

O processo que se deflagra diz respeito à expropriação de terras e valores dos segmentos periféricos de uma classe rentista, antiga e atrasada, que é parte estrutural do capitalismo nacional, diga-se de passagem, mas que não poderia conviver com os novos empreendimentos, mantendo sozinha sua hegemonia, no espaço aberto para o acolhimento dos capitais excedentes do Sudeste⁴¹.

“A Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital Federal, que iniciou a efetivação da desapropriação das terras no DF, enfrentou muitas dificuldades para a execução dessa tarefa devido aos conflitos de interesse e envolvimento políticos que os assuntos fundiários sempre suscitam, envolvendo os representantes das oligarquias dominantes. Esses conflitos permeiam os interesses entre os

³⁹ Silva, Luís Sérgio D. da. *A Construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia. Editora da Universidade de Goiás. 1997. (p. 54).

⁴⁰ Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (p. 71). Ver também, a respeito do estabelecimento de um mercado de terras e do repasse de terras públicas ao setor privado pp. 102 e 103.

⁴¹ Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq.

proprietários das terras em Goiás (grandes latifúndios), o capital industrial (São Paulo), e comercial (Minas Gerais) imbuídos da construção da nova capital.”⁴²

É por isso que, dessa forma, os interesses de Goiás, apesar de enfraquecidos, não desaparecem do cenário político que determina a orientação das políticas estatais para a formação dos novos capitais na região. Nelba Azevedo Penna reforça essa participação e confirma um processo de formação de capitais na região, sob o relativo sacrifício e a desvalorização das antigas modalidades da propriedade fundiária na região, alegando que “apesar de todas as ressalvas feitas à propriedade da terra, a transferência da Capital para o Planalto Central sempre mereceu o apoio da oligarquia do estado de Goiás, representada pelos governadores de Estado daquela época (Pedro Ludovico, Mauro Borges, Ludovico de Almeida entre outros), que tiveram papel ativo nos trâmites para efetuar a mudança, pois a sociedade alimentava muitas perspectivas de desenvolvimento social e econômico para Goiás”⁴³.

As condições ofertadas para o estabelecimento de um mercado imobiliário vigoroso em Brasília estavam dadas pela garantia de valorização do espaço que ocorre necessariamente segundo a presença de alguns elementos. O primeiro deles - assim definido somente por conveniência expositiva - é aquele que se refere à intensificação do fluxo migratório com destino aos espaços da nova capital. Para além da primeira leva de migrantes que chegaram para trabalhar na construção da cidade e para assistir com serviços esses trabalhadores, entre 1961 e 1970 a região contou com um saldo migratório de 66,3%⁴⁴, o que ocasionou uma imensa pressão por moradia e disponibilidade de espaço por parte desses afluentes populacionais. A criação de Taguatinga, em 1957, representa o primeiro gesto de liberação de ativos para a criação de capitais no setor imobiliário seguindo os processos de valorização do espaço desencadeados por uma sorte de aumento na procura para o estabelecimento de grandes afluxos migratórios na região. Outro caso é exemplar a esse respeito.

“Na periferia do município de Luziânia (GO), limítrofe com o DF, já se fazia sentir a problemática da ocupação urbana, dirigida pela ordem e pela estratégia da especulação imobiliária, ‘desordenada’, pelos incontrolláveis parcelamentos de terras urbanas e rurais, que absorviam os fluxos migratórios dirigidos ao DF e que não encontravam condições de moradia em Brasília. Durante a década de 70, a taxa de crescimento do município de Luziânia foi de 600%.”⁴⁵

⁴² Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (p. 62).

⁴³ Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (p. 61).

⁴⁴ Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. 1985. (p. 62).

⁴⁵ Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (p. 117).





Um segundo aspecto que incide sobre a valorização do espaço no DF, e torna-o, desta maneira, um bom negócio para os agentes do mercado imobiliário recai sobre o fato de que Brasília é uma cidade de burocratas com um alto poder aquisitivo e, portanto, muito mais de consumidores do que de produtores. É Schmidt quem analisa Brasília sob esse aspecto⁴⁶. Ao argumentar a respeito do caráter da cidade-capital ele leva em consideração os elementos que definem uma cidade política em comparação com a cidade oriental. A teoria weberiana, na qual ele se apoia fortemente, a respeito das cidades políticas, coloca o acento sobre o fato de que é a vontade política que predomina sobre esses espaços, muito mais do que qualquer fator importante que se define no mercado. No entanto, é justamente esse aspecto, o de ser uma cidade predominantemente de burocratas, que vai dar origem ao surgimento de um mercado de tipo bastante especial e que Schmidt não leva em consideração. Essa condição de Brasília determina, portanto, uma predominância de pessoas ligadas aos órgãos públicos e à alta burocracia federal, o que garante uma renda *per capita* no espaço urbano de Brasília significativamente mais alta do que a encontrada em grande parte do território nacional. Esse fato por si só é responsável pela elevação dos preços dos espaços urbanos e adjacentes às cidades, assim como serve também, e por isso mesmo, como um acelerador da corrida e dos investimentos no mercado imobiliário - principalmente se levarmos em consideração que junto desses burocratas uma imensa gama de serviços de luxo vem a se somar no espessamento da procura pela boa localização dos imóveis.

Contudo, a formação e dinamização de um mercado imobiliário no Distrito Federal, para bem compreendermos, não para por aí. A mudança e o redirecionamento de capitais, via atuação do Estado, pode não se referir exclusivamente, como já se deu a entender, a um movimento que se estabelece entre os diferentes setores ou espaços, mas também aos diferentes agentes. Brasília demonstra essa faceta do processo de formação de capitais a partir do emprego das altas rendas dos escalões administrativos – repartição da receita fiscal, portanto – no mercado imobiliário. Muitos desses que ocupam os quadros administrativos do Estado aplicam e investem parte de suas rendas mensais diretamente no mercado imobiliário, apresentando, assim, mais uma faceta de uma estratégia de acumulação que põe acento sobre a estrutura estatal enquanto mecanismo redirecionador de valores e ativos, exercendo, dessa forma, um papel fundamental sobre a distribuição do espaço, da renda e da formação de novos capitais. Aparece aqui, determinada pela natureza do processo, uma canalização da mais-valia – do sobreproduto social geral – que não é gerada localmente, mas é capturada pelos mecanismos fiscais e irá, dessa forma, encontrar destino em um espaço determinado através das mãos de uma classe de burocratas rentistas, que, ao formar uma poupança - ou, nessas mãos, uma determinada quantidade de capitais originários -, se dirigirão ao setor improdutivo, alimentando um mercado imobiliário especulativo. O Estado, como se pode notar, exerce papel fundamental na distribuição da mais-valia e, dessa forma, recruta as condições necessárias para dar início, sempre que lhe convier, a um processo de formação de novos capitais a partir da aniquilação ou sobreposição de valores (a desvalorização de ativos), mecanismos essenciais para toda sorte de acumulação primitiva.

Uma característica marcante do mercado imobiliário de Brasília é que o espaço urbano, à medida que é loteado e transformado em propriedade privada, obtém ainda a

⁴⁶ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (pp. 27-41).



capacidade de gerar gigantescas margens de renda para seus proprietários mesmo se uma grande parcela desses espaços, moradias ou equipamentos se mantém desocupados por um longo período. Esse mecanismo, que parece contradizer as leis mais elementares de funcionamento do mercado capitalista, encontra respaldo novamente na participação efetiva do Estado nesse processo. Uma grande oferta de imóveis tem sido a marca do mercado imobiliário em Brasília desde que se deu início seu estabelecimento na região, mas junto a isso, contraditoriamente, um grande déficit habitacional também é uma das constantes no Distrito Federal. Para Nelba Penna, “como o mercado é estrategicamente controlado por poucas empresas, o preço artificialmente elevado não permite a aquisição por todas as faixas de renda, pressionando o Estado por moradia, enquanto muitos imóveis permanecem vazios”⁴⁷. Dessa forma, efetua-se também, e de acordo com as estratégias políticas do Estado de manutenção da “ordem” no plano-piloto, um processo de segregação espacial comandada pelas estratégias conjuntas do Estado e do mercado. Ao primar pela ordem, pela norma e pela funcionalidade do espaço urbano em Brasília, o Estado promove, em parceria com o capital privado, um tipo de funcionamento do mercado muito longe daquele definido pelo liberalismo smithiano, por exemplo. Para fazer conviver um excesso de demanda junto a um excesso de oferta é preciso apartá-los no mesmo espaço. Estratégias sócio-espaciais, políticas e econômicas, realizam essa separação num mesmo espaço. Ao sofrer as pressões por moradia, o Estado dá início a um processo de deslocamento dessa população para fora dos limites do plano-piloto e destina, através dos diversos programas habitacionais, verbas públicas para a aquisição ou construção da moradia⁴⁸. Assim, “como o mercado é controlado por poucas empresas”, o setor não deixa de lucrar com o déficit habitacional e nem também com demorado tempo de venda dos imóveis mais luxuosos – que, por isso, não precisam ter seu preço reduzido e podem esperar em condições de tempo alheias às que são próprias ao mercado. O Estado isenta, dessa forma, todo o setor de ter de enfrentar os desconfortos que são próprios para uma determinada classe de uma dinâmica de mercado.

O Estado detinha ainda o poder estratégico de liberar a oferta de terras e imóveis para o mercado privado de acordo com suas necessidades específicas, sejam elas estabelecidas em face da premência para a arrecadação de recursos ou de sua relação com setores específicos do mercado. Com isso o Estado sempre combinou estratégias de altas ofertas por longos períodos ou de diminuição ou até retração das ofertas por períodos também relativamente longos. Isso se fazia através da participação de entidades como a NOVACAP, num primeiro momento, ou como a TERRACAP, num segundo, e permitia o reconhecimento para o mercado das ondas de desvalorização e supervalorização das terras

⁴⁷ Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (p. 106).

⁴⁸ “Antes da inauguração da cidade projetada, o Estado já enfrentava graves problemas sociais, devido a falta de planejamento da ocupação do território para além do projeto do Plano Piloto. Depois, ainda restava a grande questão de como ocupar e organizar o território, para o qual se dirige um numeroso fluxo migratório (...) Assim, o Estado pressionado fundou a primeira cidade satélite...” Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (pp. 113-114).

no DF. Esse mecanismo pode ser vislumbrado recentemente em mais um dos programas de licitação gerenciado pela TERRACAP.

“A Implementação dessa proposta [uma proposta de expansão urbana ofertando seis áreas residenciais internas e contíguas ao Plano Piloto], gerenciada pela TERRACAP, foi iniciada pela licitação, loteamento e venda de apenas um dos setores planejados – do Setor Sudoeste (SQSW) – entre os seis setores previstos, localizado entre a Asa Sul e o Parque da Cidade. Essa ação governamental ‘é a maior prova de que o Estado, utilizando o monopólio das terras, deixou valorizar durante mais de vinte e nove anos seu patrimônio, passando-o agora às mãos da classe dominante’.⁴⁹

Dessa forma, fica caracterizado o grau de dependência da realidade urbana de Brasília das estratégias vinculadas ao mercado imobiliário e ao Estado, que têm atuado sempre juntos na busca de mútuos benefícios. As estratégias de valorização desigual dos espaços assim como a revalorização de lugares relançados no mercado coadunam com uma tendência à segregação espacial que é, ao mesmo tempo, segregação política. O vínculo das ordens do Estado com a produção de uma supremacia dos capitais gerados na indústria da construção civil e dos redirecionamentos da mais-valia realizados pelo setor imobiliário tem sido marcantes na produção do espaço em Brasília. Para Nelba Azevedo Penna, “entre as ações da política urbana do GDF ‘predominaria o papel de apoio à acumulação de estratos que formam a base de legitimação do Estado, em escala local, principalmente da construção civil e do capital imobiliário’. Essa forma de política urbana praticada é um fator importante para explicar a disparidade dos investimentos realizados concentradamente no Plano Piloto em detrimento das cidades satélites e dos assentamentos, produzindo a valorização crescente dos lugares no centro e na periferia”⁵⁰.

3.3 - A Formação de Capitais na Indústria da Construção Civil, a Aceleração Setorial Econômica e a Produção Territorial dos Espaços Urbanos.

3.3.1 - O Programa de Metas e a consolidação de um oligopólio no setor da construção civil.

Outro aspecto a ser considerado, no que diz respeito à formação de capitais a partir da construção da cidade de Brasília, é a aceleração e oligopolização dos capitais investidos nas indústrias ligadas à construção civil moderna. A urbanização da sociedade brasileira tem servido estrategicamente aos interesses da criação e liberação de ativos para o emprego dos capitais excedentes e para a formação de novos capitais, assim como às políticas de ampliação do espectro capitalista sobre o território nacional, incidindo, dessa forma, sobre a ocupação para além das antigas fronteiras e sobre a produção de outras novas – fatores que,

⁴⁹ Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (p. 119).

⁵⁰ Penna, Nelba A. *Brasília: do Espaço Concebido ao Espaço Produzido – a dinâmica de uma metrópole planejada*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana. São Paulo. 2000. (p. 120).



em território nacional, não se separam de um processo de acumulação primitiva carregado nas contas das ações estatais. No entanto, esse processo que não passa sem a construção, ressignificação ou reordenação espacial, pois se trata eminentemente de um processo de produção do espaço, implica também, dados os padrões construtivos da época moderna, numa dinamização de alguns setores produtivos da indústria. A produção do espaço, na época do capitalismo de reprodução crítica e de uma economia subordinada à política, passa pelos novos padrões construtivos que recaem sobre a indústria da construção civil moderna. A participação dos investimentos do Estado na composição de uma demanda efetiva para o setor da construção civil é de fundamental importância para o aparecimento de novas estruturas de acumulação.

Para a economia brasileira como um todo, a impossibilidade de se avançar rapidamente sobre o território com os novos padrões produtivos e com as novas estratégias de acumulação determinou, localizadamente, uma diversificação com a rapidez desejada do montante de produtos e serviços como fruto do emprego necessário dos capitais, nacionais ou estrangeiros, gerados em condições de investimento muito superior à demanda efetiva. Dessa forma, “a solução historicamente encontrada para o problema consistiu ciclo após ciclo, na preparação das condições propícias ao desenvolvimento, implantação ou modernização das atividades responsáveis pelo *grupo novo de produtos*, essencialmente pelo investimento do *excedente econômico*, surgido alhures, como fruto da utilização da capacidade excessiva.”⁵¹ Esse mecanismo de atuação empresarial, combinado declaradamente com as formas de atuação do Estado sobre a promoção desse capitais, é o que Maria da Conceição Tavares reconhece como um processo de formação de um tipo de acumulação oligopólica, caracterizado, mais especificamente, como um oligopólio diferenciado⁵². A formação de uma economia de acumulação de tipo oligopólica foi a marca do processo de industrialização no Brasil. Nos setores da Indústria de Transformação foi a quantidade de capitais ou de capacidade excedentes que determinou imediatamente a formação de mecanismos de acumulação oligopólica. No caso da Indústria da Construção Civil e de setores conjugados a esta, a formação de uma estrutura oligopólica de acumulação se deu indiretamente e através dos mecanismos redistributivos do Estado.

A atuação de um Estado que desempenha o papel de agente econômico, na promoção da demanda ou na liberação de ativos, por exemplo, sobre os setores capitalistas com reserva de capacidade e excedentes de capital foi a fórmula do crescimento da participação da indústria da construção civil no Brasil. Isso pode se verificar, no entanto, nas consequências, para alguns setores, da diminuição da participação dos investimentos públicos após 1963 (tabela 4). Tal é a importância dessa relação que, na formulação de Maria da Conceição Tavares, “os cortes de gastos desse ano precipitaram uma crise de demanda dos setores nacionais e estrangeiros das indústrias de construção”.⁵³ No entanto, essa atuação do Estado foi muito mais presente no que se refere à promoção dos capitais da Indústria da Construção Civil do que nos setores ligados à Indústria de Transformação.

⁵¹ Rangel, Ignacio. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980. (pp. 131-132).

⁵² Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

⁵³ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 129).



Primeiramente pelo fato de que uma crise de sobreacumulação internacional, deflagrada após o fim da Segunda grande Guerra Mundial, em 1945, impulsionava os empreendimentos que detinham uma grande quantidade de capitais sobreacumulados a se deslocarem no espaço local, regional ou, mesmo, mundial na busca de um emprego lucrativo para esses valores excedentes produzidos alhures. Esses chegaram no Brasil durante a década de 50, representando a implantação da indústria responsável pela produção de bens de consumo duráveis. Outra estratégia de contenção deste mesmo processo crítico se dava na diferenciação da produção e dos produtos ou na migração intersetorial de capitais. Contudo, em segundo lugar, o fato que nos interessa aqui é que em quase todos os demais setores da Indústria de Transformação no País, os capitais excedentes a serem empregados em novos investimentos, deslocados espacialmente com relação à origem, empregados em um conjunto novo de produtos ou em novos setores da economia nacional, provinham, portanto, de suas próprias matrizes e, por isso, não precisavam recorrer aos mecanismos redistributivos de excedentes do Estado, salvo para a viabilização de infraestrutura ou de condições ainda inexistentes de acumulação – como de fato ocorreu. No caso da Indústria da Construção Civil brasileira, no entanto, não lhe amparava uma história de produção de excedentes de capital e, pelo contrário, eram absolutamente precárias com relação à composição de capital e o montante de investimentos. Antes da década de 40, muitas das grandes transnacionais de hoje, nascidas em território nacional, não tinham muito mais que alguns tratores, com é o caso da empreiteira Andrade Gutierrez⁵⁴.

O Estado, fazendo uso dos mecanismos fiscais, desempenhava um papel importante na distribuição da mais-valia entre os setores e, ao mesmo tempo em que detinha o poder, atribuído no conjunto das políticas territoriais, de reorientar os fluxos migratórios e de empreender programas nos mais diversos espaços do território nacional, interferia diretamente na redistribuição geográfica dos capitais, através da liberação de ativos e emprego de suas receitas. Essa forma de atuação do Estado foi preponderante na intensificação dos capitais na Indústria da Construção Civil assim como na ampliação da abrangência territorial de atuação do setor, implicando na formação de novos capitais, na intensificação de capitais já existentes e na expansão interna das fronteiras econômicas. Todo esse programa que atuou em favor da consolidação dos capitais no setor da construção civil encontrou impulso fundamental durante a execução do Programa de Metas durante o governo do Presidente Juscelino Kubitschek⁵⁵.

⁵⁴ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985.

⁵⁵ “Com a implementação do Programa de Metas abriu-se um gigantesco mercado para indústria da construção, de natureza diversa à verificada no período anterior, devido à existência de um programa de obras, que garantiu uma certa continuidade no ritmo de desenvolvimento do setor. Desse mercado puderam usufruir as empresas privadas nacionais, principalmente àquelas que já vinham executando obras em seus estados de origem e que agora tinham condições de aumentar sua área de abrangência, seu campo de atuação, se capitalizar e introduzir novas tecnologias, seja pela participação em obras de maior porte e mais sofisticadas, seja pelo apoio do poder público”. Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 143).

Nesse período é possível encontrar relações indiretas, sensivelmente marcantes para o setor da construção civil, entre o desenvolvimento das políticas públicas e o crescimento dos capitais da indústria da construção no País. “Dos fenômenos ocorridos nesse período, com reflexos importantes para o setor da construção civil, destacam-se a ‘arrancada’ do processo de industrialização e o significativo aumento nas taxas de urbanização”.⁵⁶ Levando-se em consideração que “a forte elevação do salário médio real urbano em 1954 e sua relativa manutenção até 1959, junto com um intenso processo de urbanização permitem, porém, um ritmo importante de crescimento da demanda urbana”⁵⁷, podemos considerar ter encontrado aí uma das razões motivadoras do crescimento do setor da construção civil no período. Esse comportamento é apontado no trabalho de Maria Adélia Aparecida de Souza⁵⁸. Contudo, não se pode dizer que se trata de um processo de crescimento puramente quantitativo sem relação com o aumento da composição orgânica e de valor dos capitais empregados no setor, conforme é possível constatar no trabalho de Sonia Lemos Grandi. O caráter de formação de um oligopólio diferenciado como estrutura básica de funcionamento do setor determina um grau de articulação industrial horizontal e vertical “que dá lugar a uma estrutura industrial em estrela, em que cada empresa tem um cordão de pequenas e médias, tanto fornecedoras quanto distribuidoras”.⁵⁹ A exigência de uma racionalidade cada vez maior, definida de acordo com o crescimento da procura e o aumento de preços dos espaços urbanos, implicava no desenvolvimento de novos produtos diferenciados ao longo de toda a cadeia produtiva que tentavam satisfazer esse novo tipo de demanda. “O aumento na procura de moradias associado à valorização do terreno urbano fez nascer a necessidade de racionalização dos processos de construção”.⁶⁰

No conjunto, “apesar de controlada por empresas estrangeiras, a industrialização representou uma nova etapa de expansão e diversificação”⁶¹, seguindo os padrões de formação de oligopólios diferenciados na economia brasileira. Contudo, sendo um contraexemplo da regra de internacionalização dos capitais em quase todos os demais setores da economia nacional no período, “a construção civil também conheceria um período de crescimento e modernização tecnológica”⁶², fundada essencialmente na magnitude assumida no setor dos capitais privados quase exclusivamente nacionais.

Maria da Conceição Tavares⁶³, para descrever a forma de organização e de atuação de um “oligopólio diferenciado”, recorre à figura de uma articulação interindustrial “em estrela”. A estrutura industrial de organização no setor da construção civil, já na segunda metade da década de 1950, apresenta essas feições e exemplifica bastante bem o que Maria

⁵⁶ Ferreira, Carlos E. *Construção Civil e Criação de Empregos*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976. (p. 21).

⁵⁷ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 120).

⁵⁸ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994.

⁵⁹ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986. (p. 123).

⁶⁰ Ferreira, Carlos E. *Construção Civil e Criação de Empregos*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976. (p. 23).

⁶¹ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 83).

⁶² Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 83).

⁶³ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.



da Conceição Tavares pretendeu demonstrar. “A divisão de uma grande obra entre várias empresas e a utilização de mecanismos de subcontratação de outras firmas para a realização de etapas da obra e/ou serviços específicos permitiram não só o crescimento como também a convivência ‘harmônica’ entre empresas de porte diversos, convivência esta que define a estrutura complexa e a dinâmica diferenciada do setor”⁶⁴.

Outro fato que nos permite abordar um processo de consolidação oligopólica no setor a partir da segunda metade da década de 1950, é, justamente, a falta de “barreiras à entrada” para capitais que se dirigiam para a Indústria da Construção Civil antes dessa data. Para Maria da Conceição Tavares, novamente, a existência desse tipo de fenômeno no setor – o aparecimento de “barreiras à entrada” – é um dos requisitos para a consolidação de processos de acumulação oligopólica⁶⁵. É somente depois do início do período marcado pela vigência do Programa de Metas, de Juscelino Kubitschek, que aparecerão com mais força as primeiras formações oligopólicas, a partir da imposição de “barreiras à entrada”, no setor da construção civil no Brasil.

O processo de consolidação de um tipo de acumulação oligopólica no setor da construção civil no país, gerado a partir do investimento quase exclusivo de capitais privados nacionais, merece destaque justamente pelo fato de não respeitar a regra dessa fase da industrialização brasileira. A predominância dos capitais estrangeiros e dos capitais estatais colocavam, muitas vezes, barreiras à entrada para a formação de capitais em diversos setores. Devemos lembrar o grau de internacionalização que os capitais investidos em território nacional passaram a representar. “Na indústria de transformação, ‘o desenvolvimento do capitalismo mundial impõe a necessidade da empresa já nascer grande o que, muitas vezes, alija, desde logo, o capital privado nacional’”⁶⁶. No entanto, é na construção de rodovias, principalmente, que o setor da construção civil iniciará seu salto na direção da consolidação dos capitais (nacionais) aí investidos. Evidentemente, o rodoviarismo em que o Estado brasileiro se empenha a partir da década de 40, tem fortes ligações com uma política territorial e de expansão capitalista pelo espaço nacional, na qual Brasília encontra também uma de suas mais fortes explicações. A participação de empresas nacionais nos programas de construção de estradas pelo Brasil se deve fundamentalmente ao fato de que a tecnologia, um dos principais fatores de imposição de barreiras à entrada, que é utilizada nesse tipo de obra não exige grandes sofisticções e investimentos de capital que não possam ser supridos ao longo da própria construção.

No entanto, essa não é a única razão para a participação de empresas nacionais nos processos de construção que iriam ser responsáveis, em grande parte, pelo agigantamento do setor no Brasil, ou não teriam se constituído formas de acumulação oligopólicas no ramo

⁶⁴ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 146).

⁶⁵ Tavares, Maria da C. *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP, 1986.

⁶⁶ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 145).

da indústria da construção. Essa participação se deve, em grande medida também, à natureza do giro de capital que se realiza no setor da construção civil. A venda do produto final produzido pela indústria da construção civil se realiza antes e durante o processo produtivo, ao longo da execução da obra. Isso “significa que ‘a mobilização do capital necessário pode-se fazer logo após a obtenção do contrato, ao contrário do que ocorre na indústria de transformação. O pagamento de parcelas do contrato pode servir, então, como capital-dinheiro indispensável à aquisição de equipamentos necessários à obra”⁶⁷. Dessa forma, diferentemente dos outros setores, parte das “barreiras à entrada” são eliminadas pela própria dinâmica do setor, principalmente para as grandes empreiteiras de obras públicas, como chamou a atenção Ferraz Filho⁶⁸.

Dadas as condições econômicas, a situação cambial e os incentivos para a importação de equipamentos, conferidos pela instrução 70 da SUMOC⁶⁹, o Programa de Metas funcionou como a pedra de toque do processo de oligopolização do setor de construções. “Do ponto de vista das empresas construtoras, o resultado foi que, com os grandes lucros auferidos e com o câmbio subsidiado para importação de equipamentos, elas se superequiparam”⁷⁰. Nesse momento, “o Estado passou a se retrair da construção direta de obras públicas ‘para uma função mais reservada de programação, financiamento e coordenação dessas obras”⁷¹, favorecendo a participação e a capitalização de empresas privadas no setor. No entanto, a medida que se notava essa saída gradual do Estado, capitais nacionais e estrangeiros iam tomando seu lugar, como foi a marca do desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek em todos os demais setores. A consagração do processo de industrialização ocorrido no Brasil, durante o governo de JK, esteve muito menos ligado ao nacionalismo da reserva territorial de mercado para os capitais nacionais privados e estatais do que durante o governo de seus antecessores, como Getúlio Vargas, por exemplo. No entanto, mesmo nesse aspecto, o setor da construção civil recebeu encaminhamento diferente. Houve inicialmente, de fato, uma entrada de empresas estrangeiras para responder ao montante de obras demandadas pelo setor público. Mas mesmo esse gesto teve repercussões positivas no que se refere à formação de um oligopólio de tipo diferenciado no setor da construção civil no Brasil. A imaturidade da Indústria da Construção no Brasil, assim como a inexperiência e a falta de recursos para a realização de determinadas obras de grande vulto por parte das empresas nacionais, fazia com que muito fosse aprendido no contato com as grandes empresas

⁶⁷ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 146)

⁶⁸ Ferraz Filho, G.T. *A Transnacionalização da Grande Engenharia Brasileira*. Tese Apresentada ao Departamento de Economia da UNICAMP, para a obtenção de título de Mestrado. Campinas. 1981. (pp. 79-109).

⁶⁹ Ianni, Octavio. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977.

⁷⁰ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 110).

⁷¹ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 147).

mundiais do setor. Juscelino providenciaria, desse modo, esse contato, e, diferentemente, então, do ocorrido nos demais setores da indústria de transformação, o acesso dos capitais estrangeiros seria logo limitado, num primeiro momento, pela preferência não declarada por parte do Estado pelas construtoras nacionais e, num segundo momento, pela própria atuação oligopólica do setor, já fortalecido.

“O apoio extraoficial do Estado... e o convívio com as empreiteiras estrangeiras foram elementos decisivos para a introdução e absorção de novas tecnologias construtivas que, posteriormente, iriam garantir a maturidade tecnológica da engenharia nacional. Essa maturidade, por sua vez possibilitou a diversificação de atividades e expansão do capital pelas empreiteiras que se tornaram grandes por terem participado desse processo e por terem retirado dele todos os elementos garantidores de seu crescimento e ‘agigantamento’, resultando na oligopolização do setor”.⁷²

Para Sônia Lemos Grandi, “a associação das empreiteiras internacionais com as construtoras nacionais parece ter-se constituído no primeiro apoio explícito do Estado em relação à construção pesada e àquelas empresas que já vinham atuando no programa rodoviário do governo Juscelino Kubitschek. Nessa época, ‘o governo federal decidiu que, para a construção de Furnas, as empresas estrangeiras deveriam associar-se a grupos brasileiros, possibilitando o ingresso das grandes empresas nacionais no mercado de barragens, considerado como o mais lucrativo no âmbito da construção pesada’⁷³. Essa série de atos originados no Estado para o favorecimento do setor tornou evidente o vínculo do aparelho público com a formação de capitais na Indústria da Construção. Desse último gesto resultou que as empresas nacionais de construção galgaram, do pequeno ao grande empreendimento, uma escalada rumo à oligopolização do setor. Esse conjunto marca o início de um processo de acumulação de capitais muito especial no setor da construção civil nacional.

Foi por isso, então, que “o Programa de Metas, no segundo quinquênio dos anos 50, foi, sem dúvida, um acontecimento que marcou a Indústria da Construção”⁷⁴. O peso das obras de infraestrutura demandadas pelo programa desenvolvimentista que viria a se instaurar no país e o processo de urbanização da sociedade brasileira foram significativos, ao se somarem com o direcionamento e o favorecimento dos setores da construção por parte das ações e determinações do Estado nacional, para um processo de originação, consolidação e oligopolização dessa indústria. “Esse período é marcado principalmente, pelo

⁷² Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (pp. 147-148).

⁷³ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 148).

⁷⁴ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 138).



início de um processo de entrelaçamento entre Estado e Indústria da Construção, posteriormente acentuado, pela participação do Estado como executor de obras relacionadas ao setor de transporte, obras de urbanização e barragens de pequeno porte”⁷⁵. A participação de um grupo crescente, mas que cada vez mais impõe maiores resistências à entrada de novas empresas no ramo, se deveu também, em grande parte, à grande “mobilidade geoeconômica e intersetorial da força de trabalho”⁷⁶, assim como inicialmente o foram os capitais que integraram o setor. Brasília, definida no conjunto do programa estatal de “interiorização do desenvolvimento”, de criação de infraestruturas, de reordenação espacial do capitalismo nacional e de formação de novos capitais, serviu, dentro do Programa de Metas, como um catalisador para a realização de diversas grandes obras que favoreceriam o setor. Se a construção de estradas foi um dos subsetores da construção civil que alavancou, em certa medida, o crescimento setorial do capitalismo nacional, pendendo para o lado da Indústria da Construção Civil, ele esteve bastante presente na construção de uma cidade capital afastada significativamente dos principais centros econômicos e políticos. Se a construção de barragens foi, também, em grande parte responsável pelo crescimento do setor durante a década de 50, ela estava também incluída no programa de construção da nova cidade. Agora, se o “subsetor edificações” somente iria atingir seu auge pós-1960, em Brasília ele tem seu impulso inicial *avant la letre*, num processo, bem mais significativo, de formação de capitais e de *know-how*, com os quais entraria no novo decênio.

TABELA 2
Criação de Empresas de Construção

Período	Número absoluto	Percentagens
Até 1929	6	3,24
1930/1934	3	1,62
1935/1939	8	4,32
1940/1944	7	3,78
1945/1949	23	12,43
1950/1954	28	15,13
1955/1959	35	18,92
1960/1964	40	21,62
1965/1969	26	14,05
1970/1975	9	4,86
Total	185	100

Ferreira, Carlos E. *Construção Civil e Criação de Empregos*.
Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976. (p. 29).

⁷⁵ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 139).

⁷⁶ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 139).



Desde os fins da década de 1940, o setor da construção civil vem recebendo fortes impulsos, seja do Estado e de uma demanda estimulada pelos investimentos públicos, seja do próprio aumento da demanda efetiva, que só cautelosamente pode-se chamar espontânea, ou das migrações de capitais excedentes gerados em outros setores. O impulso à formação de novos capitais na economia brasileira por parte do Estado não é uma novidade. No entanto, um diferencial pesa sobre o período que se inicia a partir de 1955: o Programa de Metas e a construção de Brasília – a “Meta Síntese” do governo JK – darão à indústria da construção civil um vigor renovado, nos termos mesmos da consolidação de um tipo de acumulação oligopólica no setor. Esse evento fica mais explícito diante dos dados apresentados na tabela (tabela 3), principalmente a partir de 1945, no pós guerra, com o aumento dos investimentos estatais, e no período de 55-59, com mais um grande salto no número de empresas do setor – aumento que se veria diminuído após o período, graças à consolidação de uma estrutura oligopólica de organização que, passo a passo, foi ganhando força, esgotando o mercado e impondo novas barreiras à entrada.

É com esse resultado que se pode ler o papel preponderante que o Estado desempenha diante a formação de novos capitais e da criação de condições para que se inicie um processo de acumulação vigoroso no setor da construção civil. A liberação de ativos sob as formas de uma redistribuição da mais-valia, de uma reorientação territorial dos investimentos e de uma ressignificação dos espaços sociais, que só o Estado tem condições de coordenar, determinaram um processo de acumulação inicial que impulsionou o crescimento setorial da construção civil no Brasil. Com relação à produção dos espaços, normalmente urbanos, mesmo, e principalmente, quando ocorrida da forma em que ocorreu em Brasília (o que será abordado com mais cautela no próximo item), o Estado, atribuindo-lhes novos usos, pela produção de uma nova legislação ou pela implementação de novas (infra)estruturas ou órgãos, ou, ainda, pela repressão a antigas formas de uso, redefine o padrão construtivo, agora, também novo (assim como abre novas portas aos investimentos de capitais em diversos outros setores também). Com isso são abertas novas possibilidades de emprego de capitais no setor e de um desenvolvimento de técnicas que cada vez mais precisam contar com um montante de investimentos maior, além de funcionar como um constante instrumento de valorização intrasetorial para a construção civil, às custas da desvalorização de ativos antigos ou, simplesmente, da liberação de novos, como no caso de um “crescimento por elaboração de periferias”.

A construção de Brasília protagoniza, em todos os seus aspectos – da cidade nacional integradora à racionalidade interna do plano-piloto -, como um fomento e um gesto inicial de acumulação para diversos setores da economia nacional, inclusive e com força para o setor da construção civil, como se pode ver. Isso pode acontecer a partir da reorientação de excedentes gerados em outras regiões, seja pela via do mercado (na busca do investimento mais lucrativo) ou pelas mãos do Estado (utilizando-se dos mecanismos fiscais de redirecionamento da mais-valia) – caminhos estes que, evidentemente, estão sempre juntos. É nesse sentido que o empreendimento de Brasília pesa fortemente para o estabelecimento desses patamares de crescimento que tanto pesaram para a consagração dos capitais da Indústria da Construção Civil. Também para Carlos Ernesto Ferreira, “a expansão registrada nos anos 50 resultou principalmente, do arrojado programa rodoviário, de construção de



grandes usinas hidrelétricas e da construção de Brasília”⁷⁷. A participação do setor público na década de 1950 foi responsável por 70% do crescimento apresentado no setor. “A partir do fim da II Guerra Mundial, a participação do setor público nos investimentos em construção vem aumentando sensivelmente, chegando a alcançar a média de 62%” a partir de 1958⁷⁸.

No entanto, deve-se destacar, com mais precisão, a importância do crescimento do setor para a liberação, em mesmo passo, de ativos para os setores da economia capitalista recém chegados no País como um todo. A indústria automobilística especificamente, o aumento do parque industrial nacional em geral, a criação de uma nova sociedade urbana pautada em parâmetros capitalistas de consumo e de eficiência da circulação, do trabalho e da burocracia seriam, de mesma forma beneficiados com os avanços das técnicas e das estratégias envolvidas na produção do espaço. Essas relações se podem notar nos vínculos do desenvolvimento da construção civil no Brasil com as estratégias industriais e de poder possibilitadas pela ação do Estado como principal elemento dinamizador do setor.

“Com a instalação da indústria automobilística no País, a demanda de estradas viria a crescer, exigindo do poder público a destinação de recursos cada vez mais vultosos para a sua construção (...). Da mesma forma que a construção de estradas, as obras de saneamento constituíram, em função da crescente demanda provocada pela urbanização, um novo campo de atuação a ser desenvolvido na construção civil (...). Outras obras de infraestrutura foram-se tornando necessárias, tanto como resultado do desenvolvimento do País como do crescente processo de urbanização... A engenharia de barragens – a engenharia hidrelétrica – por exemplo, começou a avolumar-se por volta de 1949. Anteriormente existiam apenas os trabalhos isolados da Companhia Paulista de Força e Luz (...). Um outro campo que sofreu grande impacto, embora em épocas mais recentes, foi o setor de transportes municipais.”⁷⁹

A importância do subsetor construção pesada, pelo lado da construção de estradas, é redobrada diante do fato de que também é a partir do “gesto desbravador”, reiterando a mística da “interiorização do desenvolvimento” protagonizada pelo governo JK, que é apontado um vetor na direção da expansão das fronteiras capitalistas em território nacional. Ocupando o horizonte das antigas zonas de expansão das fronteiras agrícolas com os novos empreendimentos expansionistas⁸⁰, e atribuindo novo sentido ao Centro-Oeste brasileiro

⁷⁷ Ferreira, Carlos E. *Construção Civil e Criação de Empregos*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976. (p. 30).

⁷⁸ Ferreira, Carlos E. *Construção Civil e Criação de Empregos*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976.

⁷⁹ Ferreira, Carlos E. *Construção Civil e Criação de Empregos*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976. (p. 28).

⁸⁰ “Os contornos de toda a parte mais nova e mais ativa deste país ainda não estão fixados, pois são constantemente alternados pelo que geógrafos eminentes chamaram de ‘frente de colonização’. Pierre Monbeig, em *Pionniers et Planteurs de São Paulo*, nos diz que esta gente se caracteriza ‘pelo gosto e a procura do novo, a vontade de não se conter com a herança do passado’. A ‘manifestação de uma poderosa vitalidade’ a impele para frente. Bem, Brasília não faz parte dessa frente de colonização. Nem pela sua posição geográfica, muito ao Norte da frente paulista, nem pela sua função. Ela seria antes um núcleo central de colonização, plantado no coração do país para atacar de flanco a frente dos pioneiros e dos plantadores que avança sempre em direção ao Oeste... Ela vem assim criar novas tensões na margem das fronteiras interiores”. Pedrosa, Mário. “Brasília, A Cidade Nova”. In: *Dos Murais de Portinari aos Espaços de Brasília*. São Paulo. Editora Perspectiva. 1981. (pp. 148-149).



dentro do que se consolidou como uma periferia, pronta a servir “como numa sorte de acumulação primitiva” para o capitalismo nacional e mundial. Retratada na relação estabelecida por Ricardo L. Farret⁸¹, a exploração da condição periférica do Centro-Oeste determina o fato de que a construção de Brasília não possa mais ser vista sem ligação com o desenvolvimento da indústria automobilística, o crescimento do setor da construção civil e um programa de orientação e liberação de ativos para a reprodução ampliada do capitalismo no Brasil. Pelo lado da construção de barragens, esse subsetor também ganha importância para na viabilização de constantes empreendimentos industriais e de urbanização que não ocorrem sem a subsequente geração de energia. O Estado, através da execução dessas obras, torna-se o provedor das condições substanciais de acumulação capitalista sobre todo o território, além, evidentemente, de promover diretamente a formação de capitais no interior do setor da construção civil no Brasil.

No entanto, mais coisa deve ser dita. Outro aspecto a ser considerado de suma importância é que Brasília consagra a arquitetura moderna no Brasil como um sistema: uma arquitetura moderna que, além de ter se colocado amplamente difundida em território nacional, tornou-se genuinamente brasileira. Ela se torna também, a partir daí com mais força, a arquitetura do Estado e das instituições burocráticas, e se generaliza, servindo à construção de habitações populares e casas modernistas, é adotada como a arquitetura oficial de museus e diversos prédios públicos, pretendendo trazer consigo, em seu esforço de normalização, os traços específicos de uma cultura nacional que venceu a condição de colônia⁸². Contudo essa é também a arquitetura, o padrão construtivo, do concreto armado, das linhas retas e curvas que exigem a precisão dos traçados e do material e, por isso estabelece uma relação imediata com o desenvolvimento da indústria da construção civil no Brasil. Brasília serve de impulso primordial para a consagração dos novos padrões construtivos brasileiros e, com isso, para os novos padrões produtivos e de investimentos no setor da construção civil. A partir de então, a indústria da construção civil no Brasil receberia vultosos investimentos e aumentaria suas taxas de inversões.

3.3.2 - Brasília e o impulso primordial ao subsetor edificações.

No caso do subsetor de edificações o advento de Brasília seria ainda mais significante. No entanto, qual teria sido o papel da construção de Brasília para essas indústrias, uma vez que, como já foi dito anteriormente, o crescimento mais significativo e de destaque do subsetor se daria efetivamente somente após o ano de 1960⁸³, quando termina a primeira fase de construção da cidade e quando, também, quatro anos mais tarde, seria criado o Banco Nacional da Habitação? A cidade continuaria a ser construída naquelas áreas em que

⁸¹ Farret, Ricardo L. “O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq.

⁸² A primeira parte deste trabalho aborda com mais profundidade o tema.

⁸³ A partir do uso da alavanca estatal em Brasília, que funcionou com relação aos métodos adquiridos, às técnicas desenvolvidas ou importadas e aos capitais acumulados, o subsetor apresentaria as maiores taxas de crescimento no decênio seguinte, novamente utilizando-se dos mecanismos propiciados pelo poder público. O *boom* do subsetor deu-se principalmente de acordo com construção de habitações populares em massa, seguindo aos padrões de produção industrial, e com o financiamento do Estado através da criação do Banco Nacional da Habitação.

até a sua inauguração não tinham sido terminadas, mas isso, por si só não teria sido responsável pela consagração da magnitude de capital no subsetor. Isso pelo fato de que, evidentemente, então, depois dessa data o processo de construção de Brasília seria um pouco mais lento e se realizaria com grande parte da estrutura urbano-burocrática já funcionando; não que isso significasse propriamente uma lentidão absoluta nos processos construtivos, mas o grande empenho inicial, dos primeiros quatro anos, foi o que definiu as condições de expansão da atividade subsetorizada.

A construção da cidade, para o subsetor de edificações, pode-se dizer, desse modo, não ganharia sua importância pelo crescimento imediato que proporcionaria, o qual, aliás, seria irrisório se comparado com o crescimento ulterior. A construção de uma cidade no centro do território brasileiro pela iniciativa estatal num período em que “corresponde à fase de início da incorporação e de um dos mais dinâmicos processos de verticalização já conhecidos” no mercado nacional, somado à perspectiva de metropolização das grandes cidades brasileiras⁸⁴, seria de fato relativamente menor em termos de introdução de capitais e de participação do Estado junto ao subsetor edificações do que o foi para os demais subsetores da construção. Dado o caráter pontual e localizado do empreendimento, se levarmos em consideração o espectro de atuação do subsetor em todo o território nacional, ao contrário do que representou para os demais subsetores da construção, mesmo a ostensiva participação do Estado não garantiria naquele momento um crescimento como se deu na construção pesada ou de montagem industrial. Dessa forma, a construção de Brasília não seria suficiente para colocar o Estado como o maior comprador dos serviços da indústria de edificações, que permaneceu, diferentemente dos subsetores construção pesada e montagem industrial, muito mais vinculado às dinâmicas próprias do mercado em todas as outras regiões do País.

Com relação a essa especificidade da atuação subsetorizada no período de construção de Brasília, dada a escala reduzida em que a participação mais ostensiva do Estado representou para as edificações nas cidades brasileiras em todo o território nacional – exceto no caso de Brasília –, é interessante notar também que “na evolução do setor da construção civil o ‘subsetor’ da construção pesada avançou bastante no que se refere ao desenvolvimento técnico, ao passo que o ‘subsetor’ de edificações pouco evoluiu nos seus métodos”⁸⁵.

Esse fato marca a importância da participação do Estado nos processos de formação de capitais e de aumento na composição técnica das indústrias da construção. Com relação, por exemplo, ao subsetor de construção pesada o advento de Brasília se responsabilizaria em escala nacional por uma alteração nas formas de acumulação que presidiram, a partir de então, toda a indústria da construção, justificada pela ostensiva participação do Estado como principal consumidor dos bens e serviços do setor na promoção das políticas de integração territorial das quais Brasília é o centro, principalmente com a construção de estradas de rodagem que fariam a ligação com a nova capital.

No entanto, a contradição que se desenha aqui, entre o relativo atraso do subsetor que se manteve mais próximo das dinâmicas propriamente capitalistas do mercado e o avanço proporcionado naqueles que se vincularam mais intimamente com as grandes obras

⁸⁴ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 98).

⁸⁵ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 79).



estatais em todo o território, é própria de uma condição de incrementos técnicos, de composição e de capitais bastante próxima de um processo de acumulação que ocorre segundo um pensamento e atuação estratégicos do Estado. O grau de desenvolvimento das forças produtivas em território nacional sugere esse tipo de atuação, que em momentos críticos da reprodução capitalista exigem se recompor.

“Não é simplesmente paradoxal, mas contraditório, no sentido rigoroso do termo, que o subsetor que se determina mais pelas suas relações de reciprocidade com o conjunto da economia seja o mais atrasado, enquanto que o outro, que se determina mais pelas suas relações com o Estado, seja o mais adiantado. Nesse particular, a forma concretamente histórica que esses processos tomam, imprimem sua marca específica e, nesse caso, o papel do Estado na economia brasileira serve para indicar até que ponto ele determina desempenhos setoriais da economia”⁸⁶.

Por isso, entretanto, é justamente o caráter pontual que a construção da cidade de Brasília representou em termos de um vínculo mais estreito entre o Estado e o subsetor de edificações no conjunto da economia nacional que colocam em relevo o vulto desse empreendimento para o crescimento do próprio subsetor de edificações. Associado ao caráter pontual da construção de Brasília para o subsetor de edificações, é possível compreender que os avanços técnicos exigidos e alcançados com esse empreendimento somente iriam ter repercussões generalizáveis para todo o território nacional após dado um período de normalização do *know-how* apreendido naquele momento por algumas empresas que participaram diretamente da construção da cidade. Começam-se, então, a ser desenhadas algumas perspectivas para a resposta que se exige com relação ao papel da construção de Brasília e o superdesenvolvimento do subsetor edificações. “Se se comparar o desenvolvimento apresentado pelos três subsetores – edificações, construção pesada e montagem industrial - na passagem dos anos 60, pode-se dizer que, não fosse a construção de Brasília o subsetor edificações apresentar-se-ia pouco dinâmico”⁸⁷.

Apesar de a construção de Brasília não ter significado imediatamente um crescimento na composição de capital e no montante geral de investimentos que se canalizaram para o subsetor de edificações, ela pode ser considerada um marco para o estabelecimento de uma nova fase da construção civil como um todo porque, além de ter dinamizado os demais subsetores mais diretamente, ela cumpriu com a preparação e, de certa forma, com a formação de capitais e tecnologia no subsetor edificações para o ulterior incremento de capitais presenciado nas empresas do ramo. “Sem dúvida, a construção de Brasília representou um marco importante para o subsetor de edificações, principalmente com respeito à construção de edifícios, tanto residenciais como as grandes obras governamentais. No total, essas obras não só absorveram um número significativo de trabalhadores, como também introduziram inovações tecnológicas até então não presenciadas no setor,

⁸⁶ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 80).

⁸⁷ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 162).

traduzidas nas primeiras experiências, em grande escala, de sistemas construtivos convencionais racionalizados, bem próximos à industrialização”⁸⁸.

Essa nova fase em que estava entrando o subsetor edificações contou, então, com o impulso primordial da construção da cidade de Brasília. Isso diz respeito, fundamentalmente, a duas coisas. Primeiramente, à forma de participação do Estado no processo de construção. E, em segundo lugar, ao fato de se tratar da construção de uma cidade inteira, de uma só vez, em tempo relativamente reduzido.

Com relação ao primeiro fator importante a ser levado em consideração, a participação do Estado nos empreendimentos da indústria da construção civil sempre foi marcante. Evidentemente, a importância de destaque do período analisado demonstra que não houve continuidade no crescimento do setor – crescimento este retomado somente a partir da década de 1940 e, mais especificamente, de 1950 -, assim também como não há uma conservação no que diz respeito à natureza do processo e nem com relação aos mecanismos de acumulação que envolvem a história da Indústria da Construção Civil no País.

No caso de São Paulo, até o início da primeira metade do século XX, o Estado se coloca como uma peça chave no processo simultâneo de produção do espaço e capitalização do setor de construção sem, contudo, assumir um tipo de intervenção para além de ser uma instituição regulatória e fomentadora. “Em São Paulo, o Estado ofereceu garantias especiais para o capital nacional e estrangeiro aplicados na construção do sistema ferroviário, na forma de ‘juros garantidos’ e ‘privilégios de zona’”⁸⁹. Nem por isso, foi de menor importância a participação da estrutura governamental para a reprodução e geração de novos capitais, dados tanto no setor específico da construção quanto no desenvolvimento da economia nacional em geral. “Os papéis assumidos pelo Estado de São Paulo, e também pelo governo imperial, foram decisivos para o desenvolvimento do sistema”⁹⁰.

No entanto, em segundo lugar, quando levamos em consideração a construção de uma cidade inteira e planejada segundo a lógica da dominação, subjacente ao pensamento estratégico do Estado, o tipo de intervenção e participação dessa estrutura burocrática muda radicalmente de feição. Isso pode ser verificado também, a título de demonstração, no caso da construção da cidade de Belo Horizonte. Os mecanismos de reorientação do excedente, próprios de uma atuação mais ostensiva do poder público, que abrangem uma gama muito maior de estratégias e acabam redundando numa capitalização setorial que se estabelece fora dos padrões típicos de uma conjuntura de mercado e de produção propriamente capitalistas, determinados pela vontade política que se soma ao empreendimento, são de fundamental importância para o processo. É seguindo essa lógica de atuação que muitas vezes se abre a perspectiva de formação de novos capitais em setores que contam ainda com uma baixa composição orgânica, refletindo num tipo de acumulação favorecedora de uma classe, ou fração de classe, diante dos mecanismos da exploração capitalista. É dessa forma

⁸⁸ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 160).

⁸⁹ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 38).

⁹⁰ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 38).



que “o excedente derivado de receitas sobre exportações de café e outras matérias-primas, exportações produzidas pela nova coalizão que emerge com a República (mais tarde a ser controlada por políticos mineiros cujas políticas descentralizadas deram notável apoio às economias regionais) foi habilmente usado em investimentos em obras públicas”⁹¹. Assim, a produção do espaço, seguindo a uma lógica, centralizada e irradiada a partir de um centro, na forma de uma ordenação espacial específica a ser respeitada e de recursos a serem investidos como capital, unificam Estado e mercado na promoção de uma estratégia do poder e da acumulação. A produção estatista do espaço no modo de produção capitalista garante o emprego lucrativo de excedentes da mesma forma em que se produz um espaço da dominação.

Em Brasília, no que diz respeito a esse aspecto da participação do Estado, não foi diferente. “Em ambos os casos, de Belo Horizonte e de Brasília, o Estado veio assim a assumir um papel proeminente. Em vez de ser somente um ator subsidiário e uma agência regulatória, com uma participação marginal de poder, como no caso do sistema ferroviário paulista, nestes outros casos o Estado operou como o promotor do novo ambiente a ser construído. Fundos públicos foram canalizados através de contratantes privados, tudo seguindo a política de planejamento existente”⁹².

Dessa forma, o Estado atua na produção do espaço de forma a envolver os mecanismos de reprodução capitalista nos termos de uma reprodução ampliada do capital. Assim foi também com relação à promoção de novos padrões de acumulação para o subsetor de edificações. De modo diferente com relação aos demais subsetores, nos quais foram mais imediatos os efeitos desse processo de intervenção e atuação estatistas, o estabelecimento de limites mais claros que apontam para um processo definidor do tipo de acumulação e de formação de capitais foi, entretanto, mais caracterizado para as empresas que atuam na edificação. Brasília serviu a um programa de formação de capitais para todo o setor da construção civil, contudo, para o subsetor edificações era ali definitivamente inaugurado um conjunto que celebrava não somente novos padrões de acumulação, mas, principalmente também, novos padrões produtivos, que receberam impulso primordial na promoção e consagração da nova arquitetura através das obras do Estado: uma nova indústria, a consolidação de um subsetor – preparado a dar suporte às formas que atribuíram destaque e importância internacionais à moderna arquitetura brasileira – nascia naquele momento.

O equipamento técnico, a conquista de *Know-how* e o incremento de capitais, oriundos da construção da nova capital foi o gesto inicial dos padrões de acumulação registrados notoriamente durante e mesmo depois da década de 1960. A velocidade que o processo de construção da cidade teve que respeitar determinou o emprego de novas tecnologias e novos aparatos organizacionais determinantes para que se alcançassem também novos padrões de racionalidade no subsetor de edificações. É por isso, também, que outro fator importante a ser considerado na promoção de padrões mais racionalizados de construção foi o emprego maciço de técnicas de utilização do concreto armado que respeitassem as mais rigorosas exigências estruturais e estéticas da Arquitetura Moderna

⁹¹ Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 39).

⁹² Schmidt, Benício Viero. “Brasília como Centro Político”. In: Paviani, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq. (p. 39).

Brasileira em seu mais promissor ensaio que a consagraria como um “sistema”, mais do que um padrão, construtivo.

“De fato, a construção de Brasília apresentou ‘condições favoráveis à adoção de novos sistemas construtivos em escala mais significativa. O propósito de se construir a nova capital em curtíssimo prazo obrigou a utilização de técnicas de maior velocidade de produção, capazes de atender o grande volume de obras previsto (...) Muitos dos edifícios de Brasília foram construídos à base de painéis pré-moldados ou pré-fabricados”⁹³.

O marco que Brasília representa para o subsetor edificações se refere fundamentalmente, então, aos avanços técnicos, possibilitados pela empreitada, e ao aumento da composição técnica e de capital das empresas que atuam no setor, condicionados e amparados pela atuação do Estado junto a esse conglomerado de acumulação em que se constituiu o setor da construção civil. Os fatores significativos para o subsetor edificações que aparecem com a construção da cidade de Brasília foram, justamente, o avanço técnico conquistado nessa obra de grande vulto, o *know-how* adquirido no contato com as mais novas técnicas e padrões construtivos daquele momento e o acúmulo de capitais para um determinado número de empresas da construção, o que permitiu uma preparação e, até mesmo, uma estruturação mais eficiente da atuação do subsetor nas décadas posteriores. “A participação de empresas de edificações na construção de Brasília constituiu-se num ‘trampolim’ para algumas que passaram a ocupar um lugar de destaque no setor, conseguindo, com isso, superar o impacto da crise que se instala no País no início dos anos 60 e que culmina no movimento político de 1964”⁹⁴.

“Contudo, algumas empresas de capital nacional já haviam consolidado sua posição e passaram, nessa época, a incorporar grande parte das inovações tecnológicas, racionalizando o processo produtivo e modernizando seu esquema organizacional”⁹⁵. O reequipamento do subsetor e os novos padrões organizacionais, tipicamente empresarial e moderno, assumidos nessa fase, determinaram a expansão subsequente das atividades e da atuação dos mecanismos de acumulação nesse ramo. Além do que, esse processo conta com uma especificidade que tornou todo esse crescimento ainda mais marcante. Isso somente foi possível acontecer, no caso de algumas empresas que participaram do processo de construção da nova capital e durante a execução da obra, dada a especificidade do setor de

⁹³ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 161).

⁹⁴ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 162).

⁹⁵ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 162).



articular simultaneamente a produção e a venda de seu produto, levando para próximo de zero o tempo de giro do capital⁹⁶.

A razão que se alega aqui com relação a um processo efetivo de formação de novos capitais no subsetor de edificações diz respeito ao fato de que todo esse processo não se tratou pura e simplesmente de uma liberação de ativos para empresas do ramo darem emprego aos seus capitais preexistentes. Não houve nesse subsetor a entrada de capitais ou empresas estrangeiras, dado o pouco interesse que os investimentos em edificações no Brasil representava antes da construção de Brasília e da adoção de práticas construtivas e hábitos de moradia que somente viriam a se consolidar depois do advento de uma Arquitetura Moderna bem formada e normalizada no universo da construção brasileira. Desse modo, caracterizou-se muito bem a arrancada do setor a partir da formação de novos capitais, técnicas e *know-how* para empresas nacionais e ingressantes num mecanismo de acumulação do setor desconhecido até então. O subsetor parte, nesse momento, de uma quantidade de capitais investidos relativamente próximo a zero se comparado com o crescimento posterior.

“A hegemonia do capital privado nacional nesse segmento não chegou, em nenhum momento a ser abalada, possivelmente por mostrar-se pouco atrativo ao capital estrangeiro e por não se constituir numa frente de expansão do capital internacional que àquela época estava ligado às novas bases da industrialização brasileira, voltadas para a expansão dos setores da indústria de transformação relativos à produção de bens duráveis e atividades básicas de apoio”⁹⁷.

Essa constatação pontua com clareza as diferenças que se estabeleceram entre os subsetores de construção pesada e de montagem industrial e o subsetor de edificações. A situação econômica do País, a desigualdade na distribuição de renda e a inflação tornavam, naturalmente, a compra de imóveis, para grande parte da população, uma operação bastante dificultada. “Os Institutos de Previdência praticamente suspenderam suas operações imobiliárias, transferindo a renda de seus depositantes para os poucos privilegiados que se beneficiaram dos empréstimos”⁹⁸. “Com a Lei do Inquilinato, de 1942, sobreviria uma profunda alteração na forma de produzir edifícios”⁹⁹. “A legislação em favor do inquilinato acabou por desestimular o investimento em habitações para aluguel,

⁹⁶ Utilizo aqui a expressão “a próximo de zero” porque me refiro a esse tempo no período de atividade das obras, mas não se pode esquecer que dificilmente uma empresa com uma quantidade inexistente de capitais seria levada a realizar uma obra desse porte e com as exigências de prazos tão estritos. No entanto, notavelmente, o salto na magnitude da composição de capital dessas empresas foi vultuoso, além de, a partir daí, terem se preparadas as condições para a constituição oligopólica do setor também no que se refere às edificações.

⁹⁷ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 162).

⁹⁸ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (pp. 159-160).

⁹⁹ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 98).



favorecendo, em especial, o inquilino antigo, em desfavor dos novos inquilinos”¹⁰⁰. “Até o final da Segunda Guerra Mundial (1945), portanto, a verticalização se desenvolve de maneira vagarosa, entravada, evidentemente, pela dificuldade de obtenção de insumos para a construção, muitos dos quais eram importados”¹⁰¹. Houve também nesse período um “decréscimo na atuação das entidades de crédito hipotecário”¹⁰² que determinou o comportamento no subsetor de edificações. Esse universo tornava os investimentos nas edificações uma atividade periférica no conjunto da economia brasileira, ao contrário do que ocorreria com os demais subsetores da construção.

Como impulso dado à indústria de transformação pelo processo de substituição de importações, os subsetores construção pesada e montagem industrial receberiam igual estímulo. “O mesmo impulso seria dado à produção de materiais de construção em geral, com a fase de substituição de importações gerada no período da Segunda Guerra Mundial”¹⁰³.

“A industrialização substitutiva de importações proporcionou significativa ampliação e diversificação da produção nacional, com reflexos sobre todos os setores, inclusive sobre a nascente indústria da construção”¹⁰⁴.

Nesse caso, no entanto, Maria Adélia de Souza não faz a distinção entre o subsetor edificações e os da construção pesada e de montagem industrial, aos quais aqui se refere.

Dessa forma, dadas as diferenças entre as respostas ao tipo de crise pelo qual a economia capitalista nacional passava, o subsetor edificações não teria encontrado um impulso tão significativo ao seu crescimento senão através da participação fundamental do Estado para deflagrar um processo inicial de acumulação capaz de promover seu desempenho posterior. Nessas condições, “a construção de Brasília pode ser qualificada, como o tem sido satisfatoriamente, como a divisora de águas na evolução das transformações tecnológicas”¹⁰⁵. Mas é antes à experiência de construção de uma cidade como Brasília, do qual a participação do Estado e a utilização dos mecanismos que lhe são próprios não podem ser descartados, que se atribui o impulso primordial de oligopolização e de formação de novos capitais para o setor da construção em relação ao grande feito do empreendimento. “Brasília concentra, em sua construção, inúmeros sistemas construtivos inovadores no País, em escalas apreciáveis. Anteriormente à Brasília, verificaram-se apenas experiências isoladas de introdução de técnicas inovadoras (...) A este exemplo poderiam ser acrescidos outros isolados, que não mudam o panorama no período de 1930 a 1960,

¹⁰⁰ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 160).

¹⁰¹ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 98).

¹⁰² Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 82).

¹⁰³ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 82).

¹⁰⁴ Souza, Maria Adélia A. *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994. (p. 82).

¹⁰⁵ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 160).



caracterizado pela industrialização substitutiva de materiais e componentes, sem alterações no processo construtivo em si, que permanece no convencional, já caracterizado no final da década de 20”¹⁰⁶.

Mas, por que se alega aqui o vínculo de Brasília com a abertura de um novo campo para o emprego lucrativo de capitais no setor da construção civil? Nas crises de sobreacumulação de capital há, por força dos próprios mecanismos internos do desenvolvimento das estratégias capitalistas, uma necessidade e, portanto, uma tendência à migração de capitais de um setor a outro da economia ou, como bem colocou Harvey, um deslocamento espaço-temporal que se realiza sobre e no território, também explorando as periferias¹⁰⁷. Brasília, portanto, contemplaria essas duas possibilidades ao mesmo tempo, ou seja, serviu como uma espécie de base avançada do capital no cerrado brasileiro, gerando infraestrutura e mercados consumidores, de trabalho e de ativos relativamente desvalorizados. É dessa forma que Brasília dá suporte ao emprego lucrativo de capitais excedentes dos diversos setores da economia nacional no setor da construção civil e do mercado imobiliário, mecanismos esses possibilitados pela estratégia estatista que recai sobre a produção do espaço. É justamente através da exploração da periferia que um montante de ativos são liberados para o início de um processo de acumulação necessário para a continuidade de uma história do capitalismo no Brasil. Evidentemente, não se pode encarar o crescimento e esse gesto de acumulação inicial para a Indústria da Construção Civil somente como uma migração espontânea de capitais para o setor que se dá exclusivamente através do mercado. Aí nesse ponto entra em cena o papel do Estado no processo de acumulação. Além de gerar a infraestrutura necessária à continuidade do processo de acumulação capitalista em território nacional, empregando parte do excedente gerado no conjunto da economia brasileira, ao fazer isso, o Estado criou condições, simultaneamente, para a ampliação do espectro de atuação setorial e espacial do capitalismo brasileiro. O Estado, através das políticas territoriais, dos instrumentos legais de determinação de uso dos espaços e dos mecanismos fiscais para a redistribuição (espacial e setorial – especialmente concentrada) da mais-valia, inaugura novas frentes, também espaciais e setoriais, do processo de acumulação capitalista. Brasília, obra da estratégia e do gesto desenvolvimentista do Estado brasileiro, atua como uma peça chave num processo de acumulação primitiva intimamente relacionado ao estabelecimento de padrões ampliados para reprodução capitalista no Brasil.

¹⁰⁶ Grandi, Sonia Lemos. *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985. (p. 160).

¹⁰⁷ Harvey, David. *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. México. Fondo de Cultura Económica. 1990.

Conclusão

**Fim da História e Acumulação Primitiva
na reprodução espacial do capitalismo:
do espaço como localização à produção
do espaço.**

Conclusão

Fim da História e Acumulação Primitiva na reprodução espacial do capitalismo: do espaço como localização à produção do espaço.

Não é preciso retornar à discussão a respeito do esvaziamento de significados, dos sentidos, da história e dos conteúdos do espaço para nos remetermos à Brasília (parte I). O espaço urbano de Brasília, dado seu princípio diretor, a concepção urbanística e os termos que envolveram sua construção, remete a um espaço geometrizado, quase totalmente, como aquele que figura na consciência dos tecnocratas e administradores da coisa pública. Saído das pranchetas dos técnicos em arquitetura e urbanismo, que se puseram, por vocação, identidade ou vontade, a serviço de um projeto estatista, esse espaço (concebido) carrega consigo a pretensão de ser puramente lógico e formal, revelando em sua homogeneidade uma estratégia que visa o apagamento constantemente reiterado com relação às diferenças sócioespaciais que caracterizam os conteúdos da vida urbana e seus trajetos de formação e consolidação ao longo do tempo. Dessa forma, uma estratégia (do Estado, do poder) se conjuga a um saber (a arquitetura e o urbanismo) para realizar no espaço a racionalidade da qual são tributários, e segundo a qual o Estado realizaria sua hegemonia efetuando um domínio sobre esse espaço. Trata-se de um projeto de produção do espaço que visa finalizar a história sob as formas autoconsagradas dessa racionalidade realizada no espaço. Nesse sentido, trata-se da realização de um projeto inspirado na identidade entre as formas propriamente estatistas de dominação e hegemonização e uma filosofia que lhe dá suporte. A filosofia hegeliana acentua, a partir de uma teleologia que afirma a posição dominante do Estado nacional moderno sobre os “desacertos” da sociedade civil, o papel de uma filosofia da história para a consagração de uma certa burocracia administrativa. Essa filosofia serve bem aos propósitos de uma classe dominante a partir do presente que se pretende eternizar no espaço, a partir do espaço. A realização da razão hegeliana, no “fim último da história universal” serve, do ponto de vista da reprodução do poder do Estado, à produção de um espaço produzido segundo as formas do exercício da dominação. Trata-se da tentativa de realizar no espaço as formas pretensamente identitárias que consagram e dão suporte ao exercício do domínio territorial do Estado. O Estado realiza seus conteúdos manifestos de dominação e hegemonia a partir da dominação do espaço social, produzindo o espaço de seu reinado sobre a Terra.

A realização de uma racionalidade no espaço atribui uma forma ao espaço social, negando seus conteúdos. A manutenção dessa forma, do espaço enquanto forma, do mesmo modo em que aparece na racionalidade do planejamento, significa, então, a condição propícia e fundamental para o exercício da dominação de uma estrutura burocrática sobre a vida. A pretensão de construção de um espaço urbano organicamente lógico e racional, com suas partes e fragmentos interligados de forma a garantir uma unidade coerente, sugere a propensão à consolidação de um “sistema” que nada deixa ao acaso ou de fora dessa organicidade racional sob a qual se pretendeu dar forma ao espaço urbano de Brasília. Os elementos que não se coadunam imediatamente com a racionalidade dominante sobre o



espaço urbano da “nova” Capital devem ser, de acordo com a racionalidade e formas de ação do poder estabelecido sobre a cidade, rapidamente banidos, se não encontram um lugar dentro do corpo lógico que determina o cotidiano através do espaço em Brasília. A racionalidade que pesa sobre o espaço causa o horror ao diferente, ao singular, ou àquilo que só se compreende como avulso - todos incompreendidos para a lógica formal do planejamento estatista. É assim que o urbanismo assenhoreado pelo Estado cria as condições de dominação sobre o espaço urbano e tenta promover uma varredura dos conteúdos históricos que predominam sobre a cidade. A lógica é avessa aos conteúdos da vida, de uma história não linear e que não converge rumo à consagração hegemônica do Estado; a estratégia visa suplantá-la pela lógica, imprimindo no espaço, produzindo esse espaço de acordo com a forma lógica menos aderente a esses conteúdos sociais. O rigor conceitual presente no espaço urbano de Brasília não abre espaço para a vida; com seus conteúdos adversos à burocracia e à acumulação, esta tem de entrar pelas brechas.

Se o espaço urbano é internamente determinado pelos conteúdos sociais mais diversos, pela história que o preenche e lhe dá sentido, essa lógica atenta contra sua própria constituição¹. A oposição que se define aqui entre lógica e história tem sido o mote de diversos conflitos, declarados e abertos ou não, sobre todo o território nacional. Isso, principalmente, desde a entrada interventora mais incisiva do Estado sobre os espaços sociais das cidades. Os conteúdos históricos que apresentam maior resistência à implantação dessa lógica sobre o espaço não figuravam em Brasília nem mesmo antes de sua construção, e o plano já lhes reserva resistência. Nesse sentido, o espaço aberto a novas iniciativas, seja da burocracia ou da economia, era quase absoluto, tendo de enfrentar apenas a natureza, no cerrado do Centro-Oeste, como resistência ao espaço-quase-pura-lógica - o grau zero do espaço definido por Henri Lefebvre². O salto que se opera no processo de “urbanização” da cidade de Brasília vai do cerrado à capital plenamente constituída. A lógica e a história naquele lugar chegariam juntas, em pé de igualdade, numa abstração que é própria à primeira; nenhuma delas estava ainda agarrada ao espaço; nenhuma delas era ainda o esqueleto sólido daquela constituição urbana antes de sair do papel - e quando sai, sai como lógica. Nesse sentido, trata-se de uma batalha formidável, favorável, desde o início, à realização da lógica, num espaço formal, numa forma, na qual a história entra somente com os conteúdos imediatamente aderentes àquela (parte I).

A concepção de um espaço geométrico, e vazio, portanto, com relação a seus conteúdos inerentes, sociais e históricos, e a rejeição à história, pela ação do planejamento urbanístico do Estado e pela predominância de uma lógica formal agindo sobre a produção desse espaço, repõe mimeticamente uma condição em que o espaço figura como aquele objeto de estudo de uma Geografia clássica, como o continente, o aporte ou a base de recepção dos “objetos sociais” das “coisas”. Assim esse espaço é meramente localização, desprovido de referências e conteúdos propriamente históricos. Esse esvaziamento conceitual do espaço remete a uma noção de espaço que se identifica àquele objeto cartografável da ação planejadora enquanto pretende produzir esse objeto, em toda sua objetividade, como o espaço real. O planejamento estatista do espaço não vê no espaço

¹ Santos, César S. “A Realização Funcional do Espaço Social.” In: *Revista Paisagens*. Ano VI - Nº 6 - Dezembro de 2003. ISSN 1414-1434.

² Lefebvre, Henri. *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte. Editora UFMG. 1999.

social a história como conteúdo indissociável desse espaço. Não entende esse espaço como meio, produto e condição da vida; e não enxerga a história como o conteúdo decisivo do espaço. Abstraído da história, apartado da sociedade, o espaço social, na consciência dos planejadores, figura estrategicamente como mera localização. Ele ganha sentido, do ponto de vista do planejamento territorial, como um ponto ou uma área definidos a partir de um sistema de coordenadas. Assim, tanto na perspectiva da Geografia clássica quanto no discurso apresentado por uma vertente tecnicista como a que produziu o espaço urbano de Brasília, esse espaço é permanentemente vazio e figura como mera extensão (distância) sem conteúdo.

Contudo, o reducionismo para o qual apela a tecnocracia planejadora se realiza enquanto estratégia de reprodução nos diversos níveis da sociedade; reprodução do poder, do capital, das relações sociais de produção. Amélia Luísa Damiani vai buscar no sentido da produção desse espaço vazio, nas ações que concernem ao esvaziamento do espaço, a condição atual pela qual, contraditoriamente, o capital se reproduz. O reconhecimento dessa estratégia fundada em uma concepção lógico-formal a respeito do espaço, trata de “repor o significado de espaço vazio como pura extensão” para compreender os mecanismos de acumulação que ora se fazem mister para a continuidade do processo de reprodução das relações sociais de produção. Aqui se opera uma passagem que coloca em sintonia os projetos de realização hegemônica do poder do Estado e de reprodução ampliada do capital. O poder de destruição e aniquilação da história a partir da produção estratégica do espaço incide diretamente sobre a reprodução do capital. O reinado da lógica sobre as dinâmicas sociais, pretensamente garantido a partir da produção estratégica do espaço enquanto forma, realiza essa concepção de espaço vazio enquanto mecanismo para a liberação de espaços para a acumulação. Esse espaço que se realiza enquanto forma é seletivo e aderente aos conteúdos da reprodução. A ação expansionista do capitalismo parte dessa concepção para realizar suas estratégias de reprodução. Do ponto de vista do capital expansionista, todo o espaço mundial pode ser lido como localização, desprovida de conteúdo. Se realizada essa concepção na realidade, as “barreiras” à reprodução capitalista impostas pela história presentificada no espaço são aniquiladas. Por isso, o conceito e a realização do conceito limitado de espaço enquanto localização são fundamentais para a continuidade dos processos de acumulação de capital. Do ponto de vista dos mecanismos da reprodução capitalista, o “deslocamento” espacial de capitais pressupõe essa concepção que toma o espaço como objeto vazio e continente das ações que se delineiam de forma alheia às determinações ou obstáculos do espaço da vida, da história ou da sociedade. Como momento da reprodução do valor, a circulação capitalista enfrenta o espaço real enquanto obstáculo ou “barreira”. O espaço aparece como barreira à circulação capitalista quando entram em conflito a concepção *a priori* de espaço e o espaço real.

A reprodução do capital, portanto, carece da liberação de novos espaços, sob a forma de ativos capitalizáveis para ter continuidade. A presença de elementos tornados históricos do ponto de vista da acumulação capitalista determina um contingente avesso ao desenvolvimento das forças produtivas em seu estágio mais avançado. Um “estoque de capital velho”, relações sociais de produção fundadas sob padrões não propriamente capitalistas e uma organização social resistente aos processos de acumulação segundo o grau de exigência da atual configuração das forças produtivas, quando definidores do espaço



social para o qual a expansão capitalista se volta, podem se colocar como empecilhos para a reprodução capitalista das relações de produção. A remoção desses elementos do espaço por parte de uma participação mais ostensiva do Estado nos processos de urbanização pressupõe uma estratégia de aniquilação da história e, por conseguinte, dos elementos históricos presentificados no espaço social definido como objeto para a expansão capitalista. A liberação de espaço, sob a forma de ativos de capital, para a continuidade dos mecanismos reprodutivos do capitalismo, pressupõe a separação, através da força, desses conteúdos de um determinado espaço, estrategicamente apontado como mera extensão sem conteúdo. O mecanismo que parte de uma concepção determinada de espaço e vai até o ponto de realizá-la no espaço vivido, pela ação direta do capital ou do Estado, imprime as formas de uma racionalidade que é negativa aos conteúdos sociais e históricos da vida urbana. A realização concreta de um conceito abstrato de espaço é estratégica. Para preparar o espaço ao domínio de uma casta de burocratas ou para o exercício de novas formas de valorização capitalista, empreende-se um grande esforço no sentido de retirar do espaço a presença daqueles elementos que lhe atribui um conteúdo concreto; produz-se um espaço abstrato. Essa racionalidade se realiza na abstração, na separação, do encontro e da diferença como conteúdos do espaço urbano, promovendo em seu lugar a fragmentação e a homogeneidade. Trata-se de uma varredura dos conteúdos propriamente urbanos do espaço da cidade. Trata-se de um novo mecanismo de separação que implicará na realização reduzida desses conteúdos mediante o capital, agora, como mercadoria. Trata-se de um mecanismo que recai sobre novas formas de acumulação primitiva no que diz respeito à produção do espaço.

“Numa contribuição impar ao sentido do processo de capitalização, no que respeita ao espaço, Henri Lefebvre resgata e revê a acumulação primitiva do capital à luz do espaço: trata-se de retirar as referências sociais, culturais e naturais, mesmo as econômicas que preenchem o espaço, e lhe conferem uma qualidade particular. Retirar dele a historicidade viva, negá-la, de forma absoluta, criando os pressupostos para a instauração e desenvolvimento de novos processos, estes próprios do desenvolvimento capitalista, portanto, próprios à racionalidade da mercadoria, do mundo da mercadoria. Essa varredura repõe, como existência não só lógica, mas enquanto presença real, o espaço geométrico como suposto histórico do processo em curso: há evidências indicando essa anulação de conteúdos precedentes com o processo de capitalização. Essa acumulação primitiva é, também, simultânea às condições de desenvolvimento do capitalismo. O tempo todo se recoloca a necessidade de constituição desse esvaziamento primevo”³.

Então, a partir da negação da historicidade e dos conteúdos que atravancam um novo processo de acumulação, sejam eles pertencentes aos costumes e tradições de povos cheios de história e arraigados no espaço, de forma a não disponibilizá-lo para os fins da acumulação, ou de antigos setores e classes econômicos que, de uma forma ou de outra, asseguram sua reprodução, impedindo a entrada de novos capitais advindos de outros setores da economia, que um montante considerável de ativos são liberados para a continuação do processo de acumulação. O caráter abstrato desse conceito de espaço, que

³ Damiani, Amélia Luísa. “A Propósito do Espaço Urbano: algumas hipóteses”. in: *Revista Cidades*, nº 1, Presidente Prudente. 2004. (p. 80).



aparece na concepção de espaço como localização e sustenta os mecanismos do capitalismo expansionista, se realiza no espaço social como condição do “deslocamento” de capitais. O conceito abstrato deixa de ser uma ficção para se realizar como condição da reprodução. A finalização da história, carregada do sentido de superação das contradições propriamente históricas, e a concepção de um espaço vazio e homogêneo, pretensamente realizável através da promoção de um urbanismo racionalista do tipo empregado em Brasília, aparecem, então, para a análise como um mecanismo potente que promove novas formas para a continuidade dos processos de acumulação capitalista, ao articular lógica e realidade em favor dos pressupostos da acumulação. A finalização da história, a promoção de uma hegemonia estatista e a produção de um espaço lógico, racional, estabelecido de acordo com as necessidades de reprodução capitalista e de poder do Estado se identificam a partir da filosofia hegeliana que se estende, para se realizar, aos campos do urbanismo e da arquitetura.

Com a produção do espaço urbano de Brasília, um espaço produzido à imagem daquele objeto de uma ideologia tecnocrática e científica dominante na Geografia clássica, portanto, como pura extensão e localização apartadas de conteúdos sociais, o Estado deu um passo na direção da liberação de ativos para o capital. O espaço de Brasília se apresenta ao capital como aquele espaço livre das inconveniências de um passado (capitalista também, muitas vezes) presentificado na cidade. Se Brasília, contudo, se apresenta ao capital, no momento de sua construção, como aquele espaço vazio, *a priori*, como pura extensão, isso não se deve, em princípio, ao fato desta cidade se constituir numa manifestação pura e fidedigna do sentido real do espaço geométrico. A perspectiva que se pode adotar após o desenvolvimento teórico mais recente da Geografia aponta para o espaço como construção e produto sociais, além do fato de estabelecer concretamente seu vínculo interno com a sociedade também pelo aspecto de ser, ao mesmo tempo, meio e condição da existência social⁴. Se Brasília, então, aparece a partir da imagem de espaço lógico e a cidade revela este sentido, mesmo isso deve ser apreendido como produção, como fruto das ações dirigidas de um grupo social e como manifestação de uma estratégia que prepondera sobre o espaço da cidade que visa substituir a história pela lógica. Essa substituição está contida no corpo histórico das estratégias de produção do espaço. Então, diferentemente de uma leitura que parte do pressuposto ou toma o espaço como vazio ou continente, a que se apresenta aqui revela esse mesmo espaço como produto de uma história particular que lhe atribui sentidos específicos (enquanto lógico). Predomina uma socio-lógica. Revela-se, então, uma estratégia, para além da ideologia. Ao tentar realizar o espaço como aquele que figura na perspectiva *a priori* de espaço, a ideologia transforma-se em força de realização dos pressupostos da acumulação, produzindo o espaço geométrico e vazio. O pressuposto esforça-se para se realizar nas mãos dos planejadores do Estado e dos astutos estrategistas do capital. Então,

Pode-se concluir que esse pressuposto não é dado naturalmente, mas produzido, segundo as estratégias e interesses do capital, que põe a si mesmo como finalidade. A violência da constituição dos espaços esvaziados só pode ser examinada a luz dele, o espaço vazio, como o produto de um processo histórico e não próprio à

⁴ Ana Fani Alessandri Carlos se remete a esta manifestação essencial do espaço, enquanto produto e condição da vida social, em diversos trabalhos.

naturalidade ou materialidade mesma das coisas. Desta forma, tornando-se potencialmente espaço produtivo. Se essa sua condição vazia é interpretada como natural, “teórico-abstrata”, própria da natureza do espaço, como neutro, de caráter transcendente à história, e não como uma determinação social do espaço, sob o capitalismo, então se está diante de uma mistificação. As formas topológicas, que atravessam a interpretação do espaço e têm fundamentos geométricos, e a natureza dos processos na formação econômico-social capitalista ganha significado quando complexamente relacionadas.⁵

O “deslocamento” espacial de capitais, que acontece segundo a ótica dos mecanismos de reprodução do capitalismo e tem como pressuposto a noção de um espaço não dinâmico e não histórico por excelência, não ocorre sem a produção do espaço. A produção do espaço, assim compreendida, recoloca os significados sociais e históricos desse espaço na realidade e para a análise; ela enfatiza o espaço em sua inserção num “processo” (de produção social). A produção do espaço é o processo pelo qual a análise retoma e se compreende no sentido mais complexo das relações sociais; é o momento da análise que supera uma concepção limitada do espaço como localização – concepção estratégica que alimenta uma pretensa liberdade da ação expansionista do capital. Contudo, a produção estratégica do espaço, que passa pela concepção de espaço *a priori*, completa a operação que se põe como condição da reprodução. Trata-se de uma determinada produção do espaço, levada a cabo pelas ações do Estado e do capital. Como produção do espaço esse processo ganha nova força também para a realização dos mecanismos de reprodução do capital, e não só para a análise crítica. A partir do urbanismo e da arquitetura modernistas, como base de um saber específico sobre o espaço, do planejamento estatal, que se realiza estrategicamente nas formas concebidas por aqueles, e do desenvolvimento da indústria da construção, que concretiza essas formas no espaço, produzindo efetivamente o espaço segundo os ditames de uma estratégia e de um saber específicos, o capital se reproduz na produção do espaço. A produção do espaço passa a ser o foco de atenção e realização do capital através da preparação do espaço da circulação, do espaço da produção e da produção lucrativa do espaço, incidindo sobre o desenvolvimento do mercado imobiliário e da indústria da construção civil, mais diretamente, e sobre os demais setores a partir destes. O “deslocamento” espacial é, a final de contas, produção do espaço, segundo uma compreensão mais ampla dos processos sociais.

Quando, dessa forma, o capital “põe a si mesmo como finalidade”, o que está em questão, divergindo de uma conhecida profecia formulada e saída de dentro do Departamento de Estado norte-americano, não é o fim da história propriamente, mas sua continuidade sob o domínio de uma lógica capitalista da reprodução. É a finalização de toda a história que não a história do capitalismo, até a sua derrocada. A finalidade do capital é o movimento que o alimenta e não pode deixar de sê-lo, ou, senão, teríamos, ao invés da finalidade, o próprio fim do capital; ele alimenta essa dinâmica. A concepção de um espaço geométrico e vazio, nos termos do espaço apresentado pela perspectiva de uma Geografia tradicional, revela, portanto, diante do sentido da produção social e histórica do espaço conquistado pela Geografia contemporânea, uma estratégia de reprodução que necessita

⁵ Damiani, Amélia Luísa. “A Propósito do Espaço Urbano: algumas hipóteses”. in: *Revista Cidades*, nº 1, Presidente Prudente. 2004. (p. 82).





constantemente do esvaziamento de conteúdo do espaço social. Brasília representou essa experiência.

Essa estratégia, que subverte na prática uma compreensão que vai além daquela que entende no espaço os meros atributos da extensão, subordina os conteúdos do espaço a uma compreensão mecânico-funcionalista que atua segundo os critérios de reprodução do poder e do capital, associados sob o capitalismo. O Estado encontra aí a possibilidade de exercício de um controle e dominação sobre, no e do espaço que garantem sua hegemonia como poder regulador das normas sociais definidas no território⁶. O capital encontra no produto da aplicação dessas estratégias reprodutivas que envolvem a produção do espaço as possibilidades de se engendram novos mecanismos de valorização. É nesse sentido que o urbanismo corbusiano desempenha um papel fundamental segundo a perspectiva da reprodução das relações sociais de produção. Na prática, “pode-se dizer que a teoria espacial ainda não superou a teoria mecânico-funcionalista de Le Corbusier e que nas áreas metropolitanas não existem outras funções senão as de residir, trabalhar, descansar e circular”⁷.

Quando a Nova Arquitetura se associa ao urbanismo de tipo mecânico-funcionalista no corpo de uma estratégia de hegemonização do poder político que emana do Estado, patrocinados por esse mesmo Estado, pode se ler, nesse conjunto complexo que envolve a produção do espaço, uma estratégia de reprodução que faz pesar sobre toda a sociedade o ônus da reprodução das relações sociais de produção. Dessa forma, também, “a necessidade capitalista satisfeita pelo urbanismo, como glaciação visível da vida, pode se expressar – segundo a terminologia hegeliana – como a predominância absoluta da ‘pacífica coexistência do espaço’ sobre ‘o inquieto devir na sucessão do tempo’”⁸. É através de uma determinada produção do espaço que são garantidas as condições de reprodução. A passagem que se opera do abstrato ao concreto no que diz respeito a um determinado conceito *a priori* de espaço não se dá sem a produção desse espaço. O próprio conceito limitado de espaço como localização encontra termo na sua realização que somente se dá a partir da produção (estratégica) do espaço. O espaço, no fim da análise, reaparece como produto, meio e condição, repleto de um sentido que cabe desvendar com vistas à compreensão dos mecanismos de reprodução. O desenvolvimento das novas técnicas e possibilidades da construção civil, o aparecimento de uma teoria mecânico-funcionalista no que diz respeito ao urbanismo e os princípios da arquitetura moderna são as condições necessárias à reprodução do poder e do capital diante das estratégias de produção do espaço. Esses imprimem concretamente o espaço como vazio para o qual se dirigem os capitais, a partir de uma

⁶ “Se ainda hoje é usada essa visão simplista do território metropolitano, é porque esses critérios materiais permitem aos poderes públicos valorizar muito positivamente suas próprias políticas de investimentos em infra-estruturas e espaços públicos frente aos cidadãos; é porque as cifras permitem engalanar discursos políticos que mascaram práticas públicas mais orientadas a reforçar centralidades urbanas, nos locais em que é maior a expectativa de acumulação de capital ou onde é menor a fluidez seletiva, que orientar a dotação aos espaços urbanos da equidade social como o discurso político predica”. Robira, Rosa Tello. “Áreas Metropolitanas: espaços colonizados”. In: Carlos e Carreras. *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo. Contexto. 2005. (p. 12).

⁷ Robira, Rosa Tello. “Áreas Metropolitanas: espaços colonizados”. In: Carlos e Carreras. *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo. Contexto. 2005. (p. 12).

⁸ Debord, Guy. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro. Contraponto. 1997. (p. 113).

violenta separação entre os conteúdos históricos do espaço e o próprio espaço social. Brasília carrega esse sentido do “espaço livre da mercadoria”, um mecanismo de acumulação primitiva.

BIBLIOGRAFIA

- ADORNO, T.W. - *Notas Marginais sobre Teoria e Práxis*. In: "Palavras e Sinais: modelos críticos 2". Vozes. Petrópolis. 1995.
- ADORNO, T.W. & HORKHEIMER, M.- *Dialética do Esclarecimento*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1985.
- ARANTES, O. - *Urbanismo em Fim de Linha*. EDUSP. São Paulo. 1998.
- ARANTES, O. - *Lúcio Costa e a "Boa Causa da Arquitetura Moderna*. In: "O Sentido da Formação". Paz e Terra. São Paulo. 1997.
- ARANTES, O. - Resumo de Lúcio Costa. In: Folha de São Paulo, Caderno "Mais". São Paulo, 24 de Fevereiro de 2002.
- ARANTES, P. - *Hegel: a ordem do tempo*. São Paulo. Hucitec/Polis. 2000.
- ARGAN, G.C. - "Arquitetura Moderna no Brasil". In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.
- BARATA, Mário. - "Arquitetura, Tradição e Realidade Brasileira". In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.
- BAUDRILLAR, J. - *A Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Elfos Ed.; Lisboa: Edições 70, 1995.
- BENJAMIN, W. - *O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: "Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política". Brasiliense. São Paulo. 1985.
- BENJAMIN, W. - *Sobre o Conceito de História*. In: "Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política". Brasiliense. São Paulo. 1985.
- BERMAN, M. - *Tudo que é Sólido Desmancha no Ar*. Companhia das Letras. São Paulo. 1997.
- CARLOS, A.F.A. - *Espaço-Tempo na Metrópole*. Contexto. São Paulo. 2001.
- CARLOS, A.F.A. - *Novas Contradições do Espaço*. In: "O Espaço no Fim de Século: a nova raridade", GEOUSP, Revista da Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Contexto. São Paulo. 1999.
- CARLOS, A.F.A. - *O Consumo do Espaço*. Mimeo. 1998.
- CARLOS, A.F.A. - *O Lugar no/do Mundo*. Hucitec. São Paulo. 1996.
- CARLOS, A.F.A. - *São Paulo: a "anti-cidade"?* In: "Metrópole e Globalização: conhecendo a cidade de São Paulo". CEDESP. São Paulo. 1999.



COLQUHOUN, Alan. - "Racionalismo: um conceito filosófico em arquitetura". In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COLQUHOUN, Alan. - "Arquitetura e Engenharia: Le Corbusier e o paradoxo da razão". In: *Modernidade e Tradição Clássica: ensaios sobre arquitetura*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COSTA, Lucio. - "Muita Construção, Alguma Arquitetura e um Milagre". In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

COSTA, Lucio. - "Razões da Nova Arquitetura". In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

DAMIANI, A.L. - *As Contradições do Espaço: da lógica (formal) à (lógica) dialética, a propósito do espaço*. In: "O Espaço no Fim de Século: a nova raridade", GEOUSP, Revista da Pós-graduação em Geografia do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Contexto. São Paulo. 1999.

DAMIANI, A.L. - *Geografia Poítica e Novas Territorialidades*. In: PONTUSCHKA e OLIVEIRA. "Geografia em Perspectiva". São Paulo. Contexto. 2002.

DAMIANI, Amélia Luísa. - "A Propósito do Espaço Urbano: algumas hipóteses". in: *Revista Cidades*, nº 1, Presidente Prudente. 2004.

DEBORD, G. - *A Sociedade do Espetáculo*. Contraponto. Rio de Janeiro. 1997.

FARRET, Ricardo L. - "O Estado, a Questão Territorial e as Bases para a Implantação de Brasília". In: PAVIANI, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq.

FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. - "O Processo de Urbanização e a Produção do Espaço Metropolitano de Brasília". In: PAVIANI, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. CNPq.

FERREIRA, Carlos E. - *Construção Civil e Criação de Empregos*. Rio de Janeiro. Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1976.

FURTADO, Celso. - *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo. Companhia Editora Nacional. 1967.

GEIGER, P.P. - *Evolução da Rede Urbana Brasileira*. Rio de Janeiro. INEP. 1963.

GOTTDINER, M. - *A Produção Social do Espaço Urbano*. EDUSP. São Paulo. 1993.

GRANDI, Sonia Lemos. - *Desenvolvimento da Indústria da Construção no Brasil: mobilidade e acumulação do capital e da força de trabalho*. Tese apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutor em Sociologia. São Paulo. 1985.

GRESPLAN, J.L.S. - *O Negativo do Capital*. São Paulo. Hucitec/FAPESP. 1999.

HARVEY, D. - *A Condição Pós-moderna*. Loyola. São Paulo. 1994.

HARVEY, D. - *Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*. Fondo de Cultura Económica. México. 1990.

HARVEY, D. - *O Novo Imperialismo*. São Paulo. Loyola. 2004.

HARVEY, D. - *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo. Annablume. 2005.

HEGEL, G.W.F. - *Fenomenologia do Espírito*. Petrópolis: Vozes. 2000.

HEGEL, G.W.F. - *A Razão na História: introdução à filosofia da história universal*. Edições 70. Lisboa. 1995.

HEGEL, G.W.F. - *Estética - A Idéia e o Ideal*. In: "Os Pensadores". Nova Cultural. São Paulo. 1996.

HYPPOLITE, J. - *Gênese e Estrutura da Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo: Discurso Editorial. 1999.

HYPPOLITE, J. - *Introdução à Filosofia da História de Hegel*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1971.

IANNI, Octavio. - *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977.

JAMESON, F. - *As Sementes do Tempo*. Ática. São Paulo. 1997.

JAMESON, F. - *A Cultura do Dinheiro*. Petrópolis, RJ: Vozes. 2001.

JAMESON, F. - *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. São Paulo: Ática. 2002.

KOSELLECK, R. - *Crítica e Crise*. Contraponto/EDUERJ. Rio de Janeiro. 1999.

LE CORBUSIER. - *A Carta de Atenas*. São Paulo. Hucitec/Edusp. 1993.

LE CORBUSIER. - "A arquitetura e as Belas-artes". *Revista do patrimônio histórico e artístico nacional*. nº19. 1984.



- LE CORBUSIER. - *Urbanismo*. São Paulo: Martins Fontes. 1992.
- LEFEBVRE, H. - *De l'Etat*. Paris: Union Générale d'Éditions. 1977.
- LEFEBVRE, H. - *O Direito à Cidade*. Editora Moraes. São Paulo. 1991.
- LEFEBVRE, H. - *Lógica Formal/Lógica Dialética*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro. 1995.
- LEFEBVRE, H. - *Le Manifeste Différentialiste*. Paris: Gallimard. 1970.
- LEFEBVRE, H. - *O Fim da História*. Publicações Dom Quixote. Lisboa. 1971.
- LEFEBVRE, H. - *La Production de L'espace*. Éditions Anthropos. Paris. 1974.
- LEFEBVRE, H. - *A Reprodução das Relações Sociais de Produção*. Publicações Escorpião. Porto. 1973.
- LEFEBVRE, H. - *A Revolução Urbana*. Editora UFMG. Belo Horizonte. 1999.
- LEFEBVRE, H. - *A Vida Cotidiana no Mundo Moderno*. São Paulo: Ática. 1991.
- MARCUSE, Herbert. - *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1978.
- MARX, K. - *Mercadoria e Dinheiro* (seção 1). In: "O Processo de Produção do Capital", Livro primeiro de "O Capital". Abril Cultural. São Paulo. 1983.
- MARX, K. - *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo. Moraes.
- MARX, K. & ENGELS, F. - *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: HUCITEC. 11ª Edição. 1999.
- MATOS, O.C.F. - *A Cidade e o Tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças*. In: "Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos." Cortez Editora. São Paulo. 1982.
- MÉSZÁROS, István. - *Para Além do Capital*. São Paulo: Boitempo; Campinas, SP: Ed. Unicamp. 2002.
- OLIVEIRA, Francisco de. - *A Economia Brasileira: crítica à razão dualista*. São Paulo. Estudos Cebrap 2.
- ORTIZ, Renato. - *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense. 1985.
- OSEKI, J.H. - *O Único e o Homogêneo na Produção do Espaço*. In: MARTINS, J.S. (org) "Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética". Editora Hucitec. São Paulo. 1996.

PAVIANI, A. e FERREIRA, I. - *Brasília: "laboratório" de Geografia Urbana*. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri. "Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano". São Paulo. EDUSP. 1994.

PEDROSA, Mário. - "A Arquitetura Moderna no Brasil". In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

PENNA, N.A. - *Brasília: do espaço concebido ao espaço produzido*. Tese de Doutorado, DG-FFLCH-USP. São Paulo. 2000.

RAMOS, Guerreiro. - *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Andes. 1957.

RANGEL, Ignacio. - *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo. HUCITEC. 1980.

REIS FILHO, Nestor Goulart. - *Evolução Urbana do Brasil*. São Paulo. Pioneira. 1968.

ROBIRA, Rosa Tello. - "Áreas Metropolitanas: espaços colonizados". In: Carlos e Carreras. *Urbanização e Mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo. Contexto. 2005.

ROSDOLSKY, Roman. - *Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx*. Rio de Janeiro. EDUERJ/Contraponto. 2001.

ROSENAU, Elen. - *A Cidade Ideal: evolução arquitetônica na Europa*. Editorial Presença. Lisboa. 1988.

SANTOS, César R. S. - "A Realização Funcional do Espaço Social." In: *Revista Paisagens*. Ano VI - Nº 6 - Dezembro de 2003. ISSN 1414-1434.

SANTOS, C.R.S. - *Racionalidade Instrumental e Centralidade Funcional*. TGI, DG-FFLCH-USP. São Paulo. 2001.

SANTOS, M. - *As Metamorfoses do Espaço Habitado*. Hucitec. São Paulo. 1994.

SANTOS, M. - *A Urbanização Brasileira*. Hucitec. São Paulo. 1996.

SANTOS, M. - *Por uma Economia Política da Cidade*. Editora Hucitec. São Paulo. 1994.

SEABRA, O.C.L. - *A Insurreição do Uso*. In: MARTINS, J.S. (org) "Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética". Editora Hucitec. São Paulo. 1996.

SCHERER, Rebeca. - *O Urbanismo Racionalista e o Projeto do Plano-piloto de Brasília*. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política da FFLCH, USP. São Paulo. 1978.

SCHIMIDT, Benício Viero. - "Brasília como Centro Político". In: PAVIANI, Aldo. *Brasília Ideologia e Realidade: espaço urbano em questão*. Brasília. Editora da UnB/CNPq.

SOJA, E.W. - *Geografias Pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 1993.

SOUZA, Maria Adélia A. - *A Identidade da Metrópole*. São Paulo. Editora HUCITEC/EDUSP, 1994.

TAVARES, Maria da C. - *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas. Editora da UNICAMP, 1986.

TEIXEIRA, Anísio. - "Um Presságio de Progresso". In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

VANEIGEN, R. - *Contra el Espiritu*. In: Revista "Mania" - Minuto 7. Junho de 2000.

VESENTINI, J.W. - *A Capital da Geopolítica*. São Paulo: Ática. 1986.

VESENTINI, J.W. - *A Cidade Sem Alma*. In: "Anais do Museu Paulista". Tomo XXXIV. São Paulo. 1985.

VIANNA, Luiz Werneck. - *A Revolução Passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan/IUPERJ. 1996.

VITRUVIO. - *O Primeiro Livro de Vitruvius sobre Arquitetura*. In: Vitruvius. "Da Arquitetura". São Paulo: Hucitec. 1999.

WARCHAVCHIK, Gregori. - "Acerca da Arquitetura Moderna". In: Xavier, Alberto (org). *Depoimento de uma Geração: arquitetura moderna brasileira*. São Paulo: Cosac & Naify. 2003.

